

mediação

REVISTA MEDIAÇÃO
Belo Horizonte
v.26 · n.37
Jul./Dez. 2024
ISSN 2179-9571

Publicação dos cursos de
Jornalismo e Publicidade e Propaganda da FCH
e do Programa de Mestrado e Doutorado em Tecnologia da
Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento da FACE

UNIVERSIDADE
FUMEC



*Comunicação e
epistemologias
feministas*

Mediação / Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde. - v. 26. n. 37 (jul./dez. 2024)- . - Belo Horizonte: Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, 2001- .

v.

Semestral

ISSN 2179-9571

1. Comunicação de massa. 2. Jornalismo. 3. Publicidade. 4. Propaganda.
I. Universidade FUMEC. Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde.

CDU: 316.77

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária-FUMEC

Os conceitos emitidos em artigos assinados são de absoluta e exclusiva responsabilidade de seus autores.

Universidade FUMEC

REITORIA

Reitor:

Prof. Guilherme Guazzi Rodrigues

Pró-reitora de graduação

Profa. Claudia Silveira da Cunha

Pró-Reitora de Pós-Graduação,

Pesquisa e Extensão

Profa. Renata de Sousa da Silva Tolentino

FUNDAÇÃO

Conselho de Curadores:

Prof. Antônio Carlos Diniz Murta – Presidente

Prof. Wagner Luiz Silva – Vice-Presidente

Conselho Executivo

Prof. Air Rabelo – Presidente

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E DA SAÚDE

Diretor:

Prof. Rodrigo Suzana Guimarães

FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

Diretora:

Profa. Renata de Sousa da Silva Tolentino

CURSOS DE JORNALISMO E PUBLICIDADE E PROPAGANDA

Coordenador

Prof. Sérgio Arreguy Soares

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO DA FACULDADE DE CIÊNCIAS EMPRESARIAIS

Coordenador

Prof. Armando Sérgio de Aguiar Filho

REVISTA MEDIAÇÃO

Editora:

Profa. Dra. Nair Prata

Projeto Gráfico:

Tecnologia da Informação

Editoração Eletrônica:

Therus Santana

Ilustração da Capa:

Laura Oliveira Mariano

Conselho Editorial

Prof. Adriano Duarte Rodrigues

(Universidade Nova de Lisboa, Portugal)

Profa. Astréia Soares (Universidade Fumec, Brasil)

Prof. Bruno Sousa Leal (Universidade

Federal de Minas Gerais, Brasil)

Prof. Gedley Belchior Braga (Universidade

Federal de São João del Rei, Brasil)

Profa. Graziela Valadares Gomes de Melo Vianna

(Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Prof. Luiz Ademir de Oliveira (Universidade

Federal de São João del Rei, Brasil)

Prof. Márcio de Vasconcelos

Serelle (PUC Minas, Brasil)

Prof. Moisés Adão Lemos Martins

(Universidade do Minho, Portugal)

Profa. Regina Motta (Universidade

Federal de Minas Gerais, Brasil)

Profa. Thäis Machado Borges

(Universidade de Estocolmo, Suécia)

SUMÁRIO

| | |
|-------------------|---|
| APRESENTAÇÃO..... | 6 |
|-------------------|---|

Dossiê: Comunicação e Epistemologias Feministas

| | |
|--|----|
| VOZES EM RESISTÊNCIA: COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA E A TOMADA DA PALAVRA NO PROJETO BLOGUEIRAS NEGRAS..... | 10 |
| Alice Oliveira de Andrade | |

| | |
|--|----|
| QUAL A COR DA DOCÊNCIA EM JORNALISMO?: UM MAPEAMENTO DO PERFIL DAS PROFESSORAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA..... | 20 |
| Janaina Lopes de Amorim | |
| Thaís Bueno | |
| Rosaly Brito | |

| | |
|--|----|
| O SURGIMENTO DA IMPRENSA FEMINISTA COM PERSPECTIVA RACIAL NO BRASIL: UM AVANÇO A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS..... | 34 |
| Debora Chacarski de Mello | |
| Fernanda Cavassana | |
| Graziela Soares Bianchi | |

| | |
|---|----|
| HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES DA RÁDIO TIMBIRA FM (95,5), A MAIS ANTIGA DO MARANHÃO: UM RETRATO DE 2024..... | 50 |
| Izani Mustafá | |
| Katia Fraga | |

| | |
|--|----|
| ELAS NO RÁDIO: CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES BRASILEIRAS AOS ESTUDOS DO MEIO SONORO NO ÂMBITO LUSO-BRASILEIRO..... | 66 |
| Maíra Rossin Gioia de Brito | |
| João Cubas Martins | |
| Valquíria Michela John | |

| | |
|--|----|
| PESQUISAS EM JORNALISMO A PARTIR DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS: A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISAS ALTERGEN DA ECA/USP..... | 78 |
| Claudia Lago | |
| Janaina Soares Gallo | |
| José Ilton Porto | |
| Isabella Bergo Crosta | |
| Lorena Andrade Trindade | |
| Gabriel Razo da Cunha | |

| | |
|--|----|
| ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO..... | 89 |
| Jaqueline Andriolli Silva | |
| Karina Janz Woitowicz | |

| | |
|--|-----|
| ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS CONTRA E PRÓ-ABORTO NA IMPRENSA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA VOTAÇÃO DA ADPF 442..... | 100 |
| Bárbara Libório | |

| | |
|--|-----|
| ONDE ESTÁ RAIMUNDA? BUSCA POR RASTROS JORNALÍSTICOS DE UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE FEMINICÍDIO..... | 110 |
| Lívia Kelly Labanca Ferreira | |
| Karina Gomes Barbosa | |

| | |
|---|-----|
| Patriarcado de Mídia como Síntese Categorial para os Estudos Feministas de Mídia..... | 124 |
| Rafaela Martins de Souza Manoel Dourado Bastos | |
| O Campo Enunciativo Feminista no Instagram: Crítica do Presente e Biopolítica..... | 135 |
| Lidiane Santos de Lima Pinheiro Beatriz Souza Almeida | |
| Feminismos em Disputa: Como São Construídos os Perfis nas Plataformas Digitais das Mulheres Eleitas em Ouro Preto, em 2020? | 147 |
| Najla dos Passos Paulo Leal | |
| As Representações das Mulheres no Instagram do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação | 160 |
| Liliane Maria Macedo Machado Mariana Galiza de Oliveira | |
| A Formação dos Imaginários sobre as Dissidências de Gêneros no Fluxo Televisivo..... | 172 |
| Sue Gotardo Cristiane Finger | |
| Monstruosidade e Colonialidade no Filme Sob a Pele | 190 |
| Caroline Fogaça | |
| "Eu Sou Mulher e é Óbvio Que": Um Estudo sobre o Diálogo entre Publicidade e Feminismo Popular..... | 203 |
| Egle Muller Spinelli Carla Figueiredo | |
| Feminismo de Mercado e a Comoditização do Autocuidado pelo Femvertising..... | 216 |
| Leonardo Mozdzenski | |

Entrevista

| | |
|--|-----|
| As Epistemologias Feministas no Brasil..... | 227 |
| Juliana Gobbi Betti Debora Cristina Lopez Ana Veloso | |

Temas Gerais

| | |
|---|-----|
| A Convergência entre o Digital e o Analógico nos Homestudios..... | 235 |
| Lucas Cassano | |
| A Fotografia e a Abordagem Triangular: Uma Relação Possível para o Aprendizado da Cultura Visual..... | 247 |
| Henry Simon Sales Pinheiro | |
| Epistemologia Afrocentrada no Ensino em Publicidade | 256 |
| Carla Beatriz de David Ernesto Juliana Petermann | |

APRESENTAÇÃO

No segundo semestre de 2024, convidamos a comunidade acadêmica do campo da Comunicação e áreas afins a participar deste dossiê da **Revista Mediação**, sobre o tema *Comunicação e epistemologias feministas*. Para editar o dossiê, fomos honrados com a coordenação das professoras Juliana Gobbi Betti (UFOP), Debora Cristina Lopez (UFOP) e Ana Veloso (UFPE). O retorno à nossa proposta foi uma grata surpresa, pois recebemos mais de 40 submissões e, ao final de todo o trabalho de avaliação duplo-cega por pares, publicamos nesta edição 20 artigos, sendo 17 como parte do dossiê e três na seção Temas Gerais, além de uma entrevista intitulada *As epistemologias feministas no Brasil*, com Margareth Rago, na qual as autoras conversam com uma das referências pioneiras nos estudos epistemológicos feministas no país para compreenderem as especificidades históricas do cenário nacional e as perspectivas para as futuras gerações de pesquisadoras.

A perspectiva feminista tem ganhado espaço nos estudos em Comunicação, permitindo a construção de uma crítica à concepção epistemológica hegemônica. Isso possibilita refletir sobre uma comunicação plural, que considere múltiplos pontos de vista e experiências, variáveis e contextos sociais e econômicos. O dossiê busca reunir contribuições fundamentadas nos saberes e fazeres feministas sobre a Comunicação, contemplando as dinâmicas do processo investigativo e o estudo dos objetos e sujeitos comunicativos.

É importante destacar que as críticas feministas à ciência têm denunciado seu viés androcêntrico e questionado pressupostos como a neutralidade de métodos e a objetividade das análises. Essas críticas buscam apresentar alternativas, propondo o reconhecimento das subjetividades e a criação de práticas científicas que assumam compromisso com a transformação social a partir das relações de gênero. Este dossiê traz à luz abordagens feministas das ciências, com o objetivo de contribuir para a construção de saberes que sejam relevantes para as mulheres e suas lutas.

Abrimos o dossiê com o texto *Vozes em resistência: comunicação antirracista e a tomada da palavra no projeto Blogueiras Negras*, de Alice Oliveira de Andrade, que aborda a comunicação antirracista como uma ferramenta de empoderamento e ruptura de silêncios, com foco empírico no portal Blogueiras Negras.

No artigo *Qual a cor da docência em Jornalismo?: Um mapeamento do perfil das professoras na Amazônia brasileira*, as autoras Janaina Lopes de Amorim, Thaisa Bueno e Rosaly Brito investigam a experiência de mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Região Amazônica do Brasil. A proposta central é destacar a importância de um projeto feminista de ciência que evidencie a experiência histórica e cultural, assim como os saberes das mulheres das margens, reconhecendo suas vivências e o que elas tematizam.

O surgimento da imprensa feminista com perspectiva racial no Brasil: um avanço a partir do Movimento de Mulheres Negras é o texto de Debora Chacarski de Mello, Fernanda Cavassana e Graziela Soares Bianchi, que tem o objetivo de delinear o percurso histórico do Movimento Negro e, principalmente, do Movimento de Mulheres Negras na elaboração de meios de comunicação e jornais alternativos no Brasil.

Izani Mustafá e Katia Fraga, no texto *Histórias de vida das mulheres da Rádio Timbira FM (95,5), a mais antiga do Maranhão: um retrato de 2024* narram a história de vida de quatro mulheres da Rádio Timbira FM (95,5), a mais antiga do Estado do Maranhão, que entrou no ar em 14 de agosto de 1941 e funciona na capital São Luís.

O artigo *Elas no rádio: contribuições de mulheres brasileiras aos estudos do meio sonoro no âmbito luso-brasileiro*, de Maíra Rossin Gioia de Brito, João Cubas Martins e Valquíria Michela John sistematiza os resultados de uma cartografia de campo que baliza a pesquisa radiofônica a partir de um levantamento exploratório nos anais dos Congressos da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação entre 2013 e 2019, com foco na presença de mulheres pesquisadoras brasileiras. O recorte são os artigos apresentados no Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros.

No texto *Pesquisas em Jornalismo a partir de perspectivas feministas: a contribuição do Grupo de Pesquisas AlterGen da ECA/USP*, Claudia Lago, Janaina Soares Gallo, José Ilton Porto, Isabella Bergo Crosta, Lorena Andrade Trindade e Gabriel Razo da Cunha apresentam pesquisas que entrelaçam gênero e jornalismo, a partir de uma ancoragem em matrizes teórico metodológicas devedoras do feminismo, produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisas Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen) - ECA/USP.

Enquadramento no jornalismo feminista: considerações sobre um percurso teórico-metodológico é o artigo de Jaqueline Andriolli Silva e Karina Janz Woitowicz que discute as contribuições das teorias feministas para o estudo do jornalismo, destacando o viés crítico acerca da universalidade da ciência e a necessidade de contemplar, na análise dos fenômenos sociais, a perspectiva interseccional.

O artigo *Estratégias discursivas contra e pró-aborto na imprensa brasileira no contexto da votação da ADPF 442*, de Bárbara Libório, emprega a Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough para examinar editoriais sobre aborto na imprensa brasileira em setembro de 2023, durante a votação da ADPF 442.

Para compreender como a história de Raimunda de Sousa Santana e seu feminicídio foram retratados em veículos jornalísticos, para identificar a produção memorial póstuma, a partir da interseção com gênero e deficiência, Lívia Kelly Labanca Ferreira e Karina Gomes Barbosa publicam o texto *Onde está Raimunda? Busca por rastros jornalísticos de uma mulher com deficiência vítima de feminicídio*. Como resultado, as autoras apontam a ausência total da nomenclatura correta do crime e capacitismo.

O texto *Patriarcado de mídia como síntese categorial para os Estudos Feministas de Mídia*, de Rafaela Martins de Souza e Manoel Dourado Bastos, apresenta o conceito de patriarcado de mídia como categoria própria à Comunicação capaz de sintetizar a problemática de gênero na mídia a partir do escopo epistemológico da Economia Política da Comunicação.

Lidiane Santos de Lima Pinheiro e Beatriz Souza Almeida, no artigo *O campo enunciativo feminista no Instagram: crítica do presente e biopolítica*, discutem acerca da rede social Instagram como uma materialidade que se abre aos discursos feministas no espaço da virtualidade em um empreendimento que refrata os discursos do espaço presencial.

O texto *Feminismos em disputa: como são construídos os perfis nas plataformas digitais das mulheres eleitas em Ouro Preto, em 2020?*, de Najla dos Passos e Paulo Leal, discute sobre como

os perfis construídos nas plataformas digitais das duas mulheres eleitas em Ouro Peto, em 2020, durante a campanha eleitoral e os três primeiros anos dos mandatos, refletem as disputas travadas em torno dos sentidos dos feminismos.

As representações das mulheres no Instagram do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, artigo de Liliane Maria Macedo Machado e Mariana Galiza de Oliveira, parte do pressuposto de que persiste a desigualdade de gênero na divulgação sobre pesquisadoras no Brasil, ocasionada, entre outros fatores, pela sub-representação em espaços midiáticos, tais como os de divulgação científica.

No texto *A formação dos imaginários sobre as dissidências de gêneros no fluxo televisivo*, Sue Gotardo e Cristiane Finger refletem sobre os imaginários das dissidências de gêneros no fluxo televisivo, considerando o encadeamento de conteúdo.

Caroline Fogaça, no artigo *Monstruosidade e colonialidade no filme Sob a pele*, investiga a interseção entre o feminino e a noção de monstruosidade no filme *Sob a Pele* (2013), dirigido por Jonathan Glazer, à luz da construção histórica do monstro na cultura ocidental.

O texto *"EU SOU MULHER E É ÓBVIO QUE": um estudo sobre o diálogo entre publicidade e feminismo popular*, de Egle Muller Spinelli e Carla Figueiredo, reflete sobre a dimensão dos impactos de uma campanha publicitária *femvertising* na construção dos valores simbólicos do feminismo contemporâneo percebidos pelas mulheres brasileiras.

O último artigo do dossiê é *Feminismo de mercado e a comoditização do autocuidado pelo femvertising*, de Leonardo Mozdzenski, que examina a evolução do conceito de autocuidado, destacando seu deslocamento de uma prática de resistência política para uma estratégia de consumo individualista, promovida pelo feminismo de mercado e, particularmente, pelo *femvertising*.

Na seção Temas Gerais publicamos três textos. O primeiro deles, *A convergência entre o digital e o analógico nos homestudios*, de Lucas Cassano, que explora as transformações na produção musical contemporânea com foco na transição do analógico para o digital e o impacto dessa mudança nos *homestudios*.

Com o objetivo de estabelecer uma relação entre a linguagem fotográfica e a abordagem triangular na perspectiva do entendimento da cultura visual, Henry Simon Sales Pinheiro apresenta o texto *A fotografia e a abordagem triangular: uma relação possível para o aprendizado da cultura visual*.

Encerramos a seção com o artigo *Epistemologia afrocentrada no ensino em Publicidade*, de Carla Beatriz de David Ernesto e Juliana Petermann, que reflete, a partir de uma revisão da literatura, a proposição do conceito de afrocentricidade como possibilidade epistemológica no ensino em publicidade e suas possíveis contribuições para o campo.

Para finalizar, lembramos que a pesquisa em Comunicação tem se beneficiado significativamente das práticas feministas, que promovem uma análise crítica das produções midiáticas e jornalísticas sob a perspectiva de gênero. Abordagens metodológicas com perspectiva de gênero nos estudos de comunicação têm sido fundamentais para compreender a atuação histórica dos movimentos feministas na comunicação e das produções comunicativas feministas. Além disso, a interseccionalidade tem sido um desafio e uma oportunidade para a pesquisa em Comunicação, permitindo uma compreensão mais profunda das contribuições críticas da epistemologia feminista

à epistemologia da Comunicação. Os ativismos feministas na ciência têm impulsionado transformações no campo da Comunicação, destacando a importância da construção epistemológica do campo pela perspectiva de gênero e suas interseccionalidades. Esperamos que esta edição da **Revista Mediação** contribua para o aprofundamento e a disseminação dessas discussões tão caras à sociedade e à ciência.

Boa leitura!

*Profa. Dra. Nair Prata*¹
Editora da Revista Mediação

¹ Editora da Revista Mediação. Jornalista (UFMG), doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Pamplona – Espanha). Na Universidade FUMEC é professora do curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Tecnologia da Informação e Comunicação e Gestão do Conhecimento; coordenadora dos cursos de pós-graduação lato sensu Redes Sociais, Comunicação e Marketing e Mídias Digitais; coordenadora do Laboratório de Rádio – Rádio FUMEC. Na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) é professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação.

VOZES EM RESISTÊNCIA: COMUNICAÇÃO ANTIRRACISTA E A TOMADA DA PALAVRA NO PROJETO BLOGUEIRAS NEGRAS

VOICES IN RESISTANCE: ANTIRACIST COMMUNICATION AND THE TAKING OF THE FLOOR ON THE BLOGUEIRAS NEGRAS PROJECT

ALICE OLIVEIRA DE ANDRADE¹

RESUMO

O artigo aborda a comunicação antirracista como uma ferramenta de empoderamento e ruptura de silêncios, com foco empírico no portal Blogueiras Negras. Historicamente, as mulheres negras têm enfrentado violências interseccionais, especialmente de gênero e raça, cujas raízes perpassam estereótipos e silenciamentos que desumanizam suas experiências e identidades. O Blogueiras Negras surge como um espaço de resistência e autoafirmação, permitindo que mulheres negras compartilhem suas histórias e reivindiquem o direito à palavra que lhes foi negado em tantos contextos. O projeto promove uma rede de solidariedade entre suas autoras, estimulando a troca de experiências e a expressão de suas subjetividades. Balizada pelo feminismo negro e pelo aquilombamento, a comunicação antirracista praticada nesse ambiente é essencial para a reescrita de narrativas hegemônicas, oferecendo um espaço seguro para a fala, a escrita, expressão e a reflexão crítica. Por propiciar visibilidade a vozes historicamente silenciadas, o Blogueiras Negras contribui para a caminhada rumo à igualdade de gênero e raça. Como referências centrais da discussão, trazemos Lélia González (1984; 2018), bell hooks (2023), Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2019), Joice Berth (2018) e Audre Lorde (2020). A partir do percurso metodológico da pesquisa bibliográfica aliada ao estudo de caso, o texto analisa a importância desse projeto na formação de uma cultura comunicativa que combate opressões interseccionais, na qual as mulheres negras falam, são ouvidas e se tornam protagonistas de suas próprias histórias, desafiando as estruturas sociais que historicamente as silenciaram.

Palavras-chave: comunicação antirracista; mulheres negras; feminismo negro; resistência; Blogueiras Negras.

ABSTRACT

The article discusses antiracist communication as a tool for empowerment and the breaking of silences, with an empirical focus on the Blogueiras Negras platform. Historically, black women have faced intersectional violence, particularly related to gender and race, with roots in stereotypes and mechanisms of silencing that dehumanize their experiences and identities. Blogueiras Negras emerges as a space of resistance and self-affirmation, enabling Black women to share their stories and claim the right to speak, which has often been denied to them. The project fosters a solidarity network among its contributors, encouraging the exchange of experiences and the expression of their subjectivities. Guided by black feminism and aquilombamento, the antiracist communication practiced in this space is essential for rewriting hegemonic narratives, offering a safe space for speech, writing, expression and critical reflection. By providing visibility to historically silenced voices, Blogueiras Negras contributes to the struggle for gender and racial equality. Key references in the discussion include Lélia González (1984; 2018), bell hooks (2023), Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2019), Joice Berth (2018), and Audre Lorde (2020). Through a methodological approach combining bibliographic research with a case study, this paper analyzes the significance of the project in shaping a communicative culture that combats intersectional oppression, where

¹ Professora adjunta do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (DCOS/UFS), no curso de Jornalismo. Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPgEM/UFRN). Integrante dos grupos de pesquisa VISU – Laboratório de Práticas e Poéticas Visuais (UFRN/CNPq) e DesCom – Insurgências Decoloniais, Comunicação, Artes e Humanidades (UFRN/CNPq). E-mail: aliceandrade@live.com

black women speak, are heard, and become protagonists of their own stories, challenging the social structures that have historically silenced them.

Keywords: antiracist communication; black women; black feminism; resistance; Blogueiras Negras.

Introdução

“A máscara vedando a boca do sujeito negro impede-a/o de revelar tais verdades, das quais o senhor branco quer ‘se desviar’, ‘manter à distância’ nas margens, invisíveis e quietas” (Kilomba, 2019, p.41-42). Ao longo da história, diversos foram os mecanismos de silenciamento impostos pela colonialidade branca às pessoas negras. A partir da citação de Kilomba (2019), com a qual abrimos este texto, é possível rememorar um dos instrumentos de violência utilizada para calar e oprimir mulheres negras. A história da escrava Anastacia, por exemplo, é marcada por uma máscara que lhe foi imposta como um instrumento de controle e violência que ocultava sua identidade, fala e emoções. A figura da máscara, ao longo do tempo, simbolicamente representa a experiência de muitas mulheres negras, especialmente no Brasil, onde o processo de escravização as violentou constantemente (Nascimento, 2019).

Esse silenciamento se perpetuou por séculos, deixando marcas profundas no DNA ancestral dessas mulheres, que carregam até hoje as cicatrizes de dor e opressão das muitas máscaras que ainda lhes são atribuídas na contemporaneidade. Lutar contra esse estigma tem sido um imperativo das várias gerações de mulheres negras que buscam reverter a narrativa histórica e reivindicar seus direitos e espaços de fala. Conforme Lélia Gonzalez (1984), as mulheres negras foram historicamente relegadas a um lugar de invisibilidade, necessitando constantemente lutar para se fazer ouvir e se posicionar. Gonzalez ressalta que a interseção do racismo e do sexismo impôs um duplo silenciamento a essas mulheres, tornando essencial a busca por vozes que desafiem essas estruturas opressivas.

Na contemporaneidade, alguns meios de comunicação digital, como os coletivos de mídia negra, apresentam discursos emancipatórios frequentemente interditados por lógicas algorítmicas racistas (Carrera; Carvalho, 2020; Noble, 2018). No entanto, ainda existem espaços na internet que se configuram como um campo fértil para as novas gerações de mulheres negras, cujo intuito é tomar a palavra e reconstruir suas próprias histórias. Nesse contexto, destaca-se o portal Blogueiras Negras², um espaço colaborativo que permite que mulheres pretas e pardas compartilhem suas experiências, reflexões e conhecimentos, fortalecendo uma rede de apoio e empoderamento. Além disso, é um espaço para uma produção comunicativa que se posiciona diretamente contra o racismo, sexismo e as múltiplas opressões sofridas por esse grupo.

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre o projeto Blogueiras Negras como um espaço de tomada da narrativa para mulheres negras a partir da prática de uma comunicação antirracista baseada no aquilombamento e no feminismo negro. Partimos, portanto, da seguinte questão de pesquisa: De que maneira a comunicação antirracista promovida pelo Blogueiras Negras atua como uma ferramenta de empoderamento para mulheres negras, contribuindo para a ruptura de silêncios históricos e a tomada da palavra? O percurso metodológico incluirá a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso, visando compreender a relevância desse portal na

2 Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/>. Acesso em: 30 out. 2024.

luta contra o racismo e sexismo. Como referências centrais para esse debate, trazemos Lélia González (1984; 2018), bell hooks (2023), Grada Kilomba (2019), Patricia Hill Collins (2019), Joice Berth (2018) e Audre Lorde (2020).

Doze anos de “blogagem”: o percurso do Blogueiras Negras

Segundo bell hooks (2023, p. 17), “embora muitas pessoas entre nós reconheçam a profundidade de nossas dores e feridas, nós não costumamos nos organizar coletivamente e de forma contínua para encontrar e compartilhar maneiras de nos curar”. Para fazer esse movimento e transformar as dores do silenciamento em ação direta e expressão, o projeto Blogueiras Negras nasceu da necessidade de fazer ecoar as vozes de mulheres negras e de distribuir a produção de textos que interseccionam as opressões de raça e gênero. Criado em novembro de 2012, a partir do evento “Blogagem Coletiva de Mulher Negra³”, foi idealizado por Charô Nunes, Larissa Santiago e outras colaboradoras com o objetivo de celebrar duas datas significativas: o Dia da Consciência Negra, em 20 de novembro; e o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, em 25 de novembro. O sucesso da primeira ação permitiu formar uma comunidade ativa e engajada de blogueiras negras que desejavam escrever e construir em um espaço de visibilidade e resistência, como apontam Rodrigues e Freitas (2019, p. 76):

(...) O Blogueiras Negras surge em 2012, num momento do ativismo cuja perspectiva era mais jovem e de fortes interações por meio das plataformas digitais, com uma agenda política focada na estética, na identidade, na autoestima, no questionamento e na ruptura de padrões socialmente impostos.

Em março de 2013, o projeto se consolidou com a criação do site Blogueiras Negras, que rapidamente se tornou uma referência para mulheres negras e todas aquelas que se identificam com o feminismo e a luta antirracista. O portal se destaca pela produção regular de conteúdo, publicando textos originais de escritoras-blogueiras que abordam temas relevantes para a comunidade negra e para todos que compartilham dos ideais feministas e antirracistas. A diversidade de vozes e experiências é um dos pilares da plataforma, que, de acordo com a seção de apresentação do site⁴, conta com cerca de 200 autoras ativas que utilizam a escrita como uma ferramenta de luta contra diversas formas de opressão em uma perspectiva interseccional, como racismo, sexismo e homofobia.

Audre Lorde (2020) afirma que aquilo que é importante deve ser dito, compartilhado e verbalizado, pois os silêncios – impostos ou autoimpostos – não protegem mulheres negras ao longo de suas vidas. A plataforma Blogueiras Negras caminha nessa direção, pois incentiva a discussão sobre questões de negritude, feminismo e identidade e reconhece a importância da construção coletiva de narrativas que muitas vezes são silenciadas. Com uma abordagem que valoriza tanto o contexto *online* quanto o *offline*, o site se tornou um espaço importante para a resistência e empoderamento das mulheres negras, permitindo que suas histórias e lutas sejam ouvidas - e, especialmente, lidas. Na seção de missão do site do projeto, elas afirmam:

3 Disponível em: <https://blogagemcoletivamulhernegra.wordpress.com/page/2/>. Acesso em: 31 out. 2024.

4 Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em: 05 nov. 2024.

Nossa missão é promover a livre produção de conteúdo, partindo do princípio de que às mulheres negras sempre lhes foi negado lugares e discursos. Queremos dar visibilidade aos nossos assuntos e nos tornarmos protagonistas de nossas lutas e vidas (Blogueiras Negras, 2024).

A citação acima destaca a missão central do projeto, que é fundamental para a promoção da voz e da visibilidade das mulheres negras em um espaço historicamente marcado pelo silenciamento. Quando afirma que “sempre lhes foi negado lugares e discursos,” o coletivo reconhece as desigualdades estruturais que perpassam a sociedade brasileira. González (2018, p.309) reflete que o racismo e sexismo fundamentam-se em diferenças biológicas para se formularem enquanto ideologias dominantes que, para se manter, subalterniza e silencia o outro lado. A abordagem das Blogueiras Negras, além de empoderar as participantes e colaboradoras, também enfatiza a necessidade de se tornarem protagonistas de suas próprias narrativas, rompendo com essa subalternização histórica.

Além disso, por ser uma plataforma que permite a livre produção de conteúdo por mulheres, o Blogueiras Negras fortalece a identidade e a luta das mulheres negras, desafiando os padrões hegemônicos de comunicação. O projeto cria um espaço onde as autoras discutem suas subjetividades, experiências e questões com autonomia, contribuindo para o surgimento de uma comunicação antirracista, conforme discutiremos nos tópicos a seguir.

Contribuições do feminismo negro para a comunicação antirracista

É essencial para o prosseguimento da luta feminista que as mulheres negras reconheçam a vantagem especial que nossa perspectiva de marginalidade nos dá e fazer uso dessa perspectiva para criticar a dominação racista, classista e a hegemonia sexista, bem como de refutar e criar uma contra hegemonia. Eu estou sugerindo que temos um papel central a desempenhar na realização da teoria feminista e uma contribuição a oferecer que é único e valioso (hooks, 2000, p.15).

A citação acima, da escritora e pesquisadora bell hooks, sublinha a importância da perspectiva única das mulheres negras na luta feminista, reconhecendo o valor da marginalidade vivida por nós como um ponto estratégico para a crítica das estruturas de opressão. No contexto da comunicação antirracista, essa afirmação é sublinhada, pois o feminismo negro traz à tona uma abordagem que não apenas desafia o sexismo, mas também a intersecção das opressões raciais e de classe, propondo uma análise mais complexa das desigualdades (Ribeiro, 2018).

Por afirmar que as mulheres negras têm um papel central na criação de uma contra-hegemonia, hooks (2000) sugere que suas vozes, muitas vezes silenciadas nas narrativas dominantes, devem ser o centro da produção teórica e discursiva feminista. Esse posicionamento questiona a perspectiva eurocêntrica tradicional, muitas vezes presente nos discursos antirracistas e feministas hegemônicos, e propõe uma visão radicalmente transformadora que reconhece e valoriza as experiências específicas das mulheres negras, pois carregam uma sabedoria ancestral de resistência (hooks, 2000).

Na comunicação antirracista, isso implica em uma reconfiguração das formas de representação, permitindo que as mulheres negras não sejam apenas “objeto” sobre o que se fala, mas também protagonistas e produtoras de discursos que combatem a violência racial e sexista. Há uma ruptura com lógicas de silenciamento em que, nas palavras de Gonzalez (1984, p.225), “o lixo vai falar e numa boa”.

O feminismo negro oferece uma perspectiva crítica basilar para a comunicação antirracista ao evidenciar as interseccionalidades que permeiam as experiências de mulheres negras. O feminismo negro se propõe a desafiar as narrativas dominantes que frequentemente marginalizam ou silenciaram essas vozes, na medida em que propõe um entendimento mais profundo das relações entre raça, gênero e classe (Crenshaw, 1989). A abordagem interseccional, frequentemente proposta por feministas negras, permite uma análise mais completa das opressões enfrentadas por mulheres negras, destacando a necessidade de um ativismo que considere múltiplas dimensões.

Segundo González (1984), o lugar em que nos posicionamos influencia diretamente a forma como interpretamos o fenômeno duplo do racismo e do sexismo. Para a autora, o racismo é um sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira e, quando articulado com o sexismo, gera efeitos violentos, especialmente sobre as mulheres negras. Logo, a luta feminista precisa considerar uma abordagem que extrapole as demandas de gênero e considere a experiência de mulheres negras para que seja, de fato, emancipatório (Ribeiro, 2018).

Quando falamos sobre comunicação antirracista, uma das principais contribuições do feminismo negro é exatamente a ênfase na valorização das experiências vividas. Autoras já mencionadas neste texto, como bell hooks (2000) e Lélia González (1984) ressaltam que as histórias pessoais não são apenas relatos individuais, mas reflexos de lutas coletivas. A comunicação antirracista, por conseguinte, se torna uma plataforma para a afirmação de identidades, na qual mulheres negras podem compartilhar suas narrativas e subjetividades, desafiando estereótipos e preconceitos que perpetuam sua desumanização em uma perspectiva de construção de escrevivências (Evaristo, 2020).

Outra contribuição que podemos apontar é que o feminismo negro contribui para a desconstrução de estereótipos que limitam a representação de mulheres negras na mídia e na sociedade, interditando as lógicas de histórias únicas subalternizantes (Adichie, 2019). O movimento feminista negro critica as imagens e narrativas que perpetuam a hipersexualização ou a vitimização e propõe uma representação mais complexa dessas identidades, especialmente que sejam produzidas pelas próprias mulheres negras. Retira-se uma narrativa construída *sobre elas* e passa-se a narrar *a partir de si mesmas*, em experiências que são individuais e coletivas.

Outro aspecto importante é a criação de redes de solidariedade entre mulheres negras, um princípio fundamental do feminismo negro inspirado em lógicas de aquilombamento (Nascimento, 2019; Nascimento, 2021; Moura, 2020). Essas redes promovem a troca de experiências e incentivam a colaboração e o apoio mútuo. Na esfera digital, plataformas como o Blogueiras Negras, *corpus* empírico apontado neste trabalho, exemplificam como essas comunidades podem se organizar para amplificar suas vozes, reivindicações e escreverem as próprias narrativas sobre seus corpos e existências. Consideramos que operam por lógicas de aquilombamento a partir da perspectiva de pensadores negros como Beatriz Nascimento (2018), que afirma que os quilombos não existem apenas como territórios físicos, mas também como formas de resistência e modos de organização que incentivam as pessoas negras a se unirem e resistirem às opressões impostas pela sociedade.

Nascimento (2021) destaca que o conceito de quilombo transcende à materialidade do espaço físico e pode se manifestar como um elemento simbólico de proteção, preservação da identidade e afirmação da autonomia. Nesse sentido, podemos entender iniciativas como o Blogueiras Negras como um exemplo de aquilombamento digital. Esse coletivo utiliza as ferramentas da internet e a escrita para criar um espaço seguro e de visibilidade para mulheres negras, onde compartilham experiências, se apoiam mutuamente e constroem narrativas contra a invisibilidade e a marginalização.

Consideramos aqui que o Blogueiras Negras é, portanto, uma forma contemporânea de quilombo, que reconstrói a ideia de resistência e solidariedade, agora em um ambiente digital, desafiando as estruturas de opressão e criando um espaço seguro para a afirmação da identidade negra na esfera virtual que reafirma o pensamento de Beatriz Nascimento:

O quilombo é um avanço, é produzir ou reproduzir um momento de paz. Quilombo é um guerreiro quando precisa ser um guerreiro. E também é o recuo quando a luta não é necessária. É uma sapiência, uma sabedoria. A continuidade de vida, o ato de criar um momento feliz, mesmo quando o inimigo é poderoso, e mesmo quando ele quer matar você. A resistência. Uma possibilidade nos dias de destruição (Nascimento, 2018, p. 7).

Assim, o feminismo negro e o aquilombamento, além de enriquecerem a comunicação antirracista, também a fortalecem, fornecendo uma base teórica, vivencial e prática que valoriza as experiências de mulheres negras, em especial aquelas marcadas por questões interseccionais (Crenshaw, 1989). Essa interação é fundamental para a construção de um movimento que é, ao mesmo tempo, inclusivo, ancestral e transformador, refletindo a diversidade das lutas por justiça social, igualdade, reconhecimento de lugar de fala e tomada da palavra.

A comunicação antirracista como ferramenta de empoderamento para mulheres negras

Para Patricia Hill Collins (2019), estereótipos são representações simplificadas e frequentemente distorcidas de grupos sociais, especialmente no contexto de raça e gênero. Eles servem para justificar desigualdades sociais, perpetuando visões limitadas sobre a identidade e as experiências das pessoas, particularmente das mulheres negras. Collins (2019) identifica que esses estereótipos apenas afetam a forma como os indivíduos são vistos pela sociedade e influenciam a maneira como se veem e se posicionam. Por desumanizar e marginalizar certos grupos, estereótipos reforçam hierarquias de poder e controle, tornando difícil para as pessoas afetadas desafiarem essas narrativas e reivindicarem suas identidades e direitos. Diante disso, é fundamental pensar caminhos que rompam com estereótipos e histórias únicas perigosas (Adichie, 2019).

Ao observar experiências como o Blogueiras Negras, percebemos que a comunicação antirracista se configura como uma poderosa ferramenta de empoderamento para mulheres negras e ruptura de estereótipos, permitindo que suas vozes sejam ouvidas e suas experiências reconhecidas. Historicamente, enfrentamos múltiplas camadas de opressão que se interseccionam e recrudescem em uma sociedade estruturalmente racista e sexista. Nesse contexto, a

comunicação serve como meio de expressão, mas também como um ato de resistência contra sistemas de opressão que tentam impor silêncios.

A partir disso, a ideia de empoderamento surge como o processo em que mulheres reivindicam e alcançam o livre arbítrio, a liberdade de escolha e de posicionamento. Para Joice Berth (2018), o empoderamento é um processo que envolve a aquisição de poder e controle sobre a própria vida, permitindo que indivíduos ou grupos, especialmente aqueles socialmente marginalizados, reconheçam e reivindiquem seus direitos e identidades. Berth enfatiza que o empoderamento não é apenas uma questão individual, mas também coletiva, refletindo a necessidade de comunidades se unirem para lutar contra opressões sistêmicas.

“O empoderamento das mulheres implica, para nós, a libertação das mulheres das amarras da opressão de gênero, da opressão patriarcal” (Sardenberg, 2009, p. 02). E, no caso das Blogueiras Negras, acrescentamos: o empoderamento envolve também a questão racial, o que diz respeito à autoestima e à segurança de quem (re)toma para si o direito à palavra historicamente negado. Nesse processo, o conteúdo produzido por essas mulheres se afina à ideia de uma comunicação que é antirracista, uma vez que esse conceito envolve o combate às múltiplas formas de opressão além da racial, como a violência de gênero.

O Blogueiras Negras é posto no meio digital como uma potente ferramenta de empoderamento para mulheres negras, especialmente no contexto em que Audre Lorde (1984) nos desafia a refletir sobre as opressões interseccionais que marcam a experiência das mulheres negras e pobres. Enquanto a teoria feminista branca muitas vezes ignora essas diferenças, tratando a luta das mulheres de forma homogênea, o Blogueiras Negras cria um espaço onde as especificidades da vivência negra e periférica são consideradas. O coletivo se propõe a romper com as narrativas excludentes do feminismo hegemônico, oferecendo um campo de resistência, reflexão e troca de saberes entre mulheres negras. Evocamos as palavras de Audre Lorde quando diz que:

Se a teoria de feministas americanas brancas não precisa lidar com as diferenças entre nós e a diferença resultante em nossas opressões, então como você lida com o fato de que mulheres que limpam suas casas e tomam conta de suas crianças enquanto você vai a conferências sobre teoria feminista são, na maior parte, mulheres pobres e mulheres negras? Qual é a teoria por trás do feminismo racista? (Lorde, 1984, p.27).

Em consonância com a crítica de Lorde sobre a desconexão das feministas brancas com as realidades das mulheres negras, o Blogueiras Negras se torna uma resposta a essa lacuna, proporcionando uma plataforma onde mulheres negras podem desafiar as estruturas racistas e sexistas, afirmar suas identidades e lutar por uma justiça que leve em conta suas especificidades e realidades. Assim, a iniciativa incentiva, a partir da produção comunicativa, a construção de uma prática feminista negra que questiona as hierarquias e opressões impostas pela sociedade e pela própria teoria feminista dominante.

Nesse sentido, Santos (2022) argumenta que as “narrativas da (re)existência” referem-se ao processo pelo qual as mulheres transformam as situações de violência que sofreram em ferramentas de resistência, utilizando essas experiências para combater o machismo, o racismo e o patriarcado, tanto nos ambientes de trabalho quanto nos núcleos familiares e na sociedade de forma geral. Assim, incluímos a produção do Blogueiras Negras dentro dessa lógica, reconhecendo-o como um espaço em que mulheres negras reconfiguram suas vivências de opressão em narrativas de resistência e fortalecimento.

Ao compartilharem suas histórias e lutas, as mulheres negras não apenas se afirmam, mas também inspiram outras a fazer o mesmo. A visibilidade é uma forma de resistência; ao ocupar espaços que historicamente foram negados, elas desafiam as narrativas dominantes e abrem caminho para novas discussões sobre raça e gênero.

Os estereótipos associados às mulheres negras têm raízes profundas na história, influenciando a forma como elas são percebidas e tratadas pela sociedade. Desde a época colonial, as mulheres negras foram frequentemente reduzidas a imagens que desumanizavam suas experiências e suas identidades. Estereótipos como o da “mãe preta”, que as retrata como cuidadoras submissas, ou da “mulata”, que sexualiza e desvaloriza, têm servido para justificar sua marginalização e opressão (González, 1984). Esses estereótipos moldaram a visão pública e impactaram profundamente a autoestima e a percepção que essas mulheres têm de si mesmas, contribuindo para um ciclo de silenciamento e autosilenciamento.

O silenciamento imposto às mulheres negras é uma consequência direta desses estereótipos. Ao serem tratadas como figuras unidimensionais, suas histórias e lutas foram frequentemente ignoradas ou desconsideradas. Esse apagamento sistemático dificultou a construção de uma narrativa própria, fazendo com que suas vozes fossem relegadas ao fundo da esfera pública. Para Ribeiro (2018), a opressão histórica não se limitou a condições sociais e econômicas, mas se estendeu à esfera comunicativa, onde as mulheres negras foram privadas da oportunidade de expressar suas realidades e reivindicações. Através da escrita, elas podem se afirmar, reescrever suas histórias e lutar contra a invisibilidade que as cercou por tanto tempo.

A atuação do Blogueiras Negras exemplifica como as perspectivas da comunicação antirracista, empoderamento (Berth, 2018), aquilombamento (Nascimento, 2018; 2021) e narrativas da (re)existência (Santos, 2022) podem servir como um ato de resistência e transformação social. O processo de tomar posse da visibilidade, da palavra e da expressão incentiva a questionar as narrativas dominantes ao mesmo tempo em que constrói uma nova forma de diálogo que valoriza a experiência das mulheres negras. Tem-se a comunicação como uma ferramenta essencial para a luta contínua por igualdade e reconhecimento, permitindo que mulheres negras sejam vistas, ouvidas e lidas em toda sua diversidade e complexidade.

Considerações finais

As discussões apresentadas neste artigo destacam a relevância da comunicação antirracista e do feminismo negro como ferramentas essenciais para o empoderamento das mulheres negras. Elas têm ampliado as lutas sociais e se apropriado das plataformas digitais como espaços estratégicos onde compartilham suas experiências e desafiam as narrativas hegemônicas que frequentemente as desumanizam. O portal Blogueiras Negras se destaca como um exemplo concreto de como a comunicação pode ser instrumentalizada para a luta antirracista, criando um ambiente onde suas palavras podem ser lidas.

Importante ressaltar que a comunicação antirracista não deve ser entendida como um processo pontual, mas como uma prática contínua e coletiva. Por se unirem em torno de suas narrativas, as mulheres negras exercem o direito de falar e constroem uma voz coletiva que ecoa além das experiências individuais, refletindo uma luta conjunta contra o racismo e outras

formas de opressão. A interatividade proporcionada pelas redes sociais permite um ativismo mais colaborativo e dinâmico, no qual as mulheres negras podem formar comunidades de apoio mútuo e solidariedade.

Esse ambiente de troca de experiências e saberes é significativo para o fortalecimento de uma identidade coletiva que sustenta a luta antirracista, antisexistista e propicia um espaço seguro para que as mulheres se sintam parte de um movimento mais amplo, inspirado no aquilombamento enquanto prática de resistência negra (Nascimento, 2019; Nascimento, 2021).

A análise das dinâmicas de comunicação antirracista revela, no entanto, que, embora as redes sociais ofereçam novas possibilidades de visibilidade, elas também impõem desafios consideráveis, como o racismo algorítmico. Afinal, “os sistemas algorítmicos tomam decisões por nós e sobre nós com frequência cada vez maior” (Silva, 2020, p.123). Conforme discutido, os algoritmos presentes nas plataformas digitais frequentemente replicam preconceitos históricos, restringindo o alcance das vozes de mulheres negras e perpetuando desigualdades. Essa realidade sublinha a necessidade urgente de um ativismo antirracista que questione e combata as estruturas tecnológicas que reforçam a marginalização e o silenciamento (Carrera; Carvalho, 2020; Noble, 2018).

Ao analisar o papel do Blogueiras Negras nesse cenário, é possível concluir que o empoderamento proporcionado por essa plataforma vai além da visibilidade, abrangendo também a mobilização para enfrentamento dos silêncios (Lorde, 2020). As *blogueiras* compartilham vivências, se tornam agentes de transformação em suas próprias histórias e desafiam normas sociais e políticas que perpetuam as desigualdades. O Blogueiras Negras se configura, por conseguinte, como um espaço seguro onde as mulheres negras podem se expressar livremente, fortalecendo uma identidade coletiva que se opõe às opressões interseccionais.

Quando Sueli Carneiro (2003, p. 118) nos convida a “enegrecer o feminismo”, busca engendrar um debate que visibilize a perspectiva feminista negra e traga as mulheres pretas e pardas para o centro do debate político. Para a construção de um feminismo efetivo e transformador, é fundamental que elas se reconheçam como protagonistas de sua própria história, algo que ressoa com as práticas observadas no Blogueiras Negras.

Em consonância com o pensamento de Carneiro (2003), esse movimento se fortalece na medida em que as mulheres negras, ao tomarem a palavra, denunciam as violências sofridas e ressignificam suas próprias experiências, construindo narrativas de si. Nesse sentido, o feminismo negro e a comunicação antirracista, como exposto no artigo, não se limitam a uma busca por visibilidade, mas visam a transformação social por meio da criação de novas formas de subjetividade e pertencimento, desafiando as estruturas patriarcais, racistas e classistas que ainda estruturam a sociedade.

O desafio que se coloca, portanto, é expandir esse modelo de resistência e visibilidade para que, no futuro, ainda mais mulheres negras possam ocupar espaços de expressão, visto que o movimento da fala também é uma forma de liberdade. O exercício desenvolvido no Blogueiras Negras lembra González (1984, p. 225), quando afirma: “exatamente porque temos sido falados, infantilizados (*infans*, é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos nossa própria fala”. Com a escrita de mulheres negras nos espaços digitais, temos mais um movimento de tomada da palavra em curso. A máscara de Anastácia cada vez mais é enterrada no solo da nossa história.

Referências

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- BERTH, Joice. *O que é empoderamento?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- BLOGUEIRAS NEGRAS. *Quem somos*. Disponível em: <https://blogueirasnegras.org/quem-somos/>. Acesso em: 31 out. 2024.
- CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. Estudos Avançados, São Paulo, n. 17, p. 117-132, 2003.
- CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. *Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais*. Revista Galaxia, São Paulo, v. 43, p. 99-114, jan.-abr. 2020.
- COLLINS, Patricia. Hill. *Pensamento Feminista Negro: Conhecimento, Consciência e a Política do Empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams. *Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum, v. 14, 1989.
- EVARISTO, Conceição. A escrituragem e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. *Escrituragem: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo*. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. P.27-46.
- GONZALEZ, Lélia. *Lélia Gonzalez: primavera para as rosas negras*. São Paulo: UCPA Editora, 2018.
- GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. Revista Ciências Sociais Hoje, São Paulo, p. 223-244, 1984.
- hooks, bell. *Feminist theory: from margin to center*. South End Press, 2000.
- hooks, bell. *Irmãs do inhamé: mulheres negras e autorrecuperação*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2023.
- KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.
- LORDE, Audre. *Irmã Outsider: Ensaio e Conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- LORDE, Audre. The Master's Tools will never dismantle the Master's House. In: LORDE, Audre. *Sister outsider: essays and speeches*. New York: The Crossing Press Feminist Series, 1984. p. 25-28.
- MOURA, Clóvis. *Quilombos: resistência ao escravismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2020.
- NASCIMENTO, Abdias. *O quilombismo: documentos de uma militância pan-africanista*. 3ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Quilombola e intelectual: possibilidade nos dias de destruição*. São Paulo: Diáspora Africana, 2018.
- NASCIMENTO, Beatriz. *Uma história feita por mãos negras*. Org.: Alex Ratts. 1ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NOBLE, S. U. *Algorithms of Oppression: how search engines reinforce racism*. NYU Press, 2018.
- RIBEIRO, Djamila. *Quem tem medo do feminismo negro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Gonçalves Viviane. As vozes de mulheres negras em três tempos. P. 75-91. In: CORRÊA, Laura Guimarães (Org.). *Vozes negras em comunicação: mídias, racismos, resistências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.
- SANTOS, Jadeanny Arruda Silva dos. *Narrativas da (re)existência: um estudo sobre a violência de gênero contra jornalistas nas redações de Natal (RN)*. 2022. 113 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Mídia, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, 2022. Orientadora: Profa. Dra. Maria do Socorro Furtado Veloso.
- SARDENBERG, Cecília M. B. *Conceituando "Empoderamento" na perspectiva feminista*. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6848/1/Conceituando%20Empoderamento%20na%20Perspectiva%20Feminista.pdf>. Acesso em: 20 out. 2024.
- SILVA, Tarcízio. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, Tarcízio. *Comunidades, algoritmos e ativismos digitais: olhares afrodiaspóricos*, p.121-135, 2020.

QUAL A COR DA DOCÊNCIA EM JORNALISMO?: UM MAPEAMENTO DO PERFIL DAS PROFESSORAS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

WHAT IS THE COLOR OF JOURNALISM TEACHING? MAPPING THE PROFILE OF FEMALE TEACHERS IN THE BRAZILIAN AMAZON

JANAINA LOPES DE AMORIM¹

THAISA BUENO²

ROSALY BRITO³

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla que investiga a experiência de mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Região Amazônica do Brasil. A proposta central é destacar a importância de um projeto feminista de ciência que evidencie a experiência histórica e cultural, assim como os saberes das mulheres das margens (Rago, 2019), reconhecendo suas vivências e o que elas tematizam (França, 2006). O objetivo deste estudo é identificar o perfil das interlocutoras e analisar os dados socioeconômicos. Essa etapa vai oferecer uma contextualização essencial para a interpretação das experiências das mulheres pesquisadas, que será realizada em um segundo momento. Para a coleta de informações, foram aplicados questionários eletrônicos via Google Forms, com a participação de 47 interlocutoras, de um total de 83 mulheres que compõem o universo da pesquisa. O levantamento inicial revela dados importantes, como a presença majoritária de mulheres racializadas no campo da docência em jornalismo na Região Amazônica, evidenciando sua representatividade neste setor profissional. A pesquisa destaca a urgência de se pensar em um projeto feminista de ciência que não só reconheça, mas também valorize as experiências e os saberes culturais e históricos das mulheres racializadas, proporcionando uma análise mais completa, precisa e sensível de suas vivências.

Palavras-chave: mulheres racializadas, docência, jornalismo.

ABSTRACT

This article is part of a broader research that investigates the experience of racialized women who teach journalism in the Amazon region of Brazil. The central proposal is to highlight the importance of a feminist science project that highlights the historical and cultural experience, as well as the knowledge of women on the margins (Rago, 2019),

- 1 Doutoranda em Ciências da Comunicação (PPGCOM/UFPA). Mestra em Comunicação (PPGCOM/UFMA). Especialista em Assessoria de Comunicação Empresarial e Institucional (UFMA) e em Educação, Comunicação, Tecnologia em Interfaces Digitais (Estácio). Possui graduação em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa (UEMASUL) e em Comunicação Social/ Jornalismo (UFMA). Vencedora da 16ª edição do Prêmio Mulheres Cientistas do Maranhão da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), categoria dissertação de Mestrado. E-mail: jannaina.amorim@gmail.com
- 2 Professora associada do curso de graduação em Jornalismo na UFMA de Imperatriz e docente permanente no Programa de Pós-graduação (Mestrado em Comunicação) na mesma instituição. Jornalista formada pela UFMS, possui doutorado em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2015) e Mestrado em Letras pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (2007). Bolsista Fapema Produtividade. Email: thaisa.bueno@ufma.br
- 3 Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará, mestre em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo, docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (Ppgcom/UFPA) e da Faculdade de Comunicação (Facom/UFPA). É uma das coordenadoras do Grupo de Pesquisa Comunicação, Política e Amazônia. E-mail: rosaly@ufpa.br

recognizing their experiences and what they thematize (França, 2006). The objective of this study is to identify the profile of the interlocutors and analyze socioeconomic data. This stage will offer an essential contextualization for the interpretation of the experiences of the women researched, which will be carried out in a second stage. To collect information, electronic questionnaires were administered via Google Forms, with the participation of 47 interlocutors, from a total of 83 women who make up the research universe. The initial survey reveals important data, such as the majority presence of racialized women in the field of journalism teaching in the Amazon Region, highlighting their representation in this professional sector. The research highlights the urgency of thinking about a feminist science project that not only recognizes, but also values the experiences and cultural and historical knowledge of racialized women, providing a more complete, precise and sensitive analysis of their experiences.

Keywords: racialized women, teaching, journalism.

Introdução

Este artigo trata do perfil das mulheres racializadas que atuam na docência em jornalismo na Amazônia Oriental Brasileira. Ele integra uma pesquisa mais ampla que visa se debruçar sobre as suas experiências no exercício da docência e, nessa fase de levantamento, a proposta é conhecer melhor o contexto em que são produzidas as opiniões das sujeitas. Por isso, o objetivo deste artigo é identificar o perfil das interlocutoras e analisar seus dados socioeconômicos.

Entender esse universo é importante porque as mulheres constituem mais da metade (57,8%) da força de trabalho no jornalismo brasileiro. Dentre elas, há franco predomínio de pessoas brancas (67,8%), seguidas de pardas (20,6%). As jornalistas autodeclaradas pretas, em contraponto, são minoria (9,3%), assim como as indígenas (4%) e amarelas (1,3%). Os dados são do Perfil do Jornalista Brasileiro⁴. Nesse universo de atuação profissional no mercado de trabalho em jornalismo, conforme dados da pesquisa, somente 7,4% atuam na docência, sendo a maioria (88%) vinculada a cursos de Jornalismo ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo. O relatório não traz dados sobre a diferença de gênero ou raça na docência em jornalismo, especificamente, mas oferece apontamentos importantes para que se possa inferir algumas configurações sobre o campo de atuação das mulheres nessa área.

A Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), o principal evento desta temática no Brasil e referência também na participação de pesquisadores e profissionais de outros países latino-americanos, divulgou em 2023 um balanço sobre a participação dos encontros nacionais de pesquisa organizados por ela e apontou que 60% dos participantes têm sido mulheres, sendo que elas são responsáveis por coordenar 20 dos 33 Grupos de Pesquisa, o que mostra que as pesquisadoras não só têm ocupado amplamente o espaço acadêmico, como também estão em lugares de protagonismo. Ao longo das últimas duas décadas, a participação de pesquisadoras em publicações científicas no Brasil aumentou de 38% para 49%. Com isso, o país ocupa a terceira posição entre os locais com maior presença feminina na ciência, em uma lista que inclui 18 países e a União Europeia. Essas informações são destacadas no relatório "Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil", da Elsevier-Bori de 2024.

4 LIMA, Samuel Pantoja et al. *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: Características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*. 1 ed. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2022.

Apesar de as mulheres representarem a maioria do corpo docente no ensino superior brasileiro há vários anos, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e de alcançarem o maior número de títulos de doutorado, elas continuam sendo minoria no quadro docente. Dados de 2006 e 2016, mostram que a participação feminina entre os professores cresceu apenas 1%, passando de 44,5% para 45,5%, conforme levantamento do professor Renato Pedrosa, coordenador do Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) e docente da Unicamp.

E apesar de não termos um levantamento que discuta, de forma atualizada e qualitativamente a inserção da mulher na docência do Ensino Superior como um todo no país, uma pesquisa que ajuda a entender esse universo foi conduzida por Alvarenga, Silva e Wenez (2022) e analisou a representatividade feminina no trabalho docente no Ensino Superior, com um foco específico na Universidade Federal do Espírito Santo. O artigo conclui que, apesar dos avanços na participação feminina no Ensino Superior, ainda persistem desigualdades significativas tanto no espaço social quanto no acadêmico-científico. Como apontam os autores, embora haja um aumento na presença feminina, essa participação continua sendo sub-representada em altos órgãos de direção, como pró-reitorias, coordenações de centros de ensino, e Conselhos universitários e de cursos de pós-graduação. Além disso, a pesquisa indica que, apesar do crescimento, a distribuição feminina nas áreas de formação ainda é desigual, com as mulheres predominando em cursos tradicionalmente feminizados e perpetuando estereótipos de gênero.

Quando olhamos para a área da Comunicação, há ainda menos estudos voltados a entender as mulheres e sua atuação na docência, em especial as racializadas, segundo levantamento exploratório realizado para este artigo sobre as produções envolvendo a atuação das mulheres professoras no Ensino Superior no jornalismo, tendo como foco as abordagens e metodologias. A busca foi guiada por três conjuntos de palavras-chave: “Docência; Jornalismo; Gênero” e “Docência; Mulheres; Jornalismo”; “Mulheres, Ensino Superior, Jornalismo” realizadas nas plataformas da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), Scielo e no Google Acadêmico. O recorte temporal foi de 2009 a 2023. Isso porque corresponde ao período em que as pesquisas que relacionam gênero e comunicação ganham fôlego, motivadas pela amplitude que o gênero assume como categoria analítica nas pesquisas da área desde a primeira década deste século (Tavares, Massuchin, Sousa, Silva, 2021). Na comunicação, apenas duas produções científicas foram encontradas, uma trata da narrativa das mulheres, tanto na docência quanto no mercado, e a outra do que as mulheres produzem na carreira acadêmica. Nenhuma das pesquisas mapeadas na área da comunicação trata das questões interseccionais, como as de raça, etnia ou território quando analisa o universo da docência.

A escassez de publicações aponta para a necessidade de ampliar as discussões sobre gênero e raça, dando mais visibilidade ao protagonismo feminino das mulheres negras, pardas e indígenas que atuam no ensino superior no Jornalismo que, por sua vez, é uma área fundamental para o funcionamento pleno da democracia. Demonstra, ainda, a importância da realização de estudos como este, que busca compreender os atravessamentos ou interações entre as múltiplas formas de subalternização de mulheres como de raça, gênero, etnia, território e classe (Gonzalez, 1984; Davis, 2016; Crenshaw, 1991; Collins, Bilge, 2020), por meio de um levantamento socioeconômico das professoras que atuam na docência no jornalismo na Amazônia Oriental.

Para reunir os dados deste artigo, foram enviados formulários eletrônicos às 83 professoras que integram o quadro de docentes em jornalismo na região, destas 47 participaram das pesquisas, entre brancas, negras e ascendentes de indígenas. Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas, número que revela a importância de entender melhor a realidade de mulheres racializadas neste campo de atuação.

Referencial teórico

São conceitos centrais para analisar as experiências das mulheres racializadas no ambiente acadêmico e suas interseções com as estruturas de poder a ideia de gênero, raça e divisão sexual do trabalho. Isso porque gênero, como um sistema de relações sociais construído culturalmente, reflete fatores históricos, sociais e políticos (Scott, 1995). Raça também é uma construção que remonta ao período colonial, criada para justificar a exploração e subjugação de povos com base em características fenotípicas e territoriais, impulsionando as relações de dominação e opressão.

Tanto a ideia de raça quanto a de gênero influenciam a organização das hierarquias e papéis sociais, relegando a muitos grupos a posições de inferioridade (Souza, 2021; Quijano, 2005). Ambas são marcadores inseparáveis, entrelaçadas e interdependentes, constituindo as realidades das mulheres de maneira única e resultam em experiências singulares e subjetivas (Carrera, 2020). Essa abordagem está no cerne da categoria analítica da interseccionalidade, proposta por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), que examina como as relações de poder interseccionais moldam as experiências individuais e coletivas em sociedades marcadas por desigualdades estruturais. Esses atravessamentos incidem sobre a percepção que as sujeitas têm de si e do mundo.

Por isso, a importância de reconhecer a subjetividade dos saberes. Donna Haraway (1995) defende a ideia de uma ciência parcial, localizada, em que os saberes são socialmente negociados e construídos por atores sociais, mediado por linguagem e atravessamentos socio-históricos. Reconhecer que o conhecimento é situado é positivo, pois nos permite admitir outras visões além das dominantes e avaliar constantemente as condições e métodos usados para produzir ciência.

Percurso metodológico

As questões norteadoras dessa investigação foram formuladas de modo a apreenderem como a interseccionalidade incide na vida das interlocutoras, entendendo que, mais que uma teoria, a interseccionalidade se constitui também como um caminho metodológico. A ideia é fundamentar o processo do estudo “para além da diferença, mas para o que fundamenta, a partir da diferença, a opressão” (Carrera, 2020, p. 5), considerando o conceito de roleta interseccional que a autora propõe, como base para a construção de um quadro metodológico no campo da comunicação.

Carrera (2020 p. 12) defende a ideia de roleta interseccional “pensada em prol do direcionamento das perguntas e da análise dos objetos de pesquisa em Comunicação. A vareta gira à procura do atravessamento relevante para o sujeito ou situação pesquisada. A cada momento da pesquisa, essa vareta deve ser acionada pelo pesquisador para que as categorias, se relevantes, sejam iluminadas”.

Para chegar a esta etapa, foi feito um levantamento exploratório das universidades públicas que ofertam o curso de jornalismo em toda a Amazônia Oriental, que abrange os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso e Amapá.

Figura 1. Universidades que ofertam os cursos de jornalismo na Amazônia Oriental



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Importante ressaltar que a Amazônia Oriental é uma subdivisão da vasta região amazônica, localizada a leste do rio Tapajós. Enquanto a Amazônia, em um sentido mais amplo, refere-se à totalidade da floresta tropical da América do Sul, a Amazônia Oriental destaca-se por suas características sociais e econômicas específicas. A escolha da Amazônia Oriental é justificada pela complexidade social e educacional, onde se enfrenta desafios relacionados a desigualdades regionais e infraestrutura educacional.

Diante deste cenário, vale destacar que estas instituições não são consideradas apenas como um espaço físico e geográfico, já que elas dão forma e podem constituir os campos de interação, entendidos como “espaço de posições e trajetórias que determinam algumas das relações e algumas das oportunidades disponíveis” (Nazário, Reino, Manfredini, 2016, p. 293)

Como explica Thompson (2011, p. 367), as instituições “estão situadas dentro de campos de interação” e são as instituições que dão forma aos campos e, nelas, se materializam as estruturas sociais. Segundo Thompson (2011), é neste espaço que é possível identificar as assimetrias, como as de gênero e raça no mundo do trabalho, assim como as diferenças individuais e coletivas de acesso e distribuição de poder. Acrescentamos a essa lista as formas de resistências também.

Em seguida, iniciou-se um processo de identificação dessas professoras, por meio dos sites das instituições de ensino públicas que possuem o curso superior de jornalismo. Foram catalogados os e-mails e realizado o convite para participar da pesquisa, preenchendo o formulário socioeconômico. As informações foram coletadas via formulário do Google Forms, enviado manualmente a professoras que atuam nos cursos de jornalismo na região Amazônica. Foram feitos três envios de convite, os dois primeiros nominais e o último em grupo, de acordo com a universidade.

O campo é composto por seis universidades, localizadas no Maranhão, Mato Grosso, Amapá e Tocantins, sendo elas: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), em Rondon, Universidade Federal do Maranhão (UFMA, campus de Imperatriz e São Luís), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Universidade de Gurupi (Unirg), Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), em Tangará da Serra, Universidade Federal do Amapá (Unifap), em Macapá e Universidade Federal do Pará (UFPA), em Belém. Esse recorte inclui tanto universidades de capitais, quanto do interior, o que possibilita resultados mais plurais. Foram 47 formulários respondidos, que correspondem a mais da metade das interlocutoras. Dessas respostas, cinco são da Unemat, quatro na Unifap, seis da Ufma de Imperatriz, oito de São Luís, sete da UFT, dois da Unifesp, cinco da UFPA, e três da Unirg. A quantidade e a distribuição das respostas já permitem traçar um panorama e algumas inferências, conforme veremos a seguir.

Quadro 1. Universidades públicas que ofertam o curso de jornalismo na Amazônia Oriental

| Universidade | Localização | Respostas |
|---|------------------|-----------|
| Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) | Rondon | 0 |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | Imperatriz | 6 |
| Universidade Federal do Maranhão (UFMA) | São Luís | 8 |
| Universidade Federal do Tocantins (UFT) | Tocantins | 7 |
| Universidade de Gurupi (Unirg) | Gurupi | 3 |
| Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) | Tangará da Serra | 5 |
| Universidade Federal do Amapá (Unifap) | Macapá | 4 |
| Universidade Federal do Pará (UFPA) | Belém | 5 |
| Total de formulários respondidos: 47 | | |

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Para analisar os resultados, dividimos as professoras em dois grupos: brancas e racializadas⁵. A proposta foi comparar os dados relativos a cada um deles. Cabe pontuar que decidimos incluir as categorias multiétnico e multirracial no formulário, além das clássicas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), divididas em brancos, negros (pretos e pardos), indígenas e amarelos. Isso por entender que nem sempre essas classificações abarcam a diversidade identitária de cor, raça e etnia das Amazônias. Seguimos o pensamento de Sueli Carneiro (2004) de que o outro em imagens fixas e estereotipadas e a reserva para os racialmente hegemônicos do privilégio de serem representados em sua diversidade também é uma atitude racista. Entendo

5 Usamos essa classificação porque durante a etapa de entrevistas, aprofundamos nossa compreensão sobre as percepções das racialidades das participantes. Embora muitas tenham marcado negras no formulário, constatamos que, entre aquelas que se autodeclararam pardas, há uma crítica à limitação dessas categorias, especialmente diante da presença da ascendência indígena. Esse fenômeno ressalta a complexidade das identidades raciais e desafia as classificações convencionais adotadas nas pesquisas (Amorim, Bueno, Brito, 2024).

também que “toda identidade e classificação racial são produtos de nossa história colonial. Transgredi-las é tarefa urgente” (Editorial da Revista Cult, 2024, p. 10)⁶.

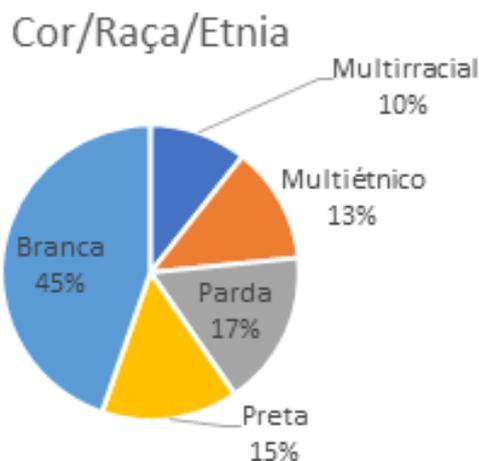
A classificação foi inspirada no último levantamento do Perfil do Jornalista Brasileiro (2021), realizado pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho da Universidade Federal de Santa Catarina. Essa preocupação surgiu a partir da própria conversa com professoras que vivem o dilema de não se reconhecerem como brancas, acreditarem na ideia de parda como uma categoria que clareia o perfil racial no Brasil, mas também não sentirem que sofrem os mesmos racismos que negras de pele escura. A ideia é que as interlocutoras se sentissem mais abarcadas com possíveis alternativas de identidade racial e étnica. Porém, para análise dos dados, a priori, seguiremos o padrão de considerar como racializadas todas as categorias que não se enquadram nas brancas.

No total, 47 professoras responderam ao questionário, entre brancas e racializadas, das 83 que compõem o quadro de docentes. Entre elas, 26 não se consideram brancas, como veremos mais detalhadamente a seguir.

Resultados e análises

No total, as universidades mapeadas para esta pesquisa contam com 135 professores, destes são 83 mulheres.

Gráfico 1. Cor, raça e etnia das mulheres da docência em jornalismo



Fonte: Elaborado pelas autoras

Em geral, os números são indicativos de que as mulheres participam fortemente da docência em Jornalismo indicando uma feminização, que é presente também em outras áreas profissionais. Das 47 respostas, 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior dentre as que responderam ao questionário é racializadas, o que pode ser uma característica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Historicamente, no Brasil a educação, sobretudo o Ensino Superior, que é tanto a porta de entrada da pós-graduação, quanto o espaço de trabalho das

6 A questão racial no Brasil. Discussões sobre identidade, desigualdade racial, política de cotas, fronteiras coloniais, colorismo e autodeclaração. *Revista Cult*, ano 27, edição 307, jul. 2024.

interlocutoras deste estudo, é relativamente recente, início do século XIX, e destinava-se, então, à formação cultural e profissional dos herdeiros da elite econômica do país. Dessa forma, esse era um espaço exclusivo dos brancos e de maior poder aquisitivo (Fernandes, 2021).

Mesmo com a industrialização e com o processo de redemocratização após a ditadura militar do pós-1964 no país, o acesso continuou limitado. Somente mais recentemente, nos anos 2000, devido à mobilização dos movimentos sociais, foram criadas políticas públicas de cotas sociais e raciais e de políticas que ocasionaram a expansão das universidades, tanto públicas como privadas. Então, se por um lado, a ocupação desses espaços por essas sujeitas representa uma ruptura desse passado histórico, ainda fica a questão de a maior parte das ocupações de maior prestígio e remuneração serem ocupadas por homens brancos.

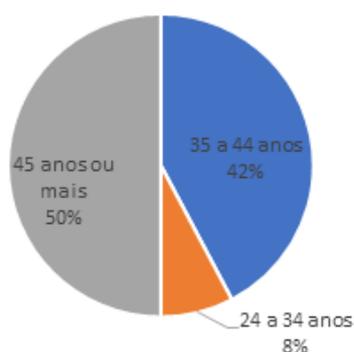
Além dessas classificações do gráfico, foram usadas amarelo e indígena, porém essas não pontuaram. Esses dados reforçam a ideia moderna e colonial de raça, que também pode se estender a etnia, na qual os povos conquistados, seus traços fenotípicos, descobertas mentais e culturais foram colocados em um lugar de subalternidade, repercutindo em lugares e papéis sociais e estruturas de poder que persistem e moldam a sociedade. Vale ressaltar que a ideia aqui não é a hierarquização de saberes, mas o questionamento da ausência desses sujeitos nas instituições de ensino, considerando que suas presenças poderiam contribuir para espaços e saberes mais plurais e diversificados.

Dessa forma, “as novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçaram-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se (Quijano, 2005, p. 108). Essa articulação resultou em uma tecnologia de dominação/exploração (Quijano, 2005) eficiente, que perdura e sustenta estruturas sociais.

No geral, a maior parte das professoras está na faixa etária de mais de 45 anos, seguida de 35 a 44 anos. Essa tendência segue entre as brancas e negras, com diferença na faixa etária das mais jovens, que é maior entre as brancas, com 10%, enquanto entre as negras é de 7,7%. Embora precise de mais investigação, essa pequena variação entre as mulheres mais jovens pode indicar que negras demoram mais a chegar nessa posição.

Gráfico 2. Idade das mulheres racializadas da docência em jornalismo

Idade das racializadas

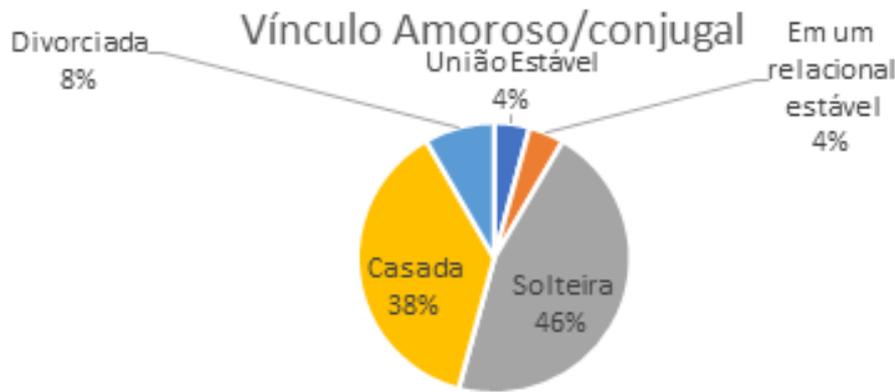


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Nos dois grupos, elas exercem ou já exerceram cargos de coordenação, com diferenças pequenas. Das brancas, 36,6% já exerceram e 31,6% exercem atualmente; racializadas, 32% e 24%, respectivamente. No entanto, os cargos ocupados por elas, independente da questão racial, em sua maior parte são de coordenação da pós-graduação ou da graduação e não estão em posições hierárquicas mais altas, como as de reitoria ou pró-reitoras, por exemplo, o que pode ser em função das dificuldades das professoras de chegarem a esses cargos de maior poder. Este dado ratifica o estudo de Alvarenga, Silva e Wenetz (2022) na UFES e aponta indícios de que se trata de uma prática nacional na carreira das mulheres docentes.

Em relação ao vínculo amoroso conjugal, as brancas são em sua maioria casadas (60%), seguidas das solteiras (15%), divorciadas (15%) e namorando (10%). Já as negras são majoritariamente solteiras (44%), seguidas das casadas (40%), porém entre elas há outros vínculos de relacionamento: união estável ou relacionamento estável (4% cada). Esses dados sugerem que o casamento parece ter um papel mais proeminente entre as brancas, já que este é o principal vínculo amoroso entre elas.

Gráfico 3. Vínculo amoroso das mulheres racializadas da docência em jornalismo.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à renda, as racializadas possuem salários maiores. Enquanto 30% das brancas recebem de 11 a 20 salários-mínimos, elas são 40% na mesma faixa salarial. Estão em menor número, 8% mais precisamente, nos valores mais baixos, que vão de 2 a 5 salários-mínimos, contra 10% das não negras.

Gráfico 4. Renda das racializadas da docência em jornalismo

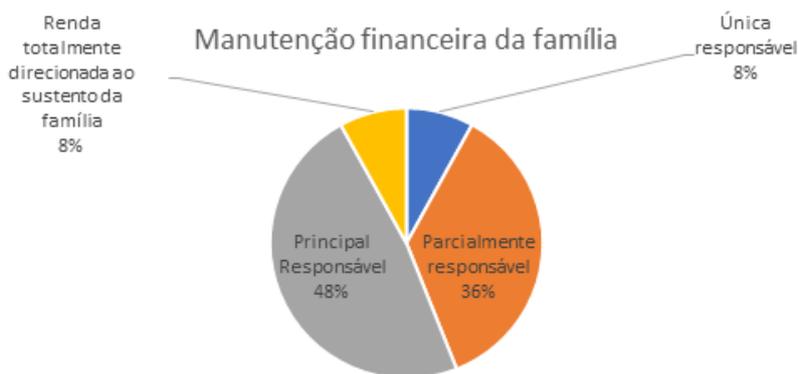


Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Essas informações mostram que a universidade pode ser um espaço de maior equidade salarial entre as mulheres. Porém, embora as racializadas ganhem mais, 8% delas são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 48% são as principais responsáveis e 36% contribuem parcialmente nesse sustento. Das brancas, 40% são as principais responsáveis e 45% contribuem parcialmente. As diferentes porcentagens de mulheres racializadas e brancas como únicas responsáveis podem refletir a diversidade nas estruturas familiares, incluindo arranjos monoparentais ou com diferentes configurações de membros da família. No geral, os percentuais são semelhantes e indicam que as mulheres têm sido, em muitos casos, as principais provedoras do sustento familiar.

Esses dados são instigantes porque, em ambos os grupos, elas não são as primeiras a ter acesso à universidade (46% no geral, 45% entre as brancas e 52% entre as racializadas). Em teoria, com mais pessoas qualificadas profissionalmente na família, essa divisão de manutenção financeira deveria ser mais simétrica, o que não acontece na prática entre as professoras de jornalismo na Amazônia.

Gráfico 5. Manutenção da família entre mulheres racializadas da docência em jornalismo.



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à quantidade de pessoas na família, a diferença mais significativa é para as mulheres que vivem sozinhas: 16% das racializadas contra 30% das brancas. Outra diferença marcante é que 8% das negras moram com quatro a sete pessoas enquanto essa faixa etária não pontuou entre as brancas. Já em relação às que vivem com uma a três pessoas, o número é de 76% para negras e 70% para as brancas.

Gráfico 6. Quantidade de pessoas da família de mulheres racializadas na docência em jornalismo.

Quantas pessoas moram com você?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Entre os possíveis motivos, pode ser que as racializadas estejam enfrentando desafios socioeconômicos mais significativos, o que pode impactar o tamanho da família. Se cruzarmos a informação dos gráficos anteriores - em que 8% das racializadas são as únicas responsáveis pelo sustento da família, enquanto nessa faixa entre as brancas o percentual é de 5%, ao mesmo tempo que 8% das negras vivem com quatro a sete pessoas e entre as brancas essa quantidade de pessoas nem pontuou - isso pode ficar mais evidente.

A pesquisa aponta ainda que a maternidade é uma realidade entre as racializadas: 68% são mães, sendo que 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Já entre as brancas 45% são mães e 30% tiveram filhos depois da pós-graduação. É necessário entender melhor as escolhas reprodutivas, porém o alto número de mulheres racializadas terem optado pela maternidade após a pós-graduação pode indicar a possibilidade de mais equilíbrio entre carreira acadêmica e vida familiar. Isso porque, nos dois grupos de mulheres, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes, como a decisão de planejar a maternidade ou mesmo optar por não a exercer.

Gráfico 7. Maternidade entre mulheres racializadas na docência em jornalismo

Caso sim, se tornou mãe antes ou depois de ingressar na academia



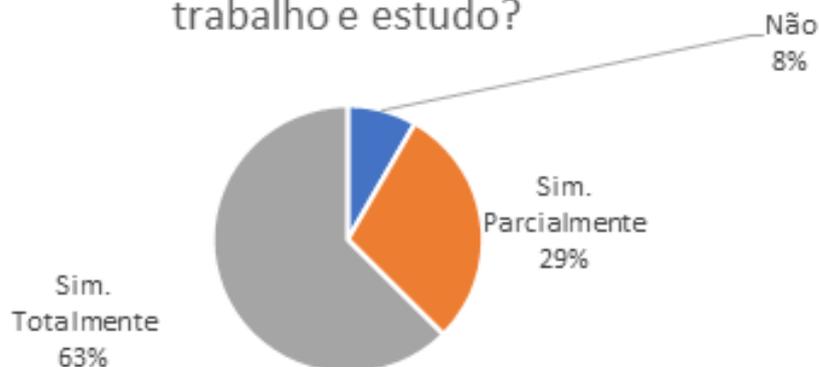
Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em relação à carga horária de trabalho, ambos os grupos trabalham 40 horas semanais ou mais. Elas também afirmam que trabalham mais horas do que o previsto no contrato: 62,5% das negras trabalham a mais e 33,33% delas disseram que a carga horária corresponde à trabalhada é a prevista no contrato. Entre as brancas, esse número é de 57,9% e 42,1% respectivamente.

A maior parte das mulheres, independente da questão racial, foi bolsista durante a trajetória estudantil. A diferença maior é quando se trata da necessidade conciliar outras atividades remuneradas com as bolsas. Entre as brancas, 45% delas precisaram trabalhar durante todo percurso enquanto estudante totalmente, 50% em uma parte e 5% não precisaram trabalhar. Entre as racializadas, 62,5% exerceram atividades remuneradas além da acadêmica, 29,2% parcialmente e 8% não precisaram. Essa diferença, sobretudo no índice das que precisaram conciliar trabalho e estudo, mostra que o percurso até chegar na docência não é linear.

Gráfico 8. Conciliação entre trabalho e estudo

Em algum momento precisou conciliar trabalho e estudo?



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2024

Em resumo, a diferença entre racializadas e brancas é pequena na maior parte das categorias, o que pode indicar que as diferenças socioeconômicas são menores quando elas alcançam a docência. No entanto, ainda é preciso entender melhor tanto essas desigualdades, quanto outras, como questões relacionadas ao exercício da função. Alguns números chamam bastante atenção, principalmente os relacionados aos arranjos familiares, em que as diferenças foram mais marcantes: entre as brancas 5% são as únicas responsáveis pelo sustento da família, 30% vivem só. Enquanto entre as racializadas 12% são as únicas responsáveis pelo sustento da família e 16% vivem só. Além disso, 8% das racializadas moram com 4 a 7 pessoas, já entre as brancas, esse número nem pontuou.

Essa simetria nos dados socioeconômicos pode ser resultado das “regras e normas burocráticas que não admitem diferenciação entre indivíduos de sexos diferentes. Essa situação é compartilhada, claro, por todas as universidades públicas” (Moschkovich, Almeida, 2015, p. 772). No entanto, ainda é preciso investigar mais profundamente as violências simbólicas que marcam a trajetória dessas profissionais, bem como entender as hierarquias e centralidades no fazer docente, já que a universidade é um campo social e como tal pode refletir estruturas mais gerais da sociedade.

Considerações finais

Os dados socioeconômicos obtidos nesta fase inicial da pesquisa, embora ainda precise de uma escuta atenta, já proporcionam algumas inferências tanto de conquistas significativas, quanto desafios enfrentados pelas mulheres na docência em jornalismo na região da Amazônia Oriental. Dos 135 professores que compõem o quadro de profissionais, 83 são mulheres. Neste estudo, contamos com a participação de 47 interlocutoras, delas 26 não se consideram brancas. Ou seja, a maior parte dos profissionais são mulheres e são racializadas. Embora não deixe de ser uma conquista histórica, considerando que a educação é uma das formas de ascensão social, esses

números podem ser uma realidade específica da área, já que em outros estudos, os dados são bastantes diferentes. Cabe pontuar que não foram identificadas mulheres amarelas ou indígena.

No geral, as diferenças socioeconômicas entre brancas e racializadas são pequenas e estão mais relacionadas à trajetória para chegar à pós-graduação ou à realidade fora do mercado. Por exemplo, em relação aos salários, as racializadas possuem os mais altos e estão em menor quantidade entre as mulheres que recebem menos, o que poderia até ser um indicativo positivo. No entanto, quando se trata de responsabilidade exclusiva pelo sustento da família elas são maioria, o que aponta para a reprodução de barreiras sistemáticas que podem acarretar diferenças socioeconômicas.

Ainda sobre questões familiares, identificamos que há uma diferença entre brancas e racializadas, tanto em relação à quantidade de mulheres mães, quanto ao momento em que a maternidade se efetivou para elas. Entre as racializadas, 68% são mães e 58% delas tiveram filhos depois de ingressar na pós-graduação. Entre as brancas esses números são 45% e 30%, respectivamente. Embora seja necessário ouvir as interlocutoras para entender melhor, esses números podem indicar a situação em que o vínculo empregatício de maior segurança foi um fator importante. Tivemos esse entendimento porque, nos dois grupos, elas são majoritariamente funcionárias efetivas (86%, no geral), o que pode significar escolhas reprodutivas mais conscientes.

Em suma, embora esses dados necessitem de aprofundamento e de outros elementos para uma análise mais consistente, já é possível identificar a importância de um estudo com ferramentas interseccionais para entender melhor a experiência das mulheres racializadas na docência em jornalismo.

Referências

ALVARENGA, E.; SILVA, E. M. da; WENETZ, I. A representatividade feminina e o exercício da docência no ensino superior. *Interseções*, v. 23, n. 3, p. 577-600, 2022.

ALMEIDA, S. L. de. Racismo estrutural. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMORIM, J. L. de; SEIXAS BRITO, R. de; BUENO, T. Me falta um ou dois tons de melanina ou a minha é suficiente? Narrativas de mulheres na Amazônia e o entrelugar pardas e das pretas de pele clara. *22º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo*, SBPJor – Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, Universidade Federal do Pará – Belém (PA), novembro de 2024. Disponível em: <https://proceedings.science/encontros-sbpjor/sbpjor-2024/trabalhos/me-falta-um-ou-dois-tons-de-melanina-ou-a-minha-e-suficiente-narrativas-de-mulhe?lang=pt-br>. Acesso em fev. 2025.

BORI; ELSEVIER. Em direção à equidade de gênero na pesquisa no Brasil: relatório. Disponível em: https://abori.com.br/wp-content/uploads/2024/03/ESLEVIER_BORI_gender-website-word-file-20240318-20240528.pdf. Acesso em: 26 set. 2024.

CARNEIRO, S. Negros de pele clara. *Portal Geledés: Instituto da Mulher Negra*, 29 maio 2004. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/negros-de-pele-clara-por-sueli-carneiro/>. Acesso em: 16 jan. 2024.

CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violencia-contras-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%E2%80%8A-%E2%80%8Aparte-1-4/>. Acesso em: 15 abr. 2024.

- CARRERA, F. Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em comunicação. *E-Compós*, 2020.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, M. O. L. da S. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. *Estudos Feministas*, 1994.
- FAVRET-SAADA, J. Être Affecté. *Gradhiva: Revue d'Histoire et d'Archives de l'Anthropologie*, n. 8, 1990.
- FRANÇA, V. Sujeito da comunicação, sujeitos em comunicação. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 61-88.
- FERNANDES, C. M. *Desigualdades raciais e de gênero na educação superior no Brasil*. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador.
- GHEDIN, E. Hermenêutica e pesquisa em educação: caminhos da investigação interpretativa. In: *Anais do II Seminário Internacional de Pesquisa e Estudos Qualitativos*. 2. ed., Universidade Sagrado Coração: Bauru, São Paulo, 2004. p. 1-14.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, p. 223-244, 1984.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *CADERNOS Pagu*, n. 5, p. 7-41, 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 5 set. 2024.
- LONGHINI, G. D. N. *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MORAES, A.; FARIAS, P. S. Na academia. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 1-20.
- NAZÁRIO, H. R.; REINO, L. da S. S.; MANFREDINI, R. Hermenêutica de profundidade e suas aplicações. *Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação*, v. 10, n. 2, p. 288-305, 2016. ISSN 1981-9943.
- PEDROSA, R. H. L. et al. Access to higher education in Brazil. *Widening Participation and Lifelong Learning*, v. 16, n. 1, p. 1-20, 2014.
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. (Ed.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.
- RAGO, M. Epistemologia feminista, gênero e história. In: HOLLANDA, H. B. (Ed.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 352-367.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro ou As vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- TAVARES, C. Q. et al. Comunicação e gênero como área de pesquisa: características e desenvolvimento dos estudos a partir da análise bibliométrica. *Intercom - RBCC*, v. 44, n. 3, p. 83-102, 2021.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social e crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 2011.

O SURGIMENTO DA IMPRENSA FEMINISTA COM PERSPECTIVA RACIAL NO BRASIL: UM AVANÇO A PARTIR DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS

THE EMERGENCE OF FEMINIST PRESS WITH A RACIAL PERSPECTIVE IN BRAZIL: AN ADVANCEMENT FROM THE BLACK WOMEN'S MOVEMENT

DEBORA CHACARSKI DE MELLO¹

FERNANDA CAVASSANA²

GRAZIELA SOARES BIANCHI³

RESUMO

O objetivo do artigo é delinear o percurso histórico do Movimento Negro e, principalmente, do Movimento de Mulheres Negras na elaboração de meios de comunicação e jornais alternativos no Brasil. São veículos criados com a finalidade de retratar a realidade da população negra e trazer à tona suas pautas e demandas sociais, tendo em vista que esses temas não são, usualmente, debatidos nos veículos de comunicação tradicionais. Como exemplo aplicado, analisa-se o "Nzinga Informativo", um produto da década de 1980 com o intuito de informar e debater assuntos relevantes da perspectiva racial a partir da periferia do Rio de Janeiro. O caso estudado é um exemplo de como, embasado pelo histórico de luta negra e feminista no século XX, o Movimento de Mulheres Negras se apropria de elementos jornalísticos e ressignifica o "jornal impresso" para disseminar informações dentro da comunidade e inserir questões importantes no debate público.

Palavras-chave: Imprensa negra feminista; movimento negro; movimento de mulheres negras; Nzinga Informativo.

ABSTRACT

The aim of this article is to outline the historical trajectory of the Black Movement, particularly the Black Women's Movement, in the creation of alternative media and newspapers in Brazil. These outlets were developed to portray the reality of the Black population and bring their social issues and demands to the forefront, as these topics are rarely addressed in traditional media. As an applied example, the article analyzes "Nzinga Informativo", a publication from the 1980s designed to inform and discuss relevant issues from a racial perspective, originating from the outskirts of Rio de Janeiro. This case study exemplifies how the Black Women's Movement, drawing from the historical Black and feminist struggles of the 20th century, appropriates journalistic tools and redefines the newspaper to disseminate information within the community and introduce significant issues into public debate.

Keywords: Feminist Black press; Black movement; Black women's movement; Nzinga Informativo.

- 1 Mestranda no Programa de Pós-graduação em Jornalismo (PPGJor) da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), com bolsa Carrefour, graduada em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: deeborachacarski@gmail.com.
- 2 Pós-doutoranda no PPGJor-UEPG com bolsa CAPES PDPG (2023-2025). Doutora em Ciência Política e mestra em Comunicação pela UFPR. E-mail: cavassanaf@gmail.com.
- 3 Professora permanente do PPGJor-UEPG e Professora do Departamento de Jornalismo da UEPG. Líder do grupo de pesquisa GEMIDI. Doutora e mestra em Ciências da Comunicação pela Unisinos. E-mail: grazielabianchi@yahoo.com.br.

Introdução

O movimento negro no Brasil surge e se constitui historicamente pela busca e conquistas de direitos em relação à igualdade racial e dignidade de vida. E parte do debate - inclusive acadêmico - que se faz sobre isso é que, mesmo depois de tantos anos e de tantas conquistas, a desigualdade racial e econômica ainda é parte da realidade cotidiana. É preciso considerar que a sociedade brasileira tem uma herança escravocrata e, a partir disso, a comunidade negra sofre como objeto de opressão e é restringida por esse sistema opressor instaurado (RIBEIRO, 2019). A inserção na sociedade de classes para o negro é um processo historicamente desigual, devido à inferiorização dos indivíduos a partir da cor da pele, o que dificulta o acesso a uma vida digna para essas pessoas (Fernandes, 2008).

O Brasil foi um dos últimos países a abolir a escravidão. A Lei Áurea foi promulgada em 13 de maio de 1888, depois de outras três medidas que buscavam a libertação desses escravizados. Em 2022, o Correio Braziliense publicou uma reportagem com um apanhado histórico sobre o que significam esses 130 anos de abolição na realidade do negro liberto brasileiro. Segundo a reportagem, se antes as pessoas eram escravizadas no país, agora são excluídas. Isso quer dizer que os negros no Brasil contemporâneo ainda não foram completamente inseridos socialmente e enfrentam desigualdades diárias, que perpassam a cultura, a economia e a saúde dessa população.

A vida do negro não mudou após a abolição, exatamente por essa dificuldade de inserção social. Diante da Lei Áurea, os negros passaram a ser libertos, mas isso não significava que tenham deixado de ser considerados objetos e mão de obra barata. Vinhal e Augusto (2018) afirmam que a desigualdade social tem sido a principal ferramenta para “manter a escravidão” dos negros e negras. Afirma-se isso considerando as evidências de que o trabalho escravo ainda é uma realidade brasileira. Só no ano de 2017, segundo a Comissão Pastoral da Terra, pelo menos 540 pessoas foram resgatadas de situações análogas ao trabalho considerado escravo no Brasil. Ressalta-se que os setores que mais praticam esse tipo de violência e desigualdade são a pecuária e as lavouras de entressafra (Correio Braziliense, 2022). Em suma, a conclusão da reportagem é de que, embora o termo escravo tenha sido retirado para fazer referência a essas pessoas, as condições de trabalho para as pessoas negras continuaram as mesmas, porque o Estado não estava preocupado em subsidiar uma vida digna, com moradia, saúde e educação para esse povo após sua liberdade.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, cerca de 55,5% dos brasileiros são negros. Em relação ao trabalho, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2017), a cada três desempregados, dois são negros e a média de salários é de R\$ 1.531,00 para pessoas negras e R\$ 2.757,00 para pessoas brancas. Considerando os critérios de noticiabilidade, é conhecido o interesse da imprensa brasileira em pautar dados que representam a população e temas como economia e emprego. Todavia, isso não significa que a produção noticiosa tradicional dará ênfase a essas desigualdades raciais. Como defendido pelo Movimento Negro e materializado na produção dos seus meios de comunicação alternativos, desde sempre, a população negra brasileira necessita de uma reflexão mais aprofundada, plural e ética para que essa realidade tenha visibilidade, ganhe espaço no debate e tenha chances de ser mudada.

Considerando tudo isso, o objetivo desse artigo⁴ é resgatar parte importante do percurso histórico do Movimento Negro e, principalmente, do Movimento de Mulheres Negras na elaboração de meios de comunicação e jornais alternativos no Brasil. São veículos criados com a finalidade de retratar a realidade da população negra e trazer à tona suas pautas e demandas sociais, tendo em vista que esses temas não são, usualmente, debatidos nos veículos de comunicação tradicionais. Explora-se principalmente a revisão bibliográfica e a pesquisa documental como estratégias metodológicas⁵. Empiricamente, o artigo aborda o jornal “Nzinga Informativo”, um exemplo de imprensa alternativa, produzido pelo movimento de mulheres negras homônimo na década de 1980 (Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018; Mello, 2019; Mello e Carvalho, 2023).

Ao longo do texto, abordam-se características da comunicação do Movimento Negro Brasileiro a partir do encadeamento de evidências históricas, bibliográficas e documentais. Primeiramente, veremos a história do Movimento Negro Brasileiro, suas formas de articulação e comunicação e seus desdobramentos até chegarmos na consolidação do Movimento de Mulheres Negras. A partir deste apanhado histórico, busca-se debater como a Imprensa Negra têm se estruturado ao longo desses anos de atuação dos movimentos sociais e porque, em dado momento, as mulheres desmembram o Movimento Negro e passam a se pautar de maneira mais específica, criando seus próprios canais de comunicação como o Nzinga Informativo.

Movimento Negro no Brasil

O Movimento Negro no Brasil teve quatro fases, a primeira logo após a abolição da escravidão (1889 - 1937). É a fase em que a República foi instituída. Nela, os negros ainda viviam em condições de subsistência, passando a criar clubes e associações próprios para se organizarem. Florestan Fernandes (2008, p. 62) afirma que “a desintegração da sociedade estamental e de castas não os favoreceu socialmente, pois eles se convertem, rapidamente, em elementos residuais do sistema social”. Para os jornais, isso significa que não há uma necessidade de representação dos negros, porque eles são entendidos como algo fora da sociedade. “A sociedade escravista, ao transformar o africano em escravo, definiu o negro como raça, demarcou o seu lugar, a maneira de tratar e ser tratado, os padrões de interação com o branco e instituiu o paralelismo entre cor negra e posição socio-inferior” (Santos, 1983, p. 19).

A partir daí, surgem jornais impressos denominados como imprensa negra, que tinham como objetivo a produção de informações e alcance da população negra ao debate público. Segundo Domingues (2007), esses jornais enfocam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Em 1930, o movimento negro passa a ter uma fundação, a Frente Negra Brasileira (FNB), estruturando e institucionalizando suas demandas e objetivos. Domingues (2007, p. 107) afirma que, seis anos depois, o grupo se tornou um partido político conservador, cuja liderança tinha inspirações ideológicas autoritárias e ultraconservadoras, sob

4 Pesquisa derivada da monografia da autora. Uma versão preliminar foi apresentada no evento “Seminários de Inverno de Estudos em Comunicação”, da UEPG, em 2024.

5 Tomamos como metodologia o “Estudo de Caso”, a partir de Yin (2003). O autor defende o uso de diferentes ferramentas e métodos de outras metodologias – como a Revisão Bibliográfica, a Análise de Conteúdo, Análise Documental, Entrevistas, Análises Estatísticas etc. – aplicados à investigação aprofundada de um objeto de estudo.

o lema “Deus, Pátria, Raça e Família”. Seus líderes apoiavam o governo italiano de Mussolini e de Hitler, na Alemanha, e mantinham até uma milícia, inspirada nestes modelos. Nesse período, as mulheres eram maioria no movimento negro, mas não tinham espaço para reivindicar pautas relacionadas a questões de gênero.

A segunda fase do movimento negro brasileiro se dá no período do governo de Getúlio Vargas até meados do período de ditadura militar, após a dissolução da FNB pelo seu caráter totalitário. Nesse novo contexto político, nasce a União dos Homens de Cor (UHC), cuja atuação, em 1943, era marcada pela promoção de debates na imprensa local, publicação de jornais próprios, serviços de assistência jurídica e médica. Além disso, dedicava-se a promover à população negra aulas de alfabetização, ações de voluntariado e participação em campanhas eleitorais (Domingues, 2007).

Outro movimento organizado proeminente naquele período foi o Teatro Experimental do Negro (TEN) que tinha atuação mais ampla e dialogava com artes, organizava concursos, cursos e trouxe para o país propostas do movimento negro da França. A atuação do TEN tornou-se esvaziada com a instauração da ditadura militar. Em 1950, criou-se o Conselho Nacional de Mulheres Negras (Domingues, 2007). Apesar de a imprensa negra ter um grande apelo nesse período, o movimento negro ficou isolado politicamente, tanto pelo governo, quanto pela esquerda marxista da época. Durante o regime militar, o movimento negro é acusado de “criar o racismo no Brasil” com o argumento de que a reivindicação de pautas pelo movimento negro estaria segmentando e subjugando esses indivíduos, e a discussão racial é praticamente encerrada. Em 1970, o movimento negro não conseguia agregar muitos militantes, mas ressurgiu oito anos depois com a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), trazendo à tona as discussões raciais que antes foram silenciadas.

A terceira fase no movimento negro pode, pois, ser compreendida entre os anos de 1978 e 2000. O MNU teve uma abrangência nacional de debate e atuação antirracista, adotando e ressignificando o termo negro. Este antes usado de forma pejorativa, passa a ser uma forma de afirmação e luta dos negros brasileiros, com o intuito de familiarização e identificação com a África. Cabe pontuar que campanhas contra a mestiçagem foram disseminadas porque o movimento entendia a miscigenação como uma diluição da identidade negra no Brasil (Domingues, 2007). Em 1980, o MNU transformou as festividades do 13 de maio (dia da assinatura da Lei Áurea) em Dia Nacional de Denúncia Contra o Racismo e instituiu 20 de novembro como Dia da Consciência Negra. Somente 43 anos depois, foi sancionada a Lei 14.759/2023 que torna a data feriado nacional (Rádio Senado, 2023).

Na quarta fase, o movimento se aproxima de partidos políticos e sindicatos para estabelecer ações de natureza classista e antirracista. É nesse momento que se forma o coletivo de mulheres negras Nzinga, nome em homenagem à rainha angolana que foi contrária ao colonialismo português, defendendo seu reino e seu povo por 35 anos. O coletivo foi criado por Lélia Gonzalez, no Rio de Janeiro, com outras ativistas negras. O intuito do grupo era o de discutir o racismo e trazer referências africanas para a população negra, principalmente mulheres da periferia. E depois passam a produzir o Nzinga Informativo, fazendo questão de retratar no seu design alusões a religiões africanas, gênero e ancestralidade (Freitas, 2018).

O Movimento de Mulheres Negras

Embora o racismo e sexismo fossem a principal forma de opressão social, nem sempre eram enfocados pelo MNU. É só a partir da constituição do Movimento de Mulheres Negras (MMN) e do Movimento Feminista Negro (MFN), em 1978, que as questões de gênero e raça passam a ser, de fato, debatidas e vistas da perspectiva das protagonistas. Ou seja, a partir da perspectiva das mulheres negras que, até então, ficavam à margem tanto do MN, quanto dos debates feministas brancos. Reconhece-se aí a necessidade de enegrecer o feminismo. "Afirmamos e visibilizamos uma perspectiva feminista negra que emerge da condição específica do ser mulher, negra e, em geral, pobre, delineamos, por fim, o papel que essa perspectiva tem na luta antirracista no Brasil" (Carneiro, 2003, p.118).

Com essas iniciativas, pode-se engendrar uma agenda específica que combateu, simultaneamente, as desigualdades de gênero e intragênero. Não se desconsidera que, na lógica de opressão para além de classes sociais, homens negros têm sua masculinidade subalternizada, mais ou menos na lógica de opressão que mulheres brancas estão sujeitas. Contudo, cabe reforçar que o espaço ocupado por mulheres negras é abaixo desses dois sujeitos. O que as torna ainda mais vulneráveis (Carneiro, 2003).

Djamila Ribeiro (2019) reitera a questão interseccional e debate como, dentro da lógica de denominação desses sujeitos na sociedade, as mulheres não são definidas em si mesmas, mas em relação ao homem e a partir do olhar do homem. Essa relação e condição colocam a mulher diretamente na submissão dentro de uma hierarquia machista. Tal submissão é ainda intensificada quando imposta às negras. Para além dos homens brancos e negros, há de se considerar que mulheres brancas passam a operar nessa engrenagem hierárquica. A mulher negra fica confinada numa lógica de subalternidade ainda mais consolidada (Ribeiro, 2019).

A autora atenta para o fato de que "desde muito tempo as mulheres negras vêm lutando para serem sujeitos políticos e produzindo discursos contra hegemônicos" (Ribeiro, p. 18, 2019). Isso nos faz refletir sobre todo o percurso feito por essas mulheres que, mesmo inseridas num ambiente machista (e.g. no MN), mantinham a participação ativa nas comunidades, ONGs e demais organizações políticas com a finalidade de iniciar um debate sobre suas especificidades enquanto mulheres e enquanto negras. Ainda assim, não conquistam legitimidade dentro do movimento feminista branco. Este "universaliza" as mulheres e acaba deixando de lado demandas mais específicas, como as pautadas pelas mulheres negras.

Ribeiro (2019) destaca que a teoria feminista e de lugar de fala refuta essa universalidade entre a mulher e a negritude, com a finalidade de se refletir sobre essas questões quando se leva em conta o poder que o ser branco carrega. Ressalta também que existe uma expectativa de que grupos discriminados sejam mais obrigados a enfrentar as desigualdades do que os grupos localizados nessa escala "cromática" de poder (RIBEIRO, 2019). Contudo, é importante pontuar que até mesmo os indivíduos abaixo dessa hierarquia não são, automaticamente, conscientes das opressões que sofrem. Assim, evidencia-se o papel das mídias de levar a informação a esse grupo "não politizado", buscando conscientização.

Ribeiro (2019) também aborda esse status oscilante dos homens negros e mulheres brancas, pois somente a partir do reconhecimento desse status é possível romper a invisibilidade da realidade das mulheres negras. "As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres

que não são rainhas de nada, que são retratadas como anti musas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca” (Carneiro, 2003, p. 47). Ao retirar essas pautas “da gaveta”, foge-se de uma análise simplista e passa-se a perceber a interseccionalidade com a devida importância. É, pois, possível compreender que a universalidade, na verdade, exclui as mulheres negras, porque suas demandas não cabem nas generalizações que contemplam apenas uma parte desse “ser mulher” (Ribeiro, 2019).

Segundo Viviane Freitas (2017), no período de redemocratização do país, a afirmação do MMN se deu através de experiências de lutas sociais organizadas de forma institucional e autônoma. Por um lado, buscando incluir a raça para além das discussões de classe na esquerda. Por outro, buscando incluir questões de gênero no movimento negro. Na América Latina a relação desses novos atores sociais [Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras] com o Estado era ambígua: procura de autonomia em oposição ao Estado e reivindicações junto aos governos municipais e estaduais. “As práticas reivindicativas visavam não apenas ao atendimento de demandas, mas também à participação na gestão de políticas públicas” (Rodrigues e Prado, 2010, p. 447). As mulheres negras passam a desempenhar um papel fundamental dentro de grupos para a mobilização social.

São exemplos: Movimento Favelas do Rio de Janeiro; Movimento das Trabalhadoras Domésticas; Associações Comunitárias; Comunidade Religiosa Afrobrasileiras; Movimento Estudantil e Organizações Clandestinas de Esquerda. Além de 23 ocupar essas instituições e integrarem esses movimentos, as mulheres negras passam a se organizar de forma “híbrida, horizontal e antirracista” (Rodrigues e Prado, 2010, p. 450).

Para Rodrigues e Prado (2010), uma das estratégias do Estado para silenciar esse tipo de atuação foi forjando uma igualdade e democracia racial na tentativa de mascarar o racismo, os conflitos e políticas separatistas. Nesse contexto, o esforço do MMN foi fomentar debates a partir de suas pautas. Estas se tornam mais específicas que aquelas do movimento negro e do movimento feminista (branco), contemplando também as questões de mulheres indígenas, elucidando a importância da luta antirracista.

Esse processo de consolidação de uma perspectiva feminista negra toma mais corpo e maior legitimidade política a partir dos embates travados entre as mulheres negras e brancas no Encontro Feminista realizado em Bertioga, ocorrido no ano de 1985, e as consequências mais óbvias desses embates são a entrada de vez na cena pública brasileira do sujeito político mulheres negras e a luta pelo processo de autonomização e inserção política do Movimento de Mulheres Negras brasileiro, culminando com a realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988 (Rodrigues e Prado, 2010 p. 450-451).

Cabe ressaltar os resultados obtidos com a consolidação do MMN no Brasil. Mulheres negras passam a atuar institucionalmente na esfera pública e integrar conselhos como o Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF) de São Paulo e o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM). Também ONGs, associações de moradores e conselhos municipais (Rodrigues e Prado, 2010).

O percurso de atuação dessas mulheres passou por diversos conflitos, que começaram a partir do MN e do movimento feminista (branco), que acreditavam no “rompimento” dos movimentos a partir do recorte de gênero e raça, questionamentos recorrentes ao MMN. Ribeiro (2019) explica que devido a localização social da mulher negra, suas experiências são distin-

tas de uma mulher branca, sua experiência acerca de gênero é totalmente diferente. Quando retiramos a comunidade negra da marginalidade social, a ascensão significa um instrumento de redenção econômica, política e social, tornando-a então respeitável, digna de participação nacional (Santos, 1983). O que é reiterado por Rodrigues e Prado (2010), ao indicarem que essas mulheres afirmaram sua identidade coletiva, sugerindo que, para além do pertencimento e empoderamento, elas também buscavam o reconhecimento de suas especificidades, para a construção de direitos dos demais sujeitos oprimidos.

No que diz respeito à violência e saúde, o MMN abriu debates sobre o constrangimento afetivo que mulheres negras passam por serem vistas sempre como subalternas em relações sociais/ afetivas. Estipularam debates sobre direitos reprodutivos, para além do aborto, mas no que compreendia a esterilização de mulheres negras como “política pública”. Trouxeram a luz o debate étnico-racial englobando também mulheres indígenas e conquistaram a implementação do Programa de Anemia Falciforme no Ministério da Saúde (Carneiro, 2003). Nos meios de Comunicação, a atuação do MMN passa a cobrar mais visibilidade e representação. Há ainda de se considerar que “a institucionalização do campo de estudos feministas e de gênero no Brasil teve início na segunda metade dos anos 1970 [...] Nesse período, houve o surgimento de grupos feministas e publicações sobre desigualdades de gênero” (Rodrigues e Freitas, 2023, p. 3)

A Imprensa Negra

Ao longo do tempo, os movimentos também se articularam e passaram a produzir seus próprios meios de comunicação. De forma alternativa aos veículos tradicionais, nos quais não eram representados. Os negros passam, de fato, a terem voz na imprensa negra. Ribeiro (2019) defende ser a reivindicação não só do direito de se ter voz, mas também reconhecimento à própria existência. “O falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas a poder existir. Pensamos o lugar de fala como refutar a historiografia tradicional e a hierarquização de saberes consequentes da hierarquia social” (Ribeiro, 2019, p. 64). Por exemplo, reivindicar a contação da história da escravidão no Brasil pela ótica de quem não venceu esse sistema até a atualidade. O que ressalta a relevância dos produtos midiáticos produzidos por esses movimentos, que assumem não só o protagonismo e controle de narrativa, mas, da perspectiva de produção jornalística, estão à frente de todos os processos e etapas.

Desse modo, considerar a história a partir de outro ponto de vista, contra hegemônico, não só ressignifica a identidade das pessoas negras, como delimita a sua importância e resistência. Aqui, cabe destacar a definição histórica da imprensa negra. Isabel Cristina de Clavelin da Rosa (2014) ressalta que a imprensa negra nada tem a ver com a “Imprensa Abolicionista”. Esta aborda pautas como a não escravização da comunidade negra, enquanto aquela tratava da luta contra o racismo e direitos civis. A imprensa abolicionista brasileira circulou apenas entre os anos 1880 e 1888, em prol da abolição da escravidão no país.

Para além da pauta abolicionista, a imprensa negra se constituiu como um dos instrumentos utilizados pelos negros brasileiros para a provocação de um debate público sobre o racismo no país. Principalmente, “a partir do domínio da técnica jornalística pelos negros e do uso da esfera pública para a enunciação de um discurso dissonante das forças hegemônicas” (ROSA, 2014,

p.564). Graças a diversas pesquisas, já se tem registrado na literatura diversas publicações que constituíram a imprensa negra nos séculos XIX e XX no país (Rosa, 2014; Pinto, 2006; Freitas, 2017; Campos, 2006; Freitas, 2009). Retomamos algumas aqui, especialmente a partir do compilado e análise de Isabel Cristina Rosa (2014).

Considera-se Francisco de Paula Brito como pioneiro da editoração negra no país. Em 1833, Brito já difundia conteúdos através do jornal "O Homem de Cor". Na sequência, surgiram os jornais Brasileiro Pardo; O Cabrito; O Crioulinho e o Lafuente (Rosa, 2014). Já em 1876, registra-se a circulação de O Homem – Realidade Constitucional ou Dissolução Social, periódico com caráter abolicionista e que teve 12 edições publicadas. Segundo Rosa (2014), embora o título do jornal fizesse referência ao masculino, registra-se que ao menos 50 mulheres negras participaram de uma reunião política organizada para uma das edições d'O Homem (Rosa, 2014). Destaca-se ainda "O Exemplo", que circulou entre 1892 e 1930, e que, embora tivesse colaboradores brancos, visava à participação social, ao fim do racismo e da discriminação de pessoas negras em seu enfoque editorial (Rosa, 2014).

Em sua pesquisa, Rosa (2014) também destaca que os jornais A Voz da Raça e O Clarim da Alvorada tentaram realizar, em 1929, o primeiro Congresso da Mocidade Negra. O objetivo era a fundação de um partido negro, o que só foi efetivado em 1943, com A União dos Homens De Cor. Entre os seis fundadores, havia uma mulher negra, empregada doméstica. Já em São Paulo, registra-se que a imprensa negra paulista atuou desde seu surgimento em 1915 até 1963, antes do golpe militar no país. Conforme Rosa (2014) teve grande impacto social, fazendo parte do desenvolvimento do movimento negro paulista. Em 1950, Abdias do Nascimento passa a produzir o jornal O Quilombo que se torna uma referência para os estudos sobre a imprensa negra no Brasil. A imprensa negra também levou a marcos significativos da luta dos negros contra a discriminação no país (Rosa, 2014).

Portanto, os movimentos passam a consolidar seus meios de comunicação, trazendo um conteúdo contra hegemônico em seus jornais e mantendo a circulação mesmo em condições financeiras precárias. Alguns tornam-se registros históricos importantes. Na 20ª edição do Jornal do Movimento Negro Unificado, por exemplo, comemorou-se mais um ano de Consciência Negra no país, e o jornal passou a adotar pautas das mulheres negras e dos quilombolas em suas páginas (ROSA, 2014). Já Oliveira Silveira, por exemplo, era um poeta e ativista do MN que falou através da imprensa negra sobre o Dia da Consciência Negra em Porto Alegre (1971). Outro periódico que se torna relevante é o Nzinga Informativo, criado a partir de um coletivo homônimo, formado por mulheres negras, que usamos de exemplo para ilustrar empiricamente como o jornal impresso era explorado pelo coletivo para aplicar essas problemáticas teóricas e históricas.

Coletivo NZinga e o "NZinga Informativo"

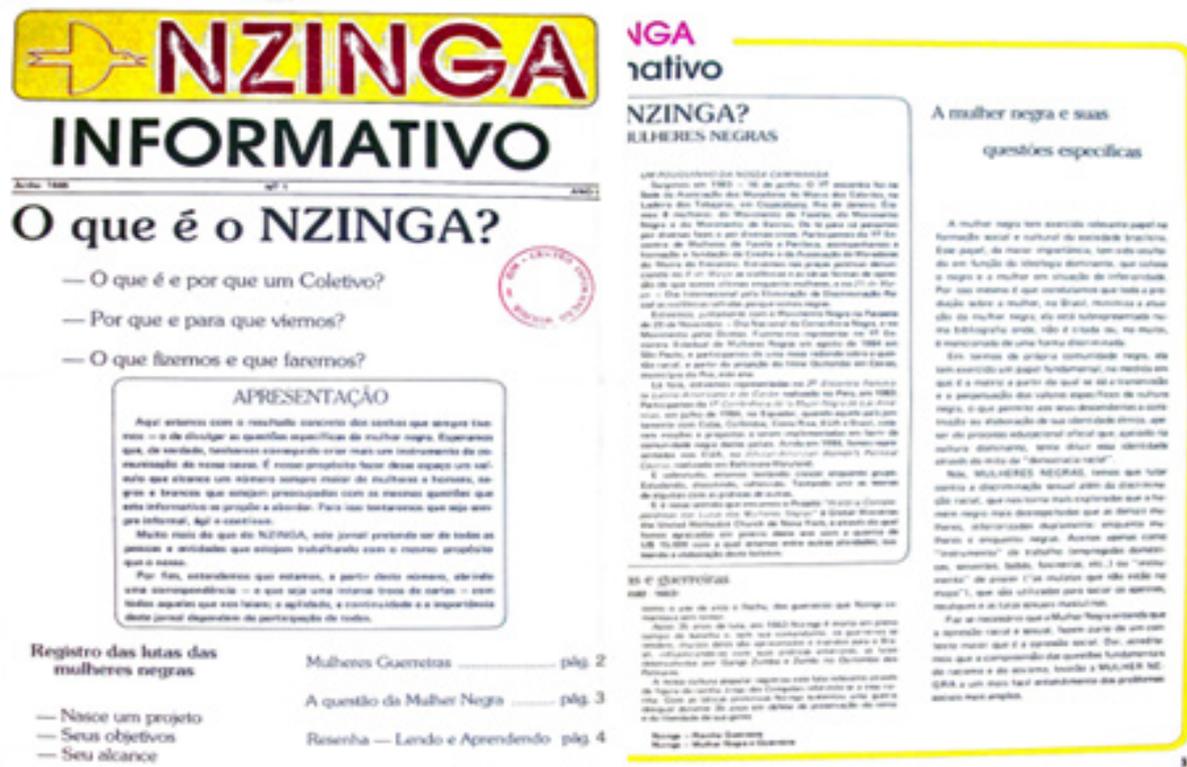
O Coletivo de Mulheres Negras Nzinga⁶ surge em 16 de junho de 1983, e tinha sua sede localizada na Associação do Morro dos Cabritos, periferia da zona oeste do Rio de Janeiro. (Bairros, 2000; Ratts; Rios, 2010; Viana, 2010 *apud* Gonzalez, 1985). Segundo as autoras, esse

6 Nzinga foi uma rainha angolana que lutou para enfrentar o colonialismo português na Angola por cerca de 35 anos, se transformando em um ícone de luta e estratégia (Freitas, 2017).

é o momento de ampliação de grupos políticos como o de mulheres negras no cenário político nacional. Foi um coletivo que contou com a participação de mulheres feministas de relevância pública, como Lélia Gonzalez e Benedita da Silva, além de outras ativistas negras.

Tendo atuado para incluir referências africanas em relação a cultura, religião, política e apartheid no debate público, o coletivo produziu o NZinga Informativo com poucas edições entre 1985 e 1989. O informativo expressava, verbal e imageticamente, a simbologia e o ativismo do coletivo homônimo. Como por exemplo o simbolismo e atenção ao resgate histórico da ancestralidade da mulher negra. “As referências simbólicas estão nas cores da logomarca adotada pelo grupo, que fazem alusão à cosmologia religiosa afro-brasileira e aos movimentos feministas: o amarelo de Oxum e o roxo do movimento internacional de mulheres” (FREITAS, 2017, p. 106). Como é perceptível na Figura 1. Nesta capa, a apresentação é um texto relevante que indica o informativo como um jornal voltado às “questões específicas da mulher negra”, mas voltado ao público em geral e que buscava o diálogo com ele.

Figura 1 – Capa e pág.3 da 1ª edição (jun/1985)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Explorando formatos e gêneros jornalísticos em seus textos e diagramação, o periódico pautava assuntos relacionados à luta das mulheres negras, suas necessidades e espaços sociais que estavam sendo conquistados (Freitas, 2017; Rios e Freitas, 2018). Assim, buscava romper o que Ribeiro (2019) denomina “privilégio epistêmico”. Segundo a autora, isso faz referência a uma legitimação de um discurso a partir de parâmetros universais de ciência que notoriamente são executados por pessoas brancas. (Ribeiro, p.24, 2019). Aqui, cabe destacar a ressalva feita pelas autoras Rios e Freitas (2018) em artigo sobre o periódico e a formação do feminismo negro brasileiro.

Longe do sectário político ou do exclusivismo identitário, *Nzinga Informativo* fora idealizado para se comunicar com setores amplos da sociedade, independentemente de cor ou raça e do gênero. Não era, portanto, um jornal de mulheres negras para mulheres negras, embora fossem elas as protagonistas no agendamento do que seria abordado pelo periódico e a partir de sua perspectiva (Rios; Freitas, 2018, p. 33).

Freitas (2017) esclarece que o jornal é fruto da aprovação do projeto 'História Contemporânea das Lutas de Mulheres Negras', e tinha como propósito abrir um espaço de diálogo entre as mulheres negras, recebendo apoio e patrocínio de US\$40 mil, da Global Ministries (agência especializada da United Methodist Church), de Nova York. Investimento esse que alimentou tanto o coletivo como a circulação do impresso.

As edições também contam com uma coluna, texto ou box sobre "Mulheres Negras e Guerreiras". São pequenas biografias de mulheres negras, com suas lutas e seus feitos naquele contexto. A página espelhada na maioria das edições corresponde a página três e a uma página mais avançada do jornal que não é a página quatro, dando aquela ideia de um caderninho mesmo, onde a capa fica separada e as outras páginas dentro dessa espelhada. Na 1ª edição, essa página é sequencial, porque traz o texto principal sobre o que é o Coletivo de Mulheres Negras *Nzinga*.

A mulher negra e guerreira retratada na edição 01 é a *Nzinga Mbande*, dando início as histórias de demais mulheres negras daquele período e de diversos lugares do mundo que lutaram ou estavam lutando por dignidade e respeito para a comunidade negra. O *Nzinga Informativo* traz esse caráter muito contextual em seus textos, então nada mais natural que sua primeira inspiração fosse retratada dessa forma. Esse texto, segundo Sousa (2001), pode ser caracterizado como um artigo, tem cunho informativo, porque é embasado na vida dessas mulheres, mas não é necessariamente noticioso.

O texto que encerra a leitura dessa página especial tem o título "A mulher negra e suas questões específicas" e traz à tona as pautas do movimento político. As demandas dessas mulheres são a conscientização do que elas chamam de opressão social, e dentro dela as opressões de gênero e raça que envolvem a mulher negra. Comprovando o que Ribeiro (2019), Carneiro (2003) e Rodrigues e Prado (2010) pontuam sobre a mulher negra na sociedade e a dupla opressão que perpassa a vivência dessas mulheres.

Neste caso, ter indicações de livros e seus valores no impresso é uma aposta para fomentar a leitura e o conhecimento entre a população. Essa iniciativa é muito significativa, visto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1980, a taxa de analfabetismo da população brasileira chegava a 25,9%. Já em 2018, a taxa de analfabetismo entre pessoas negras é de 9,1%, que representa mais que o dobro quando observada entre pessoas brancas. Como assinala Peruzzo (2009), o movimento negro pautava condições de sobrevivência e dignidade. Trazer indicações de leituras e alternativas para alcançar direitos básicos como a alfabetização, tinham que partir de dentro dos movimentos sociais da comunidade negra, porque senão ninguém teria a preocupação de fazê-lo.

Nas edições seguintes, esse espaço passa a se chamar somente "Lendo e Aprendendo", mas continua com indicações de conteúdo intelectual para o público. Antes de encerrar, a primeira edição traz um poema, que em seus versos rejeita a forma como mulheres negras são objetificadas e desumanizadas. Mais uma vez estamos tratando do jornalismo opinativo, contudo neste

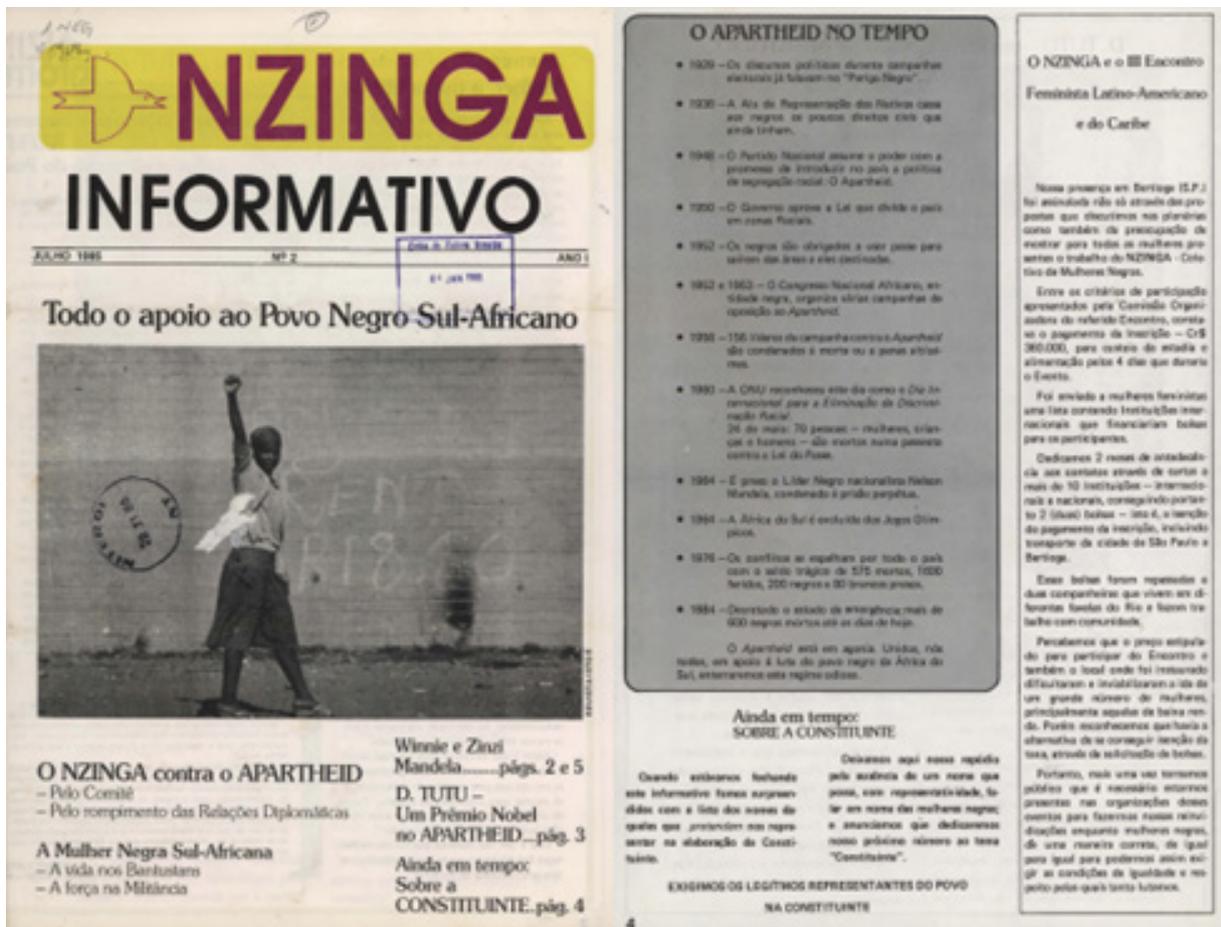
caso a sua relevância é ainda maior, porque reforça e legitima a existência do Nzinga Informativo e do seu posicionamento enquanto um veículo de comunicação popular-alternativa.

O poema foi retirado de “CADERNOS NEGROS N°5”, esse projeto foi pensado por Cuti, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues, com o intuito de difundir literatura afro-brasileira através de ‘poemas’ de bolso, que se tornaram muito populares na década de 80. E ter sua obra literária sendo divulgada dentro de um boletim informativo colaborou muito tanto para a visibilidade dentro da comunidade negra, quanto para a difusão de seus trabalhos naquele período.

A edição encerra com o expediente, nele constam as informações básicas sobre a produção do jornal. No caso do Nzinga Informativo, este espaço traz informações sobre as mulheres responsáveis pela edição e o endereço da caixa postal - uma tentativa de agendamento e interação com as leitoras. Buscando fortalecer o contato e a participação desse público, principalmente em relação a conscientização e mobilização da comunidade sobre os temas que foram e serão tratados nas edições do informativo.

A primeira edição foi veiculada em junho de 1985 com quatro páginas e com conteúdo introdutório, de apresentação, informando os leitores sobre o Coletivo de Mulheres Negras Nzinga e quais são os objetivos do novo jornal. As referências à África do Sul podem ser observadas na segunda edição, na qual as mulheres que compõem o coletivo e escrevem para o informativo definem uma edição quase que completa em defesa do povo sul-africano. Circulou em julho de 1985.

Figura 2 – Capa e pág. 4 da 2ª edição (jul/1985)



Por meio de vários textos sobre o apartheid, as autoras revelaram a crueldade das torturas e desigualdades sofridas pelo povo negro que, naquele período, era proibido de frequentar mesmos espaços que pessoas brancas. Até uma linha do tempo é diagramada para explicar o processo Apartheid desde 1929, indicando o quanto buscam difundem o conhecimento para seus leitores e, com informações, estimular atenção e debate sobre a segregação racista.

Como na primeira edição, há seções com informações de interesse público, como a agenda de eventos e ações do MNU e de outras instituições. Também se registra nessa edição uma nota de repúdio das autoras sobre a escolha de representantes para a constituinte, “pela ausência de um nome que possa, com representatividade, falar em nome das mulheres negras” (Nzinga, 1985).

Já no Dia Internacional da Mulher e Dia Internacional pela eliminação da discriminação racial, a terceira edição do Nzinga Informativo traz como conteúdo especial uma entrevista aprofundada com o Grupo de Mulheres Negras Aqualtune, cujo encontro foi registrado em foto e ilustra a capa. O terceiro número do jornal foi datado de fevereiro e março de 1986.

Figura 3 – Capa e pág.3 da 3ª edição (1986)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Elas indicam, no texto de abertura, que a entrevista em profundidade teve a duração de três horas. Por isso, a publicação seria apenas o trecho que elas consideram significativo para a edição, sendo um conteúdo pensado para a comemoração ao Dia Internacional da Mulher, para celebrar e entender a importância de representatividade de grupos de mulheres negras como esse.

Nessa edição, os conteúdos são direcionados tanto a dar voz – falando com mulheres negras sobre mulheres negras e suas ações de conscientização, bem como também trazem dados e números sobre a violência segregacionista que atingia as mulheres sul-africanas de forma ainda mais severa dentro da opressão tríplice pontuada por Carneiro (2003) e Ribeiro (2019): gênero, raça e classe.

Como se trata de um veículo produzido por um coletivo, com pautas específicas do movimento de mulheres negras, os textos são escritos na primeira pessoa do plural, trazendo ao leitor a impressão de estar dentro dos acontecimentos, acompanhando a luta e as pautas do veículo. A personalidade com que essas mulheres tratam as fontes é fundamental para elas enquanto coletivo. Assim, embora houvesse uma apresentação mais generalizada na primeira edição e as ressalvas registradas em estudos sobre o veículo, vislumbra-se que buscavam expressar, no texto do jornal, que estavam falando sobre e com o seu próprio grupo.

Em relação aos projetos gráficos e editoriais, o Nzinga Informativo tem suas características específicas, bem delimitadas e apresentadas. Apresenta boxes com conteúdo do movimento negro no mundo, conquistas das mulheres e reflexões como as que permeiam os debates sobre gênero e raça do período (1985-1989). Havia também a coluna sobre “Mulheres Negras e Guerreiras”. Em torno de questões mais técnicas, à disposição e diagramação do conteúdo nas páginas do jornal, evidencia-se que também já fazia uso de fotografias de pessoas negras, a fim de ser mais representativo que os demais meios.

Figura 4 – Capa da 4ª edição (1988) e pág. 15 da 5ª edição (1989)



Fonte: Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro (2019)

Por meio do jornal, o coletivo de mulheres negras trabalhava de forma coesa e coerente as questões que buscavam fomentar a partir do histórico de luta dos movimentos sociais negros e feministas. Com a produção do veículo impresso, elas reiteraram a lógica de reivindicação de direitos para mulheres negras, denunciam a violência e opressão que sofrem, inclusive em outros países. Nota-se, inclusive que trazem em forma de entrevista uma alternativa de união e busca de direitos a partir da perspectiva de outro grupo de mulheres negras, que de uma forma mais leve e mais informal leva as leitoras à reflexão sobre temas cotidianos, e ações coletivas que podem transformar a realidade social em que estão inseridas.

Conclusão

Neste artigo, recorrendo à metodologia de estudo de caso (Yin, 2003), demonstra-se o caminho de luta e reivindicação do Movimento Negro e Movimento de Mulheres Negras considerando o papel fundamental da difusão de conhecimento e comunicação dentro da sua comunidade. Contudo, sem deixar de evidenciar a busca por uma visibilidade digna e protagonista, que não é necessariamente alcançada nas produções dos veículos de comunicação tradicionais. Para além da adaptação de práticas e formatos jornalísticos, na imprensa negra, evidencia-se o esforço de falar com mais empatia e propriedade das suas realidades, além de trazer personagens negros e negras em suas páginas para além do que se via tradicionalmente.

Diante de tudo isso, a prática jornalística através da imprensa negra era pautada pela necessidade de igualdade de direitos e não pelos estigmas sociais e racistas da época, produzida por militantes e para a comunidade negra. A imprensa negra tentava, justamente, subverter um padrão hegemônico. Como já debatido, a luta social travada pelo Movimento Negro e pelo Movimento de Mulheres Negras, reverbera na sociedade até hoje.

Ao trazer à tona suas demandas e suas pautas, as negras e negros passam a ter voz e calcar espaços ativos e participativos na sociedade, o que automaticamente causa um impacto, movendo as engrenagens e obrigando os cidadãos brancos a olharem para o redor. Mesmo depois da abolição, o percurso e a luta travados por esses homens e mulheres foram árduos para que passassem a ser considerados humanos. No contexto descrito acima, já havia 92 anos que separavam os negros da objetificação institucionalizada e mesmo assim a sociedade ainda não tinha atentado para como essa estrutura racista ainda atingia essa população.

Percebe-se também que mesmo depois de tantos anos de luta as negras e negros ainda buscam seu espaço de forma autônoma e plural dentro das esferas sociais higienistas e conservadoras. O risco que assumimos é o do ato de falar com todas as implicações. Exatamente porque temos sido infantilizados (infans é aquele que não tem fala própria, é a criança que se fala na terceira pessoa, porque falada pelos adultos) que neste trabalho assumimos a própria fala. Ou seja, “o lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez, p. 225, 1984).

Como percorrido até aqui, o trabalho comunitário exercido por esses movimentos sociais é legítimo e muito significativo na construção da história recente do Brasil. A constituição de sua própria imprensa – e, conseqüentemente, de seus próprios conselhos para se pensar e executar políticas públicas para a comunidade negra – fez-se fundamental para a formação política, econômica, social e comunicacional desse grupo. Majoritário, este foi historicamente esquecido

pelo resto da sociedade, que corrobora padrões para manter a estrutura racista que subalterniza e infantiliza as negras e negros, inclusive por meio do jornalismo, da mídia hegemônica.

Com isso, conclui-se que o exemplo trazido através do Nzinga Informativo reverbera até os tempos atuais como um modelo de comunicação popular-alternativa pioneiro para as mulheres negras. O que abriu espaço, deu voz e possibilidade para que novos grupos de mulheres também busquem disseminar suas informações entre os seus e quebrar estereótipos e preconceitos sociais hegemônicos.

Referências

CAMPOS, Deivison Moacir Cezar de. *O grupo Palmares (1971-1978) - um movimento negro de subversão e resistência pela construção de um novo espaço social e simbólico*. 196f. Porto Alegre: PUCRS, 2006. Dissertação (Mestrado em História), Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2006.

CARNEIRO Sueli. Mulheres em movimento. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, p. 117-133. 2003. Recuperado de: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948>> Acesso em: maio de 2024.

CORREIO BRAZILIENSE BRASIL. *134 anos após a Lei Áurea, escravidão e racismo ainda são realidade no Brasil*. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/05/5007432-134-anos-apos-a-lei-aurea-escravidao-e-racismo-ainda-sao-realidade-no-brasil.html>. Acesso: maio de 2024.

DOMINGUES, Petrônio. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Tempo. Vol.12, n.23, p. 100-122, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/yCLBRQ5s6VTN6ngRXQy4Hqn/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: maio de 2024.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. Rio de Janeiro: Globo, 2008. p. 29-36.

FERRARA, Miriam Nicolau. *A imprensa negra paulista (1915-1963)*. São Paulo: USP, 1981. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), FFLCH, Universidade de São Paulo, 1981.

FERREIRA, Maria Claudia Cardoso. *Representações sociais e práticas políticas do movimento negro paulistano - as trajetórias de Correia Leite e Veiga dos Santos (1928-1937)*. 224 f. Rio de Janeiro: UERJ, 2005. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

FREITAS, Jorge Roberto. *A imprensa negra - a trajetória visível*. 1.ed. Rio de Janeiro: CEAP, 2009.

FREITAS, Viviane Gonçalves. *De qual feminismo estamos falando? Construções e reconstruções das mulheres, via imprensa feminista brasileira, nas décadas de 1970 a 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade de Brasília, 2017.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984. Disponível em: <http://bds.unb.br/handle/123456789/1141>. Acesso em: maio de 2024.

MELLO, D. C. *Jornalismo alternativo e movimento de mulheres negras: um estudo de caso do Nzinga Informativo*. Monografia (Bacharelado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2019.

MELLO, D. C.; CARVALHO, F. Cavassana de. O Nzinga Informativo como caso de comunicação popular e alternativa do movimento negro feminista. *R. Dito Efeito*, Curitiba, v. 14, n. 23, p. 45-61, jan./jun. 2023.

PANORAMA DO CENSO 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso: maio de 2024.

PERUZZO, Cicilia M.K. *Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor*. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.

RÁDIO SENADO. *O Dia da Consciência Negra agora é feriado nacional*. Acesso: maio de 2024

RIBEIRO, Djamilia. *Lugar de fala*. Coleção Feminismos Plurais. São Paulo, Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIOS, F.; FREITAS, Viviane Gonçalves. Nzinga Informativo: redes comunicativas e organizacionais na formação do feminismo negro brasileiro. *CADERNOS ADENAUER* (SÃO PAULO), v. 1, p. 25-45, 2018.

RODRIGUES, C. S.; PRADO, M. A. M. Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o Estado brasileiro. *Psicologia & sociedade*, v. 22, n. 3, pp.445-456, 2010.

RODRIGUES, Cristiano; FREITAS, Viviane Gonçalves. "Feminismo Negro e Interseccionalidade em Periódicos Brasileiros (1992-2020)". *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 31, n.2, e92874, 2023.

ROSA, Isabel Cristina Clavelin da. Imprensa Negra: descobertas para o Jornalismo brasileiro. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, v.11, n. 1, 2014.

SANTOS, Neusa. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. 2a Edição, Graal, 1983.

SOUSA, Pedro Jorge. *Elementos do jornalismo impresso*. Porto, 2001. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-de-jornalismo-impresso.pdf>. Acesso em: maio de 2024.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: Planejamento e metodologia*. Bookman, 2003.

HISTÓRIAS DE VIDA DAS MULHERES DA RÁDIO TIMBIRA FM (95,5), A MAIS ANTIGA DO MARANHÃO: UM RETRATO DE 2024

LIFE STORIES OF WOMEN FROM TIMBIRA FM RADIO, THE OLDEST IN MARANHÃO: A PORTRAIT OF 2024

IZANI MUSTAFÁ¹

KATIA FRAGA²

RESUMO

Este artigo narra a história de vida de quatro mulheres da Rádio Timbira FM (95,5), a mais antiga do Estado do Maranhão, que entrou no ar em 14 de agosto de 1941 e funciona na capital São Luís. Em junho de 2024, empregava 50 profissionais. Desse total, apenas 19 eram mulheres trabalhando em cargos administrativos ou como apresentadoras e produtoras. Com um roteiro de perguntas organizado, nos dias 24 de junho e 18 de julho de 2024, realizamos entrevistas semiestruturadas e presenciais com as profissionais que têm muitos anos de experiência, superaram desafios e afirmam que são apaixonadas pelo rádio. As autoras compreendem que escrever sobre essas mulheres é um “processo de autorrecuperação” porque reconstitui fragmentos, parte da história delas no rádio (Almeida, 2019). Dar voz a elas, “erguer a voz” sob a perspectiva feminista proposta por hooks (2019) significa “romper silêncios” e usar a voz delas para dar visibilidade às mulheres que foram apagadas da história do rádio brasileiro.

Palavras-chave: Histórias; Histórias de Vida; Mulheres; Rádio Timbira; Maranhão.

ABSTRACT

This article tells the life stories of four women from Rádio Timbira FM (95.5), the oldest radio station in the state of Maranhão, which went on the air on August 14, 1941 and operates in the capital São Luís. In June 2024, it employed 50 professionals. Of this total, only 19 were women working in administrative positions or as presenters and producers. Using an organized questionnaire, on June 24 and July 18, 2024, we conducted semi-structured, in-person interviews with professionals who have many years of experience, have overcome challenges, and claim to be passionate about radio. The authors understand that writing about these women is a “process of self-recovery”

- 1 Jornalista por formação, é professora adjunta do curso de Jornalismo e da Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Maranhão, campus Imperatriz. Doutora em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), coordena o Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM), cadastrado no CNPq, e é diretora de comunicação da ALCAR - Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia. É também integrante e pesquisadora do Grupo Rádio e Mídia Sonora da Intercom - Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, da RUBRA - Rede de Rádios Universitárias do Brasil, do Núcleo de Estudos de Rádio da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e do Grupo de pesquisa Convergência e Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto. Pesquisa rádio, radiojornalismo, rádios universitárias, podcast e mídias sonoras. E-mail: izani.mustafa@gmail.com
- 2 Professora do Curso de Comunicação Social-Jornalismo da Universidade Federal de Viçosa (UFV). Doutora em Extensão Rural (UFV); mestre em Comunicação, imagem e informação (UFF); graduada em Jornalismo pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES/1989). Atualmente, em estágio Pós-doutoral no PPGCOM da ECO - UFRJ, sob supervisão do professor Marcelo Kischinhevsky. Integrante do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom (Sociedade Brasileira de Pesquisadores em Ciências da Comunicação); Integrante da Rede de Pesquisadores em Radiojornalismo da SBPJor (Radiojor); vice-líder do Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão (RPM); pesquisadora colaboradora do DIZ - Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença (UFV). E-mail:katiafraga@ufv.br

because it reconstructs fragments, part of their history in radio (Almeida, 2019). Giving them a voice, "raising their voice" from the feminist perspective proposed by hooks (2019) means "breaking silences" and using their voices to give visibility to women who have been erased from the history of Brazilian radio.

Keywords: Stories; Life Stories; Women; Rádio Timbira; Maranhão.

Introdução – As mulheres no mercado de trabalho

A história da sociedade brasileira demonstra que nas décadas de 1940, 1950 e 1960 poucas mulheres trabalhavam fora de casa, em empregos formais. A maioria desses espaços externos de trabalho eram ocupados por homens. As mulheres brasileiras, onde se incluem as profissionais da comunicação, sofreram diferentes formas de opressão oriundas nas desigualdades sistêmicas e na construção de gênero que submeteu a população feminina à invisibilidade e a olhares racistas e sexistas.

De acordo com Butler (2000, p. 113), a construção social sobre identidade feminina abarcou elementos da constituição biológica e determinados papéis atrelados socialmente às mulheres. Geralmente foram representações subalternas, sendo as mulheres excluídas dos processos decisórios e tendo corpos e falas controlados por figuras masculinas.

Para Biroli (2010), a cultura patriarcal sustenta a baixa participação das mulheres na cena política, porque propaga que o público feminino não tem interesse pela vida pública, já que a figura feminina teria vocação apenas para as responsabilidades do ambiente familiar. Essa perspectiva marginal da ação política das mulheres sempre foi combatida pela mobilização feminista que atacou os estereótipos e levantou as bandeiras da igualdade, da ativa participação política e do fim da violência contra as mulheres.

Infelizmente, como salienta hooks (2019, p. 57), ainda "vivemos em um mundo em crise governado por políticas de dominação, um mundo onde a crença em uma noção de superior e inferior e sua concomitante ideologia – de que o superior deveria governar o inferior [...]". Para a escritora feminista, a partir da perspectiva de gênero e "diferentemente de outras formas de dominação", se identifica que o "machismo molda e determina diretamente as relações de poder em nossas vidas privadas, em espaços sociais familiares, no contexto mais íntimo (casa) e nas esferas mais íntimas de relações (família) (hooks, 2019, p. 61). A autora enfatiza também que a desigualdade de gênero ainda faz parte da atual realidade social. E para quebrar essa barreira, diz ela, é preciso que haja uma consciência crítica, "para que possamos explorar e compreender melhor as operações do machismo e da opressão sexista – a base política da crítica feminista – ser mais capazes de exercitar estratégias de resistência" (hooks, 2019, p. 87-88).

Nessa perspectiva, os estudos de gênero, considerando a teoria feminista proposta por hooks, são fundamentais para compreender os locais ocupados por homens e mulheres no meio radiofônico, assim como os valores envolvidos e como se estabelecem as relações de poder. É necessário escrever e falar sobre essas profissionais que ocupam um meio de comunicação predominantemente masculino. Onde ainda hoje as vozes de homens são preponderantes porque passam credibilidade.

No campo científico, onde também existe a predominância de mulheres, Juliana Gobbi (2021) destaca a notoriedade atribuída aos homens em obras referenciais sobre o rádio brasileiro. Com essa declaração, a autora não desmerece o trabalho dos pesquisadores, porém “[...] busca apenas ilustrar uma recorrente ausência que, ao longo dos anos, vem suscitando um processo de apagamento das contribuições e das figuras femininas que fizeram parte da história da radiofonia” (Betti, 2021, p. 60-61).

Portanto, a proposta deste artigo é dar visibilidade às mulheres que estão fazendo parte da história do tempo presente na primeira rádio a entrar no ar na cidade de São Luís, capital do Maranhão. Estado que fica na região Nordeste. Porque como afirma Michelle Perrot (1995),

escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes (“Não se sabe nada das mulheres”, diz-se em tom de desculpa) (Perrot, 1995, p. 1).

Este texto, *Histórias de vida das mulheres da Rádio Timbira FM, a mais antiga do Maranhão: um retrato de 2024*, é inédito e trata-se de um recorte de uma pesquisa ampla do Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão, listado no CNPq, intitulado *Vozes, memórias e histórias de mulheres nas rádios do Maranhão (1941-2022)*, que também vai contribuir com uma pesquisa coletiva em andamento *A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico*, encabeçada pelas investigadoras Valci Zuculoto e Juliana Gobbi Betti (2022). Entendemos que identificar, conhecer, ouvir e escrever sobre essas mulheres é dar voz a quem ficou sempre à margem da história do rádio brasileiro.

Neste artigo destacamos as histórias de vida de quatro mulheres que trabalham na Rádio Timbira FM (95,5), de um total de oito entrevistadas, tendo em mãos um roteiro organizado previamente, realizadas nos dias 24 de junho e 18 de julho de 2024. Entre elas, optamos por apresentar os relatos das profissionais com mais tempo de trabalho na rádio. Os encontros foram presenciais e na própria emissora, no ambiente de trabalho de cada uma.

Antes de narrar a história de vida da apresentadora Mônica Moreira Lima, da coordenadora de Planejamento e Gestão Viviane Barbosa, da apresentadora e produtora Danielle Almeida e da apresentadora Gisa Franco, vamos reverberar essa discussão à luz da perspectiva de gênero defendida por hooks (2019) em torno do cenário radiofônico em questão. Em seguida, apresentaremos a Metodologia aplicada para este trabalho, uma breve história da Rádio Timbira FM (95,5), e, por último, as considerações finais.

Mulheres protagonistas ocultas na história do rádio

De 1940 para cá o Brasil mudou muito em termos de quantitativo de mulheres em relação aos homens. Segundo o estudo *“Tendências Demográficas: uma análise da população com base nos resultados dos Censos Demográficos de 1940 e 2000”*, lançado em 25 de maio de 2007, em 1940, havia equilíbrio entre o número de homens e mulheres (20,6 milhões); e foi em 2000

que o contingente feminino (86 milhões) ultrapassou o masculino (83,6 milhões). É claro que a população do Brasil alterou. De 1940 aumentou quatro vezes mais, passando de 41,2 milhões para 169,8 milhões de habitantes em 2000.

Recentemente, os números voltaram a se alterar. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2022 a população brasileira tem 203 milhões de habitantes, sendo que 104,5 milhões de mulheres (51,5%) e 98,5 milhões de homens (48,5%). Existem 6 milhões de mulheres a mais do que homens. A pesquisa indica ainda que o número de homens em relação às mulheres vem decrescendo e a explicação pode estar relacionada a maior mortalidade dos homens. Além disso, o levantamento aponta que o maior número de mulheres ocorre em todas as grandes regiões.

No recorte de gênero focado na profissão de Jornalistas no mercado de trabalho, apresentado no Perfil do Jornalista Brasileiro de 2022, a presença feminina (57,8%) é superior ao masculino (41,9%). No entanto, quando nos debruçamos nos estudos sobre as mulheres que atuam no rádio, verificamos inicialmente que existe uma desigualdade de gênero no meio radiofônico. No dossiê sobre Gênero e rádio, publicado pela Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora, as pesquisadoras Debora Cristina Lopez e Lena Benzecry e o pesquisador Marcelo Kischinhevsky (2022) apresentam dados do Portal Comunique-se sobre a disparidade entre o número de mulheres e homens no rádio brasileiro.

De acordo com a Workr, plataforma de comunicação corporativa do portal Comunique-se, 15.654 mulheres estavam empregadas em veículos de comunicação em 2019, o equivalente a 36,98% dos postos de trabalho no mercado de imprensa nacional. No rádio, contudo, a participação feminina era ainda menor: apenas 2.284 mulheres (20,5% do total) trabalhavam em funções jornalísticas, como repórter, apresentadora e diretora de redação, contra 11.182 homens (Benzecry; Kischinhevsky; Lopez, 2022, p. 3).

Mas nesse cenário opressor para as mulheres, destacamos que muitas profissionais do gênero feminino estavam trabalhando em algumas rádios nos anos de 1940, 1950 e 1960. Em algumas emissoras que foram referências, como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, a Rádio Tupi e a Rádio Mayrink Veiga, ocorreram exceções. Nelas algumas mulheres ocuparam cargos administrativos, importantes protagonistas como cantoras, locutoras, apresentadoras de programas de auditório, discotecárias e atrizes das radionovelas que fizeram tanto sucesso nessas décadas. Naquela sociedade conservadora, muitas delas eram vistas como pessoas com um comportamento fora das normas sociais e, em geral, eram rotuladas de “mulheres de vida fácil”. De acordo com Georges Duby e Michelle Perrot (1995):

As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da história. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das ‘mentalidades’, mais atenta ao cotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as fazer dessa sombra. E mais ainda o movimento das próprias mulheres e as interrogações que suscitou. ‘Donde vivemos?’ ‘Para onde vamos?’, pensavam elas: e dentro e fora das universidades levaram a cabo investigações para encontrarem os vestígios das suas antepassadas e sobretudo para compreenderem as raízes da dominação que suportavam e as relações entre os sexos através do espaço e do tempo (Duby; Perrot, 1995, p. 7).

As mulheres então não são em “si mesmas um objecto de história” porque elas, ao lado dos homens, também construíram uma história, existente e mutante. Afinal, o seu movimento é contínuo. Essa postura de resistência e de ocupar lugares no veículo de comunicação mais

importante demonstra que essas mulheres não se deixaram contagiar pelas opiniões de diferentes médicos e higienistas. Conforme Rago (1997), para eles,

(...) o trabalho feminino fora do lar levaria à desagregação da família. De que modo as mulheres que passavam a trabalhar durante todo o dia, ou mesmo parcialmente, poderiam se preocupar com o marido, cuidar da casa e educar os filhos? O que seria de nossas crianças, futuros cidadãos da pátria, abandonados nos anos mais importantes de formação do seu caráter? (Rago, 1997, p. 588).

Mas sabemos que as mulheres que ocupavam algum cargo no rádio também contribuíram para o desenvolvimento econômico, como diz Margareth Rago (1997):

(...) uma parcela das trabalhadoras que ajudaram a construir o país nas primeiras décadas do século XX. (...) Nas cidades, elas trabalhavam também no interior das casas – como empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, governantas –, em escolas, escritórios, lojas, hospitais, asilos ou, ainda, floristas e prostitutas (Rago, 1997, p. 603).

Muitas delas trabalhavam em casa e estavam no mercado de trabalho. Tinham em geral duas jornadas, apesar dos preconceitos e de parte da sociedade não ver com bons olhos essas feministas que insistiam em trabalhar fora de casa para ter o seu próprio sustento ou ajudar seus maridos e famílias.

Essa realidade faz parte de algumas marcas históricas, sociais e culturais, que tanto geraram um público mais feminino quanto limitou a maior presença das mulheres a certos tipos de programas, entre eles os de Entretenimento como Radionovelas, Variedades ou Musicais. Infelizmente, a maioria das produções jornalísticas são apresentadas por homens. Em geral as vozes masculinas foram sempre consideradas mais expressivas e que passam mais credibilidade ao ouvinte.

No entanto, ao retomar hooks (2019, p. 115) que propõe um movimento libertador, fundamentado na Pedagogia do oprimido, de Paulo Freire, as autoras deste artigo acreditam na possibilidade de “transformar a sociedade erradicando o patriarcado, acabando com o machismo e a opressão sexista”. Têm consciência de que a pesquisa e a escrita da história das profissionais do rádio entrevistadas fazem parte de uma ação libertadora e de resistência a um sistema opressor onde a história do gênero masculino sempre prevalece a história do gênero feminino.

Metodologia aplicada

Este artigo utiliza inicialmente a pesquisa qualitativa e exploratória que, de acordo com Martino (2018, p. 95), significa “fazer um mapeamento prévio do terreno a ser explorado durante a pesquisa principal, pensando nas etapas a percorrer” com o objetivo de proporcionar ao pesquisador maior familiaridade com o problema de pesquisa, e permitindo um planejamento flexível envolvendo a articulação de levantamento bibliográfico (Gil, 2002, p. 41). Nesta etapa também realizamos uma busca ativa, realizada em junho de 2024, para identificarmos as profissionais que trabalham na Rádio Timbira FM (95,5). Com a relação das mulheres que trabalham na emissora, procuramos obter as informações qualitativas, com o “objetivo principal de compreender as ações humanas, não explicá-las” (Martino, 2018, p. 99).

Para isso aplicamos uma entrevista semiestruturada com oito colaboradoras da rádio, fundamentada num roteiro de perguntas, com o intuito de apresentá-las de uma maneira completa e “conhecer o pensamento do entrevistado sobre determinado assunto, dando uma margem de liberdade para as suas próprias considerações e mudanças de rumo, mas sem perder o recorte específico da pesquisa” (Martino, 2018, p. 115).

Realizadas as entrevistas, optamos para este trabalho narrar as histórias de vida de quatro mulheres que atuam há mais tempo no rádio, compreendendo como uma técnica de pesquisa social bastante utilizada por sociólogos, educadores e antropólogos. Assim como Marconi e Lakatos (2018, p. 135), concordamos que essas declarações realizadas em entrevistas semiestruturadas são informações de “documentos íntimos”, “documentos pessoais” ou “documentos humanos” porque “tenta obter dados relativos à “experiência íntima” de alguém que tenha significado importante para o conhecimento do objeto de estudo”. Para preservar as histórias de cada uma, decidimos adotar o método descritivo.

Mesmo tendo sido realizada uma entrevista semiestruturada com cada funcionária da estação mais antiga do Maranhão, no ambiente de trabalho delas, de forma presencial, entendemos que temos uma reconstituição da vida de cada mulher no meio radiofônico. Por isso, neste artigo, as histórias de vida delas são um retrato de 2024. De um momento específico em que elas narraram às autoras, a partir das memórias, algumas lembranças relacionadas ao veículo de comunicação mais abrangente e que ainda tem o maior alcance em relação à televisão, jornal e sites. Para ouvir uma rádio basta um receptor de pilhas ou um celular, porque o rádio foi um dos meios que mais se reconfigurou, se adaptou à internet e às novas tecnologias.

Rádio Timbira, a primeira a entrar no ar no Maranhão em 1941

A primeira transmissão sonora à distância, de um ponto de transmissão para vários pontos foi realizada pela Rádio Clube de Pernambuco, em 6 de abril de 1919 (ALCAR, 2019). É considerada a pioneira entre as rádios no Brasil. Mais tarde, em 1923 entra no ar a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, idealizada como uma emissora educativa pelo cientista Edgard Roquette-Pinto com o apoio de Henry Morize, ambos integrantes da Academia Brasileira de Ciências. Anos depois, em 1936, é fundada a Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que pertencia ao Grupo A Noite, e se tornou referência, por causa da sua programação diversificada com informação e entretenimento, para as demais estações que foram surgindo em todas as regiões do Brasil.

Assim, cinco anos mais tarde, a capital do Estado do Maranhão, São Luís, vê surgir a primeira estação em 14 de agosto de 1941. Entrou no ar como comercial denominada Rádio Difusora AM (PRJ-9). Nesse ano estavam no Governo Federal o presidente da República Getúlio Vargas e no Governo Estadual o interventor Paulo Martins de Sousa Ramos, que fez um pronunciamento na noite de inauguração da emissora, na presença de diversas autoridades. A cerimônia foi narrada pelo locutor Marcus Vinícius de Almeida, paraense, poeta e intelectual da Academia Maranhense de Letras. Neste primeiro momento a estação irradiava somente das 12 às 22 horas. (Rêgo, 2004, p. 32).

Naquela época, a então Rádio Difusora AM era ouvida em mais de 60 municípios do Estado (Pinheiro, 2005). E como muitas rádios brasileiras, a Timbira organizou uma programação voltada para a informação, entretenimento e esporte, dentro de parâmetros da Rádio Nacional do Rio de Janeiro. O primeiro coordenador da emissora foi o poeta e jornalista Ribamar Pinheiro, membro da Academia Maranhense de Letras.

Anos depois, em 1944, a emissora mudou de dono e passou para as mãos do Grupo Diários e Emissoras Associados de Assis Chateaubriand. Para isso foi assinado um contrato de comodato, e foi a partir dessa data que ela passou a ser chamada de Rádio Timbira, nome escolhido pelo novo proprietário para homenagear os povos indígenas da região. Nessa época, é necessário destacar que Chateaubriand pretendia ser senador pelo Estado do Maranhão. Conforme Assis; Silva; Souza (2005), o contrato de comodato foi rescindido na administração interina do presidente do Tribunal de Justiça, Eleazar Soares Campos (09 de novembro de 1945 a 16 de fevereiro de 1946). "A partir daí a Rádio Timbira voltou a ser patrimônio do Estado, integrando-se novamente a divisão de radiodifusão do DEIP" (Assis; Silva; Souza, 2005, p. 6).

E a exemplo de boa parte das rádios no Brasil, a Rádio Timbira AM teve sua história ligada à política e aos governantes e, por isso, teve períodos difíceis. Um deles foi na gestão de Matos Carvalho (1957-1961), quando ficou fora do ar. Na administração de Newton Belo (1961-1966), a estação voltou a transmitir e ficou mais potente quando o governador Edison Lobão, em 1991, comprou um novo transmissor de 50 KW. Mas uma outra fase ruim voltou na era da governadora Roseana Sarney (1995-2002) que parou de investir e pensou em privatizá-la. Além disso, a Assembleia Legislativa sugeriu até a extinção da rádio. (Assis; Silva; Souza, 2005). Foi quando o governador Flávio Dino (2015-2019) assumiu o Governo do Maranhão que a estação ganhou um novo endereço, novos equipamentos e foram contratados profissionais renomados que organizaram uma grade de programas com foco no jornalismo, esporte e cultura.

Segundo Brito (2024), em 2019 a emissora "contava com 50 profissionais, entre produtores, cerca de 20 apresentadores, coordenador de produção, coordenador de jornalismo, quatro repórteres, diretor geral, oito estagiários, operadores de áudio, pessoal da limpeza, entre outras funções." (Brito, 2024, p. 122). De lá para junho de 2024 o número de profissionais se manteve o mesmo. De acordo com a Coordenadora de Planejamento e Gestão da Rádio Timbira FM, Viviane Barbosa Leite, hoje existem 50 colaboradores dos setores administrativo, técnico, programação, jornalismo, produção, núcleo de esportes, site e redes sociais. Entre eles, 10 são estagiários. E desse total de profissionais, 13 são mulheres, entre apresentadores, produtoras, repórter e operadora de áudio, e seis são estagiárias mulheres.

Vale ressaltar que desde 2009, a Rádio Timbira está vinculada à Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) e, em 9 de abril de 2024, migrou do AM para o FM. Portanto não opera mais na frequência AM 1290 KHz e a transmissão via antena se dá no dial 95,5. A emissora tem acompanhado as inovações possibilitadas pela internet e convergência digital e, além do site (<http://radiotimbira.ma.gov.br/>), tem perfis em três redes sociais: Facebook³, Instagram⁴ e X (antigo Twitter)⁵, mantém um canal de comunicação aberto com os ouvintes pelo WhatsApp e um canal no YouTube⁶ onde a emissora faz transmissões ao vivo de alguns programas.

3 Rádio Timbira no Facebook. Disponível em: <https://www.facebook.com/radiotimbira>

4 Rádio Timbira no Instagram. Disponível em: <https://www.instagram.com/radiotimbira/>

5 Rádio Timbira no X. Disponível em: <https://x.com/radiotimbira>

6 Rádio Timbira no canal YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/@TVTimbira>

Atualmente, de acordo com a Constituição Federal (1988), é considerada uma emissora estatal porque pertence à Secretaria de Estado de Comunicação Social (Secom) e depende financeiramente do Estado. No entanto, os programas priorizam informações de interesse público, educativo e cultural, por isso podemos afirmar que a Rádio Timbira FM atua no campo público de comunicação.

Histórias de vida de quatro profissionais da Rádio Timbira FM

Entre 24 de junho e 18 de julho de 2024, a Rádio Timbira FM tinha 50 profissionais. Desse total, 19 eram mulheres. Sendo que 13 trabalham em diferentes cargos como administrativo, apresentadoras, produtoras, repórter e operadora de áudio, e seis são estagiárias de áreas da reportagem, redes sociais, design gráfico, produção e apresentação. Em termos quantitativos, observamos que o número de mulheres é menos da metade de todos os colaboradores na estação. Uma realidade que infelizmente persiste no meio rádio. Existem mais homens do que mulheres ocupando espaços na emissora mais antiga do Maranhão. Uma realidade percebida em muitas outras estações de diferentes lugares do Brasil.

Nos dias 24 de junho e 18 de julho de 2024, entrevistamos oito profissionais da Rádio Timbira FM (95,5), utilizando um gravador e um caderno de anotações. Aplicamos o roteiro semiestruturado para que a conversa mantivesse um direcionamento, despertando as memórias de cada uma. Assim pudemos conhecer as histórias de cada uma para narrarmos neste artigo quatro histórias de vidas, das mulheres que estão há mais tempo trabalhando em rádio: Monica Moreira, Viviane Barbosa, Danielle Almeida e Gisa Franco. Todas têm algo em comum. A paixão pelo rádio.

“Vou ficar velhinha fazendo rádio”, afirma Mônica Moreira Lima

Apresentadora mais antiga da Timbira, Mônica Moreira Lima começou as atividades há 38 anos em emissoras de rádio no Maranhão. Formada em Jornalismo, em 1991, pela Universidade Federal do Maranhão, onde inclusive lecionou no curso de Comunicação Social por três anos, também tem graduação em Radialismo. Mônica atuou, ainda, em televisão, mas sempre manteve o vínculo com rádio, por considerar o meio mais popular de massa no Brasil.

Foi exatamente por priorizar projetos em rádio e televisão, com os quais continuou mantendo o vínculo que teve de largar o ensino porque não dava para conciliar todas as atividades. Para Mônica Moreira, “a divulgação no rádio ainda é uma informação muito mais confiável que o povo realmente tem”, tendo em vista que “com a internet hoje no país, oferecendo várias formas de acesso, infelizmente se tem muito mais desinformação e está se criando muita “Fake News”.

A jornalista começou a trabalhar em rádio ainda na graduação, depois de passar em uma seleção promovida pela coordenação da UFMA para escolher 15 locutores, os primeiros da Rádio Universidade, coordenada pela Fundação Roquette-Pinto. A produção e a locução do programa eram feitas por ela mesma, entre 1986 e 1991. “Me apaixonei por rádio, me casei e não tenho menor intenção de parar nunca. Já disse que eu vou ficar velhinha aqui fazendo rádio”, declara Mônica.

Mônica lembra com orgulho que teve um programa sobre sexualidade e teria sido o “pioneiro”. Além da Rádio educativa da UFMA, onde considera como um estágio, trabalhou na Rádio Capital, passou pela afiliada da TV Globo, permanecendo mais tempo, e pela TV SBT. Foi onde ela ficou mais tempo. Ela também trabalhou na afiliada do SBT, da Record News e da TV Guará. Hoje Mônica tem um programa sobre reggae, no novo momento da Rádio Timbira, que migrou do AM para o FM em abril.

Na Rádio Capital (2010-2015) fazia um programa Jornalístico. “Era comentarista dos principais assuntos do dia, mas nós comentávamos tudo, cultura, política, comunidade. Era um programa que não tinha restrição de pauta”, comenta ao lembrar, de forma saudosista, que se o ouvinte ligasse na hora e perguntasse sobre um assunto o tema era falado na hora. “Era uma interação muito grande, muito antes de haver internet. Então você estava ali ao vivo, comentava sobretudo e não tinha um computador para você entrar na internet, checar o que é que ele queria saber”, salienta ela.

Mesmo trabalhando em televisão em 2024, a apresentadora afirma não conseguir largar o rádio. Já foi editora, chefe de uma revista, assessora, enfim, teve várias experiências, mas o rádio sempre teve paralelo a isso. “Nunca deixei de fazer porque rádio é o que a gente tem de mais próximo com o povo”, menciona convicta.

Nesses 40 anos, a apresentadora lembra de momentos marcantes nessa trajetória no rádio: “Para mim é o carinho tão grande que a gente recebe, especialmente parece que a gente é da família da pessoa. É isso que eu gosto de rádio”. Entre as “celebridades” que entrevistou em sua carreira, destacou o presidente Lula. E Por quê? “porque me encanta a figura do Lula”

Além de fazer rádio, Mônica também adora ouvir rádio quando está trabalhando, escrevendo no computador ou quando está se deslocando de carro. Um hábito que mantém para se informar e ver o que está sendo feito nas outras rádios. Mas ela faz questão de destacar que é a Rádio Timbira, onde está desde 2015, é diferente porque é do Maranhão e destaca em seus programas a regionalidade do qual ela também tem orgulho.

Sobre o quadro do mercado de trabalho, a apresentadora observa que existem mais mulheres nas redações, incluindo um número maior de pessoas do sexo feminino no papel de locutoras. Todavia, os homens continuam assumindo a maioria dos cargos de chefia, deixando a mulher como subalterna, sempre como coadjuvante.

As mulheres ganham 19,4% a menos que os homens no Brasil, sendo que em cargos de dirigentes e gerentes, por exemplo, a diferença de remuneração chega a 25,2%, segundo levantamento do 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, apresentado em março de 2024 pelos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e das Mulheres. O envio dos dados por empresa atende a exigência da Lei nº 14.611, que dispõe sobre a Igualdade Salarial e de Critérios Remuneratórios entre Mulheres e Homens, sancionada pelo presidente Lula, em julho de 2023⁷.

Mônica, porém, aponta avanços, principalmente com a maior cobrança da sociedade em relação à ocupação de espaço, de funções de comando e salários igualitários.

7 Disponível em: [https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial#:~:text=Os%20dados%20apontam%20que%20as,cheega%20a%2025%2C2%25](https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial#:~:text=Os%20dados%20apontam%20que%20as,cheega%20a%2025%2C2%25.). Acesso: 10 jul. 2024.

“Sempre aonde eu chego, sou espaçosa e me imponho”, afirma a jornalista que diz ter conquistado espaços midiáticos tradicionalmente reservados para os homens como na Política e no Esporte. Ela lembra que num programa político que apresentava ela teve de se impor: “O cara começava a entrar e eu entrava e comentava em cima e trazia um outro contraponto. E assim fui ganhando espaço. E daqui a pouco eu estava com um programa só para mim, de Política”. Na Rádio Timbira AM ela apresentou com Ivson Lima o Fala Timbira, depois com Edvaldo Oliveira o Contraponto e sozinha o Revista da Tarde. Atualmente, agora na Timbira FM, Mônica Moreira Lima comanda o Timbira Roots, de segunda a sexta-feira, das 16 às 18 horas, e tem um blog voltado para conteúdo político.

Para a também radialista,

a mulher tem que mostrar que pode fazer. O homem vai sempre querer achar que tem assunto que só ele fala (Desta vez, referindo-se ao esporte). [...] Então, [...] a gente tem mulheres fazendo; não existe mais espaço de homem, a mulher pode fazer qualquer coisa e a gente está trazendo esse entendimento também para a radiofonia maranhense (Lima, entrevista oral, 2024).

Mônica Moreira assinala, ainda, que as mulheres têm dado uma grande contribuição na mídia radiofônica, entre outros cenários. De acordo com ela, as mulheres “têm uma melhor formação acadêmica, uma preocupação maior em estar se atualizando” e as novas gerações demonstram interesse no rádio, em aprender, perfil que observa na parceria entre a Rádio Timbira e a Universidade Federal do Maranhão.

“Rádio é tudo”, declara Gisa Franco

O rádio também “fisgou” Gisele Maria Franco Goiabeira, mais conhecida como Gisa Franco, responsável pela produção de programas na Rádio Timbira FM, tanto em noticiário quanto na área cultural. Está nessa estação desde 2015, a convite do locutor Darlan Andrade que queria ouvir a voz dela “arrebentando” no AM. Atualmente divide o seu tempo de trabalho em duas rádios, agora FMs: de manhã apresenta o Santo de Casa, de segunda a sexta-feira, das 11 às 12 horas, na Rádio Universidade FM (106,9), que tem uma enorme audiência e se caracteriza por apresentar a cultura maranhense e a diversidade cultural do Estado. Nela está há 31 anos. À tarde trabalha na Rádio Timbira FM há quase 10 anos. De segunda a sexta-feira, às 15 horas, está à frente do Timbira Cult que também é cultural e informativo.

Despertou para o rádio quando foi morar no Rio de Janeiro depois de terminar o segundo grau, hoje Ensino Médio. Gostava da animação dos locutores na época em que o rock nacional virou febre, nos idos de 1980, fase marcada pelo Rock In Rio. Gisa foi a muitos shows e, entre as bandas, curtiu Paralamas do Sucesso e Legião Urbana.

“Eu fiquei impressionada com as mulheres fazendo locução nas rádios”, relembra a época em que fazia cursinho e passou no vestibular para Comunicação Social, aproximando ainda mais a jovem da mídia radiofônica. Tempos depois, sua mãe decidiu buscá-la de volta para a cidade onde a família morava, no Maranhão. Não encontrou nas emissoras as locuções que ouvia entre as cariocas.

Chegou a fazer um curso de fotografia, mas conseguiu vaga de transferência no curso de Comunicação, na UFMA. Segundo ela, foi difícil conciliar fotografia com outra atividade. Nessa época, professores diziam que a voz de Gisa era muito boa. Foi indicada para fazer um teste e foi selecionada no teste para ser locutora. Pronto, assim iniciou o estágio, permanecendo por dois anos na Rádio Universidade FM (106,9) e onde adquiriu muita prática, entre 1987 e 1988.

Em 1989 foi contratada como profissional pela Mirante FM, onde ficou por quase cinco anos. No ano de 1993 foi chamada de volta para trabalhar na Rádio Universidade FM, onde atua há 31 anos. Ao longo desses anos, ela afirma nunca ter enfrentado situação de assédio, mas preconceito, sim. Teve um chefe que “não engolia” muito ela, mas os coordenadores valorizavam seu trabalho, fator decisivo para se manter no emprego.

Nessa relação com os colegas, Gisa afirma que existe uma distinção entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Para exercer a mesma função, eles ganham mais que elas. Ela disse ter mudado de emprego porque a atual emissora fez uma boa proposta e ela precisava ganhar mais para sustentar seu filho.

Aos 57 anos, Gisa se considera realizada e comemora sua data de nascimento por ser muito simbólica: 12 de maio, que em alguns anos cai no Dia das Mães. Nessa perspectiva, acredita que as mulheres têm um papel importante porque se comunicam de forma diferente, falam de maneira direta para a mulher. Um pouco por isso, os programas que apresenta nas duas emissoras de São Luís são voltados especialmente para o público feminino. Citou como exemplo o de uma apresentadora sobre a saúde das mulheres, dos seus “aperreios”, suas vontades, seus sonhos. “Eu acho que a gente tem que motivar as mulheres a ouvir o rádio, a ouvirem o rádio”, defende.

Gisa adota o mesmo ensinamento para estudantes de comunicação. “A gente tem contato aqui com vários estagiários, e tenta passar muito isso para eles”, descreve comentando a relação com a nova geração: “Eu passo a minha paixão” referindo-se aos estagiários, que procura incentivar a conhecer a estrutura e o hábito de escutar rádio. E sentencia: “A gente não consegue fazer rádio se não ouvir rádio, rádio é tudo”.

Viviane Barbosa Leite tem pelo rádio uma paixão herdada do pai

O rádio para Viviane Barbosa Leite é “uma paixão”, uma relação umbilical herdada de seu pai, o que a fez “admirar profundamente os profissionais de rádio”. Radialista formada pela UFMA, Viviane sempre conviveu com a mídia radiofônica. Coordenadora de Planejamento e Gestão na Rádio Timbira FM, foi influenciada pelo pai, o Lauro Leite⁸, integrante da equipe Timbira como repórter, noticiarista e diretor. Ainda na infância frequentava “estúdio de rádio, sentindo esse cheiro, essa atmosfera de produção e radiofônica” levada pelo pai, dentista de formação, mas que abandonou a Odontologia pelo rádio na época, confia Viviane.

Antes mesmo de entrar na universidade, Viviane já estava no seu primeiro emprego: na Rádio Educadora AM. Depois passou pelas emissoras de televisão Difusora e Band, numa afiliada local. Muito tempo depois foi convidada para ir para a Rádio Timbira, na qual atuou inicialmente

8 Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/10/10/morre-o-jornalista-e-radialista-lauro-leite>. Acesso: 5 Ago. 2024.

como assessora da Secretaria de Comunicação, na função de coordenadora de planejamento. Mas nos bastidores atuou como produtora.

Perguntada sobre o que foi mais marcante para ela na Rádio Timbira, a radialista foi categórica: “É essa a perspectiva do jornalismo comunitário que existe nessas emissoras, que ainda tem um jornalismo muito forte”. De acordo com Viviane, emissoras AM que estão migrando para o FM levam a característica informativa de prestação de serviço. “A gente vem com essa veia do jornalismo comunitário, coisa que sempre me chamou atenção”, reforça.

No campo do gênero, Viviane reiterou o pensamento de outras radialistas de que as mulheres estão ocupando cada vez mais espaços nas redações. Antes, a mulher “não tinha espaço de fala”, ficando sempre subjugadas aos pensamentos machistas. Na sua carreira afirma não ter sofrido assédio, até porque já entrou sendo conhecida como “a filha de Lauro”. Mas piadinhas machistas eram normalizadas, o que gerava constrangimento. Mas, atualmente, o ambiente de trabalho é melhor. Hoje ainda existe, sutilmente, o viés do patriarcado. Mas ocorreram muitos avanços, mesmo num processo histórico um pouco lento.

Além da modificação no comportamento do ambiente de trabalho, as mudanças tecnológicas representaram desafios. Diante da convergência de mídias, do “rádio expandido” (Kischinhevsky, 2016), os profissionais foram obrigados “a fazer rádio de outra forma”. É o que explica a coordenadora da área administrativa: “Agora não é mais só o rádio, mas a gente está na TV, a gente está em outras plataformas, está com outros instrumentos de comunicação, com outros mecanismos”. Nesse cenário, foi preciso dialogar mais com outras linguagens, o que fez a equipe de jornalismo da Timbira FM, tendo em vista que peças de jornalismo se misturam com as redes sociais.

Sonho realizado na Timbira, declara Danielle Plínio dos Santos Almeida

Outra apaixonada declarada por rádio é a jornalista Danielle Plínio dos Santos Almeida. Iniciou a carreira na Rádio Timbira, em 2009, como estagiária, ainda no terceiro período do curso de jornalismo. Como sempre se identificou com o rádio, conseguiu uma oportunidade na emissora. Já foi produtora, apresentadora e coordenadora de estágio.

Atualmente apresenta o Timbira News, das 7 às 9 horas da manhã, um programa jornalístico com esporte. “Já fiz um programa de esporte, o primeiro no Maranhão, com quatro mulheres apresentando em 2011”, diz orgulhosa ao mencionar que gosta muito de esporte “desde pequena” e sempre quis conciliar jornalismo com essa área.

“Desde pequena eu sempre fui apaixonada pelo rádio; sempre gostei de estar ali, antenada, ouvindo. Gostava muito [...] de esporte, eu acompanhava jogos e isso me incentivava ainda mais a ficar no rádio”, reforça a jornalista. Ela lembra que há alguns anos não era comum ver mulheres comentando sobre esporte, principalmente fora do eixo Rio-São Paulo: “Helena Leite e Keila Roberta foram mulheres que abriram as portas aqui no Maranhão para que se falasse de esporte [...] tem mulher na beira do campo”.

Toda formação de Danielle foi voltada para a mídia radiofônica, tornando-se “um sonho realizado”. Seu vínculo com o veículo teve início aos 17 anos e, hoje, com 35 anos, nunca largou o rádio. “Fiz família dentro do rádio. [...] então o rádio me deu tudo até o momento”, brinca, apontando ser casada com um radialista, jornalista.

Ouve rádio no carro e em todo canto da casa, já que tem três rádios à pilha. “Quando dá um problema, [...] e se falta luz? Justamente por isso, já aconteceu inúmeras vezes de faltar energia. Gente, tudo vai se embora, mas o rádio está lá”, justifica. Nesse momento, a recente tragédia no Rio Grande do Sul veio à tona. Com a falta de energia elétrica, uma grande parcela da população se informava pelo rádio⁹.

Considerações finais

A Rádio Timbira FM (95,5), a primeira emissora do Estado do Maranhão, surgiu numa década em que havia mais homens do que mulheres no Brasil. Nos anos de 1940, 1950 e 1960, era difícil encontrarmos mulheres no mercado de trabalho. Em atividades fora de casa, mesmo estando casada e tendo filhos. Não eram vistas com bons olhos. A sociedade patriarcal preferia que elas ficassem em casa cuidando do lar, dos filhos e do marido, considerado o chefe da família. Mas sabemos também que muitas quebraram essa imposição e sim, começaram a ocupar diferentes cargos, inclusive foram trabalhar em rádio como atrizes, apresentadoras e produtoras de programas, em geral de entretenimento já que a voz feminina era muito suave para ler notícias e não passava credibilidade. São muitas histórias, mas muitas não estão relatadas na história do rádio brasileiro. Ficaram invisibilizadas.

E o Brasil mudou muito ao longo desses mais de 80 anos. Segundo dados do IBGE (2022), existem 203 milhões de habitantes, sendo que 104,5 milhões de mulheres (51,5%) e 98,5 milhões de homens (48,5%). Portanto são seis milhões de mulheres a mais do que homens. Boa parte já trabalha fora de casa, mas quando observamos o trabalho nas áreas da Comunicação, percebemos que elas ainda falam pouco no microfone e ocupam mais cargos nas áreas administrativas e como produtoras de programas. A voz da mulher apresentando programas jornalísticos ainda é um tabu no meio radiofônico. Apesar disso, elas têm ganho espaço. Neste artigo apresentamos o caso da Rádio Timbira FM (95,5), a emissora mais antiga do Maranhão que, instalada em São Luís, tem 50 colaboradores, sendo 31 homens e somente 19 mulheres que atuam em cargos administrativos e como apresentadoras, produtoras, repórteres e operadoras de áudio. Ainda tem mais homens que mulheres apresentando programas, apesar das mulheres serem maioria no Brasil. A desigualdade em quantitativo entre homens e mulheres persiste.

Este artigo proposto é um recorte de uma pesquisa mais ampla do Grupo de Pesquisa Rádio e Política no Maranhão, listado no CNPq, *Vozes, memórias e histórias de mulheres nas rádios do Maranhão (1941-2022)*, que também vai contribuir com uma pesquisa coletiva em andamento *A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico*. Porque entendemos que é necessário identificar, conhecer e ouvir essas mulheres. É preciso urgente-

9 Diante da calamidade no Rio Grande do Sul, várias campanhas de solidariedade foram feitas, inclusive uma para arrecadar rádio a pilha para doação as comunidades que ficaram sem energia elétrica e buscavam informações e orientações pelas emissoras de rádio. Disponível em: <https://cbn.globo.com/coberturas/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/20/radios-de-pilha-se-transformaram-em-um-grande-aliado-para-os-gauchos.ghtml>. Acesso em: 21 mai. 2024.

mente dar voz a quem ficou sempre à margem da história do rádio brasileiro: as mulheres que sim, também ajudar a construir o rádio, um dos veículos de comunicação mais popular. Escrever sobre essas profissionais é fazer parte de um movimento libertador e de resistência a uma história escrita em geral por homens, para os homens, deixando de lado o protagonismo de mulheres que também contribuíram para que a sociedade fique menos desigual.

Entre as 19 profissionais que trabalham na Rádio Timbira FM, já foram entrevistadas oito. E dessas, elencamos as quatro comunicadoras que estão há mais tempo na estação, apresentando programas. Elas são exemplos de mulheres que venceram barreiras, aproveitaram a oportunidade de trabalhar no rádio e sabem que, por serem mulheres, fazem diferença quando abrem o microfone. Elas têm consciência que são minoria nesse meio, ainda tão masculino. Sabem que até ganham menos, em alguns casos. Mas ocupam seus lugares para mostrar as demais mulheres que elas podem estar onde quiserem e trabalhar com o que gostam sempre. Para elas, as mulheres estão ganhando mais espaço nas mídias e em outras áreas. As entrevistadas desta pesquisa têm algo em comum: são apaixonadas pelo rádio, meio com o qual têm muitas histórias e um vínculo afetivo muito forte.

Referências

- ALCAR. *Carta de Natal*. Natal, Rio Grande do Norte, 20 de junho de 2019. Disponível em: <https://redealcar.org/carta-de-natal/>. Acesso em: 13 agos. 2024.
- ALMEIDA, Danielle Plínio dos Santos. *Apresentadora e produtora da Rádio Timbira FM*. Entrevista concedida às autoras. São Luís (Maranhão), 18 de julho de 2024.
- ALMEIDA, Mariléa de. A voz, a coragem e a ética feminista. In: hooks, bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.
- ASSIS, Darlene Rose Costa de; SILVA, Amanda Cecília Marchi; SOUZA, Osmarina Pereira de. Timbira: A Primeira Era do rádio no Maranhão. In: *3º Encontro Nacional da Rede Alfredo de Carvalho*, 2005, Novo Hamburgo/RS. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-3o-encontro-2001/>. Acesso em: 2 jul. 2024.
- BIROLI, Flávia. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, (online) v. 90, p. 45-96, 19 out. 2010.
- BETTI, Juliana Gobbi. *Informação crítico-emancipatória com perspectiva de gênero: os direitos das mulheres em programas radiofônicos femininos*. Florianópolis: UFSC, 2021. Tese. Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.
- BRITO, Nayane. *Radiojornalismo no Norte do Maranhão: um estudo de emissoras de antena (2018-2023)*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2024.
- BUTLER, Judith. Corpos que pesam. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- CBN. *Rádios de pilha se transformam em grande aliado para os gaúchos*. Disponível em: <https://cbn.globo.com/coberturas/sos-rio-grande-do-sul/noticia/2024/05/20/radios-de-pilha-se-transformaram-em-um-grande-aliado-para-os-gauchos.ghtml>. Acesso em: 21 mai. 2024.
- DUBY, Georges; PERROT, Michele. (Org.). *Escrever a história das mulheres*. In:
- THÉBAUD, Françoise. *História das mulheres no ocidente - O século XX*. Porto: Afrontamento, 1995.
- GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Editora Atlas S.A, 2002.

GOIABEIRA, Gisele Maria Franco. *Apresentadora da Rádio Timbira FM*. Entrevista concedida às autoras. São Luís (Maranhão), 18 de julho de 2024.

HOOKS, Bell. *Erguer a voz: pensar como feminista, pensar como negra*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

IBGE. *Censo 2022*. [on line]. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>.

IBGE. *Estudo revela 60 anos de transformações sociais no país*. [on line]. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=Em%201940%2C%20havia%20equil%C3%ADbrio%20entre,\(83%2C6%20milh%C3%B5es\)](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/13300-asi-estudo-revela-60-anos-de-transformacoes-sociais-no-pais#:~:text=Em%201940%2C%20havia%20equil%C3%ADbrio%20entre,(83%2C6%20milh%C3%B5es)).

IMIRANTE. *Morre o jornalista e radialista Lauro Leite*. [on line], 10 de outubro de 2010. Disponível em: <https://imirante.com/oestadoma/noticias/2016/10/10/morre-o-jornalista-e-radialista-lauro-leite>. Acesso em: 5 ago. 2024.

KISCHINHEVSKY, Marcelo. *Rádio e mídias sociais*. Mediações e interações radiofônicas em plataformas digitais de comunicação. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

LEITE, Viviane Barbosa. *Coordenadora de planejamento e gestão da Rádio Timbira FM*. Entrevista concedida às autoras. São Luís (Maranhão), 24 de junho de 2024.

LIMA, Samuel Pantoja; MICK, Jacques (et al). *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*. Florianópolis: Quorum Comunicações, 2021. Disponível em: <https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/06/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>.

LIMA, Mônica Moreira. *Apresentadora da Rádio Timbira FM*. Entrevista concedida às autoras. São Luís (Maranhão), 24 de junho de 2024.

LOPEZ, Debora Cristina; KISCHINHEVSKY, Marcelo; BENZECRY, Lena. Perspectiva de gênero nos estudos radiofônicos. *Radiofonias – Revista de Estudos em Mídia Sonora*. Mariana - MG, v. 13, n. 01, p. 2-8, jan./abr. 2022.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Métodos de Pesquisa em Comunicação: projetos, ideias, práticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2018.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2018.

Ministério do Trabalho e do Emprego. *Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1º Relatório de Transparência Salarial*. Disponível em:

<https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial#:~:text=Os%20dados%20apontam%20que%20as,chega%20a%2025%2C%25>. Acesso: 10 jul. 2024.

MUSTAFÁ, Izani. As mulheres na Rádio Difusora AM de Joinville (1941-1961). *Anais*. VIII Encontro Nacional de História da Mídia. Guarapuava (PR): ALCAR, 2011. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-8o-encontro-2011/>. Acesso em: 9 agos. 2024.

MUSTAFÁ, Izani; FRAGA, Kátia; BRITO, Nayane; PINHEIRO, Roseane Arcanjo; MARTINS, Katherine Malaquias. As mulheres de ontem e de hoje no Rádio de Imperatriz (MA). *Anais*. XIV Encontro Nacional de História da Mídia. Niterói (RJ): ALCAR, 2023. Disponível em: <https://redealcar.org/anais-eventos-nacionais-14o-encontro-2023/>.

MUSTAFÁ, Izani; MARTINS, Katherine Malaquias. As mulheres que trabalham em rádio em quatro cidades da Região Tocantina (MA). *Anais*. Simpósio de Comunicação da Região Tocantina. Imperatriz (MA), 2023. Disponível em: <https://proceedings.science/simcom-2023?lang=pt-br>.

MUSTAFA, Izani; BRITO, Nayane. Rádio e poder político no Maranhão, uma história de 78 anos (1941-2019). In: LOPEZ, Débora Cristina; KISCHINHEVSKY, Marcelo; ZUCULOTO, Valci Regina Mousquer; RADDATZ, Vera. (Org.). *Rádio no Brasil 100 Anos de História em (Re) Construção*. 1ed.ljuí: Unijui, 2020, v. 1, p. 323-337.

PERROT, Michelle. Conferência proferida no Núcleo de Estudos de Gênero Pagu em 06 de maio de 1994 (Unicamp). Tradução de Ricardo Augusto Vieira - Mestrando em Filosofia, UNICAMP. *Cadernos Pagu* (4) 1995, p. 9-28.

PINHEIRO, Roseane Arcanjo. *Nas ondas da pioneira*. Jornal O Estado do Maranhão, São Luís, p. 3, 2 de janeiro de 2005. Caderno Alternativo. Série: história e imprensa.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

RÊGO, Gleydson Botelho. *80 Anos de rádio no Maranhão: breve histórico da rádio sociedade maranhense à Rádio Educadora*. Monografia – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2014.

SECOM. *Rádio Timbira agora é FM*. São Luís, Secom [on line], 8 de abril de 2024. Disponível em: <https://secom.ma.gov.br/noticias/radio-timbira-agora-e-fm>. Acesso em: 3 jul. 2024.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*. Tradução Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. In: *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989. p. (1-35). Disponível em: http://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em: 20 jun. 2024.

ZUCULOTO, Valci; BETTI, Juliana Gobbi. A história (das mulheres) do rádio no Brasil - uma proposta de revisão do relato histórico. *Anais*. XIII Encontro Nacional de História da Mídia. São Paulo: ALCAR, 2022.

ELAS NO RÁDIO: CONTRIBUIÇÕES DE MULHERES BRASILEIRAS AOS ESTUDOS DO MEIO SONORO NO ÂMBITO LUSO-BRASILEIRO¹

THEM ON THE RADIO: BRAZILIAN WOMEN WHO GIVE ACADEMIC STATUS TO THE SOUND MEDIA IN THE LUSO BRAZILIAN SCOPE

MAÍRA ROSSIN GIOIA DE BRITO²

JOÃO CUBAS MARTINS³

VALQUÍRIA MICHELA JOHN⁴

RESUMO

Este estudo sistematiza os resultados de uma cartografia de campo (Martín-Barbero, 2002) que baliza a pesquisa radiofônica a partir de um levantamento exploratório nos anais dos Congressos da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação entre 2013 e 2019, com foco na presença de mulheres pesquisadoras brasileiras. O recorte são os artigos apresentados no Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros, totalizando 21 trabalhos. Os *papers* foram analisados quanto à nacionalidade da autoria e das citações nas referências bibliográficas. O objetivo é evidenciar as pesquisadoras brasileiras em meio àqueles que dão status acadêmico ao meio sonoro no âmbito luso-brasileiro. A pesquisa traz uma reflexão a partir da colonialidade do saber (Quijano, 1992; 2005) e nas discussões sobre gênero, no que se refere às problematizações sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser (Lugones, 2014). Constatou-se que os autores brasileiros citados compõem um grupo com 33 nomes. Dentro do grupo, destaca-se a significativa presença de autoras mulheres, num total de 18, mais da metade, portanto. Embora o autor mais citado seja homem, dos seis autores mais mencionados, quatro são mulheres, o que mostra um aspecto importante na perspectiva das epistemologias do sul: a presença contundente de mulheres como referências nos estudos radiofônicos no contexto analisado.

Palavras-chave: mulheres; rádio; colonialidade; pesquisa

ABSTRACT

This study systematizes the results of a field cartography (Martín-Barbero, 2002) that guides radio research based on an exploratory survey of the annals of the Congresses of the Portuguese Society of Communication Sciences between 2013 and 2019, with a focus on the presence of Brazilian women researchers. The focus is on the articles presented in the Radio and Sound Media Working Group, totaling 21 papers. The papers were analyzed in terms of the nationality of the authors and the citations in the bibliographical references. The aim is to highlight Brazilian researchers among those who give academic status to the sound medium in the Luso-Brazilian context. The

- 1 Artigo derivado do resumo expandido apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 contra o fim do mundo: anti-colonialismo, anti-fascismo e justiça climática realizado em Florianópolis entre 29 de julho a 02 de agosto de 2024.
- 2 Jornalista formada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Campinas) e mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Atualmente é doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e coordenadora do Núcleo de Jornalismo da Agência Escola UFPR. E-mail: mairargioia@gmail.com
- 3 Relações públicas formado pela Pontifícia Universidade Católica (PUC Paraná) e jornalista formado pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Mestre e doutorando no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFPR. E-mail: joaocubas@ufpr.br
- 4 Doutora em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da graduação do Departamento de Comunicação (UFPR). Atua na Agência Escola de Comunicação Pública e Divulgação Científica da UFPR e no Programa Interinstitucional Ciência Cidadã na Escola. Bolsista PQ2 CNPq. E-mail: vmichela@gmail.com

research reflects on the coloniality of knowledge (Quijano, 1992; 2005) and on discussions about gender, with regard to problematizations about the coloniality of power, knowledge and being (Lugones, 2014). The Brazilian authors cited comprise a group of 33 names. Within the group, the significant presence of women authors stands out, with a total of 18, more than half. Although the most cited author is a man, of the six most mentioned authors, four are women, which shows an important aspect from the perspective of southern epistemologies: the strong presence of women as references in radio studies in the context analyzed.

Keywords: women; rádio; coloniality; research

Introdução

A produção e a circulação de conhecimentos ganham destaque nas mais variadas áreas, visto ser necessário dar visibilidade para o fluxo de informações científicas. Em meio a tal dinâmica, nos deparamos com um campo que tem o Brasil como referência: o da radiofonia, como evidenciaram os pesquisadores espanhóis Fernández Sande e Gallego Pérez ao mencionarem que o primeiro número da revista *Radio, Sound & Society*, criada pela seção de rádio da *European Communication Research and Education Association (ECREA)*, trouxe no dossiê *Latin Radio, Diversity, Innovation and Policies* a participação de oito pesquisadores brasileiros assinando quatro dos sete artigos (Kischinhevsky *et al.*, 2017).

A notoriedade brasileira também foi citada pela pesquisadora portuguesa Madalena Oliveira, que creditou destaque à atuação do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Intercom⁵. Segundo a autora, o GP foi capaz de traçar “um sólido repertório bibliográfico de referência obrigatória para inúmeros trabalhos de pós-graduação e para muitos autores de língua portuguesa e espanhola” (Oliveira, 2016, p. 15). A influência culminou na criação, em 2013, do Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação (SOPCOM). Neste artigo, lançamos uma reflexão acerca da a colonialidade do saber (Quijano, 1992; 2005). Essa é uma das questões centrais na perspectiva de um “giro decolonial” (Ballestrin, 2013) no que se refere à produção e valorização do conhecimento que se produz desde o Sul. Embora Quijano tenha focado nos aspectos raciais e de classe, autoras como Lugones (2014) enfatizam a necessidade de se considerar também o gênero para ampliar o alcance das epistemologias do Sul.

O objetivo é mostrar um trânsito contrário, ou seja, a partir dos saberes e práticas do Sul em meio a uma jornada intelectual dos pesquisadores que estão “abaixo” da linha abissal (Santos, 2007) – como se uma linha radical pudesse impedir a presença global destes conhecimentos. Este artigo, que faz parte de uma pesquisa mais ampla, (Brito; John, 2024), apresenta uma cartografia dos estudos apresentados no Grupo de Estudo SOPCOM, em que a pesquisa sobre o rádio está em evidência, assim como os/as autores/as brasileiros/as citados/as, conforme veremos a seguir. Ao fazer isso, nos vinculamos a uma perspectiva de pensar a Comunicação e os estudos da área desde a perspectiva decolonial, ou seja, do Sul, com o Sul e para o Sul. Neste caso, estabelecendo a ruptura que Quijano (1992) definiu como a colonialidade do saber. Se como aponta Grosfoguel (2008), ser decolonial é promover o processo de “descolonização do pensamento”, a cartografia aqui realizada busca esse movimento.

5 <https://www.portalintercom.org.br/eventos1/gps1/gp-radio-e-midia-sonora>

A proposição de Aníbal Quijano, central para o desenvolvimento do giro epistêmico desenvolvido a partir do grupo Modernidade/Colonialidade, é condutora da análise e da reflexão aqui empreendida. Assim, tensionamos como, a partir dos estudos radiofônicos e de mídias sonoras realizados no Brasil há mais de 30 anos, tem se promovido esse movimento de “sulear” (Campos, 1991; 2019) a pesquisa em Comunicação e a notoriedade de pesquisadoras, num duplo giro epistêmico, que envolve pôr em tensão as epistemologias do Norte bem como a colonialidade a partir do gênero (Lugones, 2014).

Queremos assim contribuir com tal linha de pensamento e a partir de reflexões sobre um significativo veículo em termos de audiência no Brasil e outras partes do mundo. De acordo com a Pesquisa *Inside Áudio 2023*, do Kantar Ibope Media, 80% da população de 13 regiões metropolitanas do país ouve rádio. Na Europa, o rádio é o meio de maior credibilidade, segundo o estudo *Net Trust Index 2019*. Dos 33 países analisados, 24 têm o rádio como meio mais confiável pela população.

Para além da questão desse movimento epistêmico do Sul para o Norte, entendemos que outro aspecto fundamental para o “suleamento” epistemológico é o atravessamento do gênero na produção do conhecimento científico, neste caso, no campo da Comunicação. Maria Lugones (2014) ao promover uma crítica à proposição de Quijano, destaca que não se pode problematizar a “colonidade do ser e do saber” sem passar pelo gênero. Aqui, empreendemos, portanto, uma discussão que se propõe a pensar na contribuição do pensamento das mulheres brasileiras para o pensamento comunicacional, nesse trânsito suleado que vai do Sul ao Norte Global.

A crítica feminista tem estabelecido, pelo menos desde os anos 1970, a problematização quanto aos impactos de uma ciência que é, majoritariamente, masculina (Harding, 1996). Podemos afirmar, a partir da perspectiva dos feminismos subalternos (Ballestrin, 2017) que a ciência é masculina, branca e do Norte Global. Assim, um efetivo giro epistêmico também passa por termos uma ciência (ou melhor, ciências, no plural) mais diversa. Na pesquisa realizada, da qual este artigo se desdobra, constatamos que já ocorre o movimento do Sul para o Norte, do pensamento brasileiro para o português, no caso do recorte empreendido. Porém, destacamos outro questionamento: esse deslocamento rompe também com a “colonização do saber” a partir do gênero?

É importante lembrar que as mulheres, de um modo geral, em todas as ciências, e em todo o mundo, ainda lutam por equidade de gênero nas ciências. Malena Stariolo e Aline Vessoni (2023)⁶ destacam, a partir de dados levantados pela Unesco, que “[...] as mulheres representam 33,3% de todos os pesquisadores no mundo e apenas 12% delas são membros de academias científicas nacionais”. Essa desigualdade é ainda maior nas chamadas ciências duras, pois “ao olhar para áreas de tecnologia e inovação a presença de pesquisadoras cai ainda mais: elas são apenas uma em cada cinco profissionais”. No estudo realizado por Rocelly Cunha, Magda Dimenstein e Candida Dantas (2021), as autoras mapeiam um conjunto de levantamentos sobre a presença das mulheres nas ciências e destacam que diversas pesquisas realizadas no Norte Global, em países como Estados Unidos, Espanha, Reino Unido, entre outros:

[...] revelaram a existência de padrões desiguais estruturados em pelo menos quatro aspectos: a) mulheres ainda representam parcela minoritária na ciência mundial; b) concentram-se em determinadas áreas de conhecimento; c)

predominam nos níveis iniciais da carreira e, d) estão sub-representadas em posições deliberativas da política científica e tecnológica (Cunha; Dimenstein; Dantas, 2021, p. 84).

Como se vê, mesmo no Norte Global, detentor das bases epistêmicas do fazer científico, há contundente desigualdade de gênero, o que também reforça a perspectiva de Campos (1991) de que há Sul dentro do Norte, como pode haver Norte dentro do Sul.

O cenário científico brasileiro não é diferente. No mapeamento realizado por Rocelly Cunha, Magda Dimenstein e Candida Dantas (2021), a partir de um conjunto de estudos nacionais, elas constatam que além das efetivas desigualdades verticais, no Brasil, “[...] as mulheres são maioria [apenas] em áreas do conhecimento relacionadas com as profissões socialmente identificadas como femininas e há uma proporção expressiva de mulheres em posições mais baixas na hierarquia da Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I)” (p. 84)

Em 2023, o tema da desigualdade de gênero na ciência brasileira ganhou discussão pública nas plataformas digitais. O debate se deu a partir da publicação de um parecer *ad hoc* de avaliação de candidatura à bolsa de produtividade do CNPq⁷, que destacava a cobrança de produção de uma cientista durante o período de sua licença maternidade. Foram levantadas questões sobre a evidente desigualdade de gênero nas posições de prestígio no mundo acadêmico brasileiro. Ana Botallo (2023)⁸ em reportagem para o jornal Folha de S. Paulo, destacou que apenas 36% das bolsas de produtividade do CNPq são de mulheres, realidade que segue inalterada nos mais de 20 anos de atribuição das bolsas. “Vendo a distribuição por área, as exatas e engenharias concentram o menor número de mulheres (por volta de 20%), enquanto saúde e linguística, letras e artes têm as maiores taxas (mais de 50%)” (Botallo, 2023).

Vale lembrar também que, até 2019, quando foi instituído o prêmio Carolina Bori Ciência & Mulher pela SBPC, nenhuma das premiações científicas fazia, em seu título, a homenagem a uma mulher. Embora sejam maioria nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*⁹ isso não se reflete em cargos de chefia e posições de liderança no mundo acadêmico. “Um comparativo feito pelo Laboratório de Estudos sobre Educação Superior (LEES) da Unicamp mostra que, enquanto 51% dos títulos de doutorado entre 1996 e 2014 foram obtidos por mulheres, o número de mulheres docentes nas universidades cresceu apenas 1%, de 44,5% para 45,5%.” (Ribeiro, 2023)¹⁰. Quanto mais altos os postos, menor a quantidade de mulheres. Esse fenômeno vem sendo chamado de “efeito tesoura”. Basta lembrarmos que, em 73 anos de história, o próprio CNPq nunca teve uma mulher como presidente.

É neste cenário, da ainda persistente desigualdade de gênero no campo científico, que empreendemos a análise que se dedica ao campo específico da Comunicação, com recorte para os estudos radiofônicos, grupo de tradição consolidada no Brasil há mais de 30 anos e que, como veremos nos tópicos a seguir, tem promovido um cenário que sinaliza uma quebra nesse processo de colonialidade do saber a partir do gênero.

7 Reportagem do G1 sobre o caso: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/27/cnpq-usa-gravidez-como-justificativa-para-reprovar-professora-da-ufabc-em-edital-de-pesquisa.ghtml>

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2023/12/mulheres-sao- apenas-35-de-bolsistas-de- produtividade-do-cnpq-ha-20-anos.shtml>

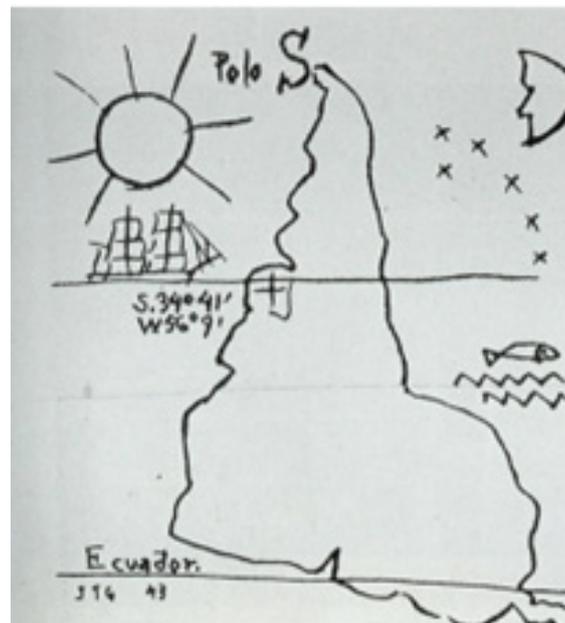
9 Segundo dado da Capes, 54,2% dos matriculados no *stricto sensu* são do gênero feminino.

10 Fernanda Teixeira Ribeiro. Por que as mulheres são maioria na pós-graduação, mas ocupam menos da metade dos cargos de docência nas universidades? Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2023/03/03/por-que-as-mulheres-sao-maioria-na-pos-graduacao-mas-ocupam-menos-da-metade-dos-cargos-de-docencia-nas-universidades/>

Por um Sul, e por mulheres, dentro do mapa

O ponto de partida da proposta epistemológica que deixa o Sul 'fora do mapa' é a convicção de que todos os saberes são incompletos, condição a que não escapa a própria ciência (Santos; Araújo; Baumgarten, 2016). O conceito de colonialidade do poder desenvolvido por Quijano, foi o articulador do grupo Modernidade/Colonialidade, que propôs o "giro decolonial" (Ballestrin, 2013), ou seja, a perspectiva de compreender as práticas e os processos socioculturais sobre o Sul, desde o Sul e para o Sul. Uma forma de ilustrar o pensamento é o mapa invertido da América do Sul, proposto por Joaquín Torres García, em 1943.

Figura 1. Mapa invertido da América do Sul



Fonte: García (1943)

Ao propor a chamada Escuela del Sur, Torres Garcia afirmou que:

[...] na realidade nosso Norte é o Sul. Não deve haver norte, para nós, senão por oposição ao nosso Sul. Por isso pomos agora o mapa ao contrário, e assim temos a ideia correta de nossa posição, e não como querem no resto do mundo. A ponta da América, ao prolongar-se, a partir de agora, assinala insistentemente o Sul, nosso Norte (Torres García, 1984, s/p).

Conforme Quijano (2005), "em todo o mundo eurocentrado foi-se impondo a hegemonia do modo eurocêntrico de percepção e produção de conhecimento e (...) o próprio imaginário foi, demonstradamente, colonizado" (p. 104). Aqui chamamos a atenção para o fato de que esse aspecto pode ser observado na própria pesquisa em Comunicação realizada no Brasil. Nos mapeamentos sobre os autores mais utilizados pelos pesquisadores brasileiros no Encontro Nacional da Compós, o grupo de pesquisa¹¹ liderado pelas professoras Paula Simões e Vera França, da Universidade Federal de Minas Gerais, têm constatado que permanece o cenário já

11 A compilação dos resultados dos levantamentos que têm sido realizados pela autora para compreender as principais bases teóricas da pesquisa em Comunicação no Brasil, com foco especialmente nos GTs da Compós, pode ser encontrada em: <http://www.fafich.ufmg.br/gris/projetos/projeto-as-novas-teorias-da-comunicacao/>. Os levantamentos indicam que, por exemplo, nos trabalhos apresentados nos GTs de Novas Mídias, Comunicação e Sociabilidade e Epistemologia da Comunicação de Compós, Michel Foucault é o autor mais citado pelos pesquisadores brasileiros.

apontado por outros pesquisadores: o do predomínio de referências teóricas provenientes do Norte Global nos artigos produzidos por brasileiros. Ao analisar o GT de Jornalismo da Compós, se constata que Nelson Traquina (1948-2019) é o autor mais citado (Simões et al, 2020). Os autores e autoras destacam que os pesquisadores brasileiros citados, ao menos nos trabalhos relacionados ao jornalismo, estão na mesma proporção (50%) que os autores estrangeiros. Quando se olha, porém, para o gênero dos/as autores/as, a desigualdade se agrava.

Maria Cristina Gobbi tem realizado, há algumas décadas, o mapeamento histórico quanto às bases epistêmicas, teóricas e metodológicas da pesquisa em Comunicação na América Latina. Em seus mais recentes trabalhos (Gobbi, 2022; 2023), a autora tem se dedicado a apresentar a presença das mulheres nesse cenário. Ao realizar esse movimento, a autora enfatiza aquilo que não surpreende, mas que é um abismo a ser superado, qual seja, o de que “[...] o legado produzido pelas mulheres é pouco conhecido e/ou referenciado nos estudos da área” (Gobbi, 2023, p. 2). Entre os principais problemas encontrados, Gobbi aponta que “Além de pouco estudada e significativamente fragmentada, as produções das mulheres na área da comunicação estão diluídas em temas e/ou períodos específicos” (p. 3). Significa dizer que a pesquisa em Comunicação na América Latina evidencia um cenário em que na “[...] literatura acadêmica da área, de fato, parece evidenciar-se uma condição de exclusão e de invisibilização de referenciais dos estudos realizados por mulheres” (p. 4).

Na pesquisa que mapeia os estudos específicos sobre Comunicação e gênero nas principais revistas brasileiras da área, Camila Tavares, Michele Massuchin e Leila Souza (2022) encontram um cenário de desigualdade de gênero, mesmo quando o tema em questão é o próprio gênero. Entre os 30 autores mais citados, 58% são do gênero masculino (19) e 42% do gênero feminino (12). Dos 10 autores mais citados, sete são do gênero masculino.

Por isso, defendemos ser necessário promover o “giro decolonial” nos estudos em comunicação brasileiros e, ao apresentar este artigo, pretendemos contribuir para as reflexões quanto à “[...] importância e necessidade de reconfigurar outras propostas epistemológicas para o campo, não se detendo apenas às teorias e pensamentos europeus ou estadunidenses” (Amaral, 2021, p. 479) e masculinos. Fazemos isso com um olhar específico: a participação das pesquisadoras na construção do campo científico do rádio e das mídias sonoras no Brasil. Nossa inspiração surge do caminho aberto pelo livro *Mujeres de la Comunicación* (Rodríguez et al., 2020). A obra reuniu a trajetória de vinte mulheres latino-americanas na área da Comunicação. O livro conseguiu reunir a contribuição de cada uma delas e, de maneira, provocativa, nos convida a também compilar jornadas. No texto de apresentação, Omar Rincón, afirma:

O livro é uma provocação para que quem o lê também se atreva a construir novos textos sobre autoras, pensadoras, teóricas, ativistas, contadoras de histórias que precisamos para continuar construindo o mapa do pensamento feminino na comunicação (Rincón, 2020, p. 8).

Além de lançar um olhar para uma rede que executa pesquisa com um diálogo mais ao Sul, e da perspectiva de gênero nesse processo, este artigo também coloca em pauta outra invisibilidade: a do próprio rádio em meio ao contexto científico. Em sua tese de doutorado, Eduardo Meditsch (2007) trouxe um panorama da bibliografia sobre o rádio em nível mundial. A conclusão foi de que havia pouca produção de conhecimento sobre o rádio, e quando havia eram estudos de natureza técnica. No caso do Brasil, a situação era ainda pior. O autor conseguiu identificar

apenas uma produção editorial incipiente. Dezesete anos depois, já vislumbramos uma realidade distinta, promissora e que atravessa fronteiras. Por isso, é necessário refletir não só sobre o meio rádio, mas, principalmente, sobre seus/suas pesquisadores/as:

[...] um meio inquieto que, ao longo de sua história passa por diferentes mudanças e adaptações. Faz-se então necessário refletir sobre os paradigmas que amparam nosso pensamento [...], os pesquisadores mais uma vez atenderam ao desafio e buscaram os teóricos que pensam o rádio. Que teorias este meio é capaz de provocar e quais os teóricos que vêm dando ao rádio este status acadêmico, são algumas questões desta obra que busca também verificar a contribuição destes mesmos autores para pensar o rádio na contemporaneidade (Cunha, 2005, p. 13).

Mostraremos a seguir que os estudos de rádio, especialmente aqueles feitos por pesquisadoras brasileiras, contribuem para a construção de um pensamento pós-abissal e referenciam pesquisadoras de nacionalidade brasileira tornando possível um pensamento a partir do Sul e, deste modo, buscando a superação da colonialidade do saber (Quijano, 2005) nessa área e com a contribuição significativa de pesquisadoras. Os resultados aqui encontrados apontam para um cenário de contrafluxo a esse processo, de um trânsito que vai do Sul para o Norte e que evidencia a contribuição das mulheres pesquisadoras nesse processo.

Perspectivas e análise: o que se pesquisa

Com o objetivo de traçar uma cartografia do campo (Martín-Barbero, 2002), realizou-se o levantamento exploratório nos anais dos Congressos da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação¹² desde sua constituição, em 2013, até a edição de 2019, totalizando quatro edições. As informações foram extraídas de consultas no site da entidade e realizado o levantamento da quantidade de artigos científicos produzidos.

O *corpus* delimitado, dentro do Grupo de Trabalho de Rádio e Meios Sonoros, totalizou 21 trabalhos. O objetivo foi traçar uma cartografia ao organizar um mapa capaz de balizar a análise. Consideramos aqui que na área da Comunicação há uma pluralidade grande no uso da cartografia, sendo aceitável o termo em uma diversidade de estudos:

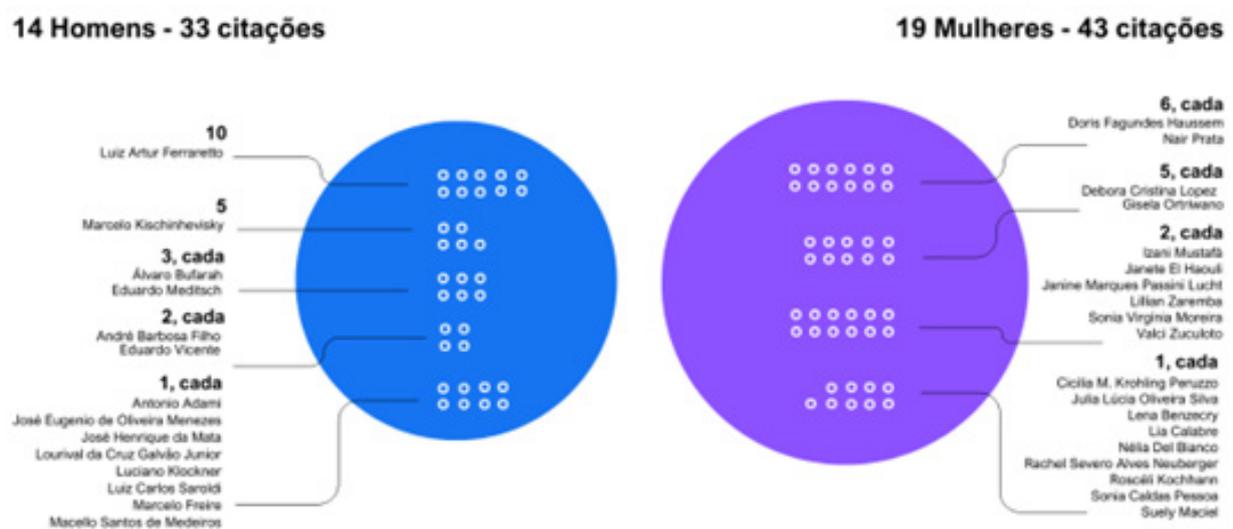
[...] cartografia aparece como sinônimo de mapeamento, levantamento de dados ou pesquisa exploratória [...] outros autores a empregam como compilação de dados, ou seja, um modo de apresentar as informações coletadas ao final do trabalho, após o desenvolvimento de um conjunto de procedimentos metodológicos. Por fim, há um grupo que prefere usá-la para a análise de um corpus e tem aqueles que entendem ser conveniente aplicá-la para coletar dados de coletivos humanos (Rosário, 2016, p. 178).

Os *papers* foram analisados a partir de duas categorias: nacionalidades dos/as pesquisadores/as (autores dos artigos) e gênero dos/das autores/as brasileiros/as citados/as nas referências bibliográficas dos artigos. Consideramos os resumos e as referências bibliográficas e, quando necessário, incluída a leitura do documento. É necessário mencionar que a frequência

de trabalhos apresentados sofreu redução, especialmente nas duas últimas edições do período analisado: 2013 (8 artigos), 2015 (8 artigos), 2017 (4 artigos) em 2019 (1 artigo).

Quase 73% (72,7%) dos 21 trabalhos citaram ao menos um/a autor/a brasileiro/a, ou seja, 16 deles. O dado corrobora com os pesquisadores espanhóis Fernández Sande e Gallego Péres (2016) de que os autores brasileiros estão em evidência em termos de produção científica sobre o rádio. Os/as autores/as brasileiros/as que são referenciados compõem um grupo com mais de 30 nomes, conforme pode ser observado no Figura 2. São citados em trabalhos com temáticas diversificadas e alguns deles citados em mais de um artigo, o que corrobora o aspecto destacado por Cunha (2005) de que os pesquisadores buscaram teóricos que pensam o rádio e dando reconhecimento àqueles que dão status acadêmico ao meio.

Figura 2. Pesquisadores/as citados/as na Sopcom, nas edições de 2013 a 2019.



Fonte: Os autores

Como é possível perceber, além da diversidade de autores brasileiros citados, destaca-se a significativa presença de autoras mulheres, em um total de 19, mais da metade, portanto. Além disso, embora o autor mais citado seja Luiz Artur Ferraretto, dos seis autores mais citados, quatro são mulheres, sendo que Nair Prata e Doris Fagundes Haussem dividem o segundo lugar no ranking geral.

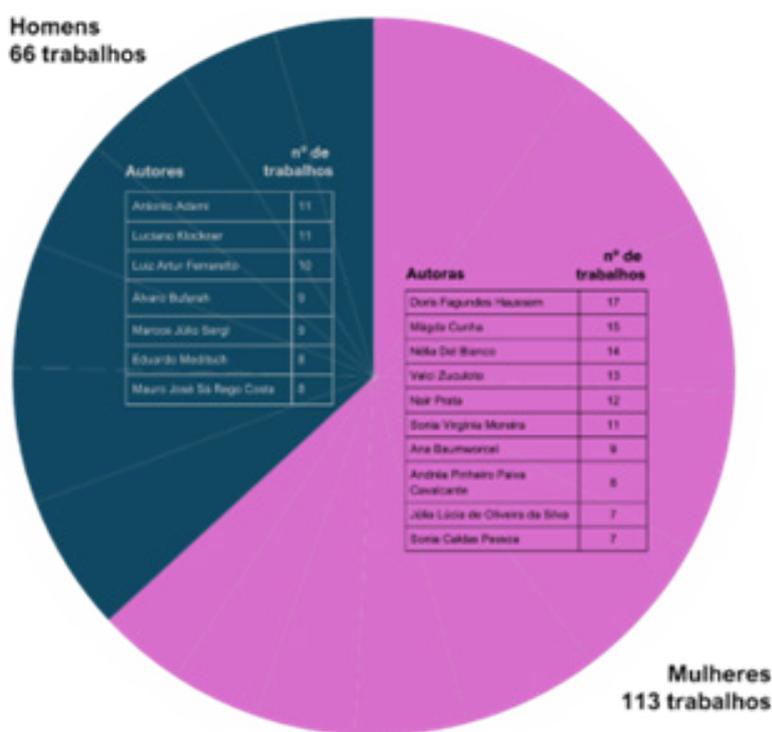
Consideramos este um aspecto importante na perspectiva das epistemologias do Sul, sobretudo no que se refere ao processo de colonialidade do saber, pois como citamos anteriormente, embora Quijano (1992; 2005) tenha dado centralidade aos aspectos raciais e de classe nas discussões sobre a colonialidade do poder, autoras como Lugones (2014) enfatizaram a importância de se levar em conta também o gênero no que se refere às problematizações sobre a colonialidade do poder, do saber e do ser.

Essa constatação vai na contramão de levantamentos realizados no Brasil, como o feito por Salgado e Mattos (2022). Ao analisarem os trabalhos apresentados no primeiro quadriênio dos anais da Compós, constatam que nenhuma mulher aparece na lista dos 10 autores mais

citados pelos pesquisadores brasileiros em seus artigos. “As mais citadas, a francesa Michèlle Mattelart e a brasileira Lúcia Santaella, se encontram, respectivamente, nas 31ª. e 32ª posições (...), com 24 menções cada” (Salgado; Mattos, 2022, p. 8).

Nota-se ainda que dentre as autoras citadas, a maior parte delas – Dóris Fagundes Haussen, Nélia Del Bianco, Valci Zuculoto, Nair Prata, Sonia Virgínia Moreira, Sonia Caldas Pessoa e Julia Lucia de Oliveira Silva – já haviam entrado no ranking dos/as autores/autoras mais profícuos em número de trabalhos apresentados no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom entre 1991 e 2010 (Prata; Mustafá; Pessoa, 2014), conforme Figura 3. A constatação nos mostra que a participação das mulheres na pesquisa brasileira de mídia sonora se consolidou ao longo das últimas duas três décadas, ampliando, inclusive, o número de pesquisadoras.

Figura 3. Autores/autoras mais profícuos no GP Rádio e Mídia Sonora da Intercom entre 1991 e 2010.



Fonte: Os autores

Outra constatação significativa diz respeito ao gênero quando o olhar recai sobre a autoria principal dos artigos apresentados. Do montante de trabalhos apresentados por brasileiros (14 no total), 64% (9) têm como primeira autoria pesquisadoras. São elas: Bárbara Avrella, Izani Mustafá, Luana Viana e Graziella Mello Vianna e Nair Prata, sendo que Izani Mustafá e Nair Prata aparecem com mais de um trabalho. Importante apontar ainda que, como indicam Dulci e Malheiros (2021) “vários autores(as) do “giro decolonial” já destacaram o quanto as epistemologias criadas pelo Norte Global são hegemônicas e geraram diversos processos de epistemicídios” (p. 176). Os resultados aqui encontrados apontam para um cenário de contrafluxo a esse processo, de um trânsito que vai do Sul para o Norte. O contrafluxo, no escopo analisado, nos mostra uma significativa participação de pesquisadoras, estabelecendo a possibilidade de outros olhares no fazer científico. Como apontam Arouche *et al.* (2022):

Como pesquisadoras brasileiras, nossos “corpos de terceiro mundo”, localizados nas margens do poder político central mundial, nos permite refletir sobre nossa emancipação, existência e narrativas enquanto mulheres latino-americanas, que produzem saber e conhecimento científico, sendo “nós” as porta-vozes da nossa história (Arouce *et al.*, 2022, p. 226).

Considerações finais

É possível, em estudos como este, notar que, ao menos no recorte apresentado, existe um caminho de representatividade, não só científico, mas também de gênero. Aqui podemos dizer que se trata de um possível direcionamento, ainda que sutil e em um escopo específico, para a superação da colonialidade do saber e do ser (Quijano, 1992), consolidado com a presença significativa de pesquisadoras mulheres. Isso tensiona o que Lugones (2014) estabelece de que a questão de gênero deve ser inserida nas reflexões acerca da colonialidade do saber e do ser. O espaço conquistado pelas pesquisadoras brasileiras em publicações nos Congressos da Sociedade Portuguesa da Ciência da Comunicação aponta também para uma vanguarda feminina brasileira nos estudos do rádio, colocando as autoras brasileiras em evidência e ainda em um fluxo que parte do Sul para o Norte. Sobre a importância de tensionar o marcador de gênero nos estudos em Comunicação (e em todo o fazer científico) entendemos que essa postura epistêmica é fundamental para um efetivo giro decolonial. Neste sentido, nos alhamos ao pensamento de Sondra Farganis ao afirmar que “Deve-se reconhecer que é justamente a partir do que viveram – de seu status marginal, de sua condição de proscritas, de suas experiências de cuidado e envolvimento – que as mulheres podem oferecer uma posição epistemologicamente mais válida e política e moralmente melhor” (Farganis, 1997, p. 235).

Vale destacar, porém, que nesta análise, como Brito e John (2024) já mencionaram em estudo anterior, não foi considerado um aspecto de grande relevância para tensionar a colonialidade do poder e do saber (Quijano, 2000) Trata-se da dimensão racial. Portanto, apontamos aqui uma continuidade desta pesquisa, considera-se fundamental incluir este marcador social. Este processo permite reconhecer, como afirma outro importante pesquisador dos estudos decoloniais, Ramón Grosfoguel, que:

Na filosofia e nas ciências ocidentais, aquele que fala está sempre escondido, oculto, apagado da análise. A ‘egopolítica do conhecimento’ da filosofia ocidental sempre privilegiou o mito de um ‘Ego’ não situado. O lugar epistêmico étnico racial/sexual/de gênero e o sujeito enunciativo encontram-se, sempre, desvinculados. Ao quebrar a ligação entre o sujeito da enunciação e o lugar epistêmico étnico racial/sexual/de gênero, a filosofia e as ciências ocidentais conseguem gerar um mito sobre um conhecimento universal Verdadeiro que encobre, isto é, que oculta não só aquele que fala como também o lugar epistêmico geopolítico e corpo-político das estruturas de poder/conhecimento colonial, a partir do qual o sujeito se pronuncia (Grosfoguel, 2008, p. 46).

A pesquisa visa, assim, ampliar a cartografia para demais eventos relevantes para a área da Comunicação e nos quais o campo radiofônico se faz presente, como aqueles de abrangência latino-americana e ibero-americana (Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação e Congresso Ibero-Americano de Comunicação), e ainda o principal evento de

abrangência mundial da área (International Association for Media and Communication Research – IAMCR). Apenas dessa maneira será possível concluir se os estudos radiofônicos estão em um caminho de “suleamento”, fazendo referência ao termo “SULear” apontado por Marcio D’Oliveira Campos (2019), que contrapõe o caráter ideológico do termo nortear, e dá à ótica do sul um contraponto à lógica eurocêntrica de referência universal.

Referências

- AMARAL, M. E. P. Notas sobre o pensamento decolonial e os estudos da comunicação. *Revista Extraprensa* - V14(2), pp. 471-487, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/extraprensa2021.181765>
- Arouche, D. S; Lima, L. S; & Nunes, I. de M. L. Epistemologia feminista: Repensando a ciência a partir das margens. *Kwanissa: Revista de Estudos Africanos e Afro-brasileiros*, 5(13), 224–237, 2022. <https://doi.org/10.18764/2595-1033v5n13.2022.35>
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política* - N11, pp. 89-117, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/2069>
- BALLESTRIN, L. M. de A. Feminismos Subalternos. *Revista Estudos Feministas*, 25(3), 1035–1054, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/%x>
- BRITO, M. R. G. de; JOHN, V. M. Um Giro do sul para o norte: a pesquisa brasileira de rádio e a (de) colonialidade do saber. In: *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*, [S. l.], v. 22, n. 44, 2024. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/1076>.
- CAMPOS, M. D. Por que SULear? Marcas do Norte sobre o Sul, da escola à geopolítica. *Revista Interdisciplinar Sulear* - N2, pp. 10-35. Disponível em: <https://revista.uemg.br/index.php/sulear/article/view/4140>.
- CUNHA, M. Prefácio. In: MEDITSCH, E. *Teorias do rádio: textos e contextos*. Florianópolis: Insular, 2005.
- CUNHA, R; DIMENSTEIN, M; DANTAS, C. Desigualdades de gênero por área de conhecimento na ciência brasileira: panorama das bolsistas PQ/CNPq. *Saúde debate*. 19º de outubro de 2021 [citado 12º de novembro de 2024];45 (especial 1 out):83-97. Disponível em: <https://saudeemdebate.org.br/sed/article/view/4871>
- DULCI, T. M. S; MALHEIROS, M. R. Um giro decolonial à metodologia científica: apontamentos epistemológicos para metodologias desde e para a américa latina. In: *Revista Spirales*, V5(1), pp. 174–193. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espiales/article/view/2686>.
- FERNÁNDEZ-SANDE, M.; GALLEGÓ PÉREZ, I. Diversity, innovation and policies. In: *Radio, Sound & Society Journal*, V(1), pp. 7-9, Ecrea Radio Research Section, 2016.
- KISCHINHEVSKY, M. et al. A consolidação dos estudos de rádio e mídia sonora no século XXI – Chaves conceituais e objetos de pesquisa. In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, V (40), pp. 91-107. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/2802/2092>
- GARCÍA, J. T. *La Escuela del Sur*. In: Universalismo constructivo. Madrid: Alianza Editorial, 1984.
- GOBBI, M. C. Produção comunicativa das mulheres: um legado ainda pouco conhecido. *Revista Estudos da Condição Humana*, n. 1, dez. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/rechu.v1i1.9>
- GOBBI, M. C. *Do silenciamento à palavra: mulheres nos estudos em comunicação na América Latina*. Portugal: Ria Editorial, 2022.
- GROSGOQUEL, R. *Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial*. In: Tabula Rasa, Bogotá, p. 199-215, dez. 2008.
- GROSGOQUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p 115-147, março. 2008.
- HARDING, S. *Ciência y feminismo*. Madrid: Ediciones Morata, 1996.

- HARDING, S. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, v. 1, n. 1, p. 7-31, jan./jun.1993. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0104-026x1993000100002&script=sci_abstract&tlng=en
- KANTAR IBOPE MIDIA. *Inside audio 2023*. São Paulo, 2023. 27 p. Disponível em: <https://kantariopemedia.com/conteudo/estudo/inside-audio-2023/>.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. In: *Estudos Feministas*, V 22(3), pp. 935-951 Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/28577>.
- MAIA, M. C. F. *O que é rádio: perspectivas teóricas na pesquisa em Comunicação*. 2019. Tese (doutorado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília.
- MARTÍN-BARBERO, J. *Ofício de cartógrafo*. Travessias latino-americanas da comunicação na cultura. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- MEDITSCH, E. *A Especificidade do Rádio Informativo: um estudo da construção, discurso e objetivação da informação jornalística no rádio, a partir de emissoras especializadas de Portugal e do Brasil em meados dos anos 90*. Tese de Doutorado. Lisboa: FCSH/UNL, 1997.
- OLIVEIRA, M. Entre a paixão dos profissionais e a descrição dos acadêmicos. In: ZUCULOTO, V; LOPEZ, Debora; KISCHINHEVSKY, Marcelo. In: *Estudos Radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom em perspectiva*. São Paulo: Intercom, 2016.
- PRATA, N.; MUSTAFA, I.; PESSOA, S. C. Teóricos e pesquisadores de rádio no Brasil. In: *Revista Brasileira de História da Mídia*, V(3), pp. 65-82. Disponível em: <https://revistas.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/3966/2304>
- QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.
- QUIJANO, A. Colonialidad del poder y clasificación social. In: *Journal of world-systems research*, V(11), pp. 342-386. Disponível em <https://jwsr.pitt.edu/ojs/jwsr/article/view/228/240>
- QUIJANO, A. *Colonialidad y modernidad-racionalidad*. 1992. Disponível em: <https://www.lavaca.org/wp-content/uploads/2016/04/quijano.pdf>.
- RINCÓN, O. Carta a quien lea. In: RODRÍGUEZ, C.; BLANCO, C. M.; PARDUCCI, A. M.; RINCÓN, O. (org.). *Mujeres de la comunicación*. Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung Fes Comunicación, 2020. p. 5-7.
- ROSÁRIO, N. M. do. Cartografia na comunicação: questões de método e desafios metodológicos. In: MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata Vassallo de (Orgs.). *Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.
- SALGADO, T. B. P; MATTOS, M. Â. Índícios de colonialidade nas abordagens comunicacionais brasileiras: o primeiro quadriênio dos anais do Encontro Compós (2000-2003). In: *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, V(45). Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/3917/2698>
- SANTOS, B. de S. Para além do Pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes, In: *Novos estudos - CEBRAP*, N(79) São Paulo, 2007. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0101-33002007000300004>.
- SANTOS, B. de S.; ARAÚJO, S.; BAUMGARTEN, M. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. In: *Sociologias*, V(18), pp. 14-23. DOI: 10.1590/15174522-018004301. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/68312>.
- SIMÕES, P.; FRANÇA, V. et al. Estudos de jornalismo no Brasil: panorama dos trabalhos apresentados nos encontros da COMPÓS. In: *Libero*, N(45), pp. 177-190. Disponível em: <https://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/1086/1105>
- TAVARES, C. Q; MASSUCHIN, M. G; SOUZA, L. L de. A quem recorreremos quando falamos sobre gênero na Comunicação? Aspectos de colonialidade e decolonialidade a partir da bibliografia utilizada na pesquisa da área. *Comunicação, mídia, consumo*. São Paulo, v.18, n.51, p.36-59, jan./abr.2021. DOI <https://doi.org/10.18568/cmc.v2i4.36>. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/36/pdf>.

PESQUISAS EM JORNALISMO A PARTIR DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS: A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISAS ALTERGEN DA ECA/USP¹

*JOURNALISM RESEARCH FROM FEMINIST PERSPECTIVES: THE
CONTRIBUTION OF THE ALTERGEN RESEARCH GROUP AT ECA/USP*

CLAUDIA LAGO²

JANAINA SOARES GALLO³

JOSÉ ILTON PORTO⁴

ISABELLA BERGO CROSTA⁵

LORENA ANDRADE TRINDADE⁶

GABRIEL RAZO DA CUNHA⁷

RESUMO

Este trabalho apresenta pesquisas que entrelaçam gênero e jornalismo, a partir de uma ancoragem em matrizes teórico metodológicas devedoras do feminismo, produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisas Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen) - ECA/USP. Inicia apresentando o grupo e seus pressupostos, especialmente a necessidade de aprofundar as pesquisas que pensem a Comunicação e o Jornalismo como tecnologias de gênero (De Lauretis, 1994) que devem tentar incorporar o conceito de gênero enquanto categoria de análise (Scott, 2019) e a produção coletiva do conhecimento, entendido como sempre localizado (Haraway 2009). Em seguida apresenta pesquisas desenvolvidas, suas lógicas e resultados, e aponta passos futuros de ações.

Palavras-chave: AlterGen; Pesquisas Situadas; Jornalismo; Estudos de Gênero; Perspectivas feministas.

ABSTRACT

This paper presents research that intertwines gender and journalism, based on theoretical-methodological matrices that are indebted to feminism, produced within the scope of the Research Group on Alterity, Subjectivities and Gender Studies in Communications (AlterGen) - ECA/USP. It begins by introducing the group and its assumptions, especially the need to deepen research that considers Communication and Journalism as gender technologies (De Lauretis, 2019) that should attempt to incorporate the concept of gender as a category of analysis (Scott, 2019)

1 Este texto foi apresentado em versão anterior no 22º Congresso da SBPJor, realizado em novembro de 2024.

2 Doutora em Ciências da Comunicação (USP) e Mestra em Antropologia Social (UFSC). Professora do Departamento de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP. E-mail: claudia.lago07@usp.br

3 Mestra pelo PPGCOM ECA/USP. Graduada em Educomunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: janagallos@gmail.com

4 Mestre e doutorando do PPGCOM ECA/USP. Graduado em jornalismo pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: iltonporto@gmail.com

5 Mestre e doutoranda do PPGCOM ECA/USP. Graduada em Comunicação Social - Cinema pela Fundação Armando Álvares Penteado. E-mail: isabella.bergo@usp.br

6 Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda do PPGCOM ECA/USP. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/ IELUSC. E-mail: lorena.trindade@usp.br

7 Mestrando do PPGCOM ECA/USP. Graduado em Educomunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: gabrielrazo@usp.br

and the collective production of knowledge, understood as always localized (Haraway 2009). It then presents the research developed, its logic and results, and points out future steps for action.

Keywords: *AlterGen; Situated Research; Journalism; Gender Studies; Feminist Perspectives.*

Introdução

O Grupo Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen - ECA/USP) foi criado em 2018, com coordenação de Cláudia Lago (ECA/USP) e participação de Monica Martinez (Uniso). Atualmente conta também com a pesquisadora Dayana Melo, além de diversas/os estudantes de graduação e pós. Este trabalho apresenta as pesquisas desenvolvidas na linha Alteridade, subjetividades e estudos de gênero em narrativas não ficcionais, que tem como objetivo investigar a construção e representação da alteridade e das subjetividades em dispositivos midiáticos, percebendo os sentidos construídos e postos em circulação nesses espaços, especialmente dentro do campo do jornalismo. Apoia-se em autoras/es do campo de Estudos de Gênero e Estudos Feministas, notadamente aquelas que organizam sua produção a partir de um olhar que enquadra as interseccionalidades, sobretudo gênero, raça, etnia, classe, sexualidades, entre outras.

As pesquisas desenvolvem-se em vários níveis, desde aquelas que são produtos de mestrados realizados (e doutorados em andamento) quanto as relacionadas a trabalhos coletivos mais amplos, como a participação massiva de pessoas do grupo no Global Media Monitoring Project (GMMP), em 2020, e agora na próxima edição, a se realizar em 2025, além de pesquisas nacionais, especialmente a recém iniciada "Gênero e sexualidade nos processos criminais e midiáticos: violências e permanências" (chamada CNPq/MCTI N° 10/2023).

O texto inicia apresentando alguns pressupostos da criação do grupo, a partir dos quais se organiza, e em seguida apresenta pesquisas desenvolvidas, ancoradas em matrizes que, como indicado, se organizam a partir de epistemologias feministas e do campo de estudo de gênero e sexualidades: Mulheres periféricas e autorrepresentação: um análise do Nós, Mulheres da Periferia (2020); Coletivos Feministas no Instagram: uma análise do Feminacida (Argentina) e Portal Catarinas (Brasil) (2022); Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão, (2023); e Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia do GMMP (2024). Menciona pesquisas em andamento sobre a violência de gênero, e conclui reafirmando a necessidade de ampliação e entrelaçamento de nossas pesquisas ao campo de estudos de gênero.

Pressupostos

No campo das ciências da comunicação e dos estudos de mídia, o entrelaçamento com os estudos de gênero se dá a partir da percepção de que a mídia, em suas mais distintas atividades, é um importante aparato de construção de sentidos sociais. Isto é, os meios de comunicação produzem, ressoam e cristalizam construções de gênero e sexualidade em uma relação direta

com outras instituições da sociedade – família, religião, escolarização, justiça, Estado, etc. As mídias e suas áreas são responsáveis por narrativas e representações que articulam categorias e percepções de gênero. Como Teresa De Lauretis (1994) indica, a mídia é uma importante “tecnologia de gênero”. A autora, abandonando o determinismo biológico, pondera que é necessário:

(...) conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não apenas nas relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (1994, p. 123).

A autora propõe um conceito de gênero que não se confunda meramente com a diferença entre sexos, quer dizer, que não seja uma mera derivação desta diferença. Para separar gênero e diferença sexual, advoga a utilização da perspectiva foucaultiana que vê a sexualidade como uma tecnologia sexual. Ela propõe transcender Foucault, com quem dialoga, observando que este não leva em consideração em sua compreensão da tecnologia sexual apelos diferenciados para sujeitos masculinos e femininos. Desta forma, propõe que “também o gênero, como representação e autorrepresentação (é) produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos e epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (idem, idem). Para De Lauretis, gênero é representação; representação que é construída; representação que é construída invariavelmente no tempo e em diversos espaços como mídia, escolas, família, espaços jurídicos, mas também na academia, no feminismo, na arte, e que essa construção constantemente se faz também pela sua desconstrução. Desta forma, a construção de gênero posta sempre está a ponto de ser rompida, desestabilizada e refeita.

A construção do gênero, portanto, está sempre em disputa entre grupos que advogam lugares distintos e antagônicos e mobilizam inúmeros aparatos, como as representações constituídas nas mídias. A mídia é uma tecnologia de gênero não homogênea, mas que produz, reproduz e constitui o que se entende por gênero e por relações de gênero, em intercâmbio com outros espaços (como o sistema jurídico, escolar etc.). No entanto, dada a centralidade dos sistemas midiáticos, que se organiza em grande medida no e a partir destes aparatos, é essencial perceber como a mídia constrói e representa o gênero e suas relações. Ou seja, não podemos ignorar o fato de que os meios de comunicação desempenham um papel importante na formação de nossas crenças, percepções e valores que, por sua vez, contribuem para as nossas concepções de gênero, como afirma Fischer (2002):

[...] um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações - relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação ao lado da escola, da família, das instituições religiosas (Fischer, 2002, p. 153).

Isto se dá de forma acentuada no jornalismo, cuja prática profissional está marcada por concepções e relações de gênero, raça e classe. Esta interferência se percebe nas técnicas de produção da notícia, como mostra o estudo de Márcia Veiga da Silva (2010) com profissionais da área, onde constatou que “os valores das notícias estavam muito relacionados às visões de mundo de meus interlocutores, e que esses valores em muito correspondiam às convenções de gênero e à heteronormatividade.” (Veiga da Silva, 2010, p. 165).

Percebe-se, assim, que o fazer jornalístico condiz com propostas de identidades de gênero hegemônicas (cis-hetero normativas), pois jornalistas fazem parte da sociedade, partilhando com esta visões de mundo que os/as ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo ou errado. “Que constrói versões naturalizadas de “homem/masculino”, “mulher/feminino”, das sexualidades possíveis e “corretas”, das formas de viver aceitáveis – e as não aceitáveis” (Lago, Kazan, Thamani, 2018, p.2). Jornalistas defendem, implicitamente, as normas e valores da sociedade (Veiga da Silva, 2010).

Esta perspectiva se aprofunda quando olhamos especificamente para a produção jornalística, como aponta o Global Media Monitoring Project (GMMP, 2020), maior e mais longo mapeamento sobre equidade de gênero na mídia, realizado desde 1995, pesquisa da qual participaram em peso pessoas do AlterGen.

Ao todo, já foram realizadas seis edições do GMMP, e a cada ano aumenta o número de países participantes, evidenciando um interesse crescente (Noronha, 2023). Apesar do aumento no interesse sobre o tema, o monitoramento mostra um progresso extremamente lento em trazer as vozes das mulheres. O último mapeamento, em 2020, mostra um avanço muito tímido no caminho para a igualdade no setor. As mulheres aparecem em apenas 25% das notícias e, quando aparecem, majoritariamente estão atreladas aos estereótipos de gênero, limitadas ao universo privado e doméstico e às tarefas do cuidado.

Nos dados do Brasil, as assimetrias de gênero podem ser visivelmente observadas ao se identificar que mesmo as mulheres com maior visibilidade ainda são uma minoria entre as pessoas de destaque no cenário político brasileiro. No cruzamento entre as ocupações das pessoas nas notícias e as funções que elas exerciam nos textos, as mulheres em cargos políticos foram apenas 19% dos/as sujeitos/as das notícias em comparação aos 58% dos homens com ocupações políticas que foram identificados como sujeitos das histórias, ou seja, que ocupavam posição central nos relatos. Desequilíbrio semelhante ocorreu entre os/as porta-vozes das notícias, ou seja, entre as pessoas que representam ou falam em nome de outra pessoa, grupo ou organização. Enquanto as mulheres em ocupações políticas foram porta-vozes em apenas 17% das notícias, os homens políticos desempenharam esta função em 46% dos casos. (Noronha, 2023, p.36). Nesse sentido, as mulheres foram fontes de informação em apenas 27% das notícias dos jornais; 26% das histórias veiculadas nas emissoras de rádio; 28% nas peças de TV; 27% nas publicações em sites da internet; e 31% dos tweets. Enquanto isso, os homens ostentam a média de 72,2% entre todos os tipos de suportes midiáticos (GMMP, 2020).

Uma das primeiras questões no monitoramento aborda se os materiais jornalísticos faziam referência à igualdade de gênero, legislação de direitos humanos e políticas. Os resultados mostraram que as notícias relacionadas a essas questões não passavam de 8% das histórias na maior parte dos tópicos, com a previsível exceção das notícias relacionadas ao tópico “Gênero e outros assuntos”. Entretanto, até mesmo neste caso, as questões da igualdade de gênero, legislação e políticas estavam presentes em apenas 67% dos conteúdos.

Como já indicado, houve a participação massiva de pesquisadoras/es do AlterGen, e pessoas agregadas, na pesquisa GMMP Brasil, em 2020 – pessoas já mobilizadas para o próximo levantamento, em 2025. O grupo do AlterGen coletou e analisou o Jornal da Manhã, da Rádio Jovem Pan e a versão online da Folha de S. Paulo. A experiência, além de gerar livro (Noronha, Lago e Terenzo, 2023), produziu pesquisas com a aplicação da metodologia, como é o caso de Gallo (2024), mesas redondas, debates etc.⁸.

Há uma produção jornalística com um olhar hegemonicamente masculinista. Temos, proporcionalmente, pouca produção de pesquisa no campo jornalístico que olhe para este universo a partir da lente dos estudos de gênero. Mapeamentos da produção jornalística de pesquisa têm apontado que o campo, em que pese sua centralidade enquanto tecnologia de gênero (De Lauretis, 1994), além de não produzir volume de pesquisa, muitas vezes peca também no aprofundamento necessário nas construções das pesquisas realizadas, ficando o gênero (e/ou sexualidade) apenas como marcador e não como uma possível categoria de análise (Scott, 1995) capaz de nortear efetivamente o empreendimento científico posto em marcha (Martinez; Lago e Lago, 2016; Martinez; Lago e Heidemann, 2022).

Mapeamentos e diagnósticos⁹

A partir da experiência do grupo com o GMMP Janaina Soares Gallo realizou pesquisa que originou a dissertação *Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia do GMMP*, defendida em 2024, em que apresentou e aplicou a metodologia adaptada do *Global Media Monitoring Project* (GMMP), contribuindo com o debate sobre o papel da comunicação em relação aos Direitos Humanos, em especial os direitos das mulheres. Como corpus, a autora analisou matérias jornalísticas sobre o tema da dignidade menstrual.

A pesquisa observou conteúdos jornalísticos que mencionaram o termo pobreza menstrual, publicados durante o ano de 2021 em dois veículos de mídia brasileiros: o jornal Folha de S. Paulo (versão online) e o Portal Catarinas. O ano de 2021 foi escolhido por ser um ano importante para a ascensão e consolidação do tema na agenda pública brasileira (Castelhana, 2023).

Ao todo, foram analisadas 28 (vinte e oito) matérias, sendo 23 (vinte e três) da Folha de S. Paulo e 5 (cinco) do Portal Catarinas. Para a autora, não há como negar que o tema da pobreza menstrual recebeu uma cobertura relevante da mídia, que contribuiu para que a temática despertasse o interesse do grande público. Constatou-se que, sobretudo, a Folha de S. Paulo foi provocada a abordar o tema a partir, principalmente, a partir dos projetos legislativos que tratam da distribuição gratuita de absorventes, especialmente após o veto do então presidente à essa medida. Nestas matérias a autora observou o paradigma masculinista, com textos pautados unicamente a partir da lógica do jogo político que estava posto no ano de 2021.

A autora conclui ainda que a maior parte das matérias perde a oportunidade de aprofundar o tema e pensar de maneira mais ampla, por exemplo, quando atrelam a questão apenas ao aspecto material, basicamente à falta de recursos das mulheres mais pobres para terem

8 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wt3ITlwRrsY&list=PLvczGKT7m6lKz3Ccxk8sHXIWUkWufcT0kM>

9 Além de pesquisas mais aprofundadas, o grupo tem produzido análises divulgadas em periódicos com corpus mais restritos. Estes, no entanto, não serão objeto do trabalho pelas limitações de espaço.

acesso aos absorventes e outros itens de higiene. Mesmo quando abordam os incômodos e desconfortos que as mulheres sofrem nos dias em que estão menstruadas, que impactam em seu desempenho no trabalho e nos estudos, geralmente há uma naturalização dessa condição, como se fosse um fato biológico sobre o qual há pouco a fazer.

Outro ponto que vale destacar é sobre quais as mulheres que aparecem nas notícias analisadas, a grande maioria parlamentares que propuseram os projetos de lei ligados à pobreza menstrual e poucas mulheres são apresentadas como especialistas no tema. Se, por um lado, é natural que essas parlamentares figurem como representantes de toda a população feminina que se beneficiaria da medida, isso também permite e reflexão sobre a seleção que a mídia faz sobre quais mulheres são visibilizadas ou invisibilizadas na cobertura jornalística, corroborando uma das conclusões do GMMP 2020, de que a visibilidade das mulheres brasileiras está diretamente relacionada à posição social, política e econômica que ocupam no contexto nacional.

Já o Portal Catarinas, embora tenha publicado uma notícia no mês em que houve um veto presidencial da distribuição gratuita de absorvente, ao longo de todo o ano publicou proporcionalmente, outros conteúdos de boa qualidade sobre o tema, não necessariamente pautados pelo veto. O que reforça a percepção sobre a importância de um jornalismo feminista. As matérias analisadas indicam como a busca por um jornalismo mais engajado, quebrando com o paradigma de objetividade, é essencial para que o jornalismo concretize seu importante papel na difusão de uma cultura de direitos.

Pesquisa que também se volta para pensar os direitos das mulheres, ainda em andamento, é a de doutorado de Lorena de Andrade Trindade, que busca pensar a forma como os veículos se relacionam com a questão do feminicídio. A pesquisadora parte dos dados alarmantes: em 2023, o Brasil registrou o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime, a partir da Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, promulgada em 9 de março de 2015. Foram 1.463 mulheres assassinadas, um número 1,6% maior do que em 2022, quando 1.437 mulheres tiveram suas vidas ceifadas em decorrência deste crime de gênero e, “mesmo considerando a subnotificação de casos nos primeiros anos de vigência da legislação, ao menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio entre 2015 e 2023” (FBSP, 2024, p. 3).

No entanto, no noticiário brasileiro, esses crimes – quando recebem espaço nas pautas de diferentes veículos – costumam ser reportados seguindo uma mesma fórmula, sobretudo em seus títulos: “Mulher é morta”. “Mulher é encontrada morta”, “Jovem é encontrada morta”. O uso da voz passiva é chave nessa lógica, já que esta é uma construção sintática em que um objeto direto passa a ocupar a posição de sujeito, em uma construção que, segundo Sallorenzo (*apud* Oliveira e Rodrigues, 2021, p. 55), é um processo de redução de valência. “Na voz ativa, o sujeito é também o agente da ação e, mais do que isso, aquele que altera o estado final do complemento verbal (no caso, o objeto direto)/paciente”. Na voz passiva, este sujeito, no caso os assassinos, não são evidenciados. A mulher é morta, não há alguém (geralmente um homem) que a matou.

A partir de sua inquietação com a repetição desta fórmula e da percepção da carência de uma abordagem mais humanizada, Trindade desenvolve a pesquisa a fim de compreender: em que medida o Universo, portal voltado especialmente para o público feminino, do Grupo Folha, tem considerado as sugestões de seu manual de boas práticas jornalísticas – para o tratamento de violências de gênero – ao noticiarem casos de feminicídio? Esta investigação tem se baseado na análise de matérias jornalísticas sobre casos de feminicídio pelo veículo da “imprensa hegemônica” se dá pela relevância e espaço que ela segue ocupando na sociedade brasileira, mesmo

no contexto de popularização da internet. Diante de suas observações, outra questão emerge: a forma como a imprensa lida com notícias sobre feminicídios, ao reportá-las, tem contribuído com a ideia de culpabilização das vítimas? É possível afirmar que a escolha pelo tipo de abordagem em nada colabora para uma discussão que faça refletir sobre os reais motivos do número de feminicídios no país? A imprensa habituou-se a minimizar os assassinatos de mulheres quando opta pela repetição da fórmula? Estas questões estão presentes na pesquisa, quase finalizada neste momento.

No AlterGen têm sido produzidas pesquisas que envolvem pensar a produção jornalística a partir das perspectivas apontadas pelos estudos de gênero e sexualidade e forma mais ampla – saindo da binariedade masculino/feminino. É o caso da pesquisa que originou a dissertação *Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade*¹⁰ na profissão, de José Ilton Porto, defendida em 2023, que apresenta uma reflexão sobre as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ ao campo “masculinista” cisheterocentrado do jornalismo. Partindo de vivências pessoais e do enquadramento clássico “meninos vestem azul” na infância, desafiado desde cedo, o autor tornou-se jornalista e, como jornalista, percebeu muitos dos discursos familiares e religiosos com os quais já havia convivido. Discursos que, advoga, fazem com que a autocensura se torne um mecanismo de defesa e sobrevivência de muitas jornalistas LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Importante apontar que produz uma pesquisa informada pelo lugar da autoria, que se refere a jornalistas no feminino tão somente – em clara vinculação a lógicas feministas de produção de conhecimento, questionadoras da ideia de objetividade, seja ela jornalística ou científica.

Em sua pesquisa, que segue moldes etnográficos, percebe que a resistência se dá, em primeiro lugar, pela autorreferência das pessoas com quem dialogou, como abertamente LGBTQIA+. E é ampliada com as profissionais se posicionando, tanto no trabalho, quanto nas suas redes sociais. Para além disso, elas também quebram estereótipos de gênero que foram impostos aos seus corpos. Jornalistas que mostram que é possível produzir narrativas a favor da alteridade, e que são engajadas com as pautas de gênero, sexualidade e raça, buscando fontes LGBTQIA+ para além das temáticas das suas vivências. Algumas, inclusive, optam pelo jornalismo alternativo para fugir das amarras da cisheteronorma.

Também como resultado da pesquisa, o autor convida a repensar a sociologia da profissão e a prática jornalística, apontando para políticas de diversidade e inclusão reais e consequentes nas organizações jornalísticas. Em um segundo momento, reflete sobre um jornalismo mais sensível às condições humanas e afeito à alteridade. Junto com Veiga da Silva (2014 e 2015) e Gonçalves (2017 e 2022), Porto defende que o jornalismo pode promover melhores encontros de alteridade, a partir do reconhecimento de um Eu em relação ao Outro; que pode romper com atributos masculinistas em suas práticas; que o ensino do jornalismo pode formar profissionais que pautem novas perspectivas e que provoquem mais indagações. E que ajudem a arrebentar a porta do armário das redações.

10 A cisheteronormatividade é um conjunto de normas e expectativas sociais que privilegiam a heterossexualidade e a identidade de gênero cisgênera, marginalizando outras identidades de gênero e de sexualidade

Jornalismo para além do hegemônico

Um esforço importante adotado dentro do grupo é a análise de iniciativas jornalísticas que se contrapõem ao hegemônico, tanto do ponto de vista dos veículos quanto das narrativas.

Nesse sentido ressaltam-se as pesquisas sobre coletivos feministas com produção jornalística, como na pesquisa de Isabella Bergo Crosta, defendida em 2022: *Coletivos Feministas no Instagram: uma análise do Feminacida (Argentina) e Portal Catarinas (Brasil)*.

A autora parte do pressuposto de que o jornalismo alternativo feminista desempenha um papel crucial na disseminação de informações contra hegemônicas, ao desafiar as narrativas dominantes e oferecer perspectivas que frequentemente são negligenciadas ou distorcidas pelos meios de comunicação tradicionais. A mídia feminista alternativa aos meios de comunicação tradicionais tem servido como espaço de organização, informação, cumplicidade e letramento entre grupos de mulheres, sendo importante para as jornalistas e para o público que recebe a informação.

Crosta indica que os coletivos que fornecem as publicações corpus de sua pesquisa, foram criados após a chamada “primavera das mulheres” (Hollanda, 2018) e, por meio de uma etnografia digital (Leitão; Gomes, 2017), analisa o conteúdo postado no Instagram dos grupos, durante uma semana, de julho a agosto do ano de 2021. A autora verifica as estratégias que usam para promover suas agendas feministas e, em certa medida, decoloniais (Crosta, 2023). Foram analisadas 222 postagens do Feminacida e 191 do Portal Catarinas, o que permitiu perceber temas recorrentes, como os conteúdos sobre a cultura do estupro, feminicídio e aborto – temas que apontam para a ausência de autonomia das mulheres sobre seus corpos. O estudo também evidenciou o trabalho de resgate da história de mulheres, bem como a valorização da diversidade cultural nos países, reconhecendo a importância de saberes outros que não os eurocentrados. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa soma-se a outras que evidenciam a importância das redes sociais digitais como espaços de articulação do feminismo na atualidade.

É nesse cenário que as experiências da comunicação comunitária, do jornalismo de periferia e Jornalismo de Subjetividade, concepção teórico-prática (Moraes, 2022), têm surgido como um fenômeno importante de combate aos relatos que apequenam as múltiplas experiências e as potências de territórios periféricos. Suas produções colocam luz nas manifestações culturais, sociais, artísticas e outras diversidades locais e, portanto, também têm sido objeto de pesquisas dentro do AlterGen.

É o caso do estudo de Evelyn Medeiros Kazan, que originou a pesquisa, defendida em 2020, *Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia*.

A pesquisa de Kazan joga luz em uma iniciativa que, dentro do universo feminista, se soma também a propostas de ação contra as narrativas jornalísticas cansadas, estereotipadas e incompletas sobre populações e territórios vulnerabilizados historicamente. Narrativas que, muitas vezes, são produzidas por pessoas que não pertencem a esses grupos e territórios, que são reportados unicamente pela ótica da escassez e da violência.

A autora dissecou outros caminhos possíveis para a prática jornalística na representação de mulheres, principalmente negras e periféricas, destacando que a apropriação dos espaços de escuta nas mídias digitais por mulheres periféricas é uma estratégia de resistência e emancipação, permitindo a desconstrução de discursos e a representação mais autêntica dessas mulheres (2020, p. 156).

Kazan (2020, p. 156) revela que o Nós é uma prática jornalística marcada pela não utilização de fontes tradicionais de notícias, onde as comunicadoras focam em suas próprias experiências e as de outras mulheres periféricas, reforçando a presença e a reescrita desses sujeitos no debate público, possibilitando às mulheres periféricas contar suas histórias, reconstruir memórias e se autorrepresentar de forma autêntica, destacando suas ações e a diversidade de suas vidas e contextos.

Para concluir

O Jornalismo se configurou de forma análoga à de outras instituições de validação do conhecimento, como a Ciência e a Universidade, como um campo eminentemente masculino (Gustafson, 2018). Este olhar patriarcal, mesmo com a entrada massiva de mulheres nas redações, ainda molda a prática jornalística e as decisões editoriais sobre o que é abordado no noticiário e de que forma. As diversas perspectivas de gênero e os estudos feministas trazem luz a isso e propõem formas de superar o masculinismo no jornalismo (Veiga da Silva, 2015).

Paradoxalmente, são poucos (comparativamente) os trabalhos de pesquisa voltados ao jornalismo que se apropriam do vasto campo de estudos de gênero de forma a orientar/iluminar as pesquisas. Em mapeamento recente realizado para apresentação no 13o Fazendo Gênero, em 2024, indicamos¹¹ que nos últimos cinco anos (2019 a 2023), foram produzidas na ECA/USP, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, apenas sete pesquisas que entrelaçam gênero e jornalismo, três de doutorado e quatro de mestrado. Destas, três ligadas a pesquisadores/as do AlterGen.

O grupo, portanto, desde sua criação, tem desenvolvido não apenas pesquisas que buscam fechar lacunas, mas, especialmente, tem produzido este trabalho em rede, coletivamente, não apenas entre suas e seus membros/as/es, mas também com pessoas de fora. Pesquisas questionadoras do lugar de possibilidade do jornalismo enquanto este tiver o viés masculinista já tantas vezes apontado. Trabalhos que olham para iniciativas outras, coladas em lógicas emancipatórias. Lógicas de construção de conhecimento a partir da coletividade, do comum. Com letramento de gênero, raça, classe, defendendo um jornalismo engajado efetivamente com a transformação social.

Referências

- CROSTA, Isabella Bergo. *Coletivos Feministas no Instagram: Análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2023.
- DE LAURETIS, Tereza. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural* Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia. Modos de educar na (e pela) TV. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

11 A pesquisa foi realizada por Cláudia Lago e Letícia Pinto de Barros.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Feminicídios em 2023*. São Paulo: FBSP, 2024.

GALINDO, Maria. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. Bolívia: Mujeres Creando, 2013.

GALLO, Janaina Soares. *Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia GMMP*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/D.27.2024.tde-03072024-142747.

GMMP. 6th Global Media Monitoring. Project. Brasil: *Nacional Report. 2020*. Disponível em: <https://whomakesthe-news.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

GOMES, Laura; LEITÃO, Débora. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, n. 42, Niteroi, p. 41-65, 2017. Acesso em: 19 de junho de 2024.

GONÇALVES, Gean. *Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT*. 168p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Gean. *Por uma autoria solidária no jornalismo: o ensino de Teoria do Jornalismo e de epistemologia de alteridade*. 2022. 191p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

GUSTAFSON, Jéssica. *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. 2018. 218 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, p. 7-41, 2009. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em 14 out. 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KAZAN, Evelyn Medeiros. *Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.27.2020.tde-09032021-002816

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn Medeiros; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, Leonardo; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica. (Eds.). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 124-140

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22464/14180>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: a relação tênue continua. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 29, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/41919/27417/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza* / Fabiana Moraes. - 1. ed. - Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NORONHA, Elizângela Carvalho Costa. Da Plataforma de Ação de Pequim ao GMMP 2020 no Brasil: uma discussão à luz da crítica feminista aos media. In: NORONHA, Elizângela Carvalho Costa; LAGO, Cláudia; TERENCEZZO, Karen Regina. *Gênero na mídia: O GMMP Brasil*. 1ª Ed. São Paulo. Editora Paulus, 2023. p. 69-86.

NORONHA, Elizângela Carvalho Costa; LAGO, Cláudia; TERENCEZZO, Karen Regina. *Gênero na mídia: O GMMP Brasil*. 1ª Ed. São Paulo. Editora Paulus, 2023. p. 69-86

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Drops, 2021.

PORTO, José Ilton. *Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão*. 2023. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, vol 20 no 2, jul/dez, 1995, pp 71-99

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. 1.ed. Santa Catarina: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e suas implicações dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. 276 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

ENQUADRAMENTO NO JORNALISMO FEMINISTA: CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PERCURSO TEÓRICO-METODOLÓGICO

FRAMING IN FEMINIST JOURNALISM: CONSIDERATIONS ON A THEORETICAL-METHODOLOGICAL PATH

JAQUELINE ANDRIOLLI SILVA¹
KARINA JANZ WOITOWICZ²

RESUMO

O presente artigo discute as contribuições das teorias feministas para o estudo do jornalismo, destacando o viés crítico acerca da universalidade da ciência e a necessidade de contemplar, na análise dos fenômenos sociais, a perspectiva interseccional. Com base na experiência de realização de uma pesquisa de mestrado sobre a cobertura das eleições de 2022 em portais feministas, o artigo expõe o uso da teoria do enquadramento a partir de um tensionamento que reconhece as especificidades dos modos de fazer jornalismo feminista. Como resultado do percurso metodológico adotado, são oferecidas possibilidades de análise dos *frames* que contemplam a identificação das fontes e a construção do tema e da problemática com um viés interseccional.

Palavras-chave: Jornalismo feminista; Enquadramento; Política; Metodologia de pesquisa; Interseccionalidade.

ABSTRACT

This article discusses the contributions of feminist theories to the study of journalism, highlighting the critical approach regarding the universality of science and the need to incorporate an intersectional perspective when analyzing social phenomena. Based on the experience of conducting a master's research project on the coverage of the 2022 elections in feminist portals, the article presents the use of framing theory through a tension that acknowledges the specificities of feminist journalism practices. As a result of the methodological approach adopted, possibilities for analyzing frames are offered, considering the identification of sources and the construction of the theme and issues with an intersectional bias.

Keywords: Feminist journalism; Framing; Politics; Research methodology; Intersectionality.

1 Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e bolsista pela CAPES. Mestre em Jornalismo (2024) pelo Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). E-mail: jaqueandriolli@gmail.com

2 Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Coordenadora do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de produtividade em pesquisa pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: karinajw@gmail.com

Introdução

O jornalismo tem desempenhado um papel crucial na construção e disseminação de narrativas sobre as experiências e lutas das mulheres ao longo da história. Desde o século XIX, quando as primeiras vozes femininas começaram a se manifestar na mídia, até o surgimento de publicações alternativas durante a ditadura militar no Brasil, as mulheres têm utilizado diferentes plataformas para expressar suas demandas e problematizar sua condição na sociedade.

Este trabalho tem o objetivo de traçar o percurso teórico e metodológico da dissertação de mestrado com o título “Mulheres na Política: os enquadramentos da cobertura alternativa jornalística feminista sobre as Eleições de 2022”, defendida no início de 2024 no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. A proposta da dissertação foi compreender como os portais alternativos *Portal Catarinas*³, *Gênero e Número*⁴ e *Nós, Mulheres da Periferia*⁵ realizaram a cobertura sobre as mulheres na política através da análise de enquadramento das reportagens publicadas durante o período de campanha eleitoral de 2022, evidenciando o papel do jornalismo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

No debate teórico-metodológico, feito a partir das definições de enquadramento, buscou-se evidenciar a relevância do enquadramento em pesquisas sobre política no jornalismo e as contribuições da perspectiva de gênero. Para realizar a análise de enquadramento, foram coletadas e classificadas todas as publicações durante a campanha eleitoral de 2022 do primeiro e segundo turnos, entre os dias 16 de agosto e 30 de outubro, depois selecionadas as que se tratavam do assunto política e/ou eleições, totalizando 49 publicações. Por fim, identificou-se que a cobertura dos portais, durante as eleições de 2022, foi realizada através de três enquadramentos, nomeados pela pesquisa da seguinte forma: 1) Mulheres são o futuro na política; 2) A falha é do sistema político; 3) Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro.

Para a realização do trabalho, foi necessário cruzar conhecimentos de diversas áreas e perspectivas teóricas. As investigações de enquadramento se voltam para perceber o viés de cada veículo, explorando as suas tendências e repetições. A caracterização do que seriam os enquadramentos foi proposta no campo da psicologia por Gregory Bateson. O teórico, de tradição fenomenológica, buscou explicar como as interações humanas estão baseadas em quadros de sentido, que definem e moldam as interpretações e ações sociais (Goffman, 2012).

A pesquisa considerou a noção de quadros, mas se dedicou a compreender como os portais realizaram a cobertura e como demonstram um posicionamento político, já que os três veículos selecionados são politicamente posicionados e militantes. Foi a partir desse entendimento que se reconheceu a necessidade de considerar epistemologias feministas para compreender o posicionamento político dos portais investigados. Portanto, este artigo tem o objetivo de

3 O *Catarinas* atua como um portal de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos desde 2016. O portal tem uma cobertura mais local e regional, de Florianópolis e municípios da região, em Santa Catarina. Site disponível em: <https://catarinas.info/>.

4 O *Gênero e Número* busca abordar questões de gênero e raça a partir da interpretação de dados, desde 2016. O enfoque do portal é fazer uma cobertura nacional, com reportagens investigativas e análise de dados. Site disponível em: <https://www.generonumero.media/>.

5 *Nós, Mulheres da Periferia* foi lançado em 2014, primeiramente apresentado como coletivo, depois como empresa jornalística e está localizado em São Paulo. A iniciativa trabalha com jornalismo periférico e discussões sobre classe, raça, gênero e território. Site disponível em: <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/>.

apresentar a proposta de execução metodológica de enquadramento, tendo como pano de fundo as teorias feministas e saberes localizados, partindo da necessidade de instrumentalizar a produção de um saber feminista.

A universalidade é excludente: a crítica feminista à ciência e ao jornalismo

No contexto de articulação feminista a crítica à ciência se torna um dos principais pontos da agenda (Sardenberg, 1999), questionando os pressupostos da ciência moderna, onde as bases científicas tradicionais mais consolidadas se dizem neutras, objetivas e universais. As feministas denunciam a exclusão de mulheres na ciência, questionando tanto as bases teóricas da ciência moderna, quanto seus objetos de investigação e a dificuldade de acesso de mulheres na produção do saber científico (Sardenberg, 1999). As ciências feministas se fundamentam a partir de uma práxis e possuem forte relação com os movimentos sociais e políticos, sendo assim, elas buscam autoridade e fundamentos através do ser e saber politizado (Sardenberg, 1999).

Entre as autoras mais citadas na crítica à ciência está Donna Haraway, considerada entre as feministas biólogas, ela questiona a objetividade científica. Donna Haraway (1995) formula um novo conceito de objetividade, referência para as críticas feministas, mas também para as críticas feministas dentro do jornalismo. Para ela, os contextos históricos e interpretativos precisam ser levados em conta, considerando também o poder da linguagem. Haraway (1995) desenvolve o conceito de “objetividade corporificada”, defendendo a ideia de que o conhecimento e a objetividade não são neutros ou universais, mas influenciados pela experiência e pela posição social dos indivíduos. Em vez de buscar uma visão objetiva e distanciada, Haraway propõe que o conhecimento deve reconhecer suas raízes corporificadas, ou seja, é moldado por fatores como gênero, raça, classe e contexto histórico.

A constituição da objetividade no jornalismo tem uma relação direta com a ciência positivista, que valoriza o conhecimento científico como único e verdadeiro, somente alcançado através de um método (Sponholz, 2009). Para o jornalismo, isso significa estar posto em uma dualidade entre objetividade e subjetividade, entre fatos ou opiniões. Já Donna Haraway (1995), com a objetividade corporificada, desafia a noção tradicional de objetividade, enfatizando que todo conhecimento é situado e parcial e defendendo a inclusão de diferentes vozes e experiências.

Assim, análises que se baseiam na defesa da neutralidade, imparcialidade e principalmente da objetividade jornalística se mostram insuficientes para refletir sobre iniciativas que partem de um posicionamento direcionado e engajado a partir da realidade, como é o caso do jornalismo feminista. Para Garcez (2020), na reflexão sobre os princípios da objetividade jornalística é necessário considerar a falta de participação de mulheres na construção de teorias, também é necessário entender que é impossível a separação total entre sujeito e objeto no jornalismo.

Costa (2018) afirma que o jornalista visto como objetivo é aquele que reproduz os valores hegemônicos e não questiona o senso comum; nesse sentido, os valores da objetividade só são questionados quando as matérias não reproduzem esses valores. Ou seja, só se questiona a objetividade no jornalismo alternativo com perspectiva de gênero porque ele tensiona as estruturas estabelecidas. Fabiana Moraes e Marcia Veiga da Silva (2019, p. 1) também refletem

sobre a objetividade jornalística, afirmando que ela é resultado do “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, moderno”. Significa dizer que o jornalismo é um conhecimento resultado da colonização dos povos, no contexto brasileiro, do falso discurso da modernidade, além de ser machista, racista, branco, heterossexual e classista (Moraes; Veiga da Silva, 2020).

O campo do jornalismo tem reconsiderado as noções clássicas de objetividade, neutralidade e imparcialidade e essa contribuição envolve as discussões propostas por mulheres jornalistas e feministas históricas. Costa (2018) aponta a importante relação de portais com abordagens que consideram diversos marcadores sociais e a forte presença da perspectiva feminista interseccional, indicando rupturas com a mídia tradicional, seguindo a proposta de desafiar estereótipos de gênero. “A elaboração de novas soluções jornalísticas, éticas e práticas, para a construção de discursos que se opunham aos que circulam na mídia hegemônica talvez seja o grande desafio enfrentado pelos portais que articulam jornalismo e gênero” (Costa, 2018, p. 102). Portanto, as críticas construídas pelo movimento feminista possuem base teórica fundamentada. São apontamentos feitos a partir do lugar dos movimentos sociais que reconhecem o papel dos meios de comunicação na formação de opiniões e representações da realidade.

Definições de enquadramento para o jornalismo

A noção de enquadramento e sua utilização enquanto técnica metodológica ganhou destaque nas pesquisas que envolvem comunicação, jornalismo, imprensa e política, principalmente na tentativa de dar significados aos discursos produzidos pela mídia e sua influência na formação da opinião pública sobre acontecimentos políticos. Os discursos da mídia formam um conjunto de pacotes interpretativos que dão sentido para os eventos da realidade. Essa constelação de discursos pode ser acessada através da noção de *frame*. Os discursos sociais são formados por interpretações que são somadas e articuladas através do enquadramento da mídia.

Erving Goffman (2012) desenvolve um uso mais sistemático do conceito de enquadramento e afirma que enquadrar envolve seleção e organização da realidade. De acordo com Goffman (2012, p. 31), quem busca responder sobre quaisquer acontecimentos escolhe um ponto de vista e isso pode ser alterado dependendo da pessoa e de suas motivações pessoais ou de veículos. A noção de quadro é utilizada para se referir aos elementos básicos que dão sentido aos eventos e às situações sociais.

Porto (2004) apresenta trabalhos importantes no desenvolvimento do conceito de enquadramento e sua aplicação em estudos da mídia. Entre eles, estão os estudos desenvolvidos por William Gamson. No livro “*Talking Politics*” (1992), o sociólogo propõe estudar os efeitos dos enquadramentos na mídia de massa, na tentativa de identificar como a mídia influencia as conversas cotidianas dos cidadãos sobre temas políticos. Para ele, é preciso levar em consideração a conjuntura cultural e social por trás dos enquadramentos e das lutas políticas (Gamson, 2011). O autor utiliza a noção de pacotes interpretativos para estabelecer essa ideia central organizadora.

A mídia possui predominância nos discursos da sociedade e maior potencial para a disseminação da universalidade (Gomes, 2008; Vimieiro, 2010). Vimieiro (2010) aponta a importante relação dos enquadramentos com a mídia e a esfera pública como uma discussão que ganhou força nas pesquisas sobre jornalismo. Processos de enquadramento são formas de relação de

poder, que podem ser mobilizados estrategicamente; é preciso ter em mente que quadros são estruturas simbólicas que vinculam atores sociais, são por eles transformados e podem ser modificados também ao longo do tempo (Porto, 2004; Gomes, 2008; Vimieiro, 2010).

O enquadramento também é utilizado como forma de influenciar a deliberação pública na esfera política (Pan; Kosicki, 2001). A deliberação, considerada como esse espaço público e individual de debate e reflexão, com o objetivo de resolver impasses para tomar decisões, é parte constitutiva da democracia. Com isso, as decisões individuais e coletivas são objetos de interesse do jornalismo e de atores políticos (Pan; Kosicki, 2001; Porto, 2004; Prudencio; Rizzotto; Sampaio, 2018). Nesse sentido, Pan e Kosicki (2001) apresentam a deliberação como uma disputa ideológica, onde os processos de enquadramento são centrais na definição de questões e discursos em torno da arena política.

O percurso metodológico do enquadramento e a interseccionalidade como categoria analítica

Para entender os princípios organizadores da construção do *frame*, é preciso partir de alguns procedimentos correspondentes ao método e da definição de enquadramento utilizada na pesquisa que embasa este artigo. Reese (2001) aponta que estabelecer um quadro vai além de medir o tamanho ou a frequência que certos termos aparecem, é na relação entre eles e no cruzamento das informações coletadas que os significados embutidos se apresentam. Definir o enquadramento dos conteúdos da imprensa é verificar, de modo empírico, todas as influências que interferem no modo produtivo da informação, estabelecendo uma relação entre as fontes, patrocinadores, práticas sociais, interesses envolvidos, personagens citados, análises qualitativas e ideológicas do conteúdo, valores notícia, além da audiência e possíveis efeitos (Reese, 2001; Soares, 2015).

Os quadros são geradores de informações, com a inclusão ou exclusão de dados da realidade; eles também são dispositivos de triagem, portanto, os quadros são instrumentos de poder (Reese, 2001). Vale ressaltar a definição de enquadramento considerada para este trabalho formulada por Reese (2001, p. 11, tradução da autora): "Frames são princípios organizadores que são socialmente compartilhados e persistentes ao longo do tempo, que funcionam simbolicamente para estruturar o mundo social". O autor também elenca seis características principais dos frames: organização, princípios, compartilhamento, persistência, simbólico e estrutural. Nesse sentido, os enquadramentos *organizam* as informações através da seleção, baseados em *princípios* de ordem individual ou institucional, eles precisam ser *compartilhados* para atingir um nível significativo de comunicação. Sua importância é medida pela *persistência* no contexto social em que ele é colocado e na capacidade de influenciar *simbolicamente* a *estrutura* social.

O quadro de elementos estruturais dos *frames* apresentado por Lopes (2019, p. 47) foi pertinente para este trabalho. O autor insere a relação do **subtópico (assunto)**⁶ dos textos analisados com os **subtemas**, que se apresentam pelos contextos relacionados com o texto que muitas vezes não são citados de forma direta. A definição de escopo é relevante, diz respeito ao

6 Grifo utilizado para identificar os elementos dos *frames* durante a explicação.

nível de localização geográfica do texto e, para este trabalho, foi adotado o termo “**abrangência**”. As **recomendações, soluções e julgamentos** também foram consideradas, se apresentando como avaliações do autor referentes ao tema apresentado (Lopes, 2019).

Na identificação de fontes e personagens, Vimieiro (2010) as determina a partir das notícias e Lopes (2019) define apenas o ator social protagonista. Já na primeira etapa de investigação sentimos a necessidade de aprofundar a identificação de cada fonte, inclusive para relacionar com o conceito analítico de interseccionalidade e explorar a categoria mulheres diante da identificação das fontes. Para isso, acrescentamos alguns elementos, como categoria, representatividade, crédito, gênero, raça e posição que ocupa, seguindo algumas definições de Schimitz (2011). A identificação da interseccionalidade foi colocada como presença ou ausência de três operadores: na diversidade de fontes; problematização da temática; e/ou uso da linguagem. Neste trabalho, considera-se a importância de não considerar só o gênero como um marcador de opressão, mas também outros, como raça, classe, território, sexualidade, idade, etnia etc. Portanto, na busca de uma palavra que resumisse todos esses demarcadores, a interseccionalidade parece ser a mais abrangente e assertiva.

A interseccionalidade aponta para a relação entrelaçada entre raça, gênero, classe, sexualidade e demais eixos marcadores. O termo foi cunhado pela pesquisadora afro-estadunidense Kimberlé Crenshaw no ensaio “Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics” (1989). A perspectiva considera a relação entre os eixos dos sistemas de poder, que se entrecruzam e criam interseções de opressão (Crenshaw, 2006). A definição contribuiu para pensar não só as diferentes opressões sofridas pelas mulheres negras, mas também a sua marginalização nas teorias e nas políticas feministas.

Os aspectos teóricos e a raiz do conceito partem das contribuições do feminismo negro - questão apontada por Akotirene (2019) ao indicar que Lélia Gonzalez já articulava racismo, sexismo e a exploração capitalista desde a década de 1980. Nesse sentido, diversas autoras vão nomear e cruzar de diferentes maneiras os marcadores de opressão. Sardenberg (2015, p. 89) demonstra essa imbricação das matrizes de opressão, nesse entrelaçar, uma reforçando a outra, ao propor a noção de caleidoscópio de gênero. No entendimento que gênero nunca opera independente de outros aspectos da vida, a autora constrói a metáfora com o caleidoscópio para evidenciar os diversos cenários e “posicionalidades” construídas a partir da mobilização de um ou mais marcadores. A noção de caleidoscópio de Sardenberg (2015) demonstra as diferentes formas que diversas autoras nomearam o que se entende por interseccionalidade. Seja em Saffioti (1992) ao tratar da imbricação e simbiose do patriarcado, racismo e capitalismo, Collins (1999) nas opressões que se entrelaçam e estão interligadas, Crenshaw (2006) na interseccionalidade e nas avenidas que se cruzam ou em Akotirene (2019) nas avenidas identitárias.

Nas palavras de Akotirene (2019), a potencialidade do conceito está demarcada na instrumentalidade teórico-metodológica, permitindo enxergar a colisão das estruturas, sem separá-las ou observá-las individualmente. Nesse sentido, a interseccionalidade busca compreender as implicações estruturais e dinâmicas resultantes da interação entre dois ou mais eixos de subordinação, além de explorar a maneira pela qual os sistemas geram desigualdades que moldam as posições sociais (Crenshaw, 2002). A interseccionalidade é uma lente analítica utilizada há mais de 30 anos, que contribuiu nas perspectivas de enegrecer o feminismo e sistematizar as

estruturas, trazendo-as para uma dimensão prática. Apesar dos maus usos do termo, Akotirene (2019, p. 55) acredita na sua potencialidade, porém, somente quando articulado às propostas descoloniais e decoloniais.

Com isso, a partir dos apontamentos e das reflexões de Vimieiro (2010) e Lopes (2019) sobre enquadramento, Schmitz (2011) sobre fontes e a interseccionalidade de Crenshaw (2002) e Akotirene (2011), além das adaptações e readaptações propostas para o objeto e objetivo da pesquisa, o quadro a seguir apresenta os operadores analíticos que foram parte da codificação do trabalho:

Quadro – Quadro de operadores analíticos

| | |
|---|--|
| Tema | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Assunto ou subtópico ▪ Abrangência |
| Fontes (qualificação) | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Categoria (primária ou secundária) ▪ Grupo (oficial, institucional, empresarial, testemunhal, especializada, referencial, notável, mídia social ou popular) ▪ Crédito (identificada ou anônima) ▪ Gênero ▪ Raça ▪ Posição que ocupa |
| Problemática Sentido de recomendação que o texto (autor ou veículo) vai trazer, onde ele cria comprometimento | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Recomendação ▪ Julgamento ▪ Solução |
| Subtema (relação que estabelece com o contexto) | |
| Interseccionalidade | <ul style="list-style-type: none"> ▪ Diversidade de fontes ▪ Problematização da temática ▪ Uso da linguagem |

Fonte: Schmitz (2011); Autora (2023)

Como explicado acima, a primeira etapa foi identificar a temática de cada publicação, com o assunto e a abrangência. Para explorar as fontes, foram utilizadas e adaptadas as tipificações de fontes de notícias de Schmitz (2011), classificadas a partir de sua categoria, grupo ou representatividade, ação, crédito e qualificação. Para o autor, essa demarcação permite inter-relacionar as fontes, apresentando características de cada uma dentro das notícias.

Para este trabalho, foram necessárias algumas adaptações e inserções, para garantir a apreensão total das características de cada fonte e suas singularidades no jornalismo com perspectiva de gênero. Na categoria, as fontes podem ser primárias – aquelas que fornecem a informação, servem como testemunhas do fato – ou secundárias, servem de suporte para confirmar as informações, explicar, interpretar etc. (Schmitz, 2011). O grupo ou representatividade serve para identificar a origem da fonte, qual é o tipo de representação que a fonte traz para a notícia, podendo ser: 1) Oficial: exercem funções em cargos públicos; 2) Empresarial: representam empresas, comércios ou serviços da indústria; 3) Institucional: organizações sem fins lucrativos, grupos ou movimentos sociais; 4) Popular: fala em nome de si mesmo; 5) Notável: possuem

alguma notoriedade para a notícia, seja algum talento ou ofício; 6) Testemunhal: é aquela que viu o fato noticioso e é procurada para dar seu relato; 7) Especializada: pessoa ou organização com saber específico, especialista no assunto; 8) Referência: são arquivos ou documentos utilizados para dar suporte à narrativa jornalística; 9) Mídia social: são falas ou opiniões retiradas de redes sociais como *Facebook* e/ou *Twitter* (Schmitz, 2011). Nos créditos, as fontes podem ser identificadas ou anônimas.

Para fazer o cruzamento com a perspectiva teórica interseccional, foi preciso considerar o gênero, raça e outros demarcadores das fontes, quando identificadas. Um exemplo é na divulgação das candidaturas, os veículos identificaram o nome, seguido da raça, gênero e por vezes até a sexualidade para apresentar as candidatas. Portanto, se viu necessário apreender também essas características. A posição que ocupa é um complemento da representatividade, porque as classificações como populares, oficiais, testemunhais etc., não foram suficientes para identificar quem são as mulheres (cis ou trans) e porque elas ocupam a posição de fonte na notícia.

A problemática foi identificada a partir do gancho da notícia e no sentido de recomendação, solução ou julgamento que a autora do texto jornalístico escolheu fazer. É onde a reportagem coloca o problema da notícia, reconhecido a partir da seguinte pergunta: "Qual é a recomendação, solução ou julgamento presente para se referir ao gancho do texto?". No processo de análise, evitou-se buscar a problemática a partir das falas das fontes; apesar de também indicar uma seleção por parte da produção da reportagem, este operador foi identificado a partir do conteúdo completo da notícia ou reportagem. É um operador que trabalha em conjunto com o subtema; por vezes, a identificação deste facilitou a caracterização da problemática. O subtema é a relação que o texto estabelece com o contexto e pode ser identificado ou não pela publicação. Já o dispositivo analítico da interseccionalidade possui diálogo com as teorias de perspectiva de gênero apresentadas acima. O objetivo é identificar se ela está presente nos portais e como o conceito é utilizado na diversificação de fontes, na problematização da temática ou no uso da linguagem.

Ao utilizar tais procedimentos metodológicos, foi possível valorizar as especificidades do fazer feminista praticado pelos portais para desvendar os enquadramentos presentes na cobertura eleitoral. Trata-se, portanto, da mobilização de uma proposta teórico-metodológica amplamente utilizada nos estudos da área para a análise do jornalismo feminista, sustentada por aportes do feminismo interseccional/decolonial.

Considerações finais

Esta pesquisa, de natureza experimental, representa a primeira aplicação da metodologia de enquadramento no jornalismo feminista. Durante esse processo, foram implementados passos iniciais, bem como adaptações e transposições de metodologias de outras pesquisas de enquadramento. No entanto, há espaço para a continuação e estabelecimento de padrões em relação a outros veículos e abordagens de pesquisa. Nesse sentido, a descrição dos caminhos e escolhas de análise merece destaque.

A literatura sobre enquadramento aponta a necessidade de encontrar na mídia os posicionamentos diante da realidade noticiada. Esse foi um ponto de partida para entender o diferencial dos portais feministas e para estabelecer diferenças dentro do processo metodológico. A definição de *frame* ou enquadramento utilizada foi a de Reese (2001, p. 11), isso porque a caracterização de enquadramento levantada pelo autor considera os princípios como ideias compartilhadas que organizam o social. Nessa linha, ao analisar os portais feministas, surgiram algumas questões-chave: Quais são os códigos compartilhados pelos portais e quais são as semelhantes entre os três? Como os veículos entendem o mundo social e a partir disso direcionam o(a) leitor(a) para a interpretação da realidade?

Durante o processo de coleta foi possível verificar a diversidade de fontes, temáticas e problematizações. Ficou claro que as análises de enquadramento convencionais, que aplicam a categoria “personagem” para entender as fontes, não seriam suficientes. Por isso, foi necessário buscar outras formas de olhar para a diversidade de fontes. Nessa etapa, o enquadramento cruzou-se com as teorias feministas e de gênero, permitindo uma compreensão mais profunda dos cruzamentos e estruturas que identificam o porquê determinadas pessoas ocupam o papel de fonte em uma reportagem específica, dentro de um assunto determinado. Isso reflete o enquadramento nas escolhas que os portais tomam a cada etapa do processo de construção da notícia, desde a seleção do título até a escolha das vozes que serão incluídas na reportagem. Um exemplo claro disso é a escolha dos portais de mobilizar com menor frequência fontes empresariais, institucionais e oficiais e, ao mesmo tempo, valorizar fontes testemunhais e especializadas.

A identificação da interseccionalidade como um objetivo específico partiu da necessidade de compreender a categoria analítica gênero e mulheres como experiências atravessadas por raça, classe, etnia e outros marcadores da vida social de cada uma. Foi possível determinar que essa preocupação é compartilhada pelos três portais, ao identificar os locais de fala de cada fonte. Seja na apresentação das candidatas, na introdução de cada fonte especializada ou na própria problematização da pauta, incluindo o uso de infográficos e subtópicos no texto.

Percebeu-se as relações entre os portais, especialmente suas abordagens no tratamento das temáticas, passando pelos três enquadramento identificados e caracterizados da seguinte forma:

1. “Mulheres são o futuro na política”: os sites escolheram trazer o viés de recomendação em favor do voto em mulheres, posicionando as mulheres como uma solução para a conjuntura política de 2022. Mesmo quando o posicionamento negativo aparece é sobre o contexto político eleitoral e a solução identificada está voltada à maior elegibilidade de mulheres. É importante ressaltar o protagonismo de fontes mulheres em todas as reportagens publicadas pelos portais dentro deste enquadramento.
2. “A falha é do sistema político eleitoral”: os portais identificaram os problemas estruturais relacionados à falta de representatividade feminina na política, discutindo também a realidade de mulheres que já ocupam cargos políticos. Esse tipo de reportagem ocupa todo o período eleitoral, com publicações no primeiro e segundo turnos, trazendo análises e resultados também sobre o pós-eleições.
3. “Ele não: contra a candidatura de Jair Messias Bolsonaro”: destaca-se o posicionamento explícito contra a candidatura do ex-presidente. Os três veículos se posicionaram contra a eleição do candidato do PL em momentos diferentes.

Os resultados revelam a valiosa contribuição do jornalismo ao elevar as candidaturas femininas como uma questão de relevância na esfera pública. O jornalismo alternativo feminista, representado pelos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia*, desempenha um papel crucial na promoção da democracia ao advogar pela inclusão ativa das mulheres nos espaços de representação política. Este tipo de jornalismo não apenas destaca a importância da presença feminina, mas também aborda de maneira crítica as barreiras e desafios que as mulheres enfrentam ao entrar no cenário político.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. Feminismo Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.
- COLLINS, Patricia Hill. *Fighting words*. Black women and the search for justice. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1999.
- COSTA, Jessica Gustafson. *Jornalismo feminista: estudos de caso sobre a construção da perspectiva de Gênero no jornalismo*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p 175, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011/0>.
- CRENSHAW, K. W. Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. *Kvinder, Køn & Forskning*, 2006. <https://doi.org/10.7146/kkf.v0i2-3.28090>
- ENTMAN, R. M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1994.
- GAMSON, William. *Falando de política*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.
- GARCEZ, Bibiana. *O Jornalismo alternativo atento às mulheres: uma análise dos portais brasileiros revista AzMina e Gênero e Número*. Universidade de Coimbra, 2020. Dissertação. Disponível em: <https://eg.uc.pt/handle/10316/93648>.
- GOFMANN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOMES, Wilson. Da discussão à visibilidade. In: GOMES, W.; MAIA, R. C. M. (Ed.). *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008. p.117-162.
- HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, Campinas: Unicamp, 1995.
- LOPES, Fernando. *Cultura em revista: os enquadramentos das editoriais de cultura das revistas Veja e CartaCapital*. Dissertação (Mestrado em Jornalismo). Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2019.
- MORAES, Fabiana. VEIGA, Marcia. A objetividade jornalística tem raça e tem gênero: a subjetividade como estratégia descolonizadora. In: *Anais [...] XXVIII Encontro Anual da Compós*. Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_5LFXYWXMOTM6JSBQBTT_28_7677_20_02_2019_17_55_17.pdf.
- MORAES, Fabiana. VEIGA, Marcia. Onde está Ruanda no mapa? Decolonialidade, subjetividade e o racismo epistêmico do jornalismo. In: *Anais [...] XXIX Encontro Anual da Compós*. Campo Grande, 2020. Disponível em: http://www.compos.org.br/biblioteca/trabalhos_arquivo_WMG0DZEUNUYC3EX2J9GO_30_8639_26_02_2020_13_59_47.pdf.
- PAN, Zhongdang; KOSICKI, Gerald M. Framing as a Strategic Action in Public Deliberation. In: REESE, Stephen D; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001.

PORTO, Mauro. *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. Salvador: Edufba, 2004.

PRUDENCIO, K.; RIZZOTTO, C.; SAMPAIO, R. C. A Normalização do Golpe: o esvaziamento da política na cobertura jornalística do “impeachment” de Dilma Rousseff. *Contracampo*, Niterói, v. 37, n. 02, pp. 08-36, ago. 2018/nov. 2018.

REESE, Stephen D. Prologue Framing Public Life: A Bridging Model for Media Research. In: REESE, Stephen D; GANDY, Oscar H; GRANT, August E. *Framing public life: perspectives on media and our understanding of the social life*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Publishers, 2001.

SAFFIOTI, Heleieth. Rearticulando gênero e classe social. In: BRUSCHINI, C.; COSTA, A. O. (Orgs.). *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p.183-215.

SARDENBERG, Cecilia. Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?. *Revista Estudos Feministas*, vol. 7, n. 2, 1999, pp. 381-395. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>.

SARDENBERG, Cecilia. Caleidoscópios de gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações*. v. 20, n. 2, 2015. p. 56-96. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/24125/Caleidosc%C3%B3pios%20de%20g%C3%AAnero>.

SCHMITZ, A. *Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SOARES, Murilo Cesar. Análise de Enquadramento. In: BARROS, Antônio; DUARTE, Jorge (org). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2ªEd. São Paulo: Atlas, 2015.

SPONHOLZ, Liriam. *Jornalismo, Conhecimento e Objetividade: além do espelho e das construções*. Florianópolis: Insular, 2009.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. *Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2010.

ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS CONTRA E PRÓ-ABORTO NA IMPRENSA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA VOTAÇÃO DA ADPF 442¹

*DISCURSIVE STRATEGIES FOR AND AGAINST ABORTION IN THE
BRAZILIAN PRESS IN THE CONTEXT OF THE ADPF 442 VOTE*

BÁRBARA LIBÓRIO²

RESUMO

Este artigo emprega a Análise do Discurso Crítica de Norman Fairclough para examinar editoriais sobre aborto na imprensa brasileira em setembro de 2023, durante a votação da ADPF 442. A análise contrasta o posicionamento do jornal O Estado de S. Paulo, que apoia a manutenção da legislação restritiva com uso de metáforas e pressuposições, com a abordagem dos veículos feministas Revista AzMina, Gênero e Número e Portal Catarinas, que adotam uma postura de engajamento e advocacy pela descriminalização. O estudo revela estratégias discursivas distintas e discute o impacto dos editoriais na construção de consenso social em temas controversos como o aborto.

Palavras-chave: Editoriais jornalísticos. Descriminalização do aborto. Análise do Discurso Crítica.

ABSTRACT

This article employs Norman Fairclough's Critical Discourse Analysis to examine editorials on abortion in the Brazilian press in September 2023, during the voting of ADPF 442. The analysis contrasts the positioning of the newspaper O Estado de S. Paulo, which supports the maintenance of restrictive legislation through the use of metaphors and presuppositions, with the approach of feminist outlets Revista AzMina, Gênero e Número, and Portal Catarinas, which adopt an engagement and advocacy stance for decriminalization. The study reveals distinct discursive strategies and discusses the impact of the editorials on the construction of social consensus on controversial issues such as abortion.

Keywords: Journalistic editorials. Decriminalization of abortion. Critical Discourse

1 Um resumo expandido deste artigo foi publicado nos Anais do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, evento híbrido, com etapa remota, realizada entre os dias 27 e 29 de agosto de 2024, e presencial, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2024, em Balneário Camboriú (SC).

2 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo e mestre em Criação e Produção de Conteúdos Digitais pelo Programa de Pós-Graduação em Mídias Criativas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. E-mail: barbara.liborio@gmail.com

Introdução

Em setembro de 2023, às vésperas de aposentar-se, a ex-ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Rosa Weber pôs em pauta o julgamento virtual da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442. A ação proposta em 2017 pelo Partido Socialista (PSOL) questiona dois artigos do Código Penal: o que prevê que gestantes que abortam estão sujeitas à pena de um a três anos de prisão e o que determina até dez anos de detenção para quem provocar um aborto a um terceiro. A justificativa é que ambos ferem princípios previstos na Constituição Federal, como o da dignidade da pessoa humana, da saúde e do planejamento familiar de mulheres, adolescentes e meninas. A fim de deixar seu voto sobre o tema registrado antes de sua saída, a então presidente do Supremo votou a favor da descriminalização da interrupção voluntária da gravidez (aborto) nas primeiras 12 semanas de gestação (STF, 2023). O julgamento acabou suspenso por pedido de destaque do ministro Luís Roberto Barroso e deve ser retomado presencialmente (ibid, 2023) - ainda não há data para que aconteça -, mas o voto de Weber foi visto como uma janela de oportunidade para os atores que defendem a descriminalização e um momento de articulação para os que estão de acordo com a restrição. E dentre esses atores esteve a imprensa.

Com diferentes recursos linguísticos, as mídias tradicionais e independentes são capazes de defender ou refutar a visão hegemônica que mantém o aborto como crime há décadas - a legislação brasileira permite o procedimento apenas em casos de estupro, feto anencéfalo ou quando há risco a vida da pessoa. Para analisarmos essa construção de hegemonia, e da resistência à ela no contexto da votação da ADPF 442, usaremos a Análise do Discurso Crítica (ADC) que tem como grande expoente Normain Fairclough. Para Fairclough (2001), linguagem e poder também estão intrinsecamente ligados, sendo o discurso uma prática social reprodutora e transformadora de realidades sociais. Justamente por isso, segundo ele, a análise do discurso deve ir além das suas estruturas, mas também explicá-lo nos termos da interação social e, especialmente, da estrutura social. O objetivo da ADC é analisar como as estruturas do discurso põem em prática, confirmam, legitimam, reproduzem ou desafiam relações de poder e de dominância na sociedade - as hegemônias.

O corpus escolhido para essa análise diz respeito a dois textos publicados por quatro veículos em setembro de 2023, ocasião da votação da ADPF 442 pelo STF: o editorial do jornal Estado de São Paulo, o Estadão, veículo liberal fundado em 1875; e o texto publicado conjuntamente por AzMina, Gênero e Número e Catarinas. Optou-se por esses textos por serem de autoria de veículos que estão em diferentes quadros ideológicos, tanto em relação ao tema e a outros posicionamentos políticos como às práticas jornalísticas. Além de continuar dependente da publicidade e de modelos de negócio vulneráveis a interferências políticas e econômicas, Guilherme (2018) concluiu, em sua revisão bibliográfica sobre o jornal paulista, que, ao longo de sua história centenária, o veículo se posicionou claramente a favor dos partidos de direita, que tradicionalmente se opõem ao aborto. Já AzMina, Gênero e Número e Portal Catarinas são veículos independentes de publicidade e se declaram publicamente a favor da interrupção voluntária da gravidez. Além disso, com exceção do veículo regional Gazeta do Povo, esses foram os únicos dois editoriais publicados sobre o tema à época. Optamos por analisar textos desse gênero jornalístico porque é nele que o jornal assume posições acerca dos mais diversos temas (Mont'Alverne e Marques, 2015).

Os gêneros discursivos e jornalísticos

Quando Bakhtin (1997, p. 283-284) apresentou o conceito de gêneros discursivos como enunciados “relativamente estáveis do ponto de vista temático, composicional e estilístico”, introduziu também o que seria um dos conceitos basilares em muitos dos estudos da ciência da Comunicação. Isso porque, em sua conceituação, “gênero” distancia-se de uma simples sistematização em classes, tipos ou espécies, mas está intrinsecamente ligado aos estudos sobre discurso e poder sobre os quais se debruçaram Foucault, o próprio Bakhtin, e sobre o qual se debruçariam ainda outros estudiosos da linguagem, como Norman Fairclough e Teun A. van Dijk. Para Bakhtin, o gênero seria uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada linguagem, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos (Machado, 2005). Para Fairclough (2003), ele torna-se uma das maneiras sob a qual a prática discursiva manifesta-se em práticas sociais em textos falados e escritos. Cada gênero indicaria uma expectativa/vontade/intenção do autor e levaria a uma reação/resposta do leitor.

Há diferentes classificações sobre gêneros discursivos. Em Bakhtin (1997) encontramos duas categorias: os gêneros primários, da comunicação oral (conversas de salão, conversas familiares, diálogos filosóficos, diálogos sociopolíticos etc.); e os gêneros secundários, da comunicação escrita (literários, científicos, jornalísticos etc.). Fairclough (2003) os distingue entre os pré-gêneros, mais abstratos, que transcendem redes particulares de práticas sociais, como as narrativas, a argumentação ou a descrição, e que participam da composição dos chamados gêneros situados, categorias concretas que definem especificidades de uma prática particular, como a reportagem jornalística ou a literatura de cordel, por exemplo (Resende e Ramalho, 2006).

Marques de Melo (2003) foi um dos pioneiros no estudo dos gêneros jornalísticos, e o primeiro a apresentar a “sistematização de um modelo classificatório destinado a reconhecer e a organizar as categorias de matérias regularmente praticadas no âmbito da imprensa” (Melo e Assis, 2016, p.40). Não se trata, no entanto, de apenas uma taxonomia - a descrição, identificação e classificação dos organismos - mas dos motores da indústria jornalística, que a movimentam segundo as expectativas dos consumidores de informação sobre a atualidade.

Melo baseia-se nos trabalhos de Lasswell (1987), Wright (1968) e Nixon (1963) para traçar um panorama dos gêneros jornalísticos e de suas funções: o gênero informativo teria a função de vigilância social; o opinativo funcionaria como um fórum de ideias; o interpretativo teria um papel educativo, esclarecedor; o diversional serviria para distração e lazer; e o utilitário auxiliaria nas tomadas de decisões cotidianas. Dentro dos gêneros jornalísticos, distinguem-se ainda diferentes formatos, o “feito de construção da informação transmitida pela Mídia, por meio do qual a mensagem da atualidade preenche funções sociais legitimadas pela conjuntura histórica em cada sociedade nacional” (Melo e Assis, 2016, p.50).

Há vários outros autores que também se debruçaram sobre os gêneros jornalísticos, inclusive especificamente no que diz respeito ao ciberjornalismo. A elaboração de classificações de gêneros foi acompanhando o aparecimento e o desenvolvimento de suas espécies ao longo das eras do jornalismo moderno (Bertocchi, 2005, p. 1291). Em uma sistematização do trabalho de vários autores, Bertocchi (2005) reúne os gêneros argumentativos (chamados assim por Ladevéze; de “espécies argumentativas” por Chaparro; de “gêneros para o comentário e opinião” em Albertos, Gomis e Santamaria; e “evaluativos” em van Dijk) nos formatos de editorial, comentário, artigo, resenha, coluna, caricatura, crônica e cartas.

Os editoriais, gêneros argumentativos analisados neste artigo, são o que podemos chamar de elementos de identificação ideológica de uma empresa de comunicação (Moreno Espinosa, 2002).

Mais do que uma seção, como a de esportes ou de teatro, de resenhas de filmes ou de livros, os editoriais são uma das três dimensões básicas do jornalismo: a dimensão da profundidade, que, justamente, dá autoridade e consistência ao jornalismo e hierarquiza seu conteúdo em planos. Sem editoriais, o jornal ficaria reduzido a uma mera superfície (Mostaza *apud* Moreno Espinosa, 2002, n.p, tradução nossa).

É ainda o espaço em que o jornal dá recados: onde as instituições jornalísticas procuram dizer aos dirigentes do aparelho burocrático do Estado como gostariam de orientar os assuntos públicos (Melo, 2003, p. 104-105). É comum, portanto, que em momentos de grandes debates públicos acerca de decisões que devem ser tomadas pelo poder público, veículos jornalísticos lancem mão de editoriais para demarcarem sua posição sobre e incidir sobre o tema. Os editoriais da época da ditadura militar no Brasil são grandes exemplos, mas mais recentemente os editoriais de grandes veículos durante as Jornadas de Junho de 2013 também mostraram o poder dos editoriais na formação da opinião pública e das decisões de agentes políticos. A análise a seguir mostra como esse potencial se repetiu quando o tema em questão foi a descriminalização do aborto até 12 semanas em 2023.

Imprensa e hegemonia

É importante refletir sobre a quem interessa a produção discursiva da imprensa. Para Gramsci (2001, p. 166), a manutenção dos poderes hegemônicos se dá de diferentes maneiras, e a imprensa seria um dos “aparelhos privados” sobre o qual a classe dominante exerce sua hegemonia, “a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a frente teórica ou ideológica”. Como a imprensa faz isso? Com o uso da linguagem. Para Gramsci, o senso comum se revela e se constrói nela, ganhando progressivamente a aparência de verdade. A hegemonia no campo da linguagem abre caminho para a criação do consenso a respeito dos conceitos possíveis para se ver o mundo, e desse modo, uma interpretação específica da realidade torna-se, pela via do senso comum, a concepção do mundo (Martins, 2017). O autor também afirma que as linguagens existentes, para além das oficiais, são uma forma de resistência ao discurso hegemônico.

Neste ponto, cabe fazer considerações importantes acerca do cenário da imprensa no Brasil. Na última década, principalmente após as Jornadas de Junho de 2013, houve um crescimento no surgimento de veículos de mídia independentes e digitais — desassociados da tradicional forma de monetização da mídia tradicional, a publicidade —, que se apresentaram como uma alternativa aos veículos de comunicação que passavam por uma forte crise de modelo de negócios e de credibilidade. É neste contexto que surgem a Revista AzMina e a Gênero e Número (2015), em São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente, e o Portal Catarinas (2016), em Santa Catarina. Boa parte desses veículos independentes, que são majoritariamente digitais, também tem como característica o ativismo. John Downing (2002, p.16), em seu trabalho *Mídia Radical*, chama de mídia radical ativista aquela que “tem a missão não apenas de fornecer ao público os fatos que lhe são negados, mas também [de] pesquisar novas formas de desenvolver uma perspectiva de questionamento do processo hegemônico”. Geralmente de pequena escala e de diversas formas, elas expressam uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas.

Sem a dependência econômica de agentes políticos e econômicos e com o ativismo e o advocacy como valor-notícia, AzMina, Gênero e Número e Portal Catarinas já têm na concepção de sua prática discursiva a luta anti hegemônica, posicionando-se como feministas e contra o jornalismo constituído de gênero — o masculino — em suas concepções e seus procedimentos (Veiga da Silva, 2010). Como mostra Fairclough, as mudanças articulatórias em práticas sociais incluem mudanças nos gêneros discursivos. É também no que apostam esses três veículos como veremos adiante.

Análise de editoriais

Antes de tratarmos dos discursos sobre o direito ao aborto na imprensa, é importante vislumbrar em que ponto está o debate sobre o tema no país. Hoje, o Brasil está entre os países com mais restrições para o aborto: a legislação brasileira permite o procedimento apenas em casos de estupro, feto anencéfalo ou quando há risco a vida da pessoa gestante. Segundo a ONG americana Center for Reproductive Rights (CRR), nos últimos 30 anos, mais de 60 países mudaram sua legislação para facilitar o acesso ao aborto. Na América Latina, casos recentes como o da Argentina, Colômbia e México são exemplos disso. Mas no Brasil o debate segue interdito principalmente pelo fundamentalismo religioso dos que dizem defender o “direito à vida”.

A ascensão desses fundamentalistas aos espaços de poder institucional dá ainda mais força à ofensiva contra o direito das pessoas que gestam, a exemplo de projetos de lei como o Estatuto do Nascituro que tentam definir que a vida humana começa já na concepção e que, portanto, aquele que ainda não nasceu teria direitos civis. Sem espaço no legislativo, os movimentos sociais que defendem a descriminalização e a legalização do aborto procuram outros meios. Um deles é o poder judiciário, ainda que o legislativo veja isso como uma interferência em seus poderes. O direito ao aborto em casos de anencefalia do feto, por exemplo, foi garantido em 2012 via STF, em uma ADPF proposta pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde. Não por acaso, a tentativa de descriminalizar o procedimento também foi pautada via ADPF em 2017.

Os textos serão analisados segundo categorias propostas pelo modelo tridimensional de Fairclough na ADC. Em *Discurso e Mudança Social*, o autor distingue três dimensões no discurso – texto, prática discursiva e prática social (FIG. 1).

Quadro 1 – Modelo tridimensional proposto por Fairclough

| Texto | Prática Discursiva | Prática Social |
|-------------------|---------------------------|---|
| vocabulário | produção | ideologia |
| gramática | distribuição | sentidos |
| coesão | consumo | pressuposições |
| estrutura textual | contexto | metáforas |
| | força | hegemonia |
| | coerência | orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas |
| | intertextualidade | |

Fonte – Fairclough (1997, apud Resende & Ramalho, 2006, p. 188)

Não há espaço para destrincharmos todas as categorias aqui, por isso nos limitaremos àquelas que serão utilizadas na nossa análise: *hegemonia* e *ideologia*, relacionadas à prática social do discurso.

A conexão entre o texto e a prática social é vista como mediada pela prática discursiva: de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro lado, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto, e o processo interpretativo opera sobre 'pistas' no texto (Fairclough, 2001, p. 35-36).

Na categoria hegemonia observam-se as orientações da prática social, que podem ser orientações econômicas, políticas, ideológicas e culturais. Procura-se investigar como o texto se insere em focos de luta hegemônica, colaborando na articulação, desarticulação e rearticulação de complexos ideológicos. Já ao falar sobre ideologia, observa-se os aspectos do texto que podem ser investidos ideologicamente, como os sentidos das palavras, metáforas, pressuposições, etc.

Olhemos primeiramente para o texto publicado pelo Estadão. Com o título "Quem decide sobre aborto é o povo", o editorial é um recado para aqueles que concordam que o STF decida sobre criminalização ou não do aborto, e não o legislativo, e à própria suprema corte. O texto diz que a decisão do constituinte, ao não dispor especificamente sobre o aborto no texto da Constituição, foi "delegar ao legislador infraconstitucional a competência sobre o tema". Afirma ainda que o mesmo, ao assegurar a inviolabilidade do direito à vida, "receptionou a tipificação dos crimes contra a vida do Código Penal".

Apesar de afirmar que não há na legislação vigente nada que impeça sua mudança, ao falar sobre o questionamento do PSOL à lei, o texto começa a fazer uso de *metáforas* que deixam claro a posição contrária do jornal: a escolha do editorialista por metáforas que associam o aborto às anomalias e malformações gestacionais é evidente. Ele inicia: "Para contornar esse inconveniente, o PSOL *pariu a hermenêutica bastarda* de que o ser humano, antes de nascer, não teria direitos fundamentais, porque não seria uma 'pessoa constitucional', só uma 'criatura humana intrauterina'". Aqui, o texto faz parecer que o partido expeliu uma interpretação de texto que não é pura ou legítima.

Mais adiante, ao citar decisão do STF que garantiu, em um caso específico, que o aborto no período inicial de três meses da gestação não seria ilegal, chamou-a de "teratologia jurídica". A teratologia, sabe-se, é uma área da medicina que estuda as anomalias e malformações que ocorrem durante o desenvolvimento embrionário ou fetal. É comum que essa metáfora seja usada no meio jurídico para apontar uma decisão absurda, mas a relação do termo com o tema e a ideia de que a decisão seria uma anomalia não pode ser ignorada.

Para Fairclough (2001), quando escolhemos significar algo de uma maneira, por meio de uma metáfora, por exemplo, e não de outra, estamos escolhendo a maneira como queremos construir a realidade. Ao optar por significar ideias que legitimam o direito ao aborto legal como ilegítimas ou anômalas, estigmatizando-as, os editorialistas constroem discursivamente essa realidade para os leitores: a de uma prática não apenas moralmente errada, mas também patológica.

Agora, vejamos o editorial publicado conjuntamente por AzMina, Gênero e Número e Catarinas, intitulado "Todo mundo ama alguém que já fez um aborto". Diferentemente do texto publicado pelo Estadão, aqui, o público-alvo do editorial não são os tomadores de decisão, mas a sociedade civil e a opinião pública.

Primeiramente, há pouca *intertextualidade* e *interdiscursividade* neste editorial. Isso porque o jornal paulista dá representação ao discurso pró-aborto e articula essas vozes, como mostramos acima. O que acontece, no entanto, é que nem sempre um texto que articula diferentes discursos é aberto à diferença. No caso do Estadão, a voz antiaborto é hegemônica no texto e o outro lado é citado apenas para ser negado. No caso do editorial feminista, no entanto, as vozes de opinião oposta sequer são citadas.

O que chama mais atenção, no entanto, é o uso da primeira pessoa do plural na conjugação de verbos, como no trecho: "A descriminalização do aborto, porém, não é o único objetivo da luta, como bem sabemos *nós e nossas* irmãs latinas que já vivenciam isso." Os veículos também são bem explícitos ao afirmarem em texto que "somos veículos jornalísticos independentes que apoiam a descriminalização do aborto no nosso país". Isso demonstra um comprometimento com a ação e permite uma análise de *modalidade*, que diz respeito à identificação dos atores sociais no texto, inclusive de quem fala. "Quem você é, é em parte uma questão de como você fala, como você escreve, bem como uma questão de encarnação – como você olha, como você mantém a si mesmo, como você se move e assim por diante" (Fairclough, 2003, p. 159).

Essa também é uma mudança importante ao tratar-se do gênero discursivo situado opinativo no jornalismo. Justamente por já ser conhecido como representante da opinião do veículo, não é usual que os textos de editoriais usem a primeira pessoa do plural ou do singular para falar de si ou incluir-se dentro de um grupo ou categoria opinativa.

Na literatura, o gênero editorial prototípico, como o encontrado em jornais, é descrito como um gênero que representa uma voz institucional, sem autoria explícita, de natureza em geral argumentativa, que versa especialmente sobre política, economia e administração, voltado para um público genérico, com sobriedade gráfica, tom impessoal, escrito em terceira pessoa do singular, que ocorre uma única vez, sempre no início da publicação (Da Silveira & Tedesco, 2002, p. 3).

Em vários trechos, também ocorre o que Fairclough (2003) menciona como *pressuposição*. Um trecho do texto, por exemplo, afirma que "no Brasil, infelizmente, uma mulher que precisa de atendimento em saúde para uma situação de abortamento – seja provocada ou espontânea – é recebida nos hospitais, em geral, com preconceito, e tratada com um procedimento defasado (a curetagem), pois os métodos abortivos não evoluem no nosso país diante do contexto penal". Diferentemente do que aconteceria em citações diretas, indiretas e relatos de ato de fala, essa pressuposição não é acompanhada por atribuição da fonte, apesar de haver hiperlinks que levam ao leitor às reportagens em que o veículo se aprofunda no tema. O mesmo acontece quando o texto diz que "grande parte dos casos de criminalização por autoaborto ocorre no pronto-socorro, o que leva as pessoas mais vulnerabilizadas, negras e pobres, a não buscarem atendimento médico". Isso também está relacionado à tentativa de filiação do veículo ao grupo para o qual fala o editorial, como se ambos compartilhassem conhecimentos já óbvios sobre o tema. Para Fairclough (2003), "todas as formas de comunhão, comunidade e solidariedade dependem de significados compartilhados e podem ser tomados como dados" em uma tentativa de criação de um "terreno comum".

Além de fazer isso, AzMina, Gênero e Número e Catarinas trazem ainda outra mudança em relação à impessoalidade esperada de um veículo, e contam que tomaram parte, como instituições, de ações referentes à ADPF 442 no âmbito judicial. "Nossas organizações protocolaram dois pedidos de *amicus curiae* na Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)

nº 442, no Supremo Tribunal Federal (STF), a favor da descriminalização do aborto até a 12ª semana de gestação". Além de reforçar seu comprometimento com a ação, para além de uma análise de *modalidade*, os veículos se assumem claramente e institucionalmente dentro de uma estratégia de *advocacy*.

Janowitz (1975) distingue jornalistas entre aqueles que se consideram *gatekeepers* e jornalistas que acreditam que seu papel é ser *advocates*. Enquanto o primeiro grupo coloca a objetividade em primeiro lugar, o grupo que faz *advocacy journalism* tem o objetivo de amplificar as perspectivas de grupos sub-representados e destacar informações que são de seu interesse. Por suas práticas jornalísticas e valores editoriais - principalmente a explícita defesa da igualdade de gênero - AzMina, Gênero e Número e Catarinas estão à vontade com o conceito de *advocacy journalism*, mas a atuação como *amicus curiae* coloca-as também dentro de uma noção mais ampla e burocrática de *advocacy*.

Para Jenkins (1987, p. 297), o *advocacy* é "qualquer intento de influenciar uma elite institucional em favor de um interesse coletivo". É evidente que o texto do Estadão tem a intenção de influenciar uma elite institucional, a de magistrados, em favor de um interesse hegemônico que é o de manutenção da legislação restritiva sobre o aborto. Os editoriais, como nos disse Melo (2003), têm esse papel. É verdade também, no entanto, que poucos veículos jornalísticos o fazem tão claramente como AzMina, Gênero e Número e Catarinas no texto em questão, relatando não apenas sua opinião sobre o tema, mas contando ao público que também está agindo formalmente *como advocate* no campo jurídico. Nesse caso, portanto, os agentes se diferenciam: em um caso, a argumentação do jornal se dá apenas no seu próprio espaço (o editorial), enquanto no outro, há ativismo em outros poderes tradicionais (como o judiciário).

Considerações finais

Os editoriais aqui analisados mostram que esse ainda é o espaço em que os veículos expressam suas ideias e as tornam de conhecimento do seu público, seus anunciantes, e também agentes políticos e econômicos. Mas a análise aqui colocada deixa claro que os gêneros opinativos nos editoriais não se limitam a refletir ideias individuais ou da instituição jornalística; são também estratégias discursivas poderosas para influenciar tanto a opinião pública quanto os tomadores de decisão.

De um lado, o Estadão dá um recado do jornal às instituições: diz que o STF não deveria interferir no debate e que a decisão sobre a descriminalização é uma prerrogativa do legislativo. A conversa se dá a nível institucional, com quem tem o poder de tomada de decisão. De outro, os veículos feministas escolhem dirigir-se às mulheres e pessoas que abortam, afirmando que estão se mobilizando, em uma espécie de convite para que façam o mesmo. O recado é de mobilização popular, não para quem tem poder institucional, mas para quem ainda assim pode influenciar o rumo do debate.

Essas diferentes escolhas refletem não apenas um debate sobre os rumos do jornalismo, dividido entre aproximação das elites e engajamento com audiências mais amplas, mas também estratégias distintas na mobilização social e na influência política através dos meios de comunicação de massa. Vale lembrar que a campanha de comunicação "Nem Presa, Nem Morta",

que une diversas organizações e coletivos que atuam a favor da descriminalização do aborto, inclusive veículos de comunicação independentes, escolheu publicar um anúncio de página inteira agradecendo o voto de Rosa Weber em um veículo tradicional, a Folha de S.Paulo. Quando necessita comunicar-se ou incidir na elite, o recado ainda parece mais efetivo em grandes veículos de comunicação.

Em resumo, a análise dos editoriais não apenas revela as estratégias utilizadas pelos veículos de comunicação, mas também destaca a complexidade do papel da mídia em debates sociais críticos. A maneira como as mensagens são formuladas e direcionadas pode influenciar não apenas a percepção do público, mas também as decisões políticas, evidenciando que o jornalismo é uma ferramenta poderosa na busca por mudanças sociais.

Referências

- CASTELLS, Manuel. Communication, power and counter-power in network society. *International Journal of Communication*, v. 1, p. 238-266, 2007.
- CHOULIARAK, L. e N. FAIRCLOUGH. 1999. *Discourse in Late Modernity: Rethinking Critical Discourse Analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press.
- DA SILVEIRA, Maria Elisa Luiz; TEDESCO, Maria Teresa. Um estudo sobre o gênero editorial em periódicos científicos. In: *Abec Meeting*. 2022.
- DE MELO RESENDE, Viviane; RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba. Análise de discurso crítica, do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas. *Linguagem em (Dis) curso*, v. 5, n. 1, p. 185-208, 2004.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, [1992] 2001.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Analyzing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere* 2. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONZÁLEZ VELEZ, Ana Cristina. Los procesos de influencia política en el campo de la salud y los derechos sexuales y reproductivos. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 02, p. 223-236, 2000.
- GUILHERME, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal O Estado de S. Paulo. *Dimensões*, n. 40, p. 199-223, 2018.
- JENKINS, J. Craig. *Nonprofit organizations and policy advocacy*. 1987.
- MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. 4. ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2005.
- MARTINS, Luís Mauro Sá. *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Editora Vozes Limitada, 2017.
- MELO, José Marques de. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. 3.ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003a.
- MELO, José Marques de; ASSIS, Francisco de. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 39, p. 39-56, 2016.
- MONT'ALVERNE, Camila; MARQUES, F. P. J. A. A opinião da empresa no Jornalismo brasileiro: Um estudo sobre a função e a influência política dos editoriais. *Estudos Em Jornalismo e Mídia*, v. 12, n. 1, p. 121-137, 2015.
- MORENO ESPINOSA, Pastora. Géneros para la persuasión en prensa: los editoriales del diario El País. *Ámbitos: revista andaluza de comunicación*, n. 9-10, p. 226-238, 2002.
- PEDROSO, R. N. Elementos para compreender o jornalismo informativo. *Sala de Prensa*, n. 51, 2003.
- RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

STF. Relatora vota pela descriminalização do aborto até 12 semanas de gestação; julgamento é suspenso. Supremo Tribunal Federal, 22 de setembro de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=514619&ori=1#:~:text=A%20ministra%20Rosa%20Weber%2C%20presidente,primeiras%2012%20semanas%20de%20gesta%C3%A7%C3%A3o>. Último acesso em: 16 de março de 2024.

THOMPSON, John B. *Ideologia e Cultura Moderna: teoria social crítica na era da comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1995.

VEIGA DA SILVA, M. *Masculino, o gênero do jornalismo: um estudo sobre os modos de produção das notícias*. São Paulo: Annablume, 2010.

ONDE ESTÁ RAIMUNDA? BUSCA POR RASTROS JORNALÍSTICOS DE UMA MULHER COM DEFICIÊNCIA VÍTIMA DE FEMINICÍDIO

WHERE IS RAIMUNDA? SEARCH FOR JOURNALISTIC TRACES OF A WOMAN WITH DISABILITY VICTIM OF FEMICIDE

LÍVIA KELLY LABANCA FERREIRA¹
KARINA GOMES BARBOSA²

RESUMO

O presente artigo busca compreender como a história de Raimunda de Sousa Santana e seu feminicídio foram retratados em veículos jornalísticos, para identificar a produção memorial póstuma, a partir da interseção com gênero e deficiência. A metodologia utilizada é a Análise de Cobertura Jornalística, adaptada para captar aspectos de gênero e deficiência. O corpus da pesquisa é constituído pelas oito notícias encontradas sobre a vítima no *Google News*. Como resultados encontramos a ausência total da nomenclatura correta do crime e capacitismo, assim como carência de informações que permitissem a humanização dela. Assim, a memória construída jornalisticamente sobre Raimunda impede que ela seja vista para além de uma mulher com deficiência vítima de feminicídio. Compreendemos, por fim, ancoradas em Butler, que Raimunda constitui jornalisticamente uma pessoa não enlutável, a partir dos fragmentos de memória encontrados sobre ela.

Palavras-chave: feminicídio; pessoa com deficiência; luto; análise de cobertura jornalística; violência de gênero.

ABSTRACT

This article seeks to understand how the story of Raimunda de Sousa Santana and her femicide were portrayed in journalistic vehicles, to identify the posthumous memorial production about her, based on the intersection with gender and disability. The methodology used is Journalistic Coverage Analysis, adapted to capture aspects of gender and disability. The research corpus consists of the eight news items found about the victim on Google News. As a result, we found the total absence of the correct nomenclature of crime, and ableism, as well as the lack of information that would allow for her humanization. Thus, the journalistic memory constructed about Raimunda prevents her from being seen as anything other than a disabled woman victim of femicide. We conclude, anchored in Butler, that Raimunda journalistically constitutes a non-mourning person, based on the fragments of memory found about her.

Keywords: femicide; person with a disability; mourning; journalistic coverage analysis; gender violence.

1 Mestranda em Comunicação Social (PPGCOM/UFMG) na linha de pesquisa “Comunicação, Territorialidades e Vulnerabilidades”, Bolsista da agência CAPES e integrante do Afetos: Grupo de Pesquisa em Comunicação, Discursos e Experiências. E-mail: liviaklf2002@gmail.com

2 Professora do curso de Jornalismo e pesquisadora permanente do PPGCOM da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: karina.barbosa@gmail.com

Introdução

No dia 9 de março de 2022, a Polícia Civil do Maranhão (PCMA) publicou uma nota³ sobre o feminicídio de uma mulher com deficiência ocorrido em Bom Jardim. A informação é de que o suspeito havia sido preso em Urbano Santos, região leste do estado. Seu nome era Raimunda de Sousa Santana. E tudo o que a nota nos diz a respeito da vítima é que ela era uma pessoa com deficiência (PcD) e tinha um filho. Para além disso, nenhuma outra informação que a pudesse humanizar foi fornecida. Com base nesta publicação, sete veículos jornalísticos fizeram matérias sobre o ocorrido. A partir desse caso, o presente trabalho busca investigar e entender a forma como a sua memória foi — ou deixou de ser — narrada na mídia a fim de apreendê-la como uma vida enlutável ou se, ao contrário, essa operação de apreensão foi negada pelo jornalismo.

Nosso ponto de partida é a caracterização de quem é a mulher com deficiência no Brasil e como ela é vista perante a sociedade. No *Estatuto da Pessoa com Deficiência* (Lei nº 13.146/2015⁴) está escrito que:

Art. 5º A pessoa com deficiência será protegida de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, tortura, crueldade, opressão e tratamento desumano ou degradante. Parágrafo único. Para os fins da proteção mencionada no caput deste artigo, são considerados especialmente vulneráveis a criança, o adolescente, a *mulher* e o idoso, com deficiência (Senado Federal, 2023, p. 12, grifo nosso).

Ou seja, o ser mulher por si só já é considerado um agravante de vulnerabilidade para o entendimento brasileiro da pessoa com deficiência (PcD). No que concerne aos direitos da mulher, especificamente com relação à Lei nº 13.1043/2015⁵, conhecida como Lei do Feminicídio, há um aumento da pena se o crime for cometido contra uma mulher com deficiência, por meio do entendimento de que ela é mais vulnerável à violência. A cobertura aqui analisada ignora essa vulnerabilidade específica das mulheres com deficiência, como iremos aprofundar à frente.

Deficiência, gênero, vulnerabilidade

Percebemos o nível de invisibilidade do qual este estudo parte, pois a ausência da condição dupla de vulnerabilidade na cobertura sobre Raimunda configura uma forma de violência simbólica advinda dos meios de comunicação, conforme Ana Isabel Bernal Triviño:

Essa violência simbólica que os próprios meios de comunicação e jornalistas exercem nas coberturas de violência machista, onde há a falta do cumprimento de recomendações informativas, a ausência de contexto e linguagem estereotipada contribuem para uma neutralização dos agressores e de sua violência, a culpabilização e vitimização das mulheres afetadas e seus filhos e a violação da finalidade preventiva que as leis e os convênios estabelecem a respeito da função dos meios, como responsáveis por traduzir a realidade, com as violências

3 Nota completa: <https://tinyurl.com/edyhca8s>. Acesso em: 07 nov. 2024.

4 Lei completa: L13146. Acesso em: 07 nov. 2024.

5 A lei está disponível em: <https://bit.ly/4bqRDVZ>. Acesso em 07 nov. 2024.

machistas que também crescem e se desenvolvem quando não se consegue comunicar com eficácia as consequências dos seus atos (Triviño, 2019, p. 10-11, trad. nossa⁶).

Nessa definição, Triviño fala sobre uma produção machista, mas para o caso aqui em análise, além das questões de gênero, também é preciso olhar para o capacitismo intrínseco à cobertura jornalística. O termo se refere ao preconceito com PcDs. Para além das demonstrações mais explícitas da sua presença na sociedade, o capacitismo também aparece na ausência de visibilidade acerca das questões específicas da comunidade PcD, o que ocasiona a difusão de preconceitos e a negligência com relação à promoção e garantia dos seus direitos por meio da desinformação acerca deles.

Definição de capacitismo presente no Glossário de termos relacionados à acessibilidade e deficiência, da Câmara dos Deputados: Capacitismo: ato de discriminação, preconceito ou opressão contra pessoa com deficiência. É barreira atitudinal. Em geral, ocorre quando alguém considera uma pessoa incapaz, por conta de diferenças e impedimentos corporais. O capacitismo está focalizado nas supostas 'capacidades das pessoas sem deficiência' como referência para mostrar as supostas 'limitações das pessoas com deficiência'. No capacitismo, a ênfase é colocada nas supostas 'pessoas capazes', as quais constituem a maioria da população e são supostamente consideradas 'normais' (Marchesan, Carpenedo, 2021, p. 6).

Mas afinal, o que diferencia uma pessoa com deficiência de uma pessoa sem deficiência? Para essa compreensão, é preciso entender que há dois tipos de entendimentos sobre a deficiência. Um é o modelo médico, que a entende por meio da sua patologização, focando na deficiência como uma limitação. Por outro lado, o modelo social compreende que, na realidade, é a sociedade que possui uma limitação e não a pessoa com deficiência, posto que foi a sociedade que escolheu um tipo de corpo para ser entendido como padrão, de modo que quem não corresponda a ele precise se adequar para conseguir ser incluído, ao invés do processo contrário, em que caberia a ela fornecer e trabalhar a acessibilidade.

No dia 6 de julho de 2015 foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A Lei N°13.146 é responsável por promover e assegurar condições de igualdade no exercício dos direitos da comunidade PcD, com foco na inclusão social e na promoção da cidadania. Dentro dela, no art. 2° é apresentada uma definição sobre quem são as pessoas dessa comunidade:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015, doc. não paginado)⁷.

6 Texto original: aquella violencia simbólica que los propios medios de comunicación y periodistas ejercen en las coberturas de violencia machista, donde la falta de cumplimiento de recomendaciones informativas, la ausencia de contexto y el lenguaje estereotipado contribuyen a una neutralización de los agresores y de su violencia, a la culpabilización y victimización de las mujeres afectadas y sus hijos y al incumplimiento de la finalidad preventiva que las leyes y convenios establecen respecto a la función de los medios en la violencia de género. Este tipo de comportamiento genera una complicidad encubierta de los medios, como responsables de trasladar la realidad, con las violencias machistas que también crecen y se desarrollan cuando no se consigue comunicar con eficacia las consecuencias de sus actos (Triviño, 2019, p. 10-11).

7 Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 07 nov. 2024.

Entretanto, na obra *Afetos e experiências: da, na e para a universidade* há uma crítica a respeito da forma como essa lei está construída. Segundo os pesquisadores Adriano Medeiros da Rocha, Cíntia Rita Soares de Freitas e Luiz Felipe Pereira:

É possível dizer que a lei, ao fazer essa definição, contribui para uma visão limitadora, que nada mais é, de acordo com a Academia Brasileira de Letras, o capacitismo, assim dizendo, a “prática que consiste em conferir a pessoas com deficiência tratamento desigual (desfavorável ou exageradamente favorável), baseando-se na crença equivocada de que elas são menos aptas às tarefas da vida comum”⁸. Essa visão perpetua a exclusão de pessoas que são rotuladas como inferiores, mas que, na verdade, são apenas diversas. Será que essas pessoas possuem realmente algum tipo de limitação? Ou será que é a sociedade que impõe barreiras para que elas não sejam incluídas efetivamente? (Rocha; Freitas; Pereira, 2023, p. 315).

Raimunda, uma mulher com deficiência, foi vítima de feminicídio. O feminicídio é uma qualificadora do crime de homicídio, sendo considerado hediondo pela lei brasileira. É assim classificado quando o crime envolve violência doméstica e familiar ou menosprezo/discriminação à condição de mulher. Há aumento de pena previsto se for cometido na presença de ascendente ou descendente da vítima, contra pessoas com menos de 14 anos ou mais de 60 anos, durante a gestação ou nos três primeiros meses após o parto, e também no caso de ser cometido contra PcDs. Não é um crime individual e deve ser compreendido de maneira estrutural.

É preciso tratar a violência contra as mulheres como um crime que, por razões históricas e culturais, caracteriza-se como um problema social, para que não seja banalizada ou tratada como uma situação isolada, pontual, desprovida de um caráter ideológico. É necessário tratar a violência contra as mulheres com a gravidade merecida (Fernandes; Cerqueira, 2019, p. 29-30).

Nos parece claro que Raimunda se encontrava em uma condição de vulnerabilidade múltipla. No livro *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?*, Judith Butler afirma que:

O corpo é um fenômeno social: ele está exposto aos outros, é vulnerável por definição. Sua mera sobrevivência depende de condições e instituições sociais, o que significa que, para “ser” no sentido de “sobreviver”, o corpo tem de contar com o que está fora dele (Butler, 2015, 57-58).

A partir dessa noção de vulnerabilidade universal, surge o questionamento sobre o porquê de algumas comunidades serem entendidas como mais vulneráveis que outras. A resposta está na forma como nosso mundo é estruturado, posto que a vulnerabilidade pode se ligar ao risco, e quando uma vida está mais propensa ao risco que outra, há o entendimento de que é necessária uma intervenção externa para a promoção da proteção sobre esses corpos. A condição de vulnerabilidade das mulheres perante a violência fica clara ao olharmos para o *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* de 2024, segundo o qual o Brasil teve “1.467 mulheres mortas por razões de gênero, o maior número já registrado desde a publicação da lei nº 13.104/2015, que tipifica o crime” (Matosinhos, 2024, p. 134). Essa taxa alta gera um alerta sobre a situação da segurança da população feminina no país e sobre os riscos aos quais os corpos femininos estão sujeitos sob o patriarcado.

8 Capacitismo. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/capacitismo>> Acesso em: 07 nov. 2024.

É preciso destacar que, dentro deste número de feminicídios, há interseções importantes para entender quem são as mulheres mortas. Ainda segundo dados do anuário, 63,6% das vítimas eram negras, 71,1% tinham entre 18 e 44 anos e 64,3% foram assassinadas dentro de suas próprias casas. Além disso, 90% dos assassinos foram homens. Dos feminicidas, 63% eram parceiros íntimos, 21,2% eram ex-parceiros íntimos e 8,7% integravam a família da vítima. Isso faz com que a população feminina brasileira seja entendida como sujeita à vulnerabilidade, pois suas vidas não estão seguras. Tendo em vista a gravidade da situação, há a necessidade de observar como as coberturas jornalísticas desses crimes são produzidas, assim como a percepção deixada sobre as memórias dessas vítimas na mídia.

A cobertura jornalística

Raimunda de Sousa Santana teve sua vida ceifada no dia 5 de fevereiro de 2022. O feminicídio ocorreu no município de Bom Jardim, e segundo a nota da Polícia Civil do Maranhão a “motivação” seria uma desavença do feminicida com o filho da vítima. O nome do investigado não foi divulgado pela PCMA, mas as notícias sobre o caso foram publicadas após ele ter sido preso, no dia 8 de março do mesmo ano. Não houve mais atualizações publicadas desde então, ou caso tenha havido, não foram encontradas por meio de buscas no *Google News* com o nome de Raimunda e as circunstâncias da sua morte.

Para a presente pesquisa, foi utilizado como protocolo metodológico a Análise de Cobertura Jornalística (ACJ), proposto por Gislene Silva e Flávia Dourado Maia (2011). Esse método de investigação tem por objetivo conseguir se aprofundar nos níveis produtivos das matérias advindas dos veículos jornalísticos em observação, tendo como foco o modo de apuração e a composição textual de cada notícia, além da caracterização contextual, presentes no produto. Sua estrutura é baseada em três níveis de verificação:

O protocolo de análise de cobertura jornalística volta-se para textos jornalísticos impressos e informativos. O método organiza-se em três níveis analíticos - (1o) marcas da apuração, (2o) marcas da composição do produto e (3o) aspectos da caracterização contextual. Cada um deles olha para o objeto de estudo a partir de uma lente diferente (Silva; Maia, 2011, p. 9-10).

A partir do enfoque em gênero e deficiência, o protocolo é adaptado para dar conta dessas questões para além da caracterização geral da cobertura. Com base nesse método de análise, foram coletadas todas as notícias encontradas sobre Raimunda no *Google News*, por meio da busca com seu nome completo, Raimunda de Sousa Santana, e as circunstâncias de sua morte. O termo “feminicídio” não retornou resultados, foi preciso utilizar termos como “Raimunda de Sousa Santana morte deficiência”. O termo “deficiência” foi pesquisado de várias formas diferentes, pois como será visto a seguir, houve variação no seu uso de acordo com cada veículo.

Ao todo foram encontradas oito notícias (incluindo a nota da Polícia Civil do Maranhão), que serão o objeto de análise para a inquirição sobre a construção memorial da vítima. As informações estão identificadas por meio de um código, com a inicial da vítima junto a um número que equivale à notícia. Olhamos para quatro elementos diferentes: composição textual, nomeação da deficiência, comparação da presença do nome de Raimunda com relação à de um termo sobre sua deficiência e elementos visuais.

Fragmentos de memória e o que eles nos dizem

Para a interpretação acerca dos materiais aqui coletados, serão usados dois livros como base, um com foco na realização da cobertura jornalística de feminicídios, e outro sobre a distribuição desigual do luto na sociedade. O primeiro é *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira* (2022), de Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues, e trabalha sobre a importância de uma cobertura responsável deste tipo de crime. O outro é *Vida Precária: Os poderes do luto e da violência* (2019) de Judith Butler, no qual a autora conceitua quais vidas são ou não passíveis de luto, assim como a forma pela qual essa noção é formada.

A partir dessas premissas, detalhamos o material obtido a partir do mergulho na cobertura. O Quadro 1 apresenta as informações sobre a composição textual de cada notícia, com os dados básicos de publicação. Também apontamos os modos textuais pelos quais a deficiência aparece na notícia, bem como os termos utilizados para nomear a morte.

Quadro 1 - Notícias por veículo

| Cód | Veículo | Título | Linha fina | Como a deficiência aparece | Como a morte é nomeada |
|------------------|--------------------|--|--|---|--|
| R1 ⁹ | Portal Guara.com | Homem é preso por assassinar uma mulher deficiente a facadas | Ausente | mulher deficiente, mulher deficiente, deficiente física | assassinar, assassinou, foi morta, ceifou a vida de Raimunda a facadas |
| R2 ¹⁰ | Blog do Alex Ramos | Preso homem suspeito de assassinar mulher que tinha deficiência física no interior do Maranhão | Ausente | mulher que tinha deficiência física, deficiência física | foi morta a golpes de arma branca |
| R3 ¹¹ | Timon Maranhão | Homem que matou mulher com deficiência física em Bom Jardim – MA é preso, veja! | A vítima identificada como Raimunda de Sousa Santana que era deficiente física, foi morta com golpes de arma branca. | mulher com deficiência física, deficiente física, deficiente física | foi morta com golpes de arma branca (2x) |

9 Notícia R1: <https://portalguara.com/homem-e-preso-por-assassinar-uma-mulher-deficiente-a-facadas/>. Acesso em 3 fev. 2025

10 Notícia R2: <https://www.blogdoalexramos.com.br/2022/03/preso-homem-suspeito-de-assassinar.html>. Acesso em 3 fev. 2025

11 Notícia R3: <https://timonmaranhao.com/noticia/2637/homem-que-matou-mulher-com-deficiencia-fisica-em-bom-jardim-n-ma-e-preso-veja>. Acesso em 3 fev. 2025

| Cód | Veículo | Título | Linha fina | Como a deficiência aparece | Como a morte é nomeada |
|------------------|------------------|---|---|--|--|
| R4 ¹² | O Imparcial | Homem é preso investigado de assassinar mulher no município de Bom Jardim | A vítima identificada como Raimunda de Sousa Santana que era deficiente física, foi morta com golpes de arma branca. | deficiente física, portadora de deficiência física | assassinar, foi morta com golpes de arma branca, ter assassinado, portadora de deficiência física, foi morta com golpes de arma branca |
| R5 ¹³ | Polícia Civil MA | POLÍCIA CIVIL PRENDE, EM URBANO SANTOS, HOMEM INVESTIGADO DE ASSASSINAR MULHER COM DEFICIÊNCIA FÍSICA EM BOM JARDIM | Ausente | mulher com deficiência física, deficiente física, | foi morta com golpes de arma branca |
| R6 ¹⁴ | G1 Globo MA | Preso suspeito de matar mulher com deficiência física no Maranhão; homem queria se vingar do filho da vítima | A vítima, identificada como Raimunda de Sousa Santana, que era deficiente física, foi morta com golpes de arma branca, no município de Bom Jardim, a 275 km da capital. | mulher com deficiência física, deficiente física, mulher com deficiência física, deficiente física | foi morta com golpes de arma branca (2x) |
| R7 ¹⁵ | MA MAIS | Polícia Civil prende acusado de assassinar mulher com deficiência física | O crime chocou o município de Bom Jardim, pois a vítima não oferecia nenhum risco ao investigado | mulher com deficiência física, mulher com deficiência física, deficiente física | assassinado, foi morta com golpes de arma branca |
| R8 ¹⁶ | Canal Criativa | Preso suspeito de matar mulher com deficiência física no Maranhão; homem queria se vingar do filho da vítima | A vítima, identificada como Raimunda de Sousa Santana, que era deficiente física, foi morta com golpes de arma branca, no município de Bom Jardim, a 275 km da capital. | mulher com deficiência física, deficiente física, deficiente física | matar mulher, foi morta com golpes de arma branca, assassinado, foi morta com golpes de arma branca |

Fonte: as autoras.

12 Notícia R4: <https://oimparcial.com.br/policia/2022/03/homem-e-preso-investigado-de-assassinar-mulher-no-municipio-de-bom-jardim/>. Acesso em 3 fev. 2025

13 Notícia R5: <https://www.policiacivil.ma.gov.br/policia-civil-prende-em-urbano-santos-homem-investigado-de-assassinar-mulher-com-deficiencia-fisica-em-bom-jardim/>. Acesso em 3 fev. 2025

14 Notícia R6: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/03/09/preso-suspeito-de-matar-mulher-com-deficiencia-fisica-no-maranhao-homem-queria-se-vingar-do-filho-da-vitima.ghtml>. Acesso em 3 fev. 2025

15 Notícia R7: <https://ma-mais.com.br/index.php/2022/03/09/policia-civil-prende-acusado-de-assassinar-mulher-com-deficiencia-fisica/>. Acesso em 3 fev. 2025.

16 Atualmente esse canal está fora do ar.

Todas as notícias foram publicadas no dia 9 de março de 2022, dia seguinte à prisão do suspeito não nomeado, com exceção da R3, do dia 10 do mesmo mês. Ou seja, o gancho para noticiar o feminicídio foi a prisão do suspeito, e não a morte criminosa de uma mulher com deficiência; o critério de noticiabilidade que permite a emergência do acontecimento está centrado na figura do masculino que transgride, e não em Raimunda. Após isso não houve atualizações sobre o acontecimento no jornalismo — tanto ela quanto ele deixaram de interessar jornalisticamente. Em sete notícias, a única fonte acionada foi a nota publicada pela Polícia Civil do Maranhão, com exceção da R8, que pegou a informação da notícia publicada pelo G1 do Maranhão. Percebe-se, portanto, que não houve apuração própria da imprensa acerca do caso.

Existem duas frases da nota da PCMA que se repetem em quase todas as matérias e que merecem destaque. A primeira é a de que “o crime teria como motivação uma desavença entre o investigado e o filho da vítima, e por conta de não conseguir pegar seu alvo inicial, o preso então acabou matando a genitora do seu desafeto”. Nesta primeira, além da linguagem policial que sequer foi trabalhada jornalisticamente, nota-se que o crime diz respeito à prática de ferir as mulheres próximas a um homem para afetá-lo, de modo a fazer com que elas “paguem” pela ação do outro.

Acerca disso, Rita Segato (2016, p. 183, trad. nossa)¹⁷ afirma: “Quando o corpo de uma criança, ou o corpo de uma mulher, é atacado, através desse corpo a moralidade daquele que deveria ser capaz de proteger e cuidar desse corpo é desafiada e destruída”. Raimunda foi assassinada por ser a figura de afeto próxima, ou seja, essa violência é uma amostra de poder e superioridade do feminicida sobre o corpo-território de outro homem; é um crime enunciativo, que fala a outro homem por meio da aniquilação do corpo feminino. Debora Diniz (2022, p. 135) destaca que o patriarcado “resiste em nomear suas próprias perversões com nomes únicos”, como nos casos de feminicídio. Essa nomeação, que o jornalismo se recusa a fazer em tantos casos (como o que analisamos), poderia, conforme a autora, “fraturar o patriarcado”, o que não ocorre nesta cobertura.

A segunda frase que chama atenção e se repete é a seguinte: “O crime chocou o município de Bom Jardim, pois a vítima não oferecia nenhum risco ao investigado”. A primeira indagação é sobre a hipótese implícita de que, caso a mulher oferecesse risco, o crime não chocaria. Além disso, no contexto em que esta construção frasal está inserida, é possível perceber que essa ausência de risco por parte da vítima se deve ao fato de ela ser uma pessoa com deficiência: Raimunda não teria, portanto, capacidade de agência que oferecesse risco ao feminicida. Isso é inferido por conta da ausência de outras informações que explicassem o argumento, como a idade da vítima, qual deficiência ela possuía, se ela estava sozinha no momento do crime, entre outros. A falta de agência e inferioridade atribuídas a Raimunda se coaduna com o que Bruno Sousa Leal afirma:

Definir pessoas e grupos como vulneráveis resulta de uma atitude autoritária e etnocêntrica, às vezes bem-intencionada, que ou exclui ou subcategoriza do humano esses e essas tornadas “outros”. A esses e essas faltariam qualidades, atributos, que permitissem ser vistos e tratados como “normais”, ou seja, plenamente como “iguais”. Nesse cenário, cabe ao “normal” toda a agência e capacidade de ação frente à falta do “outro”, a quem, por sua vez, resta a condição de sofrimento passivo e de vítima inerte (Leal, 2020, p. 35).

17 Texto original: “Cuando se agrede el cuerpo de un niño, o el cuerpo de una mujer, a través de ese cuerpo se desafía y destruye la moral de aquel que debería poder proteger y cuidar ese cuerpo” (2016, p. 183).

No dia 11 de março de 2022, um usuário não identificado fez o único comentário presente na matéria R2: “esse acusado não tem nome?”. Enquanto o nome de Raimunda foi exposto, o de seu feminicida, não. Niara de Oliveira e Vanessa Rodrigues (2022) explicam que, a partir do momento em que há um boletim de ocorrência (BO), existe resguardo jurídico para publicar nome e foto do acusado da violência.

Figura 1 - Comentário na publicação R2

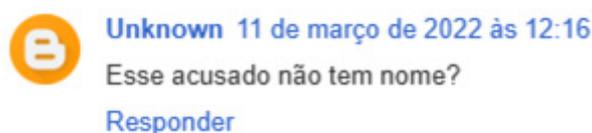


Foto: reprodução da internet.

Oliveira e Rodrigues (2022) trazem outras informações importantes acerca de cuidados para a cobertura de feminicídios. Entre as práticas não recomendáveis está colocar a justificativa do crime antes mesmo do relato, inferindo a culpa da vítima ou inocentando o agressor. Também apontam a necessidade de ir além do BO para dar um caráter mais humano à história e não apenas de cobertura policial com enfoque no crime, que costuma excluir o caráter gendrado do acontecimento e, nesse caso, também a interseção com a deficiência.

A conformação da cobertura sobre Raimunda apresenta um tom impessoal que mal nos deixa formar uma imagem da vítima como pessoa, e não apenas mais um número para a estatística. É importante evitar fotos do crime, não usar imagens que reforcem estereótipos, informar os canais de denúncia e acolhimento para vítimas de violência. E, embora não conste na obra, outra ação essencial em caso de violências contra PcDs é utilizar a nomenclatura correta.

Quadro 2 - Nomeação da deficiência

| Como a deficiência foi nomeada | Veze em que esse termo foi usado |
|---------------------------------|----------------------------------|
| Mulher Deficiente | 2 |
| Deficiente física | 10 |
| Mulher com deficiência | 8 |
| Deficiência física | 1 |
| Portadora de deficiência física | 1 |

Fonte: as autoras.

A maioria dos termos utilizados na cobertura é capacitista em relação à deficiência. No caso de Raimunda, termos capacitistas apareceram 13 vezes dentre as 22 em que houve referência direta à sua deficiência. Expressões como “portadora” dão a ideia de que a deficiência é um objeto para ser portado. Também não se deve falar “deficiente”, pois reduz a pessoa à deficiência.

Na busca por tentar descobrir ao menos pistas de quem é Raimunda dentro dos fragmentos de memória de suas notícias, é possível perceber como a total ausência de informações acerca de quem ela era constitui uma violência simbólica, de modo a não permitir que sua vida se tornasse enlutável, pelo menos não nesta cobertura jornalística.

As notícias sobre a vítima da presente pesquisa falham em não apresentar diversas informações básicas sobre ela, tais como classe, raça e idade, além de outros elementos que a poderiam humanizar. Porém, com a noção de que este feminicídio ocorreu no Brasil e em tempos recentes, é possível supor que suas intersecções estariam próximas ao perfil das mulheres que mais aparecem no *Anuário* supracitado. Sendo assim, considerando as intersecções prevaletentes nos casos de violência contra as mulheres brasileiras, é provável que Raimunda fosse uma mulher negra com idade entre 18 a 44 anos; como ela já possuía um filho aparentemente adulto, essa idade poderia ser maior.

Podemos perceber que este conjunto de notícias não oferece as condições para o luto, conforme Butler pontua: “temos que nos perguntar em que condições uma vida passível de luto é estabelecida e mantida, e qual é a lógica de exclusão, qual é a prática de apagamento e denominação” (2019, p. 142). Ainda que sete veículos tenham dado atenção à morte, nenhum se preocupou em tentar ir além das informações policiais, de tentar encontrar mais informações sobre ela que a pudessem humanizar. Não houve, também, nenhum esforço para enquadrar a cobertura em uma perspectiva de gênero e anti-capacitista.

Para além disso, mesmo que não fosse possível apurar outras informações sobre Raimunda, uma alternativa útil seria a produção de matérias pedagógicas, que informassem sobre os direitos das mulheres com deficiência e sobre como a violência de gênero sobre seus corpos têm implicações diferentes no nosso país. Sendo assim, é de suma importância noticiar acerca do que consta sobre a vulnerabilidade da mulher presente no *Estatuto da Pessoa com Deficiência*, assim como sobre o agravante no caso de feminicídio de mulheres com deficiência. Essas informações precisam ser divulgadas tanto para o conhecimento dos direitos, quanto para a compreensão da população acerca do que significa ser uma mulher com deficiência no Brasil.

Outra atitude simples seria a pesquisa e uso de termos corretos para se referir a ela, com o objetivo de não gerar uma nova violência. Pois, da forma como a cobertura se configurou, pouco pode ser visto acerca de quem, de fato, era Raimunda, para além de uma mulher com deficiência inespecífica vítima de feminicídio como forma de retaliação aos atos do filho. Ademais, é importante pontuar que a única notícia em que uma lei com perspectiva de gênero apareceu foi quando, junto ao caso de Raimunda, foi relatada uma outra situação violenta envolvendo uma mulher sem deficiência.

Quadro 3 - Aparecimento do nome de Raimunda X sua deficiência

| Código | Vezes em que o nome de Raimunda foi acionado | Vezes em que sua deficiência foi acionada |
|--------|--|---|
| R1 | 2 | 3 |
| R2 | 1 | 2 |
| R3 | 2 | 3 |
| R4 | 3 | 2 |
| R5 | 1 | 2 |
| R6 | 2 | 4 |
| R7 | 1 | 3 |
| R8 | 2 | 3 |

Fonte: as autoras.

O Quadro 3 mostra que apenas em uma matéria (R4), o nome de Raimunda aparece mais vezes que sua deficiência, enquanto em outras a deficiência chega a aparecer até o dobro de vezes com relação ao seu próprio nome. Essa discrepância deixa patente como a subjetividade de Raimunda foi subsumida e resumida à sua deficiência, que sequer é explicada e corretamente nomeada. É menos mulher, menos Raimunda, mais uma vítima passiva.

Quadro 4 - Elementos visuais das notícias

| Cód | Tipo | Descrição | Legenda/Crédito |
|-----|-------|--|---|
| R1 | Foto | Faca ensanguentada | Sem legenda |
| R2 | Foto | Chaves de cadeia (preto e branco) | O assassinato aconteceu no município de Bom Jardim (Foto: Divulgação) |
| R3 | Foto | Chaves de cadeia (preto e branco) | Reprodução |
| R3 | Vídeo | Vídeo de 5 minutos de violência entre mulheres | No site: Assista aos vídeos do portal Timon Maranhão No vídeo: TRAIÇÃO: Mulher corta cabelo da outra após acabar descobrindo traição do marido, imagens fortes!!! |
| R4 | Foto | Duas mãos algemadas e fechadas em punho (preto e branco) | O terrível crime ocorreu em 16 de março de 1996. (Foto: Reprodução) |
| R5 | Foto | Chaves de cadeia (preto e branco) | Sem legenda |
| R6 | Foto | Faca sobre a mesa | Preso suspeito de matar mulher com deficiência física no Maranhão; homem queria se vingar do filho da vítima (imagem ilustrativa). — Foto: Arquivo/iKCLICK/Creative Commons |
| R6 | Foto | Perfis de vítima (estado civil, cor e idade) | Perfil das vítimas de violência doméstica — Foto: Arte/G1 |
| R6 | Foto | Ciclo da violência | Veja ciclo da violência contra mulher — Foto: Infográfico: Fernanda Garrafiel/ G1 |
| R7 | Foto | Carro da polícia e outros dois carros na frente de um lugar cujo nome pode ser lido como "São Raimundo" e aparentemente tem um versículo da bíblia na parede | Sem legenda |
| R8 | Foto | Mão aparentemente masculina segurando com força uma faca | Sem legenda |

Fonte: as autoras.

O Quadro 4 demonstra como os aspectos verbovisuais também atuam na construção do acontecimento jornalístico em torno do feminicídio de Raimunda. A R6 é a notícia que possui mais imagens, tendo inclusive informações importantes sobre a questão, como o perfil das vítimas de violência doméstica no país e o ciclo da violência. Entretanto, essas informações nada têm a ver com o caso de Raimunda, visto que ela não foi vítima de violência doméstica ou do ciclo da violência; seu feminicídio não ocorreu por conta disso, como vimos. Essas informações fazem referência a outra vítima citada na matéria, cujo nome não é revelado, e que não é apontada como PcD. Outro aspecto interessante é o fato de a notícia trazer um infográfico com o perfil das vítimas, que informa sobre cor, idade e estado civil, mas não sobre o cruzamento com deficiência, e a notícia não fornecer nenhuma dessas informações acerca de Raimunda.

Nos demais elementos visuais, três fazem referência ao instrumento da violência (R1, R6 e R8), cinco são relacionados à prisão e à polícia, e há a presença de um vídeo de violência entre duas mulheres, que nada tem a ver com o caso. Outro elemento que foge ao tema da notícia é a legenda da R4, que faz menção a um crime “terrível” que aconteceu em 1996, 26 anos antes do feminicídio de Raimunda. As outras duas legendas que são de fato sobre o caso em análise têm função informativa acerca da notícia: uma sobre o local do crime e outra sobre a prisão do suspeito e sua motivação.

Considerações finais

Por meio dessa busca por fragmentos de memória de Raimunda de Souza Santana na cobertura jornalística, foi possível perceber sua ausência como sujeito das poucas notícias que fazem emergir seu feminicídio como acontecimento jornalístico. Sua deficiência é enquadrada de maneira capacitista; o caráter gendrado do crime do qual foi vítima é escamoteado. Não sabemos sua idade, onde nasceu, sua raça, do que gostava, o que fazia, por quais motivos as pessoas que a amavam sentiram a dor de sua perda; ela é uma vida não apreendida pelo jornalismo e, portanto, não é enlutável. Não sabemos o nome do feminicida (lembrando que houve prisão de um suspeito), o que interdita um clamor público por justiça para esta mulher.

Não houve, sobretudo, uma cobertura temporal de seu caso; Raimunda emerge brevemente, pelas frestas da cobertura jornalística policial, e submerge novamente, como um corpo que não mobilizou o jornalismo como acontecimento digno de algo mais que notícias ancoradas em boletins de ocorrência. Por isso não há suítes, não sabemos se houve julgamento, condenação. Importante destacar que a noticiabilidade do acontecimento não é dada pelo feminicídio de *uma mulher*, mas pela prisão de *um homem*.

Idealmente, a cobertura jornalística sobre esta ou qualquer vítima deveria preencher as lacunas básicas sobre estes sujeitos, sem que precisássemos supor esses dados, posto que dificulta o gesto de humanização. Raimunda teve uma vida, uma história, e para uma cobertura respeitosa sobre quem foi, era preciso ir além da matéria disponibilizada pela polícia, aprofundar sobre essa mulher, de modo a permitir que sua memória fosse enlutável, e não que ela sofresse um processo de segunda morte ao ter sua subjetividade desaparecida em cada relato sobre seu assassinato.

Na ausência de informações sobre Raimunda, o jornalismo poderia, ao menos, ter produzido matérias pedagógicas, trazendo leis com perspectiva de gênero em interseção com deficiência; no caso aqui estudado notícias assim apareceram apenas uma vez, quando se referiam à história de uma mulher sem deficiência junto à da vítima do presente estudo. Além das produções em análise não terem conteúdo pedagógico quanto a questões de gênero, também nada tinham com relação ao fato de Raimunda ser uma mulher com deficiência, como explicações acerca de como isso alteraria a pena do feminicida. Em 13 das 22 vezes nas quais sua deficiência foi acionada, foram usados termos capacitistas, mostrando a necessidade de formação de jornalistas para lidar com temáticas relacionadas à comunidade PcD.

Com relação às imagens presentes, algumas sequer tinham a ver com o caso noticiado, evidenciando desatenção ou uma cobertura falha. As imagens relacionadas ao acontecimento eram referentes a elementos prisionais ou à polícia; e ao instrumento da violência. Ambas as figurações se situam no campo do crime e se distanciam de uma cobertura com perspectiva de gênero e anti-capacitista. Não conhecemos o rosto de Raimunda, porque nenhuma imagem dela foi utilizada; ela se esgueira pela cobertura da qual, em tese, seria o centro.

Em nenhuma das notícias o termo feminicídio aparece, sendo que a morte de uma mulher em retaliação às ações de um homem próximo é considerada uma forma de violência de gênero, conforme Segato (2016). Se o capacitismo transborda textualmente, o feminicídio desaparece como designação da violência, em uma abordagem machista da cobertura.

Para além desses aspectos, destacamos a necessidade de uma apuração mais responsável e respeitosa por parte dos veículos jornalísticos com relação a vítimas de feminicídio, levando em consideração as diferentes opressões que interseccionam os corpos femininos, como a deficiência, no caso de Raimunda. Além disso, é urgente a produção de matérias pedagógicas que caracterizem os acontecimentos em todas as suas dimensões, inclusive jurídicas, e assim, ajudem a população a compreender a gravidade dos casos.

Referências

BERNAL TRIVIÑO, Ana Isabel. *El tratamiento informativo del caso Juana Rivas*. Hacia una definición de violencia mediática. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, 2019, 25 (2), 2019.

BUTLER, Judith. 2019. *Vida precária: os poderes do luto e da violência*. Tradução de Andreas Lieber. Belo Horizonte: Autêntica.

BUTLER, Judith. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (S. T. M. Lamarão & A. M. Cunha, Trads.) Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

DINIZ, Debora. Reparar. In: DINIZ, Debora; GEBARA, Ivone. *Esperança feminista*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2022.

Estatuto da Pessoa com Deficiência: Lei no 13.146/2015. – 6. ed. – Brasília, DF : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2023.

FERNANDES, Brenda; CERQUEIRA, Carla Preciosa Braga. *A violência contra as mulheres como uma violação dos direitos humanos: do positivado ao noticiado*. 2017.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 18º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/253>. Acesso em: 07 nov 2024.

LEAL, Bruno Souza. Vulnerabilidades: abordagens iniciais de um desafio à pesquisa. In: MIRANDA, Cynthia Mara; SOUSA, Maíra Evangelista de; CARVALHO, Carlos Alberto de; LAGE, Leandro Rodrigues. *VULNERABILIDADES, NARRATIVAS E IDENTIDADES*. Belo Horizonte: Ppgcom/Ufmg, 2020. Cap. 1. p. 31-48.

MARCHESAN, ANDRESSA; CARPENEDO, REJANE FIEPKE. *Capacitismo: entre a designação e a significação da pessoa com deficiência*. *Revista Trama*, v. 17, n. 40, p. 45-55, 2021.

PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila; MARQUES, Ângela Salgueiro; JÁCOME, Phellipy Pereira. Páginas 134 ISBN 978-65-5917-706-6 DOI 10.22350/9786559177066 ACESSAR IMPRESSÃO Comunicação e acessibilidades: um guia para práticas hospitalares. Porto Alegre: Fi, 2022. 134 p.

ROCHA, Adriano Medeiros da; FREITAS, Cintia Rita Soares de; PEREIRA, Luiz Felipe. *CÍNTIA: UMA PERSONAGEM AUTORA DO AUDIOVISUAL BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO E SEUS MUITOS ELOS E AFETOS CONSTRUÍDOS A PARTIR DA UNIVERSIDADE PÚBLICA*. In: PESSOA, Sônia Caldas; MANTOVANI, Camila Maciel Campolina Alves; SARAIVA, Luiz Alex Silva. *Afetos e experiências: da, na e para a universidade*. Belo Horizonte: Fi, 2023. Cap. 11. p. 292-320.

SILVA, Gislene; MAIA, Flávia Dourado. *Análise de cobertura jornalística: um protocolo metodológico*. Rumores, v. 5, n. 10, p. 18-36, 2011.

SEGATO, Rita. *La guerra contra las mujeres*. Buenos Aires: Traficantes de Sueños, 2016

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: A narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. Brasília: Drops Editora, 2022. 348 p

PATRIARCADO DE MÍDIA COMO SÍNTESE CATEGORIAL PARA OS ESTUDOS FEMINISTAS DE MÍDIA

MEDIA PATRIARCHY AS A CATEGORICAL SYNTHESIS FOR FEMINIST MEDIA STUDIES

RAFAELA MARTINS DE SOUZA¹

MANOEL DOURADO BASTOS²

RESUMO

O artigo apresenta o conceito de patriarcado de mídia como categoria própria à Comunicação capaz de sintetizar a problemática de gênero na mídia a partir do escopo epistemológico da Economia Política da Comunicação. Partimos dos fenômenos de prejuízo de gênero, tanto como relações sexistas nas dinâmicas de trabalho e produção, quanto como representações estereotipadas nos materiais, a partir da Teoria Feminista de Mídia (Steiner, 2014). Utilizamos as obras de Federici (2017), Scholz (1996) e McClintock (2003) no mapeamento das origens histórico-sociais e lógico-formais da assimetria entre os gêneros na sociedade capitalista. Por fim, apresentamos a crítica dialética elaborada por Bolaño (2000) como aquela capaz de sustentar a síntese categorial proposta.

Palavras-chave: Economia Política da Comunicação; Patriarcado de Mídia; Teoria Feminista de Mídia; Gênero.

ABSTRACT

The article presents the concept of media patriarchy as a category specific to Communication capable of synthesizing the gender issue in the media from the epistemological scope of the Political Economy of Communication. We start from the phenomena of gender prejudice, both as sexist relations in work and production dynamics, and as stereotypical representations in materials, based on Feminist Media Theory (Steiner, 2014). We use the works of Federici (2017), Scholz (1996) and McClintock (2003) to map the historical-social and logical-formal origins of the asymmetry between genders in capitalist society. Finally, we present the dialectical critique elaborated by Bolaño (2000) as one capable of supporting the proposed categorial synthesis.

Keywords: Political Economy of Communication; Media Patriarchy; Feminist Media Theory; Gender.

1 Doutoranda em Ciências da Comunicação pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (FLUC) - Portugal. Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado em Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (2018). Bacharelada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Estadual de Londrina (2012). Diretora científica da gestão 2023-2026 da Ulepicc-Br. E-mail: rafaellamartins1990@hotmail.com

2 Professor Associado do Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina. Professor do PPGCOM-UEL. Ex-Presidente da União Latina de Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura - seção Brasil (Ulepicc-Brasil) [2020-2022]. Coordena o Laboratório Cubo - Economia Política da Comunicação e Crise do Capitalismo. E-mail: manoel.bastos@uel.br

Introdução

Desde a década de 1960, inúmeros autores e autoras passaram a se interessar pelas formas de representação feminina na mídia e como essa representação se relaciona com os processos sociais de subjugação das mulheres. Em um primeiro momento, foram os próprios produtos de mídia os objetos de interesse. Esses produtos variavam das “*soap operas*” examinadas por autoras como Charlotte Brudson (2000), às revistas femininas e à publicidade, que têm como um dos precursores dos estudos Erving Goffman, com “*Gender Advertisements*”, de 1976. Com a ampliação da presença feminina nas redações e estúdios de comunicação, as relações de trabalho logo passaram também a ser um ponto de interesse. Essas pesquisas se desdobraram no que ficou conhecido como Estudos Feministas de Mídia.

Segundo Steiner (2014), uma teoria feminista de mídia é aquela que leva em conta a problemática de gênero em qualquer que seja seu objeto de estudo, utilizando, para isso princípios metodológicos e políticos que compreendem o gênero como um fator essencial de identidades e experiências. Neste sentido, entendemos que os Estudos Feministas de Mídia ganhariam em capacidade crítica ao organizar categorias próprias à Comunicação que, a partir do gênero como fator essencial, articulem níveis diferentes de análise, como os planos da representação feminina na mídia e as dimensões de gênero nas relações de trabalho no âmbito midiático.

Avaliamos que a (crítica da) Economia Política da Comunicação (EPC) oferece encaminhamentos satisfatórios para a articulação de tais categorias. A partir da concepção de “patriarcado de mídia” de Veloso (2017), estudos posteriores ligados à EPC (Bastos; Souza, 2019; Bolaño *et al.*, 2021; Bolaño *et al.*, 2022) apresentaram diferentes aspectos que, devidamente sintetizados, podem oferecer tal elaboração categorial. A seguir, proporemos a concepção de “patriarcado de mídia” como a categoria síntese daqueles planos da representação e do trabalho midiáticos. Tomaremos por premissas as obras de Federici (2017), Scholz (1996) e McClintock (2003), que sustentam a prerrogativa, indicada por Steiner (2014), de reconhecer o gênero como fator essencial. No campo da Comunicação, acompanharemos a crítica dialética elaborada no interior da EPC por César Bolaño (2000) como aquela capaz de sustentar a síntese categorial proposta.

Dividimos o presente artigo em quatro partes. Nas duas primeiras partes apresentaremos panoramicamente, a partir de autoras selecionadas, os Estudos Feministas de Mídia tendo a problemática de gênero focada nos *objetos* de estudo (sejam eles o conteúdo e a representação, na parte um, ou a produção e o trabalho, na parte dois). Na terceira parte, apresentaremos a definição de “trabalho da mediação”, conforme a EPC, que sintetiza os planos ideológico e produtivo da Indústria Cultural. Na quarta parte, a partir dos contributos da Teoria Feminista da Mídia e da EPC previamente indicados, enunciaremos os *caminhos dialéticos* que sustentam a concepção de “patriarcado de mídia” como uma categoria síntese.

Conteúdo midiático e gênero

Na década de 1970, autoras como Gerbner e Gross (1976) observam uma ausência simbólica feminina sustentada na falta de voz e de relevância dos papéis desempenhados pelas mulheres na mídia. Tuchman (1978) percebe que, quando as mulheres eram postas em cena, suas repre-

sentenças eram estereotipadas e suas existências giravam em torno das necessidades dos homens à volta. A falta de reconhecimento simbólico, de voz e de relevância dadas às pautas femininas (Djerf-Pierre e Edström, 2020a) e a estereotipia (Tuchman, 1978) relegam à mulher um papel objetificado de servir ao homem, ocultam uma série de papéis sociais desempenhados por esse grupo e eliminam a possibilidade de organização dessas mulheres por meio da escuta de suas reivindicações.

Dos anos 1970 para os dias atuais, essas formas de distorção da representatividade feminina na mídia mudaram de estratégias, oferecendo novos desafios para as estudiosas que se debruçam sobre o assunto. Gallagher (2014) foca sua pesquisa nos "*pink ghettos*", espaços editoriais rebaixados e dedicados aos "assuntos de mulheres". Já Collins (2011) aponta a permanência da sub-representação feminina ainda atualmente. Estudos como o perfil traçado pela rede *Global Media Monitoring Project* (GMMP), que conta com a participação de mais de 100 países, demonstram que as temáticas de gênero mais abordadas no noticiário são voltadas às condições de vulnerabilidade e fragilidade femininas. Segundo os relatórios do GMMP, de 2020, esses temas circunscrevem majoritariamente violências sexuais, assédio e assassinato e reforçam ou não fazem nada para desafiar os estereótipos de gênero. As mulheres, enquanto grupo social, ou são relegadas às "editorias de mulher", ou são representadas como vítimas no noticiário "universal".

Quando tratadas de forma individual, ou seja, quando consideradas como fontes a serem ouvidas nos materiais midiáticos, as mulheres tendem a ser menos ouvidas do que seus pares masculinos que desempenham as mesmas funções (por exemplo, políticos e autoridades em determinados assuntos) e tendem a ser mais descritas em seus atributos físicos e mais retratadas por questões pessoais (como o fato de serem ou não casadas e mães, por exemplo), (Byerly; Ross, 2006; Van der Pass; Aldering, 2020). O GMMP de 2020 afirma: "as notícias são tão (im)prováveis de desafiar claramente os estereótipos de gênero hoje como eram há 15 anos" (GMMP, 2020, p. 7 – tradução nossa). Neste sentido, alguns autores dão importância à necessidade de uma equiparação nos *status* de representação de homens e mulheres (Djerf-Pierre, Edström, 2020a, 2020b).

Trabalho, produção midiática e gênero

Se voltarmos mais uma vez aos estudos de jornalismo dedicados à avaliação de gênero que marcaram o século XX, observaremos uma linha preocupada com a expansão da presença feminina nas redações como uma forma de mitigar as desigualdades. É o caso da pesquisa de Kanter (1977), que defendia a "regra de um terço", onde esse terço seria o número mínimo de vagas ocupadas por trabalhadoras mulheres nas empresas de mídia para que fosse possível a criação de uma "massa crítica". Mesmo que tentando promover o acesso feminino, esses estudos ainda carregavam um foco essencialista para o problema (Steiner, 2014a, 2019), com a mera presença feminina supostamente sendo capaz de modificar as relações de trabalho, e uma visão estereotipada das mulheres, cujos atributos da "feminilidade", como a empatia e a colaboração, seriam predados interessantes de serem absorvidos na lógica de produção.

Com visões menos ingênuas do processo, autores contemporâneos verificam que a mera presença feminina no ambiente de produção de mídia não é capaz de modificar as orientações profissionais e as práticas tradicionais de trabalho (Weaver et al., 2007). Ferguson (1990) alerta para a “falácia feminista” de que mulheres em cargos de liderança e poder necessariamente agiriam como feministas. Um caso de estudos de Ross (2002) demonstrou que mulheres que concorriam a cargos eletivos e foram entrevistadas por outras mulheres sentiram a abordagem dessas profissionais mais agressiva. Segundo a pesquisadora, esse comportamento pode ter sido fruto da própria sociabilização patriarcal da redação, que tende a encarar a pauta política como um assunto “masculino” que requer “firmeza” em sua abordagem. Steiner (2014b) não deixa de destacar o objetivo primordial das empresas de comunicação: o lucro. A partir desse objetivo, as estratégias de operação e gerência dessas empresas obedecerão sempre aos mesmos paradigmas, sejam elas lideradas por homens ou mulheres.

Os estudos da Teoria Crítica de Massas analisam o processo de “feminização” das redações associado à precarização dos cargos de emprego. A expansão da presença feminina foi acompanhada de um acréscimo de editorias e conteúdos “softs” de entretenimento, coluna social e amenidades, por exemplo. Segundo Mayer (2014), trabalhos feminizados tendem a ser voltados às mulheres como atividades associadas à natureza do gênero, como se fossem virtudes inatas. Um contexto de feminização do trabalho de mídia pressupõe, então, acúmulo de trabalhos mal pagos, invisíveis (não pagos) e intermitentes (Mayer, 2014).

Para além da precarização dos cargos ocupados, outras manifestações machistas contribuem para a dificuldade das mulheres em seus postos de trabalho. O assédio sexual e moral e o fenômeno do “teto de vidro” (Veloso, 2013, Steiner, 2014b, Chambers et al., 2004) são algumas dessas manifestações. Os “tetos de vidro” são estratégias e ações multifatoriais que impedem as mulheres de chegarem em cargos de liderança, eles perpassam desde a dupla (e tripla) jornada feminina, até rivalidades dentro dos próprios ambientes de trabalho.

A reprodução da assimetria nas relações sociais entre os sexos é evidente nas redações: enquanto as mulheres se fixam em posições intermediárias de produção, são geralmente responsáveis pela organização do veículo e seu funcionamento, quem comanda os recursos e responde pelas tomadas de decisão são os homens. Eles ditam economicamente e politicamente o ritmo do funcionamento nas editorias e postos executivos (Veloso, 2017, p. 5).

Eddy, Selva e Nielsen (2022) analisaram 240 grandes veículos de notícias tanto no universo digital quanto no analógico, em 12 mercados diferentes e nos 5 continentes, dentre esses mercados, o Brasil. No Brasil, segundo a pesquisa, apenas 7% das mulheres estão em cargos editoriais importantes e esse percentual caiu em relação ao mesmo monitoramento feito no ano anterior: em 2021 ele era de 12%.

Dentro de todo esse panorama, Steiner (2014b) destaca o quanto o ambiente das redações é assentado em uma cultura masculinista. Federici (2017) descreve o processo histórico da derrocada feminina e da forja do novo corpo trabalhador ainda no contexto histórico da acumulação primitiva do capital. Esse novo corpo tem seu ritmo de trabalho ditado pelos ponteiros do relógio da fábrica e das próprias ferramentas utilizadas pelo trabalho em um processo de inversão e alienação do reconhecimento do trabalho. A redação jornalística, como fenômeno concreto da Indústria Cultural, é ela também, mesmo que com limites das características próprias da mercadoria criada, uma simuladora dos processos da fábrica. Neste sentido, a mercadoria “comunicação”

deve obedecer a critérios como “abordagem objetiva”, “neutralidade”, hierarquia de assuntos e editoriais nas quais a “informação” prevalece como mais importante do que os “serviços” ou o “entretenimento”, conforme Steiner (2014b). Nesta concepção de redação, a masculinidade hegemônica (Connell, 1987, 1995) é normativa e todos os indivíduos, independentemente de serem homens ou mulheres, irão aderir a essa cultura de normas e práticas (Steiner, 2014a, 2019).

Posta esta perspectiva sobre os prejuízos de gênero no âmbito do trabalho na mídia, entendemos que seria criticamente relevante buscar uma categoria que sintetize este plano com aquele, anteriormente apresentado, da representação da mulher na comunicação. Para promover tal avaliação, primeiro é necessário compreender como, no âmbito da Indústria Cultural, trabalho e representação se articulam, conforme a definição apresentada pela Economia Política da Comunicação.

A síntese dialética no “trabalho cultural da mediação”

Em termos clássicos, a Indústria Cultural foi apresentada como uma categoria, conforme sua elaboração original por Adorno e Horkheimer (2012), que visa compreender as novas dinâmicas próprias ao capitalismo que viabilizaram a organização de um setor econômico especificamente dedicado a produzir e realizar a esfera ideológica. Ainda que a necessária conformação da esfera ideológica em um setor econômico estivesse posta pelo texto clássico dos frankfurtianos, como é evidente no próprio termo Indústria Cultural, as elaborações de Adorno e Horkheimer (2012) não levaram até as últimas consequências tal relevante descoberta.

Conforme Bolaño e Bastos (2020), as articulações entre trabalho e Indústria Cultural apresentadas por Adorno e Horkheimer (2012) remetem àquele processo, decisivamente relevante, a partir do qual a alienação própria ao tempo de trabalho ganha continuidade no tempo livre do trabalhador, mas dão pouca atenção ao trabalho, propriamente dito, no interior da Indústria Cultural. Mesmo que apontem aqui e ali para as características do trabalho no âmbito da Indústria Cultural (por exemplo, seu caráter ainda marcadamente artesanal, se comparado com o princípio fordista da fábrica de que é correlato), Adorno e Horkheimer (2012) não se dedicaram a compreender as implicações do processo propriamente produtivo da ideologia quando esta passa a ser um resultado mercantil de um setor econômico.

Foi a Economia Política da Comunicação (EPC) que se dedicou a elaborar este aspecto. Ao definirem a EPC no sentido dialético proposto por Bolaño (2000) e Bolaño e Bastos (2020) reconhecem do seguinte modo o caminho de superação dos limites categoriais alcançados pelos argumentos de Adorno e Horkheimer (2012):

Podemos definir a EPC, seguindo a melhor tradição da economia política marxista, como o estudo das relações de produção capitalistas relativas à estrutura dos sistemas de mediação social, tendo por pressuposto o desenvolvimento das forças produtivas. Em outros termos, trata-se em essência da ampliação do instrumental crítico da crítica da economia política para a compreensão das estruturas de mediação social características do modo de produção capitalista, especialmente aquelas desenvolvidas a partir das transformações sistêmicas que se traduziram na constituição do chamado capitalismo monopolista, na virada do século XX (p. 177-8).

Assim, além de fugir de qualquer determinismo tecnológico, a partir da concepção de desenvolvimento das forças produtivas como um pressuposto, a definição de EPC apresentada por Bolaño e Bastos (2020, p. 178) destaca também aquilo que a assenta essencialmente como uma teoria da Comunicação, a saber: o elemento da mediação, “que particulariza a relação social específica da esfera da produção social a cujo estudo a disciplina se dedica”.

Nesta definição de EPC apresentada por Bolaño e Bastos (2020), a mediação adquire um duplo carácter, a saber: político-institucional e psicológico-cognitivo. No que diz respeito ao aspecto político-institucional, trata-se de indicar, conforme a exposição original de Bolaño (2000), que a Indústria Cultural promove a mediação entre anunciantes (função publicidade, a fim de atender o interesse de escoamento da produção das empresas) e Estado (função propaganda, que visa disseminar as perspectivas ideológicas particulares dos diferentes atores políticos em disputa), de um lado, e o público (que dedica sua atenção a determinadas produções culturais, cuja abstração qualiquantitativa será vendida como audiência no mercado), de outro.

Já o aspecto psicológico-cognitivo carrega os elementos de ordem simbólica, para o qual conceitos centrais de Bolaño (2000) como função programa (o processo inescapável de satisfação de necessidades simbólicas do público pela Indústria Cultural) e padrão tecno-estético (técnicas e formas estéticas que definem as normas culturais de determinada instância económica de produção cultural, que são usadas como barreira à entrada na dinâmica concorrencial de mercado).

Isto está sintetizado pela crítica dialética promovida no interior da EPC por Bolaño (2000) na concepção de “trabalho cultural”, que é aquele que produz a mediação social, em seu duplo carácter, própria à Indústria Cultural. Um aspecto central do desenvolvimento histórico da Indústria Cultural esteve exatamente no processo de subsunção do trabalho cultural, para o qual o conceito clássico de Adorno e Horkheimer (2012) deu destaque reduzido (talvez porque tal subsunção ainda não estivesse completa). Como afirmam Bolaño e Bastos (2020, p. 180), “[é] só subsumindo esse tipo particular de trabalho que as indústrias culturais podem realizar de fato a mediação, pois elas mesmas, sem o trabalho, não passam de amontoados de edifícios, cabos, equipamentos e softwares”.

Se, como afirmam Bolaño e Bastos (2020, p. 181), “(...) o que interessa ao capital no âmbito da cultura é aquele trabalho cuja utilidade é produzir uma audiência apta a receber, entender e reagir às mensagens da propaganda e da publicidade”, podemos afirmar, com os autores, que “[o] trabalho cultural subsumido produz, portanto, de um lado, valor e mais-valia para o capital individual que o explora diretamente, enquanto realiza, de outro, a mediação social a serviço do conjunto da classe capitalista (...)”. Ou seja, podemos reconhecer neste conceito de “trabalho cultural da mediação” uma síntese dos caracteres político-institucional e psicológico-cognitivo, de um lado, e produtivo, de outro.

Encontraremos, adiante, na concepção de “patriarcado de mídia”, originalmente apresentado por Ana Veloso (2017) e posteriormente incorporado por Bastos e Souza (2019), uma categoria que sintetiza o problema da Indústria Cultural quando encarado pelo prisma de gênero.

Patriarcado de mídia como síntese categorial

Após indicarmos separadamente as maneiras como a opressão de gênero operam no conteúdo e nas operações de trabalho em produção de mídia e, na sequência, obtermos uma avaliação que sintetiza, no plano geral da Indústria Cultural, representação e trabalho, podemos finalmente buscar uma epistemologia feminista da mídia a partir da crítica da Economia Política da Comunicação que sintetize aqueles planos decisivos dos Estudos Feministas de Mídia. Essa localização teórico-metodológica nos permite compreender como relações aparentemente contraditórias operam de forma objetiva na manutenção, por meio dos prejuízos de gênero, da sociedade da autovalorização do valor.

Federici (2017) aponta como o processo do capital, baseado na exploração da força de trabalho que gera a mais-valia, cria seres humanos isolados e como esse isolamento inaugura a noção do indivíduo em contraponto ao "outro". Neste ciclo, a mulher é rebaixada a uma propriedade masculina (do pai ou do marido) e o gênero feminino tem no mundo privado do lar uma série de funções e atividades que visam justamente a reprodução da vida, ou seja, a reconstituição das forças físicas e mentais do trabalhador. Para a mulher burguesa resta a administração dos trabalhos domésticos e o "trabalho do lazer" (McClintock, 2003, p.56), atividades associadas a um suposto ócio que eram impostas à mulher e que ela deveria executar como uma forma de demonstrar predicados sociais e adequação às normas de etiqueta de sua classe.

Todo esse processo de organização social a partir do gênero escamoteia a exploração de um trabalho que, embora não seja diretamente produtivo dentro da lógica do valor, é imprescindível para a realização total do capital, já que é ele que possibilita a renovação da força de trabalho. Scholz (1996), ao se deparar com essa questão, busca na própria teoria do valor de Marx (2017) o fundamento que explique o fenômeno. Como uma maneira de desvincular o patriarcado de um mero processo aparente, ou seja, de um resquício cultural de sociedades antigas que aparece desligado do fundamento do capital ou de circunscrever a problemática de gênero a apenas questões de identidade e linguagem, a autora se esforça para criar uma resposta lógico-formal para o problema. Scholz, então, defende sua tese:

A contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade etc.) (1996, p. 18).

Esse "conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor"; identificado com o "feminino", segundo a autora, aponta para a assimetria entre os sexos como uma parte negada do valor.

Bolaño et al. (2021), ao revisarem a proposta de Scholz (1996), percebem que, apesar de seu contributo lógico-formal esclarecer o aspecto do que ela chama de valor-dissociado, chave para a compreensão de como a assimetria entre os sexos fundamenta o patriarcado capitalista, sua operação de tentar localizar essa assimetria no momento da circulação simples de mercadorias recai em equívoco. Quando Marx trata de valor de uso, valor de troca e valor, ele ainda lida com um plano aparente do fenômeno onde os indivíduos são livres e iguais para fazer a troca no mercado. Justamente por ser um plano aparente, neste momento, pessoas de qualquer gênero, raça ou condições sociais poderia efetuar a troca do valor.

É no plano da essência, portanto, que as assimetrias se manifestam, fazendo com que no momento da troca a desigualdade se sobreponha. O próprio capital fundamenta a desigualdade. De um lado a força de trabalho é a propriedade de um sujeito legal livre, de outro esse mesmo sujeito é o elemento da produção que cria a mais-valia. Bolaño *et al.* (2021) resolvem a questão explicando:

Melhor que aquela “exterioridade constitutiva” de que fala Scholz, a consideração do patriarcalismo como um fator extraeconômico fundamental para o capital, mas cuja existência é muito anterior ao capitalismo, exprime a necessidade da sua incorporação (subsunção), como elemento constitutivo do movimento geral da reprodução do capital, que deve adequar-se às necessidades historicamente cambiantes deste (p.5).

A partir disso, podemos afirmar que a Indústria Cultural, nos termos acima apresentados, só faz sentido numa formação social em que o patriarcado é subsumido a fim de operacionalizar a transformação do trabalho numa mercadoria, sob a forma de força de trabalho, que é vendida em um mercado, produz valor, viabiliza a produção de mais-valia e que depende de um conjunto de trabalhos não produtivos para ser produzida e se realizar.

Aquele esforço, identificado na conceituação clássica de Adorno e Horkheimer (2012), de estender a alienação própria ao tempo de trabalho para o tempo livre passa pela produção e reprodução da força de trabalho, de maneira que a Indústria Cultural mantém ligações diretas com o patriarcado como fundamento da formação social capitalista. Assim, promovendo um curto-circuito conceitual, podemos afirmar que o “trabalho cultural de mediação” está diretamente relacionado com a dimensão de prejuízo de gênero da produção e reprodução da força de trabalho.

Com isso, em um sentido mais particular, podemos indicar que o âmbito psicológico-cognitivo da Indústria Cultural se dedica a contribuir com alguns parâmetros no processo de produção e reprodução da força de trabalho. É de sua natureza, portanto, estar direcionado para a perpetuação dos fundamentos patriarcais necessários para a formação social capitalista. Portanto, um conteúdo próprio do “trabalho cultural da mediação” é reproduzir os fundamentos patriarcais do capitalismo, que assumem diferentes aspectos formais de acordo com os contextos históricos específicos. Isso pode levar a modificações na representação da mulher na mídia, mas não tira seu caráter essencial de reprodutor do patriarcado.

Deste modo, o trabalho cultural da mediação pode até ser operado por uma mulher e adquirir, com isso, uma sensibilidade mais aguçada com relação aos prejuízos de gênero. Sempre que isso ocorre, trata-se, efetivamente, de uma conquista histórica para as mulheres. Contudo, como recai no quadro geral patriarcal da Indústria Cultural, acaba por esbarrar nas limitações de sua forma e conteúdo. Recorrendo ao termo originalmente apresentado por Veloso (2017), indicamos que esse funcionamento contraditoriamente coordenado entre representação da mulher na mídia e trabalho cultural da mediação deve ser entendido conforme a noção de “patriarcado de mídia”.

Anunciantes e Estado, que buscam a Indústria Cultural a fim de fazer valer, por meio do “trabalho cultural da mediação”, as funções publicidade e propaganda que, respectivamente, lhes dizem respeito, certamente levam as dimensões de gênero em conta quando buscam adquirir a mercadoria audiência. Desta feita, a Indústria Cultural também leva em conta as dimensões de gênero para dinamizar a função programa, atendendo as necessidades simbólicas determinadas por tais dimensões segundo padrões técnico-estéticos que sejam capazes de fazê-lo. Ou seja, o “trabalho cultural da mediação”, nestes termos, qualquer que sejam os demarcadores

de sexo e gênero do trabalhador que o executa, ao fim e ao cabo atende às expectativas das funções publicidade, propaganda e programa, conforme o padrão tecno-estético adequado e é determinado por uma formação social patriarcal que a fundamenta.

Assim, em termos teórico-metodológicos gerais, a categoria de “patriarcado de mídia” sintetiza o conjunto de preocupações que, em cada especificidade possível do objeto de estudos delimitado para análise e interpretação, deve presidir a pesquisa. Um estudo que não atenta para a totalidade patriarcal da Indústria Cultural, mesmo que esteja pesquisando especialmente uma delimitação singular, perde o conjunto de problemas que lhe são fundantes. Logo, mesmo que, num primeiro nível de análise, quaisquer que sejam as ferramentas metodológicas utilizadas, o resultado indique uma imediata característica positiva, por exemplo, da representação feminina numa minissérie televisiva, a categoria sintética de “patriarcado de mídia” viabiliza repor o achado de pesquisa num plano maior e mais complexo, sob o qual aquele achado inicial é reconfigurado num sentido mais tenso da formação social patriarcal.

Propomos que os Estudos Feministas de Mídia, por meio da síntese categorial presente na noção de “patriarcado de mídia”, não se restrinjam a avaliar isoladamente avanços e retrocessos do prejuízo de gênero nos meios de comunicação e na sociedade como um todo, mas que reconheça em cada estudo particular as contradições das experiências estudadas como expressões gerais do caráter necessariamente patriarcal do capitalismo.

Considerações finais

Quando defendemos a síntese categorial de “patriarcado de mídia” como chave epistemológica urgente para uma Crítica Feminista de Mídia, não o fazemos por mera adesão ideológica ou simpatia, mas sim porque esse caminho epistemológico desvela a forma de operação da sociedade em que vivemos, permitindo a interpretação esclarecida de processos que, analisados apenas em suas manifestações concretas e aparentes, se colocam como contraditórios e incidentais. No presente artigo, saímos do plano imediato, aquele que vivenciamos no dia a dia e onde as relações *aparecem* e fomos lentamente nos deslocando para o plano abstrato onde encontramos as justificativas para a aparência. Longe de colocar *aparência* e *essência* como oposições que se negam (como se a aparência fosse apenas um falseamento que esconde a essência) entendemos esse fenômeno como um processo dialético, no qual esses dois momentos existem como parte de um todo. Se na lei econômica do capital (oficializada e regulada pela tinta das leis dos Estados) os indivíduos são livres e iguais, mas na prática social essa aparência se desmantela com diferentes acessos e prejuízos para determinados grupos de pessoas, isso não significa que a lei econômica diretamente “mente” ou “falseia” o processo social, mas sim que a autovalorização do valor depende de uma sociedade que venda sua força de trabalho (o princípio da liberdade e igualdade para a troca por meio do contrato), mas que também seja regulada por fatores que imponham diferenças sociais (por exemplo, salários mais baixos para mulheres). Nesta abordagem dialética os indivíduos são ao mesmo tempo livres e iguais e cativos e desiguais.

Tratar das relações de gênero e mídia pela chave do materialismo histórico-dialético é, por fim, compreender as funções objetivas do patriarcado no capital e associar a luta da emancipação feminina à luta da emancipação humana dos grilhões próprios da sociedade da autovalorização do valor que constrói ideológica e socialmente uma noção binária de gênero, onde aquele que é identificado como pertencente ao feminino é relegado a alteridade e dotado do fardo da reprodução da vida, chave essa para a constituição da força de trabalho, o “combustível” especial capaz de gerar a autovalorização do valor por meio da mais-valia.

Quanto à mídia, ferramenta do sistema de circulação simbólico, cultural, político e econômico de nossa sociedade, essa tem seu funcionamento determinado pela lógica da Indústria Cultural e, portanto, não consegue escapar dos mesmos padrões encontrados na sociedade cujas relações sociais de produção são pautadas no valor. Trata-se, no fim, de colocar sempre como horizonte a necessidade de superar a Indústria Cultural para que, enfim, o patriarcado não tenha mais vez.

Referências

- BASTOS, M. D; SOUZA, R. M. Os fundamentos sociais do patriarcado de mídia. *Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo*. Ponta Grossa, vol. 6, n. 2, p. 53-69, 2019. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/pauta/article/view/14709>. Acesso em: 01-02-2022.
- BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D. *Um pensamento materialista em comunicação*. O campo da comunicação: epistemologia e contribuições científicas. São Paulo: Socicom Livros, p. 165-187, 2020.
- BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D; SOUZA, R. M. Marxismo, Feminismo e Comunicação. *Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – VIRTUAL – 4 a 9/10/2021*.
- BOLAÑO, C.; BASTOS, M. D; SOUZA, R. M; HERRERA, M. J. Patriarcado, Valor e Comunicação. Modos de vida, trabalho e as relações de gênero sob o capitalismo. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación, [S. l.]*, v. 21, n. 39, 2022. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/815>. Acesso em: 10 abr. 2023.
- BOLAÑO, C. *Indústria cultural: informação e capitalismo*. São Paulo: Pólis/Hucitec, 2000.
- BRUDSON, C. *The feminist, the housewife, and the soap opera*. New York: Oxford University Press, 2000.
- BYERLY, C. M; ROSS, K. *Women & Media: A Critical Introduction*. Blackwell Publishing Ltd, 2006.
- CHAMBERS, D., STEINER, L.; FLEMING, C. *Women and journalism*. New York: Routledge, 2004.
- CONNELL, R. *Masculinities*. Sydney, Australia: Allen & Unwin, 1995.
- CONNELL, R. *Gender and power: Society, the person and sexual politics*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1987.
- DJERF-PIERRE, M., EDSTRÖM, M. The GEM-Index: Constructing a unitary measure of gender equality in the news. In Monika Djerf-Pierre, & Maria Edström (Eds.), *Comparing gender and media equality across the globe: A cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 59–98). Gothenburg: Nordicom, University of Gothenburg, 2020a. <https://doi.org/10.48335/9789188855329-2>.
- DJERF-PIERRE, M.; EDSTRÖM, M. Comparing gender and media equality across the globe: Understanding the qualities, causes, and consequences. In Monika Djerf-Pierre, & Maria Edström (Eds.), *Comparing gender and media equality across the globe: A cross-national study of the qualities, causes, and consequences of gender equality in and through the news media* (pp. 11–56). Gothenburg: Nordicom, University of Gothenburg, 2020b. <https://doi.org/10.48335/9789188855329-1>.
- EDDY, K., SELVA, M., NIELSEN, R. K. *Women and Leadership in the News Media 2022: Evidence from 12 Markets*. Reuters Institute, 2022.

- FEDERICI, S. *Calibã e a Bruxa: Mulheres Corpo e Acumulação Primitiva*. Tradução do Coletivo Sycorax. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERGUSON, M. Images of power and the feminist fallacy. *Critical Studies in Mass Communication*, 1990, 7(3), 215–230.
- GALLAGHER, M. Media and the representation of gender. *The Routledge Companion to Media and Gender*. Ed. Carter, C. Steiner, L. McLaughlin, L. Routledge, Taylor & Francis Group, 2014. Pp. 23-32. ISBN: 978-0-415-52769-9 (hbk), ISBN: 978-0-203-06691-1 (ebk).
- GERBNER, G.; GROSS, L. Living with television: The violence profile. *Journal of Communication*, 1976, 26(2), 172–199.
- GMMP. Global Media Monitoring Project. 2020. Disponível em: <https://whomakesthenews.org/es/gmmp-2020-final-reports/>. Acesso em: 16 de outubro de 2022. ISBN: 978-1-7778038-0-3.
- GOFFMAN, E. *Gender advertisements*. New York: Harper Torchbooks, 1976.
- KANTER, R. M. *Men and Women of the Corporation*, New York: Basic Books, 1977.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: O Processo de Produção do Capital. Tradução de Rubens Enderle. 2a. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.
- MAYER, V. To communicate is human; to chat is female: the feminization of US media work. *The Routledge Companion to Media and Gender*. Ed. Carter, C. Steiner, L. McLaughlin, L. Routledge, Taylor & Francis Group, 2014. Pp. 51-61. ISBN: 978-0-415-52769-9 (hbk), ISBN: 978-0-203-06691-1 (ebk) .
- MCCLINTOCK, A. Couro imperial - Raça, travestismo e o culto da domesticidade. Tradução: Plinio Dentzien. *Cadernos Pagu*. pp.7-85, 2003. Do original: Imperial Leather. Race, Cross-Dressing and the Cult of Domesticity, capítulo 3 do livro *Imperial Leather: Race, Gender and Sexuality in the Colonial Contest*. New York, London, Routledge, 1995, pp.132-180.
- ROSS, K. *Women, politics, media: uneasy relations in comparative perspectives*. New York: Hampton Press, 2002.
- SCHOLZ, R. *O Valor é o Homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos*. Novos Estudos CEBRAP. São Paulo, n° 45, julho de 1996, pp. 15-36.
- STEINER, L. *Gender, sex, and newsroom culture*. In: K.Wahl-Jorgensen & T, 2019.
- STEINER, L. Feminist media theory. In: FORTNER, R. S.; FACKLER, M. (Eds.). *The handbook of media and mass communication theory*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2014, p. 359-379.
- STEINER, L. Glassy architectures in journalism. In: Carter, C.; Steiner, L.; McLaughlin, L. (Eds.). *The Routledge Companion to Media and Gender*. Taylor & Francis Books, 2014b, p. 620-631. ISBN: 978-0-203-06691-1 (ebk).
- TUCHMAN, G. Introduction: The symbolic annihilation of women. In G. Tuchman, A. Kaplan Daniels, & J. Benet (Eds.), *Hearth and home: Images of women in the mass media* (pp. 3–38). New York: Oxford University Press, 1978.
- VAN DER PAS, D. J.; AALDERING, L. Gender Differences in Political Media Coverage: A Meta-Analysis, *Journal of Communication*, Volume 70, Issue 1, February 2020, Pages 114–143, <https://doi.org/10.1093/joc/jqz046>.
- VELOSO, A. M. C. *Gênero, Poder e Resistência: As mulheres nas indústrias culturais em 11 países*. Tese (Programa de Pós-graduação em Comunicação) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2013.
- WEAVER, D. H.; BEAM, R. A.; BROWNLEE, B. J.; VOAKES, P. S.; WILHOIT, G. C. *The American journalist in the 21st century: US news people at the dawn of a new millennium*. Mahwah, NJ: Erlbaum, 2007.

O CAMPO ENUNCIATIVO FEMINISTA NO INSTAGRAM: CRÍTICA DO PRESENTE E BIOPOLÍTICA

THE FEMINIST ENUNCIATIVE FIELD ON INSTAGRAM:
CRITIQUE OF THE PRESENT AND BIOPOLITICS

LIDIANE SANTOS DE LIMA PINHEIRO¹

BEATRIZ SOUZA ALMEIDA²

RESUMO

O artigo discute acerca da rede social Instagram como uma materialidade que se abre aos discursos feministas no espaço da virtualidade em um empreendimento que refrata os discursos do espaço presencial. A pesquisa visa demonstrar como o Instagram é configurado enquanto espaço heterotópico que refrata discursos feministas que emergem no espaço tópico e como esses discursos produzem um efeito de crítica do presente, alavancado pelo exercício da biopolítica. A discussão teórica que guia a problematização do tema é sustentada pela Análise do Discurso, no âmbito dos Estudos Discursivos Foucaultianos, sendo Michel Foucault a principal referência bibliográfica para o empreendimento das análises, em específico com as obras *O corpo utópico: as heterotopias* (2013), *A Arqueologia do Saber* (2008), *Segurança, Território, População* (2008b), *O que é a Crítica?* (2015) e *Microfísica do Poder* (1979). A metodologia utilizada centra-se no método genealógico de análise dos discursos, com a separação de regularidades discursivas de perfis feministas do Instagram. Os resultados da pesquisa apontam para o fenômeno da refração aplicado às Ciências da Linguagem no que diz respeito à configuração do espaço heterotópico, tangenciado para o efeito de pertencimento produzido pelo agrupamento de mulheres feministas no Instagram.

Palavras-chave: Instagram; Atualidade; Biopolítica; Discurso; Heterotopia.

ABSTRACT

*This article proposes a discussion about the social network Instagram as a materiality that opens itself to feminist discourses in the space of virtuality, refracting the discourses of the physical space. Therefore, the research aims to identify how Instagram is configured as a heterotopic space that refracts the discourses emerging in the topical space and how these discourses emerge, producing an effect of critique of the present, leveraged by the exercise of biopolitics. The theoretical discussion that leverages the problematization of the theme is supported by Discourse Analysis, within the scope of Foucauldian Discursive Studies, with Michel Foucault being the main bibliographical reference for the undertaking of discussions and analyses, specifically with the works *The utopian body: the heterotopias* (2013), *The Archeology of Knowledge* (2008), *Security, Territory, Population* (2008b), *What is Criticism?* (2015) and *Microphysics of Power* (1979). The methodology used focuses on the genealogical method of discourse analysis, with the separation of discursive regularities from feminist Instagram profiles and newspaper clippings. The research results point to the phenomenon of refraction applied to Language Sciences*

1 Professora Titular do Curso de Bacharelado em Relações Públicas e do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens-PPGEL da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pós-Doutoranda Sênior com bolsa (Chamada CNPq No 32/2023) no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas - Poscom/UFBA, sob supervisão do Prof. Dr. Giovandro Marcus Ferreira. E-mail: lidicom@yahoo.com

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudo de Linguagens (PPGEL) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB/Campus I) - UFBA. E-mail: beatrizalmeida046@gmail.com

regarding the configuration of the heterotopic space, related to the sense of belonging produced by the gathering of feminist women on Instagram.

Keywords: Instagram; Present; Biopolitics; Discourse; Heterotopy.

Introdução

A configuração dos espaços e de como as mulheres se organizam neles, assim como qualquer forma de organização social e posicionamento público, é atravessada por relações de saber, exercício de poder, formas de sujeição e modos de governar e serem governadas. Mas como entender tal configuração e tais atravessamentos nos discursos feministas dos espaços on-line?

Para tal reflexão, selecionamos a rede social Instagram, pela sua relevância no contexto comunicacional brasileiro e, sobretudo, pela diversidade e profusão de discursos que emergem nesse espaço, constituindo tensionamentos e novas relações. Objetivamos refletir sobre como o Instagram é configurado enquanto espaço que refrata discursos feministas que emergem no espaço social urbano, a partir de ferramentas teóricas que permitam o rastreamento da emergência discursiva e da atitude crítica de dessujeição feminista em tal rede social digital. Para isso, selecionamos fotos de dez perfis feministas do Instagram que tematizam reivindicações concentradas no espaço social urbano, que serão analisadas, a partir das suas regularidades, à luz do conceito foucaultiano de heterotopia. Apesar da perspectiva feminista que direciona este artigo e da rica base bibliográfica latino-americana de epistemologias feministas, o primeiro passo da pesquisa, cujo recorte é aqui apresentado, partiu de contribuições dos estudos discursivos foucaultianos, por conta das questões então levantadas em torno dos modos de governo de si e dos outros e da heterotopia.

Segundo Foucault (2013, p. 24), “a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam ou deveriam ser incompatíveis”; isto é, uma heterotopia abre um novo espaço para que outros discursos e outras formas de existência se tornem possíveis, à medida que ocorre a aproximação ou o afastamento do espaço tópico em relação ao heterotópico. Outrossim, a seguir, traremos à baila os principais elementos teóricos que permitem a compreensão do Instagram como espaço heterotópico. Depois, apresentaremos as questões metodológicas da pesquisa, a partir de critérios arqueogenealógicos foucaultianos, a reflexão sobre a crítica do presente como dessujeição e, por fim, gestos de análise de perfis feministas do *Instagram* entre 2020 e 2021 no Brasil, que impulsionam a reflexão proposta neste artigo.

O Instagram: espaço heterotópico

O Instagram integra um aglomerado de redes sociais digitais que tiveram advento por volta dos anos 2000 no que Pierre Lévy (1998) chama de “ciberespaço”. Acentuando que o espaço virtual é tão real quanto os espaços “atuais”/presenciais, o autor define a gama das redes digitais como “o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial de computadores e das

memórias de computadores” (Lévy, 1998, p. 92). Embora Levy e outros autores tenham empreendido uma vasta discussão sobre o tema, e a compreensão das redes digitais como espaço seja conciliante com a nossa perspectiva, aqui não pretendemos nos fixar a ela, pois compreendemos o *Instagram* no bojo da formação dos objetos, como um espaço heterotópico onde podemos ser outras e estar alhures. Logo, investigaremos os discursos oriundos de sua materialidade sob esse prisma, conforme discutido por Michel Foucault (2013). Não apresentamos questões relacionadas à virtualização, interconexão ou inteligência coletiva, mas problematizamos como o Instagram tira a sujeita do espaço atual e a lança para um espaço em que as subjetividades podem ser outras. É, portanto, um outro espaço no qual se pode ser subjetivada. Esse espaço, aberto ao processo de subjetivação, serve não apenas a atos comunicativos, mas aos desdobramentos da linguagem que são constituintes dos sujeitos ou, o que mais nos interessa aqui, das sujeitas³.

Dessa visada, tomamos a noção de ciberespaço clivada para o Instagram a fim de dar-lhe uma nova roupagem, à luz dos estudos discursivos foucaultianos, e a partir disso constituir o objeto da pesquisa. Para tanto, recorreremos à *Arqueologia do Saber* (Foucault, 2008), a fim de estabelecer critérios e ferramentas para esta investigação. Um objeto, segundo Foucault, não guarda em si as relações estabelecidas entre as instituições, as normas, os processos sociais, os comportamentos, as subjetividades; não são essas relações que definem a constituição interna do objeto, mas são o que “lhe permite aparecer, justapor-se a outros objetos, situar-se em relação a eles” (Foucault, 2008, p. 50). Desse modo, não pretendemos afirmar que é o *Instagram* em si que permite que as sujeitas e as instituições estabeleçam diferentes relações, mas que, através de determinadas regras de formação, a espessura histórica dessas relações pode ser apreendida e os discursos que ecoam e se materializam nesse espaço *ciber* heterotópico podem ser analisados.

Para trazer o Instagram à baila dos objetos do discurso, é preciso demarcar as “superfícies primeiras de sua emergência” (Foucault, 2008, p. 46), ou seja, desenvolver os estratos históricos que compõem e permitiram o seu surgimento. O Instagram surgiu no ano de 2010, impulsionado pela onda crescente de redes sociais digitais que visavam o compartilhamento de fotos e, rapidamente, tornou-se popular devido a sua interface e recursos como filtros, vídeos curtos, postagens instantâneas, etc. Nessas margens, o limiar de surgimento do Instagram é marcado pela heterotopia do corpo: fotografar e publicar-se fora do espaço que o corpo habita, circulando em um outro espaço, criando uma heterotopia de fora.

Contudo, não é o Instagram em si que inventa a heterotopia do corpo. Outras redes sociais já construíam um escopo para essa heterotopia. Assim, a eclosão do Instagram faz ecoar a espessura histórica digital que o precede. Genealogicamente, é possível apontar como estratos de surgência, por exemplo, o MySpace em 2003, Facebook e Orkut em 2004, Twitter em 2006, WhatsApp em 2008. Embora cada rede social digital desempenhe uma função e tenha se consolidado em matrizes distintas, em termos de discurso, tais redes compõem uma “grade de especificação” (Foucault, 2008, p. 47), ou seja, constitui os elementos que delimitam um campo do discurso.

3 Apesar de reconhecer um reducionismo no binarismo “sujeito/sujeita”, optamos por mantê-lo respeitando o conceito de sujeito, em Foucault, mas acrescentando ou focando o substantivo feminino, a partir do gesto de leitura feminista que atualiza a teoria foucaultiana.

O Instagram pode ser compreendido como espaço heterotópico, pois, via de regra, as heterotopias surgem com a necessidade de existir um outro lugar para o que não pode estar ali, isto é, são “contraespaços” (Foucault, 2013, p. 20), nos quais os sujeitos/as sujeitas podem ser outros/outras e se constituir diferentemente. É uma utopia real (e não ideal), um deslocamento em um espaço social alternativo, marginal em relação aos lugares instituídos, regido por normas próprias, que permite à sujeita/ ao sujeito experimentar certa liberdade. Entendemos que o Instagram refrata o espaço social urbano, como o movimento de aproximação e afastamento do espaço tópico pelo heterotópico.

Na Física, a Refração da Luz, ou Lei de Snell-Descartes, atesta a relação entre o ângulo de incidência e o ângulo de refração quando a luz passa de um meio transparente para outro. Conforme Vicente e Silva (2024, p. 2), “a razão entre o seno do ângulo de incidência e o seno do ângulo refratado é uma constante”. Desse modo, a refração trata de um fenômeno óptico que demonstra o comportamento da luz ao mudar o meio material no qual ela se propaga.

Ao trazeremos a noção de refração para a Linguagem no Instagram, referimo-nos ao comportamento e à configuração dos discursos quando emergem no espaço tópico e incidem no espaço heterotópico. À medida que o Instagram abre um outro espaço para que determinados discursos circulem, ele evoca um funcionamento próprio para a circulação dos discursos que residiam no espaço tópico. Assim, tal rede não reflete simplesmente, mas faz ver existentes reais a partir de ângulos que os tornam (ou os fazem parecer) outros.

Nessa esteira, o Instagram se constitui como heterotopia para a sujeita feminista, pois a tira do seu lugar comum e a joga em um lugar outro, justapondo um lugar a outro, criando para o corpo a possibilidade de estar lá, em uma configuração geográfica que se estende ao infinito e invade os campos do discurso que só poderiam estar aqui. Isto é, a configuração heterotópica do Instagram permite à sujeita o alastramento de seus dizeres, seu corpo, suas formas de existência, em um continuum da história que se abre ante um espaço que, geograficamente, não está aqui, mas que se desdobra na realidade.

Por lançar a sujeita em um espaço alhures, regido por novas regras, mas com uma face de liberdade que lhe permite mostrar-se visual e textualmente ou criar uma simulação de si, o Instagram produz o alastramento da linguagem e das subjetividades em sua configuração heterotópica. Então, enquanto heterotopia, o Instagram remodela a subjetividade para inscrevê-la em outro domínio, o domínio de um mundo alternativo projetado como possível e dado; uma utopia realizada e registrada na indicialidade da imagem fotográfica. Assim, os discursos oriundos do espaço tópico são refratados no espaço heterotópico sob uma configuração que é passível de ser verificada através do campo em que ele se constitui.

Metodologia

As histórias dos discursos se constroem através da descontinuidade, da dispersão. É na dispersão dos discursos que é possível capturar a emergência de um objeto, a urgência de um determinado saber, o momento em que um acontecimento irrompe à superfície e se insere no jogo das relações discursivas. Foucault nos diz em sua Arqueologia que “é preciso estar pronto

para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos [...] Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância” (Foucault, 2008, p. 28). É preciso apreender os discursos em sua emergência na atualidade e investigá-los à luz não de uma origem, mas das condições de possibilidade que permitiram, ao longo da história, que esse discurso emergisse. Analisar os discursos no jogo de sua instância trata-se, portanto, de estabelecer critérios arqueogenealógicos de investigação, de modo que o método faça aparecer as condições históricas de existência de um determinado objeto.

A arqueologia seria “o método próprio de análise das discursividades locais”, ou seja, das regras que organizam os discursos, enquanto a genealogia seria “a tática que faz intervir, a partir das discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem”, conforme instruiu Foucault (1999, p. 16). A arqueologia questiona a vontade de verdade que os discursos operam e a genealogia evidencia os campos de batalha, as relações de força nos quais os saberes são veiculados. Deste modo, a arqueogenealogia propõe uma articulação com um método de análise das discursividades que permite sua diagnose, à medida que é possível intervir nessas discursividades a partir de uma proveniência histórica – genealógica.

A genealogia da proveniência, que Foucault discute a partir de sua leitura de Nietzsche, é geralmente tratada sob a noção do pertencimento, isto é, das marcas históricas que unem um determinado grupo, uma comunidade, uma raça, mas ainda sob o viés da busca da “origem”. Contudo, Foucault argumenta que a genealogia da proveniência não busca elevar os acontecimentos ou aprisioná-los no prisma da linearidade, mas justamente apreender, na emergência em que os acontecimentos irrompem à exterioridade, as marcas sutis e singulares que fizeram pulular um determinado discurso.

A emergência dos discursos, genealógicamente tratada, é “a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam nos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (Foucault, 1979, p. 24). Nessas linhas, ao tomar um objeto do discurso a fim de estudá-lo em sua genealogia, não se pretende estabelecer um fio único e corrente para apontar como ele pôde surgir na história, mas sim, mostrar nos desvios, nas falhas da continuidade, o que se produziu diferentemente no interstício.

Delimitamos os recortes a fim de mostrar como essas regularidades produzidas na dispersão resgatam historicamente a proveniência dos discursos e alicerçam os saberes em uma dada formação discursiva. Para a organização do *corpus* da pesquisa, dispomos as materialidades considerando as regularidades entre elas. As regularidades, neste sentido, são separadas pelo tipo de enunciado ao qual se vinculam, de modo que séries distintas apresentam também um sentido distinto para que sejam analisadas e problematizadas. No breve recorte que apresentaremos aqui, o critério utilizado foi o da repetição de uma forma de enunciar as manifestações empreendidas por mulheres feministas nas publicações oriundas do *Instagram*.

Para a formulação de como se constitui uma série enunciativa a partir do *corpus*, Michel Foucault (2008, p. 11) aponta que é preciso “determinar que forma de relação pode ser legitimamente descrita entre as diferentes séries”. Isso quer dizer que, entre as formações discursivas identificadas no *corpus*, coexistem regularidades que reúnem as diferentes séries em um quadro discursivo (Milanez, 2014, p. 14). Aqui as séries são compostas a partir de recortes das publicações, considerando-se os elementos de fragmentos de imagens estáticas, amparadas, por vezes, pela materialidade textual, mas os recortes das publicações alternam entre os perfis. Assim, uma

série pode ser constituída por diversas publicações de vários perfis, mas não necessariamente de todos simultaneamente, pois o que faz valer as análises de uma série é a regularidade de um discurso que coexiste entre as diferentes materialidades e a função enunciativa desempenhada por cada uma.

O campo enunciativo feminista

Que a história é constitutiva de quem somos no presente não é novidade ou sequer pode-se dizer que somos algo novo em relação à história que nos marca. Para evocar Foucault (2009), fazendo um deslocamento de sua própria discussão, o novo não está no que fazemos de nós, mas no acontecimento que entorna o que podemos fazer de nós mesmas. Nessas linhas, a forma como nos constituímos e nos conduzimos no presente deve sempre ser pensada e entendida a partir da irrupção de acontecimentos que transformam as atitudes possíveis e os modos de governar e sermos governadas. Nesse sentido, fazer uma análise de discursos é um modo de diagnosticar a história do presente e, com Foucault (2015), questionar o que somos enquanto fazendo parte dessa atualidade. Sobre a necessidade de seguir a esteira do acontecimento, o filósofo francês explica:

É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas *uma relação de forças que se inverte*, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. *As forças que se encontram em jogo na história não obedecem nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta* (Foucault, 1979, p. 28 – grifos nossos).

O acontecimento não deve ser entendido meramente como uma ocorrência determinada na história, mas como o resultado das relações produzidas a partir de jogos de poder – relações que se inserem no campo do discurso retomando enunciados e produzindo condições de possibilidade para a emergência de outros discursos. Essas relações retornam à história através de uma gama de saberes marcados pela força da dessujeição, ou seja, da luta pela “insurreição dos saberes dominados” (Foucault, 1979, p. 170).

A dessujeição é o que insere o discurso no bojo da genealogia crítica. Os saberes dominados são “os blocos de saber histórico que estavam presentes e mascarados no interior dos conjuntos funcionais e sistemáticos e que a crítica pode fazer reaparecer” (Foucault, 1979, p. 170). Nesse sentido, fazer o diagnóstico do presente, analisando os modos como as sujeitas feministas se conduzem, demanda o levantamento dos saberes locais que são evocados em dadas formações discursivas.

Nessas linhas é que a crítica funciona como um meio de dessujeição dos saberes enraizados e alocados em determinados campos do discurso. Michel Foucault discute a crítica, ou a atitude crítica, a partir de uma ancoragem histórica dos modos de ser governado. Segundo ele, a crítica “[...] é o movimento pelo qual o sujeito se outorga o direito de interrogar a verdade sobre os seus efeitos de poder e o poder sobre os seus discursos de verdade; a crítica seria assim a arte da insubmissão voluntária, a da indocilidade refletida.” (Foucault, 2015, p. 35). Assim, enquanto é

possível mobilizar a história genealógica dirigida para a emergência do acontecimento que estabelece relações com as formas de governar os sujeitos/as sujeitas, fazer a crítica do presente é dessujeitar os saberes cristalizados no bojo dessas relações e dessas formas de governar.

É no rastro dessa atitude crítica, nas formas outras de se governar, nos modos de desobedecer às instituições que as feministas se inserem. O feminismo como um agrupamento social, por si só, já mobiliza uma desobediência. Aliás, como lembra Rosalia Perez (2015, p. 154, tradução nossa), “o Sufragismo é o primeiro movimento social que pratica a desobediência civil utilizando o corpo”. Na série enunciativa a seguir (FIG.), buscaremos trazer à baila de discussões sob quais condições e de quais formas as mulheres desobedecem a um governo através de uma atitude crítica, ou seja, por meio da identificação com o movimento feminista e as mobilizações empreendidas por elas. Nesse sentido, o campo enunciativo do ativismo é o ponto de ancoragem no qual buscaremos mostrar a clivagem das relações discursivas e a envergadura em seus modos de se conduzir.

Figura – Série enunciativa do ativismo





Nessa série enunciativa, as mulheres aparecem em agrupamentos no contexto de reivindicações durante os anos iniciais da pandemia de Covid-19 e do Governo Bolsonaro. As fotos desses agrupamentos desviam o sentido da subjetividade que se alocaria em sujeitas distintas e revelam uma subjetividade de grupo, um aglomerado de subjetividades que produzem um efeito de pertencimento. Por raciocínio semelhante, metodologicamente, não tomamos as imagens apresentadas para análise individualizada, pois o que interessa é o funcionamento do discurso que coexiste entre as materialidades apresentadas.

É preciso aqui evocar o entendimento genealógico das subjetividades e dos corpos dessas sujeitas para que o efeito de pertencimento ao grupo seja alavancado. No agrupamento dos corpos, há uma dissociação da suposta individualidade, que acaba por dissolver, diluir ou esva-ziar o sentido de subjetividade. Nesses termos, as sujeitas não aparecem evocando um lugar para *si* nessa série, mas para a coletividade, que é o que faz emergir o campo enunciativo do ativismo político.

Foucault aponta, em *A Arqueologia do Saber*, que um campo enunciativo compõe-se de formas de coexistência entre os enunciados, por um campo de presença, de concomitância, compreendido a partir de um domínio de memória. Isso quer dizer que os enunciados emergem em determinada materialidade em compatibilidade com enunciados que surgem em outras mate-rialidades. Nessas linhas, o campo enunciativo do ativismo político que emerge no Instagram dessas mulheres constitui-se por discursos que são empreendidos por uma espessura histórica das sujeitas, ou seja, pelo modo como percebem a si, como subjetividade coletiva, na presentifi-cação da história. Desse modo, o atravessamento político e coletivo nas subjetividades dessas sujeitas do discurso, alocado na heterotopia do Instagram, enverga de um campo enunciativo que faz funcionar o discurso do feminismo na história.

É, nesses termos, que o agrupamento dos corpos dessas mulheres, suprimindo uma ideia de *eu* em detrimento de um *nós*, figura para o entendimento de pertencimento à luz da iden-tificação com o movimento feminista e em reação à biopolítica. A biopolítica, conforme dis-cutida por Michel Foucault (1999), trata do exercício de um poder soberano sob a população ou grupos específicos.

O exercício da biopolítica é direcionado de maneira mais severa para grupos ou parcelas da população que não obedecem a uma norma estabelecida; para sujeitos/sujeitas que, em uma sociedade que busca hegemonia, mostram-se desviantes. Desse modo, via Estado e instituições que exercem domínio sob os modos de os sujeitos/as sujeitas se conduzirem, o exercício da biopolítica passa a ser regulador dos modos de vida ou, em estado mais extremo, faz viver uma determinada parcela da população que atende as normas institucionalizadas, enquanto deixa morrer a parte da população que não obedece.

A operacionalização da biopolítica no Brasil se deu, por exemplo, durante o governo Bolso-naro, para citar um caso em específico, ao negar o envio de oxigênio para o Amazonas durante a pandemia. Na ocasião, o então presidente Jair Bolsonaro disse não ser atribuição do governo federal prover oxigênio para o estado, que estava em caso de calamidade com a superlotação nos hospitais⁴. Desse modo, o Estado, representado pelo presidente, que deveria promover políticas de enfrentamento para a crise na saúde e garantir a sobrevivência da população, optou pelo

4 Informação veiculada no portal G1 (2021).

“fazer morrer”. Esse “fazer morrer” é um mecanismo do biopoder e, assim, a biopolítica funciona como uma estratégia de extermínio⁵.

À vista disso, as mulheres, como todes, estão sujeitas a uma biopolítica pelos modos de governo que lhe são impostos, mas resistem a essas formas de governo nos espaços que ocupam, como o *Instagram*. As publicações que circulam na heterotopia do *Instagram* situam o momento da história e a forma de governo a que elas estavam resistindo. Os ecos da resistência a esse governo e à biopolítica de morte se fazem perceber pelos enunciados das faixas e bandeiras na série enunciativa em questão (Fig. 1): *Marielle Vive*, *Somos Todxs Marielle*, *Fora Bolsonaro*, *Ban-cada Feminista*, *Ditadura Nunca Mais* e a *#Paremdenosmatar*. Esses dizeres evocam um discurso que não está somente na superfície em que ele emerge, pois demonstra a espessura histórica de onde provém o movimento de resistência.

A expressiva redução orçamentária no recurso previsto para o enfrentamento da violência contra a mulher durante o governo de Jair Bolsonaro e o aumento significativo nos registros de violência sexual e feminicídios⁶ ecoam na reivindicação dessas mulheres, que não suportam a negligência do governo ante à violência e a denunciam. A estampa em suas camisas e faixas faz ler o grito *ForaBolsonaro* e a linguagem do espaço virtual é levada para as ruas, na *hashtag #Paremdenosmatar*, como forma de circular e estimular o enfrentamento da violência que partia do próprio presidente, em falas como: “Ela não merece porque ela é muito ruim, porque ela é muito feia, não faz meu gênero, jamais a estupraria. Eu não sou estuprador, mas, se fosse, não iria estuprar, porque não merece”⁷.

O *Instagram* como espaço heterotópico, então, não é uma simples extensão do tópico, na medida em que as manifestações de rua, de alguma forma, amoldam-se à lógica midiática para amplificar seu alcance – não apenas em possíveis fotografias de jornais, mas, sobretudo, nas prováveis postagens das participantes dos eventos. As formas de resistência são registradas e modelizadas para a circulação em um recorte espaço-temporal esgaçado, que não se limita ao aqui e agora do ato social urbano, mas se prolonga livremente nos compartilhamentos das redes sociais digitais.

Em *#Paremdenosmatar*, aparece a consciência do biopoder, da espessura do discurso de violência cingida aos corpos das mulheres através do feminicídio – uma violência normatizada em muitos períodos da história, a exemplo da Ditadura Militar, que também é colocada no caminho da resistência pelos dizeres *Ditadura Nunca Mais* dos cartazes.

Em uma das fotografias em destaque, a grande faixa com a frase *Marielle Vive*, mais do que rememorar, projeta a vida de Marielle na vida daquelas mulheres que se põem no caminho oposto da política de morte instaurada pelo governo. Marielle vive, nesses termos, nas vidas dessas outras sujeitas que fazem eco à sua voz tão violentamente calada. Em outra faixa, a afirmativa de que *Somos Todxs Marielle* produz um efeito de identificação das enunciatóricas com Marielle, na medida em que agora reivindicam em seu nome, independente de se identificarem como mulheres ou não, já que o X da palavra *Todxs* marca uma inclusão de pessoas não-binárias que também se aliam à causa.

5 A configuração da biopolítica clivada para o corpo e o fazer morrer da população durante a pandemia a partir de ações (ou falta delas) pelo governo Bolsonaro foi mais amplamente discutido no artigo publicado por Milanez e Almeida (2021).

6 As informações detalhadas sobre essa redução orçamentária e índices de violência podem ser conferidas em reportagem veiculada pelo Jornal Carta Capital (Zigoni, 2024).

7 Fala proferida por Jair Bolsonaro em entrevista concedida ao portal Zero Hora (Chagas, 2022).

Nessas linhas, a subjetividade feminista dessas mulheres, marcada pelo ativismo, não deixa de evocar a história e um lugar na política, seja pela própria invocação de Marielle enquanto figura política, seja pela reivindicação de um *Fora Bolsonaro* ou pelo requerimento de uma “bancada feminista” própria. A identificação entre essas mulheres para a união em um movimento ativista atravessa as esferas da interseccionalidade (Gonzalez, 2020), à medida que mulheres brancas, negras, indígenas e transexuais se aglomeram em prol de uma reivindicação que é coletiva, com ressalvas, claro, às singularidades de cada subjetividade. Essa rede de identificação, isto é, o laço de pertencimento estabelecido entre os diferentes grupos de mulheres revela o empreendimento de um autogoverno de si em um gesto de insubmissão pela atitude crítica (Foucault, 2015).

Dessa forma, o exercício da biopolítica sobre as mulheres é subvertido por elas no exercício de *ousar saber*. O exercício do poder soberano, então, declina em detrimento da coletividade calcada no pertencimento social. Através dos modos de governar-se, de as mulheres conduzirem suas vidas, instaura-se um processo de dessujeição dos saberes alocados.

Considerações finais

Enquanto no espaço tópico impera uma determinada forma de governar as sujeitas através da repressão, de violência física, de cerceamento, no espaço heterotópico as formas de governo são outras, muito embora nele não se esteja livre também da repressão, do cerceamento, das violências.

Um espaço não desaparece em detrimento do surgimento de outro, mas as características de um deslizam para o outro, respeitando as devidas diferenças, no efeito de refração da linguagem. Sem adentrar na discussão sobre algoritmos ou sobre o domínio capitalista desse espaço, que fogem à problemática deste artigo, quando as mulheres ocupam o *Instagram* para suas reivindicações contra o patriarcado e a violência por elas sofridas, espera-se que a refração de manifestações coletivas ocorridas nos espaços tópicos tenha o efeito potencial de amplificação (e talvez unificação) da luta feminista.

Outrossim, enquanto o poder soberano exercido pelo Estado regula os espaços físicos de reivindicação dessas sujeitas, margeando-as, o espaço digital se desdobra como possibilidade e se abre em sua heterotopia para alavancar os discursos de resistência, embora também se abra a discursos de violência. Em um efeito de deslizamento, os dizeres nas camisetas, faixas e bandeiras que foram levadas às ruas são empreendidos a partir de uma linguagem que é domínio do espaço virtual. O uso das *hashtags*, das frases curtas de efeito, do x marcando uma neutralidade no gênero, situa discursivamente o *Instagram* como outro espaço para as reivindicações, configurando-o na heterotopia do desvio, um lugar onde os discursos feministas podem circular e batalhar com os discursos de ódio que também o habitam.

Não pretendemos afirmar que a refração nos modos de olhar e de enunciar a si seja um processo conscientemente configurado na rede digital, mas, por se tratar de uma produção de linguagem, os efeitos de sentido produzidos podem ser investigados e devem ser analisados. Ponderar sobre o presente, principalmente considerando as formas de governo às quais estamos sujeitas, e agir ativamente sobre elas, como as mulheres do recorte da nossa pesquisa fizeram ao se posicionar sobre a pandemia e o feminicídio, nos faz atuar criticamente na sociedade, conforme impelia Foucault e, a partir das especificidades do contexto latino-americano contemporâneo, impelem autoras feministas como Lélia Gonzalez (2020), entre outras.

Referências

- CHAGAS, Inara. Veja nove vezes em que Bolsonaro atacou os direitos das mulheres. *Brasil de Fato*, 08 mar 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/03/08/veja-nove-vezes-em-que-bolsonaro-atacou-os-direitos-das-mulheres> Acesso em: 27 mai. 2024.
- FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *O Corpo Utópico, as Heterotopias*. São Paulo: n-1, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso: aula inicial no Collège de France pronunciada em 2 de dezembro de 1970*. São Paulo: Loyola, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *O que é a Crítica? seguido de A Cultura de Si*. Lisboa: Texto e Grafia, 2015.
- G1. BOLSONARO diz que não é atribuição do governo levar oxigênio para o Amazonas. *G1*, 30 jan 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/am/amazonas/noticia/2021/01/30/bolsonaro-diz-que-nao-e-atribuicao-do-governo-levar-oxigenio-para-o-amazonas.ghtml> Acesso em: 27 maio 2024.
- GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções, diálogos*. Rio de Janeiro, Zahar, 2020.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1998.
- MILANEZ, Nilton. Foucault e o Cinema: para uma breve arqueologia das imagens em movimentos. In: PIOVEZANI, Carlos; CURSINO, Luzmara; SARGENTINI, Vanice (Orgs.). *Presenças de Foucault na Análise do Discurso*. São Carlos: EdUFSCAR, 2014, p. 125-143.
- MILANEZ, Nilton; ALMEIDA, Beatriz. Corpo e experiência de nós mesmos: sobre o Diário Foucaultiano de Quarentena do Labeledisconna pandemia. *Heterotópica*, v. 3; n. 1, jan.-jun. 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/RevistaHeterotopica/article/view/59264/31830> Acesso em: 27 mai. 2024.
- PÉREZ, Rosalia Romero. Desobediencia civil, feminismo y cuerpo. *Investigaciones Feministas*, v. 6, 2015. P. 153-171.
- VICENTE, Isabella; SILVA, Saulo da. A natureza quântica da luz e a lei de Snell-Descartes. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, 2024, v. 46.
- ZIGONE, Carmela. 8M 2024: orçamento e direitos das mulheres brasileiras. *Carta Capital*, 08 mar 2024. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/8m-2024-orcamento-e-direitos-das-mulheres-brasileiras/> Acesso em: 27 maio 2024

FEMINISMOS EM DISPUTA: COMO SÃO CONSTRUÍDOS OS PERFIS NAS PLATAFORMAS DIGITAIS DAS MULHERES ELEITAS EM OURO PRETO, EM 2020?

FEMINISMS IN DISPUTE: HOW ARE THE PROFILES CONSTRUCTED ON THE DIGITAL PLATFORMS OF THE WOMEN ELECTED IN OURO PRETO IN 2020?

NAJLA DOS PASSOS¹

PAULO LEAL²

RESUMO

Como os perfis construídos nas plataformas digitais das duas mulheres eleitas em Ouro Preto, em 2020, durante a campanha eleitoral e os três primeiros anos dos mandatos, refletem as disputas travadas em torno dos sentidos dos feminismos? Este artigo procura responder a esta questão a partir de uma epistemologia feminista da comunicação, que articula conceitos como esfera pública (Habermas, 2014; Fraser, 2021), esfera pública conectada (Benkler, 2006), astúcia da história (Fraser, 2019) e neoconservadorismo (Biroli, 2020). A metodologia adotada é a análise de conteúdo proposta por Bardin (2016) e atualizada por Sampaio (2021), que analisa como 20 categorias dos feminismos aparecem nos discursos das duas mulheres em seus perfis no Facebook. A hipótese de que só teriam destaques as categorias que não desafiassem os valores conservadores e tradicionais só se sustentaram parcialmente. Embora ambas as eleitas tenham se posicionado como mães e cristãs, apenas uma delas adotou o papel de esposa de uma tradicional família patriarcal. A outra assumiu viver em um relacionamento homoafetivo. Além disso, elas evitaram pautas morais contrárias aos valores cristãos, como o aborto, mas falaram sobre questões identitárias, como racismo e direitos LGBTQIA+. Novas tendências feministas abraçadas pelo neoconservadorismo também apareceram em seus discursos, como a defesa da proteção animal, do empreendedorismo e do empoderamento.

Palavras-chave: epistemologias feministas; feminismo; comunicação política; esfera pública conectada; neoconservadorismo.

ABSTRACT

How do the profiles created on the digital platforms of the two women elected in Ouro Preto in 2020, during the electoral campaign and the first three years of their terms, reflect the disputes surrounding the meanings of feminism? This article seeks to answer this question based on a feminist epistemology of communication, which articulates concepts such as the public sphere (Habermas, 2014; Fraser, 2021), networked public sphere (Benkler, 2006), the cunning of history (Fraser, 2019), and neoconservatism (Biroli, 2020). The methodology employed is

- 1 Jornalista, mestra em Linguagens/Estudos Literários e Culturais e doutoranda no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM-UFJF). É diretora-executiva da Agência Mídias Gerais. Já atuou como professora da Universidade de Cuiabá (Unic), como professora substituta da Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), em assessorias de comunicação e em veículos de imprensa de MT, DF e MG. E-mail: najlapassosdf@gmail.com
- 2 Professor titular da Universidade Federal de Juiz de Fora, lecionando na graduação, no mestrado e no doutorado em Comunicação da Faculdade de Comunicação da instituição. Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1991), com mestrado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo IUPERJ (1997) e doutorado em Ciência Política (Ciência Política e Sociologia) pelo IUPERJ (2003). Tem experiência nas áreas de Comunicação e de Política, atuando principalmente nos seguintes temas: partidos, eleições e campanhas eleitorais; mídia, ideologia e reflexos identitários; comunicação política; jornalismo político. E-mail: paulo.leal@ufjf.br

content analysis as proposed by Bardin (2016) and updated by Sampaio (2021), which examines how 20 categories of feminism appear in the discourses of the two women on their Facebook profiles. The hypothesis that only categories not challenging conservative and traditional values would be emphasized was only partially supported. Although both women positioned themselves as mothers and christians, only one assumed the role of wife in a traditional patriarchal family, while the other acknowledged being in a same-sex relationship. Additionally, they avoided moral issues contrary to christian values, such as abortion, but addressed identity issues, such as racism and LGBTQIA+ rights. New feminist trends embraced by neoconservatism also appeared in their speeches, including the defense of animal welfare, entrepreneurship, and empowerment.

Keywords: *feminist epistemologies; feminism; political communication; networked public sphere; neoconservatism.*

Introdução

A polarização ideológica, intensificada com o fenômeno das plataformas digitais, tem colocado em disputa narrativas acerca dos mais diferentes temas da vida cotidiana. Entre eles está o feminismo, aqui entendido como um movimento social de contestação do patriarcado (hooks, 2018)³ e como uma teoria crítica que expandiu seu objeto de pesquisa a tal ponto que, partindo das questões de gênero, passou a contribuir com análises sobre todas as relações de poder na sociedade (Miguel e Biroli, 2014, p.17).

O feminismo se articulou, no século XIX, a partir da luta das mulheres por direitos como o sufrágio universal. Ainda hoje, a reivindicação de uma representação política equânime continua entre suas prioridades. No entanto, no decorrer do tempo, outras pautas foram sendo incorporadas, como a luta pelo fim da escravidão e da violência contra as mulheres, pela inserção no mercado de trabalho formal e pelo direito de decidir sobre seu próprio corpo.

Na contemporaneidade, a relação dialética entre a transformação do feminismo em um movimento de massa e a expansão do neoconservadorismo coloca em oposição bandeiras históricas e recentes dos movimentos de mulheres. Neoconservadorismo este que está atrelado ao neoliberalismo transnacional, conservador, cristão e focado no combate a questões morais como o aborto, a legalização das drogas e a "identidade de gênero" (Biroli; Machado; Vaggione, 2020).

São muitas as questões centrais do feminismo que o neoconservadorismo coloca em xeque. Ao invés da luta radical contra a divisão sexual do trabalho, ele propõe alternativas como qualificação para as mulheres empreendedoras. No lugar de articular uma política sexual e reprodutiva que verse sobre o direito ao aborto, se limita às campanhas para a detecção precoce do câncer de mama e de útero que, embora tão importantes quanto, reduzem a natureza polêmica do debate.

Mas como os estes sentidos dos feminismos são disputados na política paroquial dos territórios mais conservadores do Brasil no que tange à participação feminina na política, a partir da construção dos perfis nas redes sociais das mulheres candidatas, tanto nas campanhas eleitorais quanto nos cumprimentos dos seus mandatos? É esta a questão que este artigo busca responder, a partir do estudo de caso de como se deu a construção dos perfis das duas mulheres eleitas em Ouro Preto na campanha eleitoral de 2020: a vice-prefeita Regina Braga (Republicanos) e a vereadora Lílian França (PDT). A hipótese é que, em um município de porte médio, localizado em uma região em que as mulheres encontram menos espaço na política do

3 Embora a teórica feminista Bell Hooks prefira grafar seu nome com iniciais minúsculas, neste artigo optamos por grafá-lo com as iniciais maiúsculas em respeito às normas da ABNT.

que na média do país, o debate seja pautado por valores morais rígidos, como a religiosidade cristã e a família nuclear patriarcal, com o espaço de absorção das novas formas dos feminismos restrito às temáticas chanceladas pelo neoliberalismo, como, por exemplo, o empreendedorismo e empoderamento. Ou mesmo de pautas neutras, abraçadas pelos dois extremos do espectro político, como proteção animal e pobreza menstrual.

A escolha de Ouro Preto, município mineiro com mais de 300 anos e população de 74.821 habitantes, segundo o Censo de 2023, se deve ao fato de a cidade ser o epicentro da Estrada Real, o território mais antigo de Minas Gerais e o maior circuito turístico do país, além de uma das regiões mais conservadoras no que tange à participação feminina na política. Em 2020, as prefeitas eleitas no Brasil foram 12,1% do total, enquanto as eleitas em Minas Gerais foram 7,2%. Nos 50 municípios que integram o Eixo Principal da Estrada Real, elas foram apenas 4% (Passos, 2023, p.4).

A pesquisa contempla a análise dos conteúdos postados pelas duas mulheres em um período de quatro anos, que corresponde à campanha eleitoral de 2020 e vai de 16 de novembro a 31 de dezembro do cumprimento dos mandatos nos anos de 2021, 2022 e 2023. Isso significa um corpus de 331 postagens extraídas da plataforma digital Facebook, a mais usada tanto pelos eleitores quanto pelos candidatos à eleição de 2020.

As referências teóricas utilizadas perpassam conceitos como o de esfera pública (Habermas, 2014; Fraser, 2021 e 2024), esfera pública conectada (Benkler, 2006; Silveira, 2019), astúcia da história (Fraser, 2019) e neoconservadorismo (Biroli, 2020). Toda a pesquisa é atravessada por um olhar interseccional (Collins, 2021), que, além das questões de gênero, considera raça, classe, orientação sexual e religiosidade, fundamentadas nas informações extraídas das postagens feitas no Facebook e dos dados informados pelas então candidatas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no ato de registro das suas candidaturas.

A metodologia se fundamenta na análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2006), que, ressignificada por Sampaio, (2021), à luz do atual contexto brasileiro, pode ser assim entendida:

análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos (Sampaio, 2021, p.6).

Para efeito desta pesquisa, a extração dos conteúdos a serem analisados foi feita de forma manual, sem nenhuma recorrência à inteligência artificial ou tecnologias afins. Na avaliação de Sampaio, (2021), da mesma forma que é factível considerar as possibilidades do uso da análise de conteúdo automatizada para grandes quantidades de dados, é também razoável supor que ainda há muito caminho a percorrer para que os dados resultantes da análise de conteúdo automatizada sejam validados pela ciência. "Ao menos no atual momento da tecnologia e da ciência, é inócua acreditar que toda a AC manual poderá ser substituída por formas computadorizadas de análise" (Sampaio, 2021, p.13).

Para a definição das categorias utilizadas neste artigo, primeiro foi necessário efetuar a pesquisa bibliográfica sobre os feminismos contemporâneos, de onde foi extraído o primeiro conjunto proposto. Em seguida, foi realizado um teste de aplicabilidade, que resultou na organização destas categorias por eixos temáticos, com o objetivo de facilitar sua aplicação. É importante

deixar claro que as categorias aqui trabalhadas não esgotam - e jamais seria esta a pretensão - os temas dos feminismos contemporâneos. Elas só e apenas expressam aqueles mais debatidos no período e que, tanto pela presença quanto pela ausência, entrecortam as construções das imagens das mulheres eleitas em 2020 na Estrada Real. As 20 categorias, organizadas a partir dos eixos temáticos, podem ser consultadas na tabela abaixo:

Quadro 1 - categorias dos feminismos para análise

| SAÚDE | POLÍTICA | ECONOMIA | VIOLÊNCIA | OUTRAS |
|---|---|---|---|---|
| <ul style="list-style-type: none"> - SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA - ABORTO - POBREZA MENSTRUAL | <ul style="list-style-type: none"> - COTAS - PARIDADE - REPRESENTATIVIDADE | <ul style="list-style-type: none"> - DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - CRECHE - ECONOMIA SOLIDÁRIA E AGROECOLOGIA - TRANSFERÊNCIA DE RENDA - EMPREENDEDORISMO | <ul style="list-style-type: none"> - VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES - VIOLÊNCIA POLÍTICA DE GÊNERO - RACISMO | <ul style="list-style-type: none"> - EMPODERAMENTO - PADRÃO DE BELEZA - MULHER LBT+ - PROTEÇÃO ANIMAL - LINGUAGEM NEUTRA - NÃO LISTADAS |

Fonte: autoria própria

Somam-se a essas categorias duas questões transversais que ajudam na construção dos perfis de cada uma delas: a análise do perfil religioso e da constituição familiar.

A astúcia da história, a cooptação do feminismo e a ascensão do conservadorismo

Na obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*, bell hooks (2018) enfrenta o desafio de definir o que é feminismo da maneira mais simples possível: “Feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração sexista e opressão” (hooks, 2018, p.133). Segundo ela, o ponto alto dessa definição é deixar bem claro que o feminismo não é anti-homem, que mulheres também podem ser sexistas e que, para acabar com a dominação masculina, é necessário desapegar de “pensamentos e ações sexistas para substituí-los por pensamentos e ações feministas” (hooks, 2018, p.142). Ela acrescenta ainda que, sozinha, uma revolução feminista não resolverá os problemas de dominação no mundo: “precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo” (hooks, 2018, p.166-169). Mas sustenta que essa revolução tornará possível que mulheres e homens sejam pessoas melhores, já que “o feminismo é para todo mundo” (hooks, 2018, p.171).

Esta ideia de que o feminismo poderia transpor a barreira dos pequenos guetos ganhou adeptos após a virada cultural dos anos 1960, no movimento conhecido como segunda onda. Isso aconteceu porque, além de se posicionar a respeito de vários temas da vida cotidiana, como

o direito ao corpo e o fim da violência sexista, o feminismo também se colocou frontalmente contra um inimigo comum de outros grupos minorizados: o capitalismo.

Para a filósofa feminista Nancy Fraser (2019), esse posicionamento fez com que o feminismo conseguisse, enfim, se transformar em um movimento de massa.

O que tinha começado como um movimento contracultural radical estava agora a caminho de se tornar um fenômeno social de massa. Atraindo pessoas de todas as classes, etnias, nacionalidades e ideologias políticas, as ideias feministas penetraram em todos os cantos escondidos da vida social e transformaram as ideias que todos tinham de si mesmos. Buscava-se não apenas ampliar o número de ativistas, mas também transformar as visões do senso comum sobre família, trabalho e dignidade (Fraser, 2019, p.36).

Fraser (2019) avalia, porém, que ao mesmo tempo em que se popularizou, o movimento incorporou o “espírito do capitalismo” que antes combatia, ainda que sem se dar conta disso. “As mudanças culturais impulsionadas pela segunda onda, que eram em si saudáveis, serviram para legitimar uma transformação estrutural na sociedade capitalista que avança diretamente contra as visões feministas de uma sociedade justa” (Fraser, 2019, p. 27).

Hollanda (2019) define assim o pressuposto teórico de Fraser:

Nancy demonstra detalhadamente como o feminismo que começa expondo o forte androcentrismo do capitalismo e propondo a transformação da sociedade capitalista em suas raízes mais profundas, progressivamente se desdobra em lutas pelo reconhecimento identitário, pela representação e pela participação. A justiça de gênero encaminha-se, em sintonia com a economia neoliberal para o reconhecimento da diferença, eixo da gramática feminista na virada do século XX para o XXI (Hollanda, 2019, p.10).

Em outras palavras, no movimento que Fraser chama de “astúcia da história”, o feminismo também fortaleceu o próprio capitalismo que ele combatia, empunhando pautas identitárias, de reconhecimento e participação, ao invés de lutar por uma mudança radical da estrutura social. “Por mais desconfortável que seja, acredito que a segunda onda do feminismo fortaleceu involuntariamente um ingrediente-chave do novo espírito do neoliberalismo” (Fraser, 2019, p. 39).

A posição de Fraser sempre causou muita polêmica no debate acadêmico, mas, mesmo com o crescimento do feminismo como movimento de massa, não conseguiu atingir a agenda dos debates na esfera pública clássica. Os motivos são vários e foram, de algum modo, influenciados pelos rumos que a internet tomou nos últimos anos.

A esfera pública tradicional: oportunidades e desafios para as mulheres

No seu nascedouro, a internet foi aclamada por autores como Pierre Levy por se constituir um espaço de novas oportunidades para atores alijados do processo político formal, como é o caso das mulheres. Isso se deveu, pelo menos em alguma medida, ao fato dela propor novas formas de experimentar o que é público e o que é privado. Justamente o cenário pelo qual o feminismo ansiava. Afinal, uma das principais críticas do movimento à ciência antropocêntrica diz respeito à divisão da vida cotidiana entre a esfera pública (espaço da política) e a privada (espaço do lar e da família). Essa premissa, conforme a teoria feminista, “corresponde a uma

compreensão restrita da política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos” (Biroli, 2014, p.31).

A compreensão de que o que se passa na esfera doméstica compete apenas aos indivíduos que dela fazem parte serviu para bloquear a proteção àqueles mais vulneráveis nas relações de poder correntes. Serviu, também, para ofuscar as vinculações entre os papéis e as posições de poder na esfera privada e na esfera pública (Biroli, 2014, p.32).

A dualidade entre as esferas pública e privada se fundamenta, principalmente, na obra “Mudança estrutural da esfera pública”, lançada em 1962 por Jürgen Habermas. Nela, o autor sustenta que, com a passagem do feudalismo para o capitalismo, os burgueses experimentaram uma nova relação com o público e o privado, o que garantiu o surgimento das democracias modernas. Esta relação, segundo ele, pressupôs o surgimento da esfera pública burguesa, instância de debate e deliberação dos chefes de família, proprietários dos meios de produção, por meio de argumentos racionais (Habermas, 2014).

No esquema de Habermas (2014), a esfera privada do início do capitalismo era formada tanto pela instância da vida íntima em família quanto pelo trabalho de troca de mercadorias. Já a esfera pública se dividia em duas instâncias: a literária e a política, sendo a primeira a que permitia a participação das mulheres e, a última, a que intermediava as relações entre o Estado e a sociedade. O surgimento dos meios de comunicação de massa, no limiar do século XX, mudou profundamente a essência desta esfera pública burguesa. Segundo Habermas (2014), o rádio, a televisão e o cinema ampliaram a chamada “opinião pública” para além dos homens proprietários, majoritariamente letrados. “O público ampliou-se, primeiro de modo informal, por meio da difusão da imprensa e da propaganda” (Habermas, 2014, p.309). Isso, conforme ele, fez com que os conflitos que antes ficavam restritos à esfera pública burguesa passassem a ser mediados pelo Estado. Assim, leis começaram a ser aprovadas sob a pressão das ruas, o que o autor não observa como positivo:

As leis, que surgem sob a ‘pressão das ruas’, dificilmente podem ser compreendidas a partir do consenso razoável de pessoas privadas discutindo publicamente. As leis correspondem, de modo mais ou menos franco, a compromissos entre interesses privados concorrentes (Habermas, 2014, p. 309).

O livro de Habermas tem sido criticado pelas intelectuais feministas desde o seu lançamento. Em um artigo em que pontua as vantagens e desvantagens do conceito do autor, Fraser (1996) afirma que ele idealiza a esfera pública. Ela ataca, primeiro, a proposição dele de que, na esfera pública, os interlocutores debatem como iguais. Segundo ela, as posições assimétricas vistas nas sociedades contemporâneas são reproduzidas na esfera pública, o que impede, por exemplo, um debate legítimo entre homens e mulheres, dado que estas últimas até hoje têm, no geral, baixa representatividade política. A autora ataca também a proposição de Habermas de que há apenas uma esfera pública nas democracias contemporâneas. Segundo ela, em sociedades estratificadas e multiculturais, existem não apenas públicos diversos, mas também os contrapúblicos – o que amplifica o debate, inclusive na mídia. Isso, para a autora, permite que mulheres influenciem os rumos da sociedade, ainda que a partir de esferas não oficiais e contra-hegemônicas. A teórica insiste ainda que a esfera pública não deve se dedicar apenas às questões relativas ao bem comum, mas também às questões privadas, como é o caso da violência doméstica.

As eleições de 2020, a pandemia da Covid-19 e a esfera pública conectada

As eleições de 2020, realizadas em meio à pandemia da Covid-19, deixaram evidente a força que as plataformas digitais assumiram no contexto político. A própria legislação eleitoral foi alterada para privilegiar a publicidade online paga ao invés da propaganda gratuita no sistema de rádio e televisão. “O tempo de exibição do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral diminuiu em 2020, seguindo uma lógica de que a população teria acesso aos ambientes digitais da disputa” (Panke, 2021, p. 462). A legislação eleitoral permitiu, pela primeira vez na história, o impulsionamento de conteúdos na internet, isto é, propaganda paga feita nas redes sociais digitais por candidatos, partidos ou coligações (Ferreira, 2021).

Além disso, em meio ao isolamento social, candidatas e candidatos precisaram encarar em tempo recorde algum grau de letramento digital. As *lives* foram a grande novidade do momento, mas, para muito além delas, os velhos formatos de se fazer campanha eleitoral também foram adaptados para as novas mídias: vídeos de campanha, programas de rádio, álbuns de fotos e peças gráficas em geral.

Mirando justamente esta expansão da esfera pública que já se projetava algumas décadas antes, Yochai Benkler (2006) propõe em “The wealth of networks” o conceito de esfera pública conectada para se referir à internet, que ele considerava muito mais democrática do que a mídia tradicional (Silveira, 2008, p.113). Segundo Benkler (2006), se no passado o custo de ser ouvido na esfera pública era consideravelmente alto, a internet permite que novas vozes entrem em circulação, aumentando potencialmente a capacidade da sociedade civil de se manifestar. Entre essas vozes estão as dos movimentos feministas e anti-patriarcais, que conquistaram mais visibilidade e potencial de mobilização para a luta política na sociedade em rede (Castells, 1999).

Martino (2014) alerta que, por depender de pessoas, a internet não é uma esfera pública perfeita. “A internet cria as possibilidades de participação em uma Esfera Pública, mas não torna, imediatamente, todos os cidadãos em pessoas interessadas nos problemas coletivos” (Martino, 2014, p.113). De todo modo, ele antevê vantagens no seu uso para este fim: “A possibilidade de participação política criada pelas redes digitais abre caminhos para se pensar a noção de democracia e sua relação com a circulação de informações e a produção de conhecimento” (Martino, 2014, p.114).

A prática, porém, tem demonstrado muitos efeitos colaterais. A concentração das redes sociais nas mãos de poucas Big Techs, como são chamadas as gigantes da tecnologia, pressupõe maior controle da produção e veiculação de conteúdos. E, portanto, de menor interlocução entre o público. Wu (2012) destaca a forma com que o algoritmo captura a atenção humana para transformá-la em *commodity*, no movimento que ele batizou de “economia da atenção”. Zuboff (2016) alerta para os perigos do capitalismo de vigilância, onde os cidadãos são controlados pelos dados que geram nos sistemas automatizados. Silveira (2019) denuncia a forma com que os algoritmos aprofundam a polarização política. E Jonas Valente (2021) sustenta que as plataformas digitais são agentes de ponta que acumulam três características (coleta massiva de dados, processamento inteligente e aplicações personalizadas e moduladoras) para envolver as pessoas, antecipando seus desejos de consumo. São nesses espaços controversos que os atores políticos estão apostando suas fichas para estar o mais perto possível do eleitorado.

Quem são as mulheres eleitas em Ouro Preto e como elas dialogam com as pautas dos feminismos?

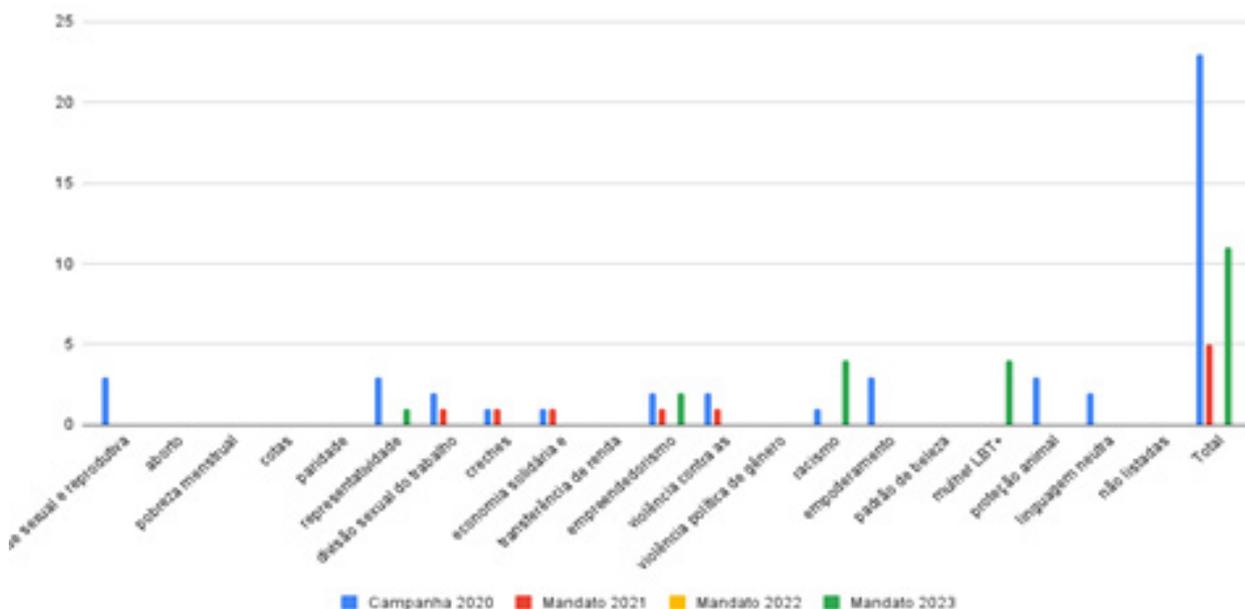
Maria Regina Braga, filiada ao Republicanos à época da eleição, é branca, com escolaridade superior completa e tinha 56 anos quando foi eleita. Ao TSE, se declarou solteira. É mãe de um filho. Durante o cumprimento do mandato, se assumiu lésbica, na plataforma digital Facebook, ao dizer que vive com sua companheira. Ao TSE, declarou possuir um patrimônio de R\$ 269.867,69, incluindo um carro, um terreno e um apartamento em Belo Horizonte, o que a credencia como uma mulher da classe trabalhadora.

Nascida e criada no distrito de Engenheiro Correa, Regina Braga usou e abusou da imagem de cristã devota da Igreja Católica tanto durante a campanha quanto no cumprimento do mandato. Ela também abordou a ocorrência de manifestações religiosas da cultura afro-brasileira, especialmente durante as atividades da Semana de Consciência Negra, sem emitir posicionamento favorável ou contrário a elas, o que deu a entender que ela pelo menos respeita a liberdade religiosa.

Foi vereadora de Ouro Preto por 5 mandatos consecutivos. Antes do último chegar ao fim, se candidatou a vice-prefeita, tendo o candidato Ângelo Oswald, do PV, como cabeça de chapa, pela coligação Viva Ouro Preto, composta pelas legendas Republicanos / REDE / PSB / PV / PC do B / PL. No final de 2023, já no 3º ano de mandato, Regina Braga trocou o Solidariedade pelo PSC.

Ângelo foi prefeito por outros três mandatos, foi secretário de Estado da Cultura de Minas Gerais, ministro interino da Cultura e diretor do IPHAN. Apesar do estofamento do candidato, Regina garantiu quase o mesmo espaço que ele na propaganda da chapa que, na eleição, usou a cor verde, adotou um *jingle* clássico com música crescente e alta qualidade da propaganda política em geral, com muito uso do audiovisual. O mote "Ouro Preto feliz outra vez" também se transformou em *hashtag* para trabalho nas redes: #OuroPretoFelizOutraVez. Fez, portanto, uma campanha eleitoral profissional, com exemplar uso de *hashtags* e outras táticas de ação conectiva.

Gráfico 1 - Publicações de Regina Braga por categorias



Fonte: autoria própria

Durante a campanha eleitoral, Regina Braga fez 131 publicações na plataforma digital Facebook. Mesmo sendo candidata à vice, ela obteve um espaço quase equivalente ao do candidato a prefeito, participando ativamente dos vídeos e fotos de campanha. Além disso, também postou conteúdos próprios. Do total, 18 se referiram a categorias dos feminismos: saúde sexual e reprodutiva, representatividade, divisão sexual do trabalho, creches, empreendedorismo, empoderamento, violência contra as mulheres, racismo, economia solidária e agroecologia e proteção animal. No período, portanto, ela não tratou de pautas morais polêmicas, como aborto e políticas públicas LBT+, mas enfrentou outros temas duros, como o racismo. Do ponto de vista das pautas históricas dos feminismos, ela abordou a divisão sexual do trabalho o direto à creche, que fazem a interseccionalidade entre gênero e classe, e a violência contra a mulher, interpretada por conservadores e progressistas como tema chave na agenda feminista. Ela abordou ainda a representatividade, pauta que une os dois espectros políticos. Dentre as novas categorias introduzidas na agenda feminista, falou sobre economia solidária e agroecologia, um dos carros-chefe do ecofeminismo, e sobre proteção animal, um dos temas mais forte das eleições 2020, justamente por mobilizar eleitores da direita e da esquerda em uma causa comum. Também sucumbiu a duas pautas cooptadas pelo neoconservadorismo: empreendedorismo e empoderamento, que perderam quaisquer características revolucionárias ou radicais.

Em 2021, seu primeiro ano de mandato, as publicações caíram drasticamente para apenas 15. Regina Braga se limitou a postar eventos da sua agenda pessoal, desconsiderando as demais ações da Prefeitura e possíveis interpretações sobre o mundo ou diálogos com outras pautas nacionais. Do total de conteúdos produzidos no período, abordou temas das agendas feministas em apenas quatro postagens, que trataram da violência contra as mulheres, divisão sexual do trabalho, creche, economia solidária e agroecologia e empreendedorismo. Quase todas elas pautas que tratavam de temas já abordados durante a campanha. Uma exceção foi o empreendedorismo, muito criticado pelas progressistas e radicais por incorporar o pior do capitalismo: uma forma de relação trabalhista que deixa a trabalhadora completamente desassistida de direitos e ainda impõe a ela e pecha meritocrática de que cabe somente ao indivíduo se esforçar o suficiente para alcançar o sucesso.

Em 2022, no segundo ano de mandato, o volume de publicações caiu ainda mais, sendo registrados apenas seis compartilhamentos de conteúdos. Nenhum deles fez alusão às pautas dos femininos, desconectando a vice-prefeita das questões relacionadas às mulheres, pelo menos no que tange à sua representação no Facebook. Em 2023, porém, ela ampliou consideravelmente o número de postagens, passando a agregar conteúdos da Prefeitura, da sua agenda executiva e, também, assumindo temáticas mais polêmicas, como a defesa da luta LGBTQIA+. Foram 107 conteúdos divulgados, dos quais dez dialogaram com pautas dos feminismos. Os destaques ficaram com o racismo e a luta LGBTQIAP+. No primeiro caso, a pauta foi favorecida pelo período analisado. Em novembro, comemora-se o Dia da Consciência Negra, o que impacta em uma série de eventos que discutem o racismo estrutural contra negros em geral e mulheres negras em particular. Em relação à questão LGBTQIA+, as postagens marcaram o início de uma abordagem mais direta da vice-prefeita a um tema com o qual se identifica e sustenta lugar de fala.

A julgar pelos quatro anos pesquisados, a vice-prefeita manteve uma utilização potente e profissional das redes sociais, embora nem sempre equilibrada em relação ao volume de postagens por período: foram um total de 260 conteúdos, com 39 referências às categorias dos feminismos. De uma maneira geral, Regina Braga enfrentou alguns temas polêmicos, mas não

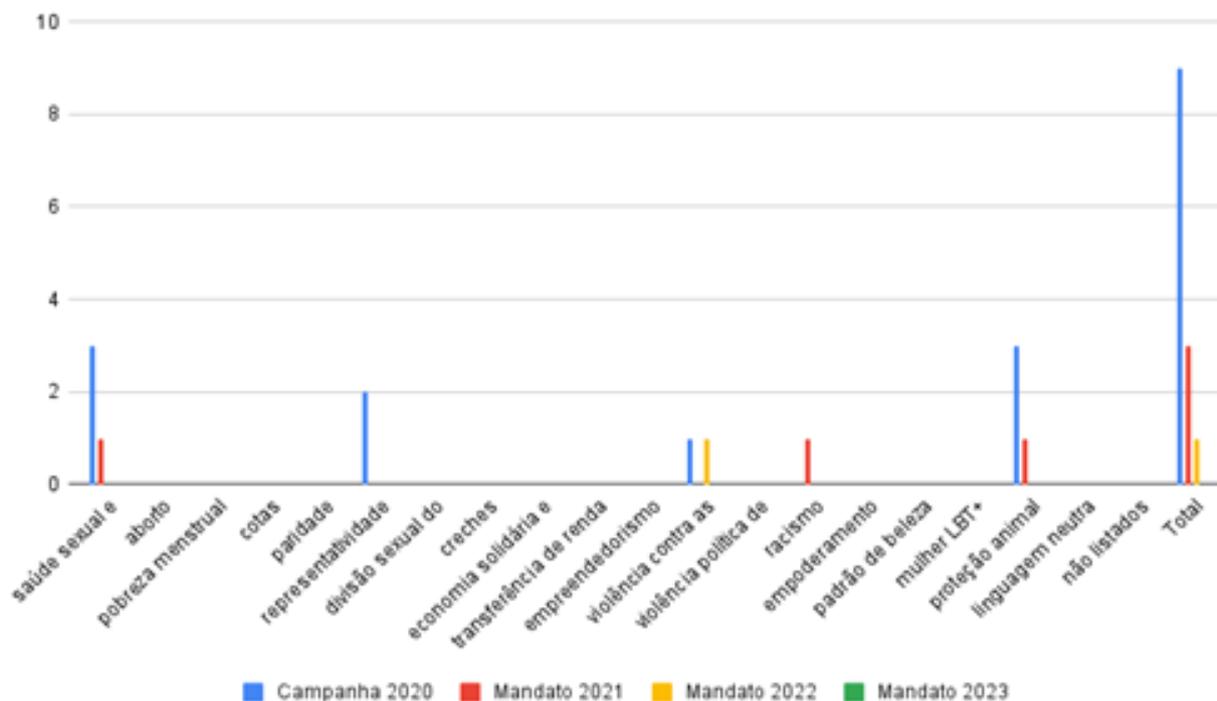
pautas realmente radicais como, por exemplo, a defesa do direito ao aborto ou da oferta de procedimentos transsexualizadores pelo poder público, outra temática em alta no período, mas especialmente em administrações progressistas de municípios mais populosos.

Lílian França (PDT), por sua vez, tinha 48 anos à época da eleição, é branca, casada, mãe de três filhos e possui ensino superior completo. Seu marido, o ex-vereador Wander Albuquerque, ficou impedido de se candidatar nas eleições 2020. Natural de Itabirito (MG), ela mora em Ouro Preto, no distrito de Amarantina. Tem como principal cartão de visitas o Projeto Semeando Futuro, que idealiza iniciativas para a prevenção ao suicídio. Também é conhecida pela luta em favor de um sistema prisional mais humanizado, com a defesa da abertura de novas unidades da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APACs), entidades jurídicas sem fins lucrativos, que se propõem a auxiliar na execução da pena, ao mesmo tempo em que buscam recuperar o preso.

Ao TSE, declarou possuir um patrimônio de R\$ 3.000.000,00, constituído de uma casa, um sítio rural e dinheiro em espécie. É, portanto, uma mulher rica, dona de um patrimônio incomum para a maioria do povo brasileiro. Se candidatou à vereadora em 2004, 2008 e 2012. Em 2018, se elegeu como suplente de deputado estadual. Na campanha de 2020, arrecadou R\$34.446,40, sendo a maior parte proveniente de doação do marido (R\$8.500,00) e dela mesma (R\$ 5.990,00).

A vereadora possui três diferentes perfis no Facebook: @lilianfrancaalbuquerque, @veredoralilianfranca e @lilianfranca77377. Nós optamos por analisar o primeiro, <https://www.facebook.com/lilianfrancaalbuquerque>, porque foi o registrado no TSE como página oficial da então candidata. Nele, ela se descreve como: “Mulher, vereadora, mãe de Felipe, Vinícius e Pedro, esposa de Wander Albuquerque e feliz”.

Gráfico 2 - Categorias citadas por Lílian França



Fonte: autoria própria

Na campanha eleitoral, a então candidata fez apenas 37 publicações no Facebook. Em sete delas se referiu a categorias dos feminismos: representatividade, saúde sexual e reprodutiva, proteção animal e violência contra as mulheres. As postagens mostraram-se amadoras, sem muita especificação do contexto e sem a utilização de estratégias de ação conectiva, como o uso de *hashtags* e marcações de outros perfis. Foi grande o número de *TBTs*, uma expressão em inglês que, em tradução livre, significa “quinta-feira da nostalgia”. Nas redes sociais, os *TBTs* são apresentados, normalmente como *hashtags*, para ressaltar o compartilhamento de conteúdos antigos. No caso da campanha de Lílian França, o grande número desse tipo de publicação suprimiu o investimento em novos conteúdos.

Dentre as pautas históricas dos feminismos, ela falou sobre saúde sexual e reprodutiva, mais especificamente sobre o combate ao câncer de mama, na ocasião das ações pelo Outubro Rosa. E também sobre violência contra as mulheres, pauta que é consensual entre os pólos políticos, embora as formas de combatê-la sejam as mais diversas. Também abordou a proteção animal, tema que, como já foi dito, entrou com força na pauta das eleições 2020, elegendo seus defensores em várias cidades do país.

Em 2021, no primeiro ano do mandato, fez 27 postagens, três delas abordando categorias dos feminismos: saúde sexual e reprodutiva, proteção animal e racismo. A saúde sexual e reprodutiva foi citada desta vez em um conceito muito diverso do que ocorreu na campanha. Neste caso, tratava-se de uma Nota de Esclarecimento em que a vereadora comunicava que teria que se afastar do cumprimento do mandato por 90 dias, para se submeter a uma cirurgia para retirada do útero. Na postagem, ela aproveitou para ressaltar a importância de se fazer o exame Papanicolau, já que foi através dele que conseguiu detectar o problema (ela não esclarece qual) antes que se agravasse. Nesta mesma postagem, ela reafirmou seu compromisso com outras causas prioritárias, como a proteção animal. Por fim, em função do Dia da Consciência Negra, criticou frontalmente o racismo, ao conclamar os cidadãos a buscarem igualdade, equidade e inclusão em uma cidade em que 70% da população é negra.

Em 2022, foram apenas sete publicações no seu perfil no Facebook, sendo que cinco delas foram *TBTs*. Em 2023, a situação piorou: ela não fez nenhuma publicação no período analisado. As razões do aparente descrédito com a ocupação da esfera pública da plataforma social Facebook talvez seja apenas o decréscimo do seu uso entre os brasileiros. Lílian França permaneceu ativa na plataforma digital Instagram, na qual ela mantém um perfil desde 2017.

Conclusão

Há muitos fatores que impactam os resultados das eleições: uso da máquina pública, acordos fisiológicos com lideranças políticas, compra de votos e disseminação de *fake news*, dentre outros. A adoção de discursos identificados com os feminismos radicais ou com o neoconservadorismo não está entre os principais deles, mas sua análise ajuda na leitura crítica de como a luta das mulheres é travada. No caso específico da campanha eleitoral e dos três primeiros anos de mandatos das duas candidatas eleitas em Ouro Preto, é preciso ressaltar que a hipótese de que os valores conservadores e tradicionalistas dariam a tônica dos discursos só se comprovou parcialmente. Embora as duas candidatas tenham investido na imagem de mãe e cristã fervorosa,

apenas uma delas, a vereadora Lílian França, sustentou o perfil tradicional destinado à mulher. A vice-prefeita Regina Braga, também se apresentou como mãe, mas admitiu que vive com uma companheira, além de se mostrar mais suscetível à defesa das pautas LGBTQIA+.

De maneira geral, os temas utilizados pelas duas mulheres no período analisado demonstram a permanência no debate atual de pautas históricas dos feminismos, como a representatividade e a violência contra as mulheres. Ambas centrais na luta pela mudança radical da sociedade, mas também incorporadas ao “espírito do capitalismo”, por meio de políticas neoliberais reformistas. Do mesmo modo, temas silenciados na agenda eleitoral, como a defesa do aborto, mostram que as mulheres não querem enfrentar pautas que ferem frontalmente os dogmas da religiosidade cristã. Dentre as novas pautas dos feminismos já cooptadas pelo neoconservadorismo, merecem destaque o empreendedorismo e o empoderamento. E dentre as pautas neutras, a da proteção animal.

A pesquisa demonstra que, pelo menos em um município de porte médio cravado em um dos redutos mais conservadores do país no que tange à participação da mulher na política, os sentidos dos feminismos seguem em disputa. Para aprofundar as pesquisas que indicam em que direção este processo social deve se desenrolar, há pelo menos duas alternativas igualmente importante: verificar como as novas e velhas bandeiras dos feminismos se sucedem no período histórico, a partir da análise comparativa com as eleições futuras, e também ampliar a pesquisa para outros municípios da região, de portes diferenciados, para entender como esta variável afeta o resultado da pesquisa.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.
- BENKLER, Y. *The Wealth of Networks: How Social Production Transforms Markets and Freedom*. New Haven and London: Yale University Press, 2006.
- BIROLI, F. Gênero, “valores familiares” e democracia. In: BIROLI, F.; MACHADO, M.D.C.; VAGGIONE, J.M., *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F.; MACHADO, M.D.C.; VAGGIONE, J.M.. *Gênero, neoconservadorismo e democracia: disputas e retrocessos na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- BIROLI, F. e MIGUEL, L.F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021. Ebook Kindle.
- FERREIRA, G.L.S. *O direito à comunicação e as mulheres na política: ações de redistribuição e reconhecimento para o incentivo à eleição de mulheres no Brasil*. 2021. 388 f., il. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- FRASER, N. Feminismo, capitalismo e a astúcia da história. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- FRASER, N. Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*. In: *JSTOR*. New York, n. 25/26, Duke University Press, 1990, p. 56–80. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/466240>. Acesso em: 11 out. 2021.
- GALLEGO, E. S. (org.). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- HABERMAS, J. *Mudança estrutural da esfera pública*. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

- HOLLANDA, H. B. (Org.). *Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro, Bazar do Tempo, 2019.
- hooks, b. *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.
- OYEWÙMÍ, O. *A invenção das mulheres – Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.
- PANKE, L. Candidatas guerreiras no Brasil: um estudo de caso das narrativas audiovisuais das mulheres mais votadas às prefeituras das capitais em 2020. In: *Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia*. N°. 16. 2021. P. 459-474.
- PASSOS, N. M. N. Mídia, gênero e conservadorismo: Como as mulheres eleitas em 2020 no circuito histórico de Minas Gerais constroem suas representações nas redes sociais digitais. *Teoria & Pesquisa: Revista de Ciência Política*, São Carlos, v. 32, n. esp. 1, e023008, 2023. e-ISSN: 2236-0107. DOI: <https://doi.org/10.31068/tp.v32iesp.1.1052>
- QUINALHA, R. "Em nome de Deus e da família": um golpe contra a diversidade. In: SINGER, André et all (Org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- SAMPAIO, R. C. ; LYCARIÃO, D. *Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação*. -- Brasília: Enap, 2021.
- SILVEIRA, S.A. Convergência digital, diversidade cultural e Esfera Pública. In: SILVEIRA, S.A. & PRETTO, N. (orgs.). *Além das redes de colaboração*. Salvador: UFBA, 2008.
- SILVEIRA, S.A. *Democracia e os códigos invisíveis: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2019.
- VALENTE, J. *Das plataformas online aos monopólios digitais: tecnologia, informação e poder*. São Paulo: Dialética, 2021.
- WU, T. *Impérios da comunicação: do telefone à internet, da AT&T ao Google*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.
- ZUBOFF, S. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

AS REPRESENTAÇÕES DAS MULHERES NO INSTAGRAM DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

THE REPRESENTATION OF WOMEN BASED ON THE INSTAGRAM PUBLICATIONS OF THE MINISTRY OF SCIENCE, TECHNOLOGY AND INNOVATION

LILIANE MARIA MACEDO MACHADO¹

MARIANA GALIZA DE OLIVEIRA²

RESUMO

Partimos do pressuposto de que persiste a desigualdade de gênero na divulgação sobre pesquisadoras no Brasil, ocasionada, entre outros fatores, pela sub-representação em espaços midiáticos, tais como os de divulgação científica. Diante dessa questão, propomos uma análise quantitativa e qualitativa do perfil do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação no Instagram sobre a inclusão, ou não, de mulheres em suas publicações no período de 1º de julho de 2023 a 10 de dezembro de 2023. Identificamos um esforço da instituição para uma maior presença das mulheres, incluindo campanhas especiais como a “Mulheres na Ciência”. No entanto, observamos ainda uma sub-representação e reforços de estereótipos tais como a mulher no papel de mãe e na figura de jovem iniciante.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero na ciência; Divulgação Científica; Instagram; Ministério da Ciência e Tecnologia

ABSTRACT

We start from the assumption that gender inequality persists in Brazil, caused, among other factors, by the under-representation of female researchers in media spaces, such as those for scientific dissemination. Faced with this issue, we propose a quantitative and qualitative analysis of the Ministry of Science, Technology and Innovation's Instagram profile, regarding the inclusion, or not, of women in its publications from July 1, 2023 to December 10, 2023. We identified an effort to increase the presence of women, with special campaigns about women in science, for example. However, we observed that they are still under-represented and that stereotypes such as women as mothers and young beginners are reinforced.

Keywords: Gender inequality in science; Science Communication; Instagram; Ministry of Science, Technology and Innovation

1 Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, mestrado em História pela Universidade de Brasília, doutorado em História pela Universidade de Brasília e pós-doutorado em comunicação pela Universidade Federal de Goiás. Professora da Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília - atualmente, é associado 1. E-mail: lilianemmm@gmail.com

2 Graduada em Comunicação Social pelo Centro Universitário de Brasília e Aperfeiçoamento em Redação e Revisão de Textos pela Universidade de Brasília (2004). Coordenadora de Comunicação Social do CNPq. E-mail: marigaliza@gmail.com

Introdução

Desde 2010, as mulheres representam cerca de metade do total de pesquisadores no Brasil e no mundo. No entanto, há desigualdades de acesso e de ascensão na trajetória delas, em relação aos colegas homens. Isso limita ou mesmo impede a presença de mulheres em posições e em áreas específicas, as chamadas segregação vertical e horizontal.

A segregação horizontal na ciência ocorre pela concentração de mulheres em áreas como as ciências humanas e sociais, enquanto são menos presentes em campos como tecnologia e engenharia. Essa segregação “inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero” (Olinto, 2011, p.69). Já a segregação vertical, também chamada de “teto de vidro”, trata da dificuldade em alcançar cargos de liderança na ciência, devido a barreiras culturais e estruturais. Segundo Harding (1996), ambas as segregações “se combinam para garantir a perpetuação desta situação” (1996, p.56).

É o que mostra o mais recente relatório divulgado pela editora científica Elsevier, *Progress Toward Gender Equality in Research & Innovation - 2024 Review* (2024)³. O documento mostra os ganhos registrados nas últimas duas décadas em 20 países/regiões, incluindo o Brasil, em 27 áreas do conhecimento nas quais as mulheres têm se destacado.

A participação das mulheres na força de trabalho na ciência, aponta o relatório, difere substancialmente em cada país ou região. Em Portugal e na Argentina, pouco mais de metade (52%) do total de pesquisadores são mulheres; nos Estados Unidos e no Reino Unido, são cerca de 40%; e representam 33% na Índia, atualmente o terceiro maior país em produção científica do mundo. No Brasil, essa porcentagem é de 49% de mulheres (Elsevier, 2024).

Proporção semelhante é observada, no cenário brasileiro, quando consideramos o número de bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq, 2024), que revela que 51% das bolsas em todas as modalidades são destinadas às mulheres⁴. No entanto, percebe-se, também, desigualdades significativas nos recortes de ascensão e por área do conhecimento.

Segundo dados do CNPq (2024), enquanto as bolsas de iniciação à carreira (Iniciação Científica Júnior – ICJ, Iniciação Científica – IC e Iniciação Tecnológica - IT⁵) são destinadas, em sua maioria, às mulheres (55%), apenas 35% das bolsas de Produtividade em Pesquisa⁶ do CNPq são destinadas a pesquisadoras.

Cabe ressaltar que as bolsas de Iniciação Científica são modalidades de formação que visam à inserção dos jovens na ciência e que o predomínio das mulheres ocorre há, pelo menos, 20 anos. No entanto, não há reflexo na trajetória subsequente, contradizendo a argumentação de que uma maior presença das mulheres em níveis hierárquicos mais altos é uma questão de tempo.

3 Relatório publicado em 20 de junho de 2024, disponível em <https://www.elsevier.com/en-au/insights/gender-and-diversity-in-research>. Acessado em 07.ago.2024

4 Dados obtidos pelo Painel de Fomento do CNPq: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>.

5 Modalidades destinadas a estudantes do ensino médio (ICJ) e de graduação (IC e IT). As bolsas de IT são destinadas especificamente para áreas de tecnologia e inovação (Informações disponíveis em https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/bolsas-e-auxilios/copy_of_modalidades).

6 Destinada a doutores e doutoras com uma trajetória acadêmica sólida.

Além disso, os números do CNPq (2024) também explicitam a segregação horizontal. Há uma presença superior de mulheres bolsistas nas Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas e nas Ciências Humanas (66%, 60% e 61%, respectivamente) e uma inversão nas áreas das Engenharias e nas Ciências Exatas e da Terra (37% e 36%, respectivamente).

A falta de diversidade de gênero em determinados ambientes acadêmicos é resultado de fatores históricos e culturais. Além do ingresso tardio das mulheres no ambiente educacional, Barbosa e Lima (2013) apontam para outro fator histórico importante: a institucionalização da ciência como um processo de exclusão das mulheres. Londa Schiebinger (2001) pontua que a mudança de produção do conhecimento científico para as universidades e a divisão dos espaços público e privado como espaços para homens e para mulheres, respectivamente, excluíram as mulheres e seus saberes da ciência moderna:

No século XIX, o rompimento da velha ordem (o sistema de guildas de produção artesanal e o privilégio aristocrático), fechou às mulheres o acesso formal à ciência de que podiam ter desfrutado. Numa época em que as atividades domésticas passavam por privatização, a ciência estava sendo profissionalizada (um processo gradual no decorrer dos séculos). Os astrônomos, por exemplo, deixaram de trabalhar em observatórios familiares de áticos. Com a crescente polarização das esferas pública e doméstica, a família deslocou-se para a esfera doméstica privada, enquanto a ciência migrava para a esfera pública da indústria e universidade (Schiebinger, 2001, p. 69).

Yannoulas (2011), por sua vez, ressalta que a inserção das mulheres nos ambientes sociais esbarra, historicamente, em uma coexistência entre o princípio da igualdade e o conflito com a "constituição de uma identidade feminina diferente da masculina" (2011, p. 274). Segundo a autora, "a construção discursiva dessas identidades sexualmente diferenciadas está relacionada com o estabelecimento de novas normas de conduta e espaços específicos para cada sexo" (2011, p.274).

Assim, ao longo da história, como pontuam Barros e Mourão (2020), os estereótipos estabeleceram comportamentos esperados para cada gênero, incluindo os espaços que deveria ocupar e o tipo de educação a receber. As autoras apontam que, até o início do século XX, as universidades eram espaços hostis à presença das mulheres.

A questão de gênero e a representação das mulheres nas mídias

Teresa de Lauretis (1994) cunhou o termo "tecnologia do gênero" em consonância com a perspectiva foucaultiana de "tecnologias sexuais", em sua tese de que, "a sexualidade normalmente considerada como uma questão natural, particular e íntima, é de fato totalmente construída na cultura de acordo com os objetivos políticos da classe dominante" (p. 220). Assim, "tecnologia do gênero" é entendida como um conjunto de técnicas, procedimentos, práticas e discursos que trabalham para formar indivíduos que se identificam como homens, mulheres, meninos e meninas.

Entendendo, portanto, tecnologia de gênero como aparato que constrói uma representação de gênero, Lauretis (1994) explica as maneiras como a representação de gênero é construída, aceita e absorvida, como destaca Machado (2006, p. 9): "o gênero é uma representação; repre-

sentar o gênero é construí-lo; a construção do gênero continua em andamento e a construção do gênero também se faz por meio de sua desconstrução”.

A desigualdade de gênero na ciência é, portanto, uma consequência da construção sócio-histórica. Podemos observar isso por meio das representações sociais, que, segundo Jodelet (1989) “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e veiculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (p. 1).

Estudos sobre representação, embora com perspectivas diferentes, convergem no reconhecimento da importância das representações sociais na compreensão da vida social e da interação humana. Segundo Moscovici (2007), as representações sociais visam facilitar a comunicação e reduzir incertezas dentro de um grupo por meio do consenso, sem depender de crenças explícitas ou deliberações conscientes. Além disso, o autor aponta que as representações sociais não são apenas reflexos passivos da realidade, elas também moldam a percepção e a ação dos indivíduos em relação a objetos sociais, incluindo os estereótipos de gênero.

Quando somos perguntados ‘com que objetos é construído nosso mundo; deveríamos, por nossa vez, perguntar ‘dentro de que representação?’, antes de responder. Isso significa que representações compartilhadas, sua linguagem, penetram tão profundamente em todos os interstícios do que nós chamamos realidade que podemos dizer que elas o constituem (Moscovici, 2007, p. 210).

Para Jodelet, as representações formam um sistema e dão lugar a “teorias espontâneas, versões da realidade encarnadas por imagens ou condensadas por palavras, umas e outras carregadas de significação” (1989, p.4). A autora também pontua que a comunicação tem um papel fundamental nas trocas e interações que contribuem para a instituição de um universo consensual. Segundo Jodelet, “a comunicação social, sob seus aspectos inter-individuais, institucionais e midiáticos aparece como condição de possibilidade e de determinação das representações e do pensamento sociais” (1989, p. 12).

Entender como essas representações veiculadas pela mídia podem exercer influência em visões de mundo e construção da realidade apontam para a compreensão dos meios de comunicação como instrumentos de transformação social. Louro (1997) ressalta, por exemplo, que a mídia representou forte aliada dos movimentos feministas na chamada “segunda onda”, desencadeada em meados dos anos 1960 e que, entre outras reivindicações, exigia a ampliação da cidadania.

A construção da realidade por meio dos discursos da mídia também é apresentada por Bueno, que afirma que os modos de ver o mundo “são expressos não apenas através da linguagem escrita, como também pelas imagens veiculadas por eles”. (2002, p. 100).

Nesse contexto, Kellner (2001) aponta:

O rádio, a televisão, o cinema e os outros produtos da indústria cultural fornecem os modelos daquilo que significa ser homem ou mulher, bem-sucedido ou fracassado, poderoso ou impotente. A cultura da mídia também fornece o material com que muitas pessoas constroem o seu senso de classe, de etnia, de raça, de nacionalidade, de ‘nós’ e ‘eles’ (Kellner, 2001, p. 10).

Ademais, Biroli (2010) ressalta que os meios de comunicação de massa são aparatos técnicos de mediação simbólica que transformaram a natureza das interações sociais. E, como pontua Thompson, as percepções que indivíduos e grupos têm de si mesmos e dos outros:

No curso de recepção das mensagens da mídia, e procurando compreendê-las, responder a elas e partilhá-las com outros, as pessoas reformulam os limites de suas experiências e revisam sua compreensão do mundo e de si mesmas (Thompson, 1995, p.37).

O autor ainda lembra que:

(...) formas simbólicas mais complexas, tais como discursos, textos, programas de televisão e obras de arte, geralmente pressupõem uma variedade de instituições específicas dentro das quais, e por meio das quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas (Thompson, 1995, p.192).

Hall (2016) reforça o papel das mídias como meio gerador de significados, em formas diversas, permitindo que eles se propaguem entre diferentes culturas com uma rapidez sem precedentes na história. Esse processo, segundo Hall, "envolve o uso da linguagem, de signos e imagens que significam ou representam" (2016, p. 31). Freitas e Ribeiro (2019) ressaltam ainda que:

Em uma sociedade extremamente midiaticizada como é a nossa atualmente, os meios de comunicação cumprem um papel de bastante destaque no que diz respeito às formas de representação e às produções e circulações de sentidos (Freitas; Ribeiro, 2019, s.p).

Na ciência, estudos já mostraram que os modelos apresentados pelas mídias reforçam a ideia de um universo masculino e branco, como apontam Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019). Para relacionar as representações sociais nos meios de comunicação à desigualdade de gênero na ciência, precisamos entender, primeiramente, que ser cientista é uma escolha profissional. Assim, pensar como as representações podem influenciar escolhas, torna-se uma abordagem necessária. Partindo da ideia de Kellner de que

por meio da análise do enquadramento utilizado pela mídia, pode-se perceber não apenas seu desenho editorial, mas sobretudo, como as narrativas podem provocar e estimular certos interesses e mensagens que, transmitidas ao leitor ou à população, assim como a instituições e autoridades de modo geral, "modelam" comportamentos sociais e opiniões políticas fornecendo o material com que a pessoas forjam sua identidade (2001, p.9).

As escolhas são influenciadas, como já apontaram Santana e Chamon (2022), por essas representações. Segundo as autoras, elas possibilitam a identificação das informações, opiniões e crenças a respeito da escolha profissional. "Identificar essas representações elaboradas na escolha profissional permite compreender e refletir sobre as influências do presente, com repercussões no futuro" (Santana; Chamon, 2022, p.3).

A divulgação científica como caminho contra a sub-representação

A divulgação científica é o caminho que pesquisadores e pesquisadoras ou profissionais da comunicação encontram para dar visibilidade não só aos resultados das pesquisas, mas, também, às suas realidades, cenários e discussões. Bessa (2015) define a divulgação científica como ferramenta para tornar a ciência acessível ao público, compreendendo ações realizadas por profissionais de comunicação e cientistas. O autor lembra que a eficiência da divulgação

científica está no esforço de fazer o conhecimento científico sair do ambiente acadêmico e circular em ambientes acessíveis à sociedade.

Além disso, o caráter educativo da divulgação científica também tem sido destacado, como pontua Caldas: “no espaço público midiaticado, a circulação da informação científica pode assegurar a formação qualificada da opinião pública” (2010, p. 39).

A importância da valorização da divulgação científica tem sustentação, ainda, no alto interesse da população pela temática da ciência, evidenciado pelos resultados das pesquisas de percepção do público realizadas no Brasil, em contradição com o baixo conhecimento dessa mesma população sobre temas relacionados ao ambiente científico. Segundo a Pesquisa de Percepção Pública da C&T no Brasil⁷ mais recente (CGEE, 2024), 60% da população brasileira está interessada ou muito interessada em “Ciência e Tecnologia”. Este número sugere uma estabilidade quanto ao nível de interesse da sociedade sobre o tema em relação às pesquisas anteriores (2006, 2010, 2015 e 2019).

No contexto do que pretendemos estudar aqui, cabe destacar um resultado importante da Pesquisa de Percepção Pública. Os 10% que responderam conhecer algum cientista (1% não respondeu) levantaram 8 nomes, dentre os quais, apenas uma mulher (Quadro 1). Ressalta-se que a pesquisadora citada, a botânica Graziela Barroso, é um dos nomes da primeira edição do projeto do CNPq, Pioneiras da Ciência no Brasil, iniciativa criada em 2007 que visa dar visibilidade à história de mulheres cientistas que atuaram no país, pioneiras em suas áreas⁸.

Quadro 1: Respostas dos entrevistados da Pesquisa de Percepção Pública da Ciência 2023 à pesquisa: Conhece algum cientista?

| Respostas | Total |
|------------------|-------|
| | (%) |
| Oswaldo Cruz | 55 |
| Carlos Chagas | 22 |
| Marcos Pontes | 20 |
| Paulo Freire | 20 |
| Graziela Barroso | 19 |
| Santos Dumont | 14 |
| Vital Brasil | 11 |
| Sérgio Sacani | 10 |

Fonte: CGEE, 2024

7 A pesquisa é realizada desde 2006 e traça um perfil socioeconômico e comportamental dos entrevistados e coleta suas percepções, seus conhecimentos e consumos a respeito de temas relacionados à ciência e tecnologia (C&T). O intuito é conhecer a visão, o interesse e o grau de informação da população em relação à C&T no País. A Pesquisa de 2023 é a sexta edição e foi realizada em parceria entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) com a colaboração do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – Comunicação Pública da Ciência e Tecnologia (INCT-CPCT) e o apoio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC).

8 O Pioneiras da Ciência no Brasil está em sua 7ª edição e divulga a biografia de mulheres pesquisadoras nos canais de comunicação do CNPq. Ao todo, já foram divulgados 89 verbetes com essas biografias. O conteúdo das sete edições está disponível em <https://www.gov.br/cnpq/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/mulher-e-ciencia/pioneiras-da-ciencia-1>.

Assim, pensar a divulgação científica no contexto da desigualdade de gênero na ciência tem uma motivação muito clara. A divulgação científica pode desempenhar um papel crucial na redução da desigualdade de gênero, especialmente ao abordar a contribuição das mulheres na ciência por meio de várias estratégias que visam aumentar a visibilidade das pesquisadoras e promover uma reflexão sobre a questão das mulheres na ciência, além de estimular o interesse de meninas para a carreira. Como aponta Bueno:

A divulgação científica contribui diretamente para que os cidadãos sejam incluídos nos debates referentes a temas especializados, os quais podem trazer forte impacto no seu trabalho ou mesmo na vida pessoal, como é o caso de conteúdos relacionados a células tronco, mudanças climáticas, produtos transgênicos e energias renováveis (2010, p.5).

Torna-se necessário, portanto, compreender a importância da divulgação científica como meio de difusão da imagem e do saber das pesquisadoras para a construção de referências e concepções relativas às mulheres cientistas. Além da visão estereotipada, como aponta Melo e Rodrigues, “certamente faltam às mulheres modelos positivos, as grandes cientistas que lograram conciliar sucesso profissional com vida pessoal realizada” (2006, p. 4). Assim, alertam as autoras, a quebra da representação masculina passa pela apresentação de novos modelos: “é necessário resgatar do esquecimento figuras femininas” (Melo e Rodrigues, 2006, p. 4).

Compreendendo, portanto, a divulgação científica como produto midiático, a partir das definições já colocadas, pode-se pensar o seu potencial no combate à sub-representação das mulheres na ciência e aos preconceitos que as subestimam. E, ainda, que a comunicação pública da ciência pode ser entendida não apenas como um instrumento para gerar uma opinião pública, “mas também (...) para atrair jovens para carreiras tecnocientíficas” (Fagundes e Silva Jr., 2017, p.13).

Procedimentos metodológicos

Para identificar um recorte do cenário atual da representação das mulheres na ciência, foi adotado como *corpus* as publicações de divulgação científica no perfil oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI - no Instagram, rede social em que a imagem é protagonista na mensagem.

O MCTI é o órgão central de políticas públicas para ciência, tecnologia e inovação do Governo Federal ao qual estão vinculadas unidades de pesquisa atuantes em todas as regiões do país. Assim, a popularização da ciência, preceito principal da divulgação científica, é parte importante da sua atuação, sendo, inclusive, objeto de área específica em sua estrutura organizacional, assim como a temática da diversidade⁹.

Como dito anteriormente, o período de análise do Instagram do MCTI abrange de 1º de julho de 2023 a 10 de dezembro de 2023, considerando, especialmente, o fato de o Ministério ter, pela primeira vez, uma mulher à frente da gestão¹⁰.

9 O Decreto nº 11.493, de 17 de abril de 2023 atualizou a estrutura organizacional do MCTI. Instituiu a Assessoria de Participação Social e Diversidade e estruturou a popularização da ciência como Departamento. Disponível em <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-11.493-de-17-de-abril-de-2023-477647735>.

10 Criado em 1985, o MCTI tem à frente a ministra Luciana Santos, empossada em 2 de janeiro de 2023.

O período proposto considera o restabelecimento das estruturas dos órgãos públicos a partir da mudança de governo após as eleições de 2022. Foi estabelecido como ponto inicial o primeiro dia do mês de julho de 2023, mês em que acontece o maior evento científico do país, a Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Considerando que o MCTI organiza parte importante desse evento - coordenando a participação de todas as unidades de pesquisa vinculadas a ele, entende-se que toda a reestruturação do órgão, necessária após mudança de governo, estava concluída para pleno funcionamento das suas atividades.

Para o levantamento, quantificamos 560 publicações feitas no período proposto. Para a avaliação pretendida, foram descartadas as publicações institucionais (189), com caráter informativo sobre atos da ministra e ações do Ministério, e governamentais (41), que reproduziram publicações institucionais de outros órgãos do governo, com caráter de serviço público ou informativo. Assim, foram analisadas 330 publicações identificadas com características de divulgação científica. Essa categorização foi definida a partir do que apresenta Mariosa e Palazi (2021), ao diferenciar a divulgação científica do marketing institucional:

A divulgação científica trata-se de tornar a ciência de domínio público, portanto o divulgador científico trabalha para levar a ciência para a sociedade e não para divulgar as atividades, conquistas e marketing das empresas e instituições, este é o trabalho da comunicação institucional (Mariosa; Palazi, 2021, s.p.).

Considerando o propósito desta pesquisa, foram adotadas, como objeto de análise, as publicações que contam com imagens de pessoas ou figuras que representam homens ou mulheres. Paralelamente à análise quantitativa, realizamos uma análise qualitativa visual das ilustrações das publicações em que aparecem pessoas, particularmente na forma pela qual as mulheres são representadas, tendo como ponto de partida os estudos sobre a representação já mencionados.

Adotamos um protocolo de análise já apresentado por Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019), considerando como codificações:

- Idade aparente: "criança ou jovem", para idade aparente de até 30 anos; "maduras ou adultos", para idade aparente acima de 40 anos. Foi desconsiderado o período intermediário - entre 30 e 40 anos, considerando os recortes necessários para a análise - juventude e idade de alto nível da carreira de cientistas, tendo como base dessa classificação a faixa etária identificada nos currículos da Plataforma Lattes do CNPq (2024) dos doutores brasileiros. Segundo essa base, 73% dos doutores têm mais de 40 anos (CNPq, 2024)¹¹.

- Cor da pele: seguindo classificação proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) definida por branco, preto, amarelo, pardo e indígena.

- Tema: foram definidas três categorias: temas gerais relacionados à ciência, temas relacionados a mulheres na ciência e mulheres como fonte, especialistas de uma área do conhecimento.

Além disso, foi analisada a representação de estereótipos de gênero e dos obstáculos enfrentados pelas mulheres em suas trajetórias científicas como apontam Barros e Mourão (2020): a prevalência por áreas do cuidado, o papel "natural" da maternidade; menos aptidão à ascensão na carreira.

11 PaineLattes disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/formacao-atuacao-lattes/>

Os dados levantados

Para definir o objeto de análise, foram levantadas as publicações nas quais há imagens de pessoas, seja em fotografias, desenhos ou representadas por personagens. Das 330 publicações de divulgação científica identificadas, 38% (127) contam com imagens de pessoas ou figuras que representam homens e/ou mulheres. As demais, 61,5% (203) são publicações com outros tipos de imagens. Assim, os dados apresentados a seguir, referem-se às 127 publicações que retratam figuras humanas – reais ou fictícias. A partir desse levantamento, foram quantificadas as publicações com mulheres representadas, seguindo as categorizações já apresentadas.

Das 127 publicações, 48,8% representavam homens e 43,3%, mulheres. Em 7,8% dessas publicações estavam presentes figuras de homens e mulheres juntos. Nas publicações com apenas homens representados, em 62,9% delas, eram homens com aparência madura, adultos, e 37%, crianças ou jovens. Já nas publicações exclusivas com mulheres, elas eram representadas em 47,2% por mulheres maduras e em 52,7% por crianças ou jovens. Nas representações mistas (homens e mulheres), 60% eram com crianças e jovens e 40% com homens e mulheres maduros.

Quanto à classificação por raça, homens brancos predominaram em relação a pardos ou negros (80% e 19,3%, respectivamente), nas publicações exclusivamente de homens. Em relação às publicações só de mulheres, 65,4% eram de mulheres brancas e 34,5% de pardas ou negras). Nas publicações com homens e mulheres, 60% eram brancos e 40%, pardos ou negros. Não há representação, nem de homens nem de mulheres, indígenas ou amarelas.

Quanto às temáticas das publicações, das 55 que representam exclusivamente mulheres, em 34,5% elas ilustram temas gerais relacionados à ciência; em 29%, representam temas relacionados a mulheres na ciência; e, em 36,3% as mulheres aparecem como especialistas em uma sessão que o MCTI intitulou de “Que ciência é Essa?”, de entrevistas com pesquisadores. Em comparação, esses números para os homens foram 63% para temas gerais e 37% como especialistas. No entanto, ao analisar exclusivamente a sessão em referência, o percentual entre mulheres e homens como fontes é de 45% e 55%, respectivamente.

Análise qualitativa

Considerando as categorias já mencionadas, foi analisada a forma pela qual as mulheres foram representadas nessas publicações. Um destaque diz respeito à representação dos homens como profissionais de idade mais madura, em sua maioria, em contraponto à representação majoritariamente jovem das mulheres, reforçando a imagem das mulheres em posições iniciais da carreira, enquanto torna-se necessário incentivar a quebra das barreiras para ascensão das pesquisadoras em suas carreiras. Reforçando, portanto, a imagem das mulheres, representadas “num passado não muito longínquo”, como aponta Swain (2009, p.24), “como menores de idade por toda sua vida” que “exprime uma realidade construída, mas instituída e instituidora de práticas sociais que resultam na inferiorização das mulheres na sociedade”.

Quanto à raça, tanto na representação dos homens, quanto das mulheres, predominou a imagem de pessoas brancas. Cabe pontuar a diferença menos significativa entre as mulheres, muito devido à campanha iniciada em novembro em referência ao mês da Consciência Negra¹², pela qual foram destacadas mulheres negras, somada à iniciativa de incluir apenas mulheres negras na campanha anterior, denominada Mulheres na Ciência.

A menor presença de mulheres, em relação aos homens, como entrevistadas sobre temas científicos na sessão “Que ciência é essa?”, reforça estudos que mostram a baixa representação das pesquisadoras como fontes nos meios de comunicação (Kassova, 2020). No entanto, enquanto o estudo de Kassova (2020) identificou uma presença significativamente maior de homens especialistas (77%) em relação às mulheres (19%), na análise da cobertura de jornais sobre o coronavírus, em diversos países, a diferença encontrada nas publicações do MCTI – 45% e 55% - mostra um equilíbrio maior. Nessa análise das mulheres como fontes, um destaque positivo pode ser apontado pelo equilíbrio entre mulheres das áreas das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (30%) e das Engenharias e Ciências Exatas e da Terra (36%), inclusive com pequena prevalência desta, em contraponto com a realidade da segregação horizontal já mencionada. Além disso, a porcentagem menor de mulheres especialistas na área da Saúde (18%) também quebra o estereótipo de que as mulheres demonstram maior interesse por áreas que envolvam cuidados e assistência social, como se fosse uma extensão das suas funções ‘naturais’ (Barros; Mourão, 2020).

Importante apontar, ainda, a presença, em três publicações, de mulheres no papel de mãe: uma em analogia ao termo “placa mãe” de computador, outra em publicação sobre tema geral em que é representada uma criança com a mãe e uma terceira em tema da prática do cuidado “INPA cuidando dos bebês peixe-boi”. Tal contexto nos remete ao mito do amor materno apresentado por Badinter (1985), que critica a ideia de que a maternidade – e o amor materno – é da natureza da mulher, afirmando que “qualquer pessoa que não a mãe (o pai, a ama etc.) pode “maternar” uma criança” (Badinter, 1985, p.17).

Considerações finais

Ao analisarmos os sentidos representacionais, torna-se importante ressaltar o contexto político no qual o cenário apresentado se insere. Além do já citado ineditismo de uma mulher gestora do ministério ligado à ciência, o país é, atualmente, governado por um presidente que incentiva, em discursos e proposições, iniciativas de combate à desigualdade de gênero¹³.

Reconhecendo esse esforço, percebe-se que há uma aproximação à igualdade de presença de mulheres e homens nas publicações do MCTI, ainda que com predominância de homens. Nesse sentido, destacamos a campanha **Mulheres na Ciência**, iniciada em outubro de 2023, pela qual foram apresentadas histórias de mulheres cientistas em diferentes estágios da carreira. No entanto, considerando que o número de mulheres supera o de homens no total de pesqui-

12 Em 20 de novembro é celebrado o Dia da Consciência Negra, referência ao dia da morte de Zumbi dos Palmares.

13 Conforme apresentam as notícias recentes sobre o tema, disponíveis em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-podem-ser-a-maioria-e-governar-o-mundo-diz-lula-em-angola/>, <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/03/201cnada-justifica-a-desigualdade-de-genero201d-diz-lula>, <https://www.brasildefato.com.br/2023/07/03/lula-sanciona-projetos-voltados-para-as-mulheres-e-torna-obrigatoria-a-igualdade-salarial>

sadores do Brasil, a quantidade menor de mulheres representadas na rede social não reflete a realidade do país, reforçando o que Massarani, Castelfranchi e Pedreira (2019) apontam como uma narrativa desenvolvida que reproduz a ideia de uma “ciência masculina” (2019, p. 18).

Considerando todos esses pontos, entendemos que o levantamento aponta para um esforço de representar a ciência e temáticas afins a partir de figuras de mulheres, mas ainda reforça um cenário de desigualdade da presença das mulheres em ambientes científicos – menos mulheres no total de publicações e menos especialistas – e alguns estereótipos atribuídos às mulheres – jovens (iniciantes) e responsáveis pelas ações de cuidado.

Importante observar, por fim, que essa é uma pesquisa inicial, definida por um recorte temporal simbólico, mas curto. Entendemos como necessária uma pesquisa mais ampla, que abranja um período suficientemente grande para que possa ser avaliada a evolução da representação das mulheres no decorrer da introdução de políticas públicas de combate à desigualdade de gênero da ciência, de incentivo à inserção de meninas na carreira científica e de promoção da visibilidade das pesquisadoras do país.

Referências

- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o Mito do Amor Materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BARBOSA, Marcia C.; LIMA, Betina. Mulheres na Física do Brasil: Por que tão poucas? E por que tão devagar? In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). *Trabalhadoras: análise da feminização das profissões e ocupações*. Brasília: Abaré, 2013.
- BARROS, Suzane Carvalho da Vitória; MOURÃO, Luciana. Trajetória Profissional de Mulheres Cientistas à Luz dos Estereótipos de Gênero. *Psicologia em Estudo*, v. 25, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4025/psicoestud.v25i0.46325>. Acesso em: 27 out. 2024.
- BESSA, Eduardo. O que é divulgação científica? In: ARNT, Ana de Medeiros; FRANÇA, Cecília; BESSA, Eduardo. *Divulgação científica e redação para professores*. Tangará da Serra: Ideias, 2015.
- BUENO, Magali Franco. *O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio dos discursos dos viajantes, do Estado, dos livros didáticos de Geografia e da mídia impressa*. 2002. 197 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, [S.l.], v. 15, n. 1 esp., p. 1–12, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp1. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/6585>. Acesso em: 20 jan. 2024.
- BIROLI, Flavia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. *Cadernos Pagu*, n. 34, p. 269–299, jan. 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. *Painel Fomento em Ciência, Tecnologia e Inovação*. [S.l.]: CNPq, 2024. Disponível em: <http://bi.cnpq.br/painel/fomento-cti/>. Acesso em: 27 out. 2024.
- BRASIL. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE. *Percepção pública da C&T no Brasil - 2023: Resumo Executivo*. Brasília, DF: CGEE, 2024. 30 p.
- CALDAS, Graça. Divulgação científica e relações de poder. *Informação & Informação*, [S. l.], v. 15, n. 1 esp., p. 31–42, 2010. DOI: 10.5433/1981-8920.2010v15n1esp31. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/5583>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- FAGUNDES, Vanessa; SILVA Jr., Maurício Guilherme (Orgs.). *Divulgação científica: novos horizontes: reflexões e experiências jornalístico-acadêmicas desenvolvidas no projeto Minas fazem Ciência*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2017. ePub.

- FREITAS, Alexandre Campos; RIBEIRO, Luciana Aparecida Carlos. Representação de gênero na divulgação científica: uma análise da série "Cosmos". *JCOMAL*, v. 2, n. 1, p. A02, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22323/3.02010202> Acesso em: 6 set. 2024.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Apicuri, 2016.
- HARDING, Sandra. *Ciencia y feminismo*. Barcelo: Morada. 1996.
- JODELET, Denise. Représentations sociales: un domaine en expansion. In: JODELET, Denise (Ed.). *Les représentations sociales*. Paris: PUF, 1989, p. 31-61. Tradução: Tarso Bonilha Mazzotti. Revisão Técnica: Alda Judith Alves Mazzotti. Rio de Janeiro: UFRJ, Faculdade de Educação, 1993.
- KASSOVA, Luba. *Missing perspectives of women in COVID-19 news*. Publicado pelo International Women's Media Foundation. Disponível em <https://www.iwmf.org/women-in-covid19-news/> Acesso em: 6 mar. 2024.
- KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.
- LAURETIS, Teresa de. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.
- LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MACHADO, Liliane Maria Macedo. *E a mídia criou a mulher: como a TV e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero*. 244 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.
- MARIOSIA, Erica; PALAZI, Ana Paula. Como a comunicação institucional pode te ajudar a planejar sua comunicação. *Mindflow*, Blogs, Unicamp, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mindflow/como-a-comunicacao-institucional-e-o-jornalismo-cientifico-podem-te-ajudar-a-planejar-sua-comunicacao/>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- MASSARANI, Luisa; CASTELFRANCHI, Yuri; PEDREIRA, Anna Elisa. Cientistas na TV: como homens e mulheres da ciência são representados no Jornal Nacional e no Fantástico. *Cadernos Pagu*, n. 56, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1590/18094449201900560015>. Acesso em: 17 dez. 2023.
- MELO, Hildete Pereira; RODRIGUES, Lúcia M. C. S. *Pioneiras da Ciência no Brasil*. Rio de Janeiro: SBPC, 2006.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, [S. l.], v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <https://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 22 jan. 2025.
- SANTANA, Leonor M.; CHAMON, Edna Maria Querido de Oliveira. Escolha Profissional e Representações sociais: um estudo com estudantes de ensino médio de escolas públicas. *Revista de Educação Pública*, Cuiabá, v. 31, jan. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-20972022000100108&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 27 out. 2024.
- SCHIEBINGER, Londa. *O Feminismo mudou a Ciência?* Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- SWAIN, Tania Navarro. *Heterogênero: "Uma categoria útil de análise"*. Educar, Curitiba, n. 35, p. 23-36, 2009. Editora UFPR.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.
- YANNOULAS, Silvia. Feminização ou feminilização? Apontamentos em torno de uma categoria. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 271-292, jul./dez. 2011.

A FORMAÇÃO DOS IMAGINÁRIOS SOBRE AS DISSIDÊNCIAS DE GÊNEROS NO FLUXO TELEVISIVO

THE CONSTRUCTION OF IMAGINARIES ON GENDER
DISSIDENCES IN TELEVISION FLOW

SUE GOTARDO¹
CRISTIANE FINGER²

RESUMO

O objetivo deste artigo é refletir sobre os imaginários das dissidências de gêneros no fluxo televisivo (Williams, 2016), considerando o encadeamento de conteúdo. Discute sobre as expressões de violência que permeiam esse processo, na perspectiva dos estudos do imaginário. Quanto às estratégias metodológicas, utiliza a Análise Discursiva de Imaginários, proposta por Silva (2019), para investigar o *corpus* composto por um recorte da TV Globo. Após este processo, o trabalho identificou as posições em que as dissidências estão representadas nos fragmentos e enquadramentos analisados, mostrando que certos imaginários dinamizados invisibilizam algumas corporeidades dissidentes. Ao final, constatamos três movimentos simbólicos que sustentam a matriz cisgênera heteronormativa patriarcal branca na televisão.

Palavras-chave: Comunicação; Gêneros; Fluxo Televisivo; Dissidências; Imaginários.

ABSTRACT

The objective of this article is to reflect on the imaginaries of gender dissidences in the television flow (Williams, 2016), considering the sequencing of content. It discusses expressions of violence that permeate this process from the perspective of imaginary studies. About methodological strategies, it employs the Discursive Analysis of Imaginaries proposed by Silva (2019) to investigate the corpus composed of a selection from TV Globo. Following this process, the study identified the positions in which dissidences are represented in the analyzed fragments and framings, revealing that certain dynamized imaginaries render some dissident corporealities invisible. In conclusion, three symbolic movements were identified that sustain the white patriarchal heteronormative cisgender matrix in television.

Keywords: Communication; Gender; Television Flow; Dissidences; Imaginaries.

- 1 Relações Públicas, doutoranda em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS. Integrante do Grupo de Pesquisa Tecnologias do Imaginário (GTI) da PUCRS. Coordenadora de comunicação na Secretaria de Sistemas Penal e Socioeducativo. Pesquisadora nos estudos de gêneros, feminismo, transfeminismo, diversidade e inclusão. E-mail: suegotardo@gmail.com
- 2 Jornalista formada pela FAMECOS/PUCRS. Especialista em Estilos Jornalísticos, Mestre e Doutora em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da PUCRS. É professora titular do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação, Artes e Design – PUCRS. E-mail: cristiane.finger@pucrs.br

Introdução

A televisão possui uma função social, cujo papel consiste no desenvolvimento da cidadania, no fomento às discussões sobre problemáticas sociais, no debate sobre a garantia dos direitos humanos e na distribuição de conteúdos interseccionais. Dentro desse contexto, ela contribui, diariamente, na cristalização e dinamização de imaginários que refletem na nossa sociedade. Partindo deste pressuposto, a TV é o espelho do social e, portanto, uma Tecnologia do Imaginário (Silva, 2006).

A célebre frase da ativista negra Marian Wright Edelman³ - *não podemos ser aquilo que não podemos ver* - permite refletir sobre a consciência *de sujeito* que é cristalizada pelas mídias. Apesar de se referir à consciência da negritude que não se enxergava nas telas, sua voz ecoa em outras periferias, cujos corpos são atravessados por condições que tornam suas vidas mais ou menos humanas. Aquele que diverge do padrão ou não se enquadra em determinada forma é o dissidente.

Este trabalho é um recorte da tese em andamento, intitulada *Imaginários sobre as dissidências de gêneros no fluxo televisivo*, que investiga estes corpos no fluxo televisivo, a partir da análise de duas horas contínuas de programação da TV Globo, das 20h30 às 22h30, durante cinco dias aleatórios, nomeados aqui por edições, que, juntas, totalizam dez horas de pesquisa. Para este artigo, cujo objetivo geral é refletir sobre as dissidências nesse processo sequencial, iremos apresentar os resultados obtidos a partir da análise de uma edição correspondente ao *corpus* da tese.

A partir da noção do que são as dissidências, refletiremos sobre os imaginários que cristalizam padrões excludentes na TV, formando o que chamamos de matriz cis-heteronormativa branca patriarcal. Percebemos que essa matriz opera por meio de expressões de violências simbólicas, mesmo quando se propõe a trazer mais corpos diversos para as telas, ou seja, quando as dissidências aparecem ocupando posições centrais na televisão.

A hipótese é de que, inconscientemente, essas corporeidades são envolvidas em uma teia simbólica opressora, sugerindo, assim, a necessidade de uma revisão de conteúdo. Por dissidências, entendemos como a constituição dos corpos, das formas ontológicas de ser e estar excluídas da matriz cisgênera e heteronormativa. Corpos que subvertem a heterossexualidade compulsória e a ordem sexo - gênero - desejo (Butler, 2021). Nesse sentido, compreendemos a dissidência como a matéria fora do lugar (Figari; Díaz-Benítez, 2009).

A proposta metodológica parte da perspectiva qualitativa do imaginário, por meio das Tecnologias do Imaginário (Silva, 2006), que atuam diretamente na produção de sentido, e da Análise Discursiva de Imaginários (Silva, 2019), que investiga o desvelamento de discursos imperceptíveis. Portanto, a partir do momento em que identificamos a televisão como uma ferramenta do imaginário, pretendemos investigar como as dissidências estão inseridas no fluxo televisivo, refletindo sobre a posição destes corpos em diferentes situações e contextos, analisando assim a formação e a dinamização desses processos simbólicos na TV. Entendemos que o melhor caminho a ser pesquisado é a partir do fluxo sequencial televisivo, por compreender a influên-

3 Disponível em: <<https://medium.com/@sydneythomas/https-medium-com-sydneythomas-my-first-mentor-7e82b81fa9a9>>. Acesso em: 15 out. 2023.

cia do encadeamento do conteúdo de diferentes formatos (telejornal, telenovela, anúncios) na experiência midiática, conforme sugere Raymond Williams (2016).

Para além de sexo e gênero

Não é novidade afirmar que a programação televisiva brasileira ainda é constituída basicamente por corpos que correspondem à matriz cisgênera heteronormativa da branquitude. Diferentes conteúdos produzidos para a TV, tais como as telenovelas, os telejornais ou programas de auditório, são construídos com base na binariedade cisgênera do masculino e do feminino. Através deste pressuposto, imaginários sobre o sexo e gênero são dinamizados.

Para desmistificar essa lógica, é necessário, primeiramente, entender que sexo e gênero estão para além do processo biológico. Se tratam de posições políticas e instituições de poder. A noção de gênero extrapola as construções sociais estabelecidas pela sociedade. Isso acontece porque a matriz cis-heteronormativa comporta apenas as noções universais do masculino e do feminino, excluindo todos os corpos periféricos e dissidentes. Judith Butler (2021) explica as corporeidades a partir das suas construções e performatividades, que se legitimam como um meio discursivo e de poder. “Em Butler, o questionamento do par sexo/gênero é o caminho pelo qual ela vai apontar para os problemas políticos do par masculino/feminino”, destaca Rodrigues (2020, p. 51). Logo, o grande desafio é desconstruir o pensamento fundamentado neste dualismo limitador. É necessário, como defende Butler (2021), um novo lugar no pensamento (Rodrigues, 2020).

Estes problemas envolvendo a categoria gênero renovam a teoria feminista para defender um novo conceito proposto por Butler (2021): a heterossexualidade compulsória. A autora explica que tudo que está para além do homem branco cisgênero e heterossexual, é passível de preconceito, ou seja, corpos dissidentes.

O cis-tema (Nascimento, 2021) deve ser, portanto, aniquilado. A expressão aparelho reprodutor feminino não pode estar vinculado a um determinado órgão genital, uma vez que, o feminino e o masculino possuem atribuições sociais e são usados para correlacionar expressões, experiências e identidades que se aproximam a determinadas inclinações. Portanto, as matrizes de reprodução destes imaginários construídos socialmente são também ferramentas que fortalecem o sistema patriarcal heterossexista.

O imaginário como percurso metodológico

Para entender como as Tecnologias do Imaginário operam na formação de sentidos é preciso, inicialmente, partir da compreensão de que “[...] todo imaginário é real e que todo real é imaginário”, conforme explica Silva (2006, p. 7). O imaginário, como já abordado em outros trabalhos, diz respeito ao que é real, a partir do imaginário, e do que é imaginário, a partir do real.

Na perspectiva das estruturas antropológicas do imaginário, Durand (2012) diz que “[...] o imaginário é o conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens” (Durand, 2012, p.18). Logo, o imaginário aparece como denominador fundamental do pensamento humano (Durand, 2012).

Seguindo a linha metodológica, Silva (2006) apresenta as Tecnologias do Imaginário (TI) como ferramentas das narrativas do vivido. De acordo o autor, as TI “[...] trabalham na povoação do universo mental como sendo um território de sensações fundamentais” (2006, p. 22). Elas atuam diretamente na formação de opinião, ou ainda, de forma subjetiva, sobre o que pensar, como pensar e quando pensar. As TI podem ser compreendidas como as formas de propagação de conhecimento, como a TV, o rádio, o livro, o cinema e o teatro. Enquanto as tecnologias primitivas (o teatro ou o livro) são leves, possuem uma abrangência local e não modificam radicalmente a produção de sentido, as tecnologias industriais (TV e cinema) são pesadas, planetárias e poluem os imaginários, alterando, assim, o processo simbólico.

Nossa pesquisa elege a televisão como objeto de estudo porque ela atua como uma das tecnologias que interferem diretamente nos imaginários, isto é, como meio, de caráter informativo, artístico ou de entretenimento, e pode ser classificada como uma tecnologia poluente (Silva, 2006). Para desvelarmos os imaginários presentes no fluxo televisivo (Williams, 2016), iremos utilizar um operador metodológico que atende a necessidade de uma análise qualitativa, na ordem do sensível, ou seja, a Análise Discursiva de Imaginários (Silva, 2019). Entendemos que o processo simbólico presente na construção do conteúdo televisivo é formado inteiramente por imaginários. Desse modo, a Análise Discursiva de Imaginários (ADI) possibilita o desvelamento desses discursos imperceptíveis. Ainda sobre a metodologia, o autor sugere elencar os Tópicos Emergentes presentes nesse processo, ou seja, “[...] essas pontas de icebergs que emergem como pistas dos imaginários encobertos” (2019, p. 100). Portanto, serão estes norteadores que nos ajudaram a desvelar os imaginários encobertos.

O recorte deste artigo se refere à análise de uma edição que compõem o *corpus* da tese já mencionada, que utiliza a técnica da Semana Composta através de uma amostragem aleatória sistemática. Neste trabalho, exploramos a primeira segunda-feira de agosto de 2023. A pesquisa completa compreende cinco edições, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 1 - Quadro de edições analisadas na tese

| Meses | Proposta de aleatoriedade | Datas das edições |
|----------|---------------------------|-------------------|
| Agosto | Primeira segunda-feira | 7/8/23 |
| Setembro | Primeira terça-feira | 5/9/23 |
| Outubro | Primeira quarta-feira | 4/10/23 |
| Novembro | Primeira quinta-feira | 2/11/23 |
| Dezembro | Primeira sexta-feira | 1/12/23 |

Fonte: A autora (2023)

A emissora escolhida para análise é a Rede Globo, fundada em 1965, seguindo a regra da maior audiência e relevância. “A consolidação da TV Globo como Rede Nacional começou em 1969, quando seus programas passaram a ser transmitidos simultaneamente em várias cidades através de micro-ondas” (Mattos, 2010, p. 102). Em relação à hegemonia da Rede Globo, a pesquisa do Grupo de Mídia de São Paulo (2021, p. 120) revelou que a emissora possui 98,38% de abrangência em relação ao total de municípios e 99,53% em relação aos domicílios equipados com TV. Portanto, a definição pela TV Globo se deu pelo fato de ser a maior emissora de maior alcance do país.

O conteúdo também foi delimitado a partir do horário de maior audiência, ou seja, das 20h e 30min às 22h e 30min, conforme Kantar Ibope Media (2022). A programação desse horário contempla o telejornal de maior relevância no País, o Jornal Nacional, um capítulo da telenovela (Terra e Paixão) e os respectivos comerciais.

A pesquisa contou com três etapas de desvendamento: coleta do material, análise das imagens e dos enquadramentos e a aplicação da metodologia. A coleta aconteceu por meio de gravações do conteúdo exibido na TV, armazenado parte em um HD e parte acessado via Globoplay. Além disso, utilizamos o recurso de diários de decupagem para cada elemento da sequência de programação. A seguir, mostraremos o processo de formação de imaginários que modelam a matriz cis-heteronormativa patriarcal nos conteúdos observados.

Formação dos imaginários das dissidências de gêneros

A análise do fluxo televisivo deve ser realizada a partir da sequência da programação e não por unidades separadas, explica Williams (2016). O imaginário, nesse sentido, reside neste processo sequencial, ou seja, na sistemática desencadeada pela dinâmica que acontece na experiência ao assistir à televisão em fluxo. Para o autor, a televisão não é apenas como uma tecnologia, mas um reproduzidor cultural que opera na formação de sentidos.

A primeira etapa é a Análise Panorâmica de Sequência, que compreende olhar para o fluxo geral e entender o que compõem a programação. Após destrinchar seus componentes, usamos diários de análise para descrever as interpretações sobre as corporeidades dissidentes presentes e onipresentes nesse processo sequencial. Inicialmente, apresentaremos a sequência neste primeiro material coletado.

Quadro 1 - Sequência de programação da primeira segunda-feira (07/08/23)

| Fluxo |
|----------------------------------|
| Jornal Nacional (B1) |
| Intervalo 1 |
| Jornal Nacional (B2) |
| Intervalo 2 |
| Jornal Nacional (B3) |
| Intervalo 3 |
| Jornal Nacional (B4) |
| Chamada da novela |
| Oferecimento 1 |
| Trecho de resumo do cap anterior |
| Oferecimento 2 |
| Terra e Paixão (Cap 1) |
| Intervalo 4 |
| Terra e Paixão (Cap 2) |
| Intervalo 5 |
| Terra e Paixão (Cap 3) |
| Intervalo 6 |
| Terra e Paixão (Cap 4) |
| Oferecimento 3 |

Fonte: Tabela elaborada pelas autoras⁴

Nos estudos de Williams (2016), ele descreve como o fluxo é organizado a partir de um planejamento com o objetivo de impactar o telespectador por meio da cadência. Partindo da premissa de que os três produtos que caracterizam o fluxo analisado são o telejornal, a telenovela e a publicidade, nos perguntamos como os corpos dissidentes são representados em cada um destes contextos, na perspectiva do imaginário. Desta forma, identificamos quatro situações em que as dissidências foram inseridas: em uma *posição central*, quando o corpo dissidente tem papel de destaque na narrativa; na *posição de contexto*, quando o corpo é utilizado para promover ou problematizar a temática; na *posição anunciada*, quando a dissidência é comunicada no produto televisivo; e na *posição invisível*, quando ela é invisível na cena.

A *posição central* foi identificada sobretudo no gênero do telejornal, onde os corpos dissidentes, representados pelas repórteres e as especialistas mulheres, são colocadas em posição de destaque.

4 Neste quadro utilizamos a seguinte formatação: Bloco de referência, no caso do Jornal Nacional (B1 se refere ao bloco 1 do telejornal; Capítulo de referência, no caso de Terra e Paixão (Cap. 1 se refere ao capítulo 1 da telenovela).

Figura 1 - Posição protagonista. Edição JN - 07/08/23



Fonte: As autoras (2023), a partir da edição do JN.

Como o objetivo é analisar somente a perspectiva dissidente, não observamos os corpos socialmente identificados como masculinos, uma vez que queremos tensionar as dissidências de gêneros pela ótica do imaginário. Dito isso, a primeira impressão que temos é identificar que as pessoas identificadas na posição de repórter são, majoritariamente, brancas. A Roleta Interseccional (Carrera, 2021), nos mostra, portanto, a fragilidade da diversidade racial neste produto televisivo, sobretudo nesta função. Com base nos estudos de Carrera (2021, p. 12) questionamos: “[...] de que forma essa categoria deixa rastros na materialidade comunicacional?”

As fontes também foram categorizadas e analisadas pela perspectiva de gêneros. Schmitz (2011) tipifica as fontes com base em Lage (2001), Pinto (2000) e Charaudeau (2009), e as divide em *categoria*, *grupo*, *ação*, *crédito* e *qualificação*. Neste trabalho, utilizamos como referência a denominação criada por Schmitz (2011), a partir de quem fala com o público, isto é, do grupo. O autor classifica as fontes dos grupos em: **oficial**, **empresarial**, **institucional**, **popular**, **notável**, **testemunhal**, **especializada** e **referência**.

Se, dentre as fontes categorizadas como especializadas, percebemos um número maior de pessoas brancas, no caso das fontes identificadas como Testemunhal, Popular e Referência, por exemplo, percebemos maior pluralidade nas dissidências, como ilustra a Figura 02. Tais corpos ocupam, ao mesmo tempo, a *posição de protagonista*, posto que a materialidade tem voz, mas também podem ser enquadrados na *posição de contexto*, já que algumas dissidências, seja pelo recorte de raça, gênero ou etnias, foram inseridas nas matérias por apresentarem algum tipo de relação com a reportagem.

Figura 2 - Fontes de entrevista da edição 7/08/23 do JN



Fonte: As autoras (2023), a partir da edição do JN.

Na telenovela encontramos algumas situações que contemplam a *posição protagonista*, porém em menor número. Exemplo disso é uma das primeiras cenas do Capítulo 1 de Terra e Paixão que analisamos e reproduz uma fala machista de Odilon (Jonathan Azevedo), mas é rebatida pela protagonista, Anely (Tatá Werneck).

Odilon: Ah! Vocês estão brigando com a Anely, é isso? (...)

Anely: A gente não tem mais nada e eu preciso me defender sozinha.

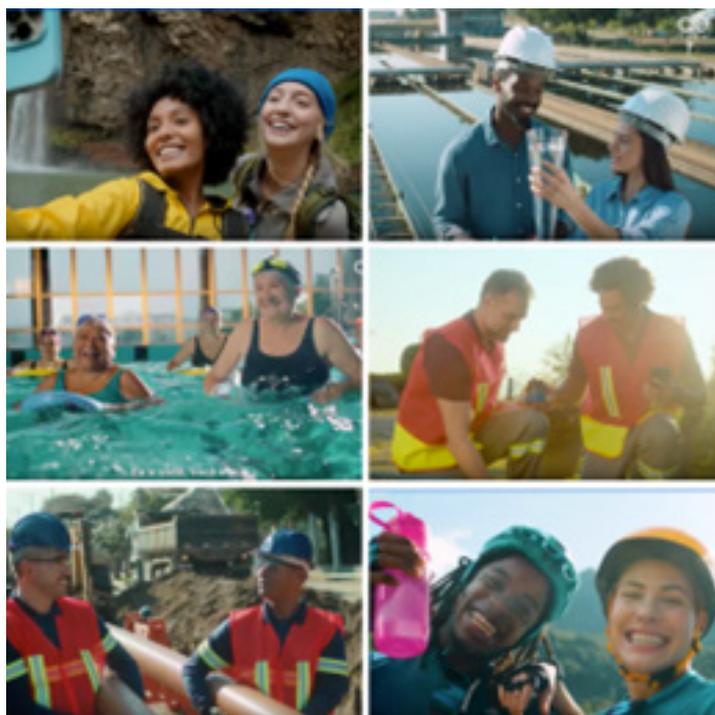
Odilon: Qué isso Anely, volta comigo. Você precisa de um homem para te defender, mulher.

Anely: Não, eu sei me defender.

A situação, comum em relacionamentos, sobretudo heteronormativos, é considerada uma expressão de violência, pois retrata uma forma de opressão. Entretanto, a resposta de Anely se enquadra na *posição protagonista*, pois rebate o comentário feito por Odilon. A cena, contudo, é finalizada em um tom de comicidade, o que interfere no processo total de reflexão sobre o assunto, já que o impacto maior se dá no âmbito da comédia. Portanto, o contexto, de certa forma, interfere no processo de reflexão.

A *posição de contexto* foi identificada, sobretudo, na publicidade, quando a dissidência é utilizada como uma cultura da diversidade da marca. Um exemplo é o anúncio da Aegea e a Corsan, que utiliza uma narrativa plural para se referir à união das duas empresas. O tema "Juntos nos divertimos mais" associa a união das duas empresas quando utiliza a perspectiva interseccional, explorando o aspecto simbólico da diversidade.

Figura 3 - Frames do comercial Juntos nos divertimentos mais



Fonte: As autoras, a partir do comercial da Aegea - Corsan. Disponível em: <<https://infomais.corsan.com.br/corsan-e-aegea-agora-juntas-nossa-natureza-movimenta-o-rio-grande/>>. Acesso em: 14 out. 2023.

A *posição anunciada* apareceu somente na telenovela, com a presença de um corpo trans através da personagem Luana, vivida pela atriz Valéria Barcellos. Sua imagem foi, muitas vezes, reforçada pela busca da cisgeneridade e da hipersexualização. Até mesmo a sinopse disponível no próprio site Gshow, revela esses traços: *a gerente do bar de Cândida (Susana Vieira), sonha em ser proprietária. É uma transexual. Gosta de fazer fofoca, mas é íntegra e generosa. Tem um amor secreto*⁵.

Essas marcas invisíveis são chamadas de expressões de violência simbólica. Para Michel Misse, doutor e professor associado do Departamento de Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, é necessário perceber a violência para além das muitas categorizações unitárias que a envolvem, já que o termo sugere complexidades conceituais de múltiplas expressões (MISSE, 2016). “Quando usamos a palavra “[...] violência, é o sentido da agressão física o que primeiro nos vem à cabeça, especialmente o de uma ação unilateral que envolve a possibilidade ou a ameaça de resultar em ferimentos ou em morte”, afirma o autor (2016, p. 47). Por isso, a violência só pode ser compreendida pela sua forma plural, já que absorve os valores negativos de expressões morais, sociais, simbólicas, psicológicas, estruturais, patrimoniais, físicas e sexuais, como também pelos valores da violência legal, aquela de competência do Estado.

Neste artigo, trabalhamos a noção da violência simbólica, a partir de Pierre Bourdieu que, em sua obra sobre a condição feminina e a violência simbólica⁶, resume o problema às “[...] matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos, que, sendo universalmente partilhados, impõem-se a cada

5 Disponível em: <<https://gshow.globo.com/novelas/terra-e-paixao/personagem/luana-shine/>>. Acesso em: 20 mar. 2024.

6 BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

agente como transcendente" (Bourdieu, 2020, p. 62). Para o autor, essas matrizes são (re)produzidas diariamente pelos meios de comunicação, promovendo a dominação masculina como um padrão social. O simbólico, nesse sentido, direciona as estruturas sociais e define as etapas de todas as violências.

A informação como processo de sedução

Ferrés (1998) fala sobre os falsos mitos (da liberdade, da racionalidade humana e da consciência) que acontecem no processo de assistir TV. Isso porque, na visão do autor, o maior instrumento da televisão é seu poder socializador. Ele argumenta que a comunicação contemporânea está profundamente enraizada na *sedução*.

No caso do telejornal, foi preciso pontuar as editorias das reportagens para investigar se o tema se relacionava diretamente com a corporeidade e perceber o processo de sedução. Tivemos, portanto, 13 reportagens e as organizamos pelas seguintes editorias: economia, mundo, política, justiça, geral e esporte. Contudo, somente analisamos as reportagens que contavam com a materialização do corpo de uma repórter. Temos, assim, cinco mulheres nas editorias Geral, Justiça e Economia, enquanto os quatro homens ocupam as editorias Esporte, Geral, Justiça e Política.

Em todas as pesquisas que envolvem compreender e analisar imaginários, as imagens e os discursos são os principais fatores para se chegar a um ponto de partida. Se esse estudo fosse exclusivamente sobre a temática de gêneros, levando em consideração o pressuposto da binariedade, a equidade garantiria um resultado positivo, afinal, nesta edição, há mais mulheres socialmente identificadas do que homens socialmente identificados, na posição de repórteres. Todavia, este mesmo fator desvela traços de uma matriz de opressão, com imagens simbólicas discriminatórias, uma vez que todas elas são brancas e cisgêneras. Como reflete Bourdieu (2020), há uma divisão de corpos que reforça a dominação simbólica.

Desvelamos o campo onde essas repórteres estão inseridas e percebemos que há maior frequência feminina em matérias onde o conteúdo é classificado como Geral, com temáticas que envolvem a educação e a cultura, por exemplo. Por outro lado, ao olharmos onde os repórteres socialmente identificados como masculinos estão inseridos, percebemos que há maior diversidade em seus campos temáticos. Além disso, identificamos que há a preferência por repórteres, cujo corpo é representado pela categoria simbólica universal do masculino, na editoria Esporte. Realizamos outros exercícios de análise⁷ e percebemos que esse padrão se mantém, especialmente quando o assunto é exclusivamente futebol. Portanto, entendemos que, por vezes, esse movimento pode se tornar uma predisposição e, portanto, uma expressão de violência simbólica.

Sobre a imagem simbólica dos apresentadores, que, nessa edição, foi comandada por William Bonner e Renata Vasconcellos, percebemos alguns movimentos que tecem a matriz da cis-heteronormatividade.

7 Ao longo do processo, foram realizados três exercícios de análise nos dias 6,7 e 15 de fevereiro de 2023, a partir da Análise Discursiva de Imaginários.

Figura 4 - Apresentadores da edição do JN de 07/08/23



Fonte: Captura de tela, a partir da edição do JN.

A categoria homem, representada aqui por William Bonner, sustenta e retroalimenta a construção social de um imaginário masculino universal, a partir de elementos simbólicos que constituem a imagem do homem ou do masculino. Enquanto Bonner reproduz esse estereótipo social do que se tem como masculino, Vasconcellos se aproxima de um modelo típico das mulheres no telejornalismo: cabelo liso, solto, magra, pouca maquiagem, roupas largas e não muito coloridas, também pontuadas na pesquisa de Mariana Argoud Dias⁸. Sobre esta imagem simbólica que envolve as mulheridades, Carla Akotirene (2022), em uma publicação na sua conta na sua rede social Instagram⁹, explica que as mulheres, muitas vezes, se distanciam de elementos que lembram e formam as suas feminilidades, com o objetivo de reproduzir uma imagem séria. Usam roupas formais que se aproximam de imagens simbólicas masculinas.

Vasconcellos, de certa forma, subverte a matriz de um imaginário social do que se associa ao feminino, com o objetivo de reproduzir e transmitir seriedade e credibilidade. Assim como Vasconcellos, o mesmo se repete quando analisada a figura das repórteres, que seguem este mesmo padrão sobre as feminilidades. Desse modo, vemos que o telejornalismo prioriza a representação simbólica de corpos masculinos, enquanto as mulheres se distanciam das feminilidades.

Em relação à imagem simbólica de Eliana Marques, responsável pela previsão do tempo desta edição, percebemos maior liberdade com o vestuário. Nos exercícios de análise realizados anteriormente, este fator se repete e nos fez perceber que o quadro da previsão do tempo se tornou um espaço mais flexível para as feminilidades dentro do telejornalismo. Aqui, o tornar-se mulher (BEAUVOIR, 2009) é sustentado pela cisgeneridade e, conseqüentemente, pelo vestuário. Além disso, identificamos a baixa preferência por corpos masculinos atuando como “repórteres do tempo”¹⁰.

8 Trabalho disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/246465>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

9 Publicação realizada no dia 12 de novembro de 2022, disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Ck4Fn9KJFuc/?igshid=YmMyMTA2M2Y%3D>> Acesso: 13 nov. 2022.

10 Em um breve estudo, identificamos apenas a participação de dois repórteres nesse quadro do JN, de forma esporádica: Tiago Scheuer, em 2018, e Marcelo Pereira, em 2022.

Figura 5 -Eliana Marques na edição do JN de 07/08/23



Fonte: Captura de tela, a partir da edição do JN.

Os estereótipos como inversão da sedução

A telenovela representa uma comunidade nacional imaginada que atua na produção de sentido, a partir de um repertório coletivo, explica Lopes (2003). Esta nação imaginada, deve, portanto, cumprir a sua função social e representar a sociedade a qual faz parte. “A novela constitui-se em veículo privilegiado do imaginário nacional”, explica Lopes (2003, p. 19).

A primeira cena do Capítulo 1 retrata o amor não correspondido, de Caio (Cauã Reymond) com Graça (Agatha Moreira). Ela mente que está grávida para segurar o namorado. A maternidade assume aqui um papel carregado de pressupostos machistas, pois sugere que Graça estaria dando o “golpe da barriga”. O preconceito reside no julgamento de que a pessoa com útero poderia determinar a fecundação, enquanto a pessoa com pênis figura o papel de vítima. Portanto, a dissidência é cicatrizada por expressões de violência simbólica, pois carrega um sentido negativo a partir de uma construção social já cristalizada. O golpe da barriga é, na verdade, um golpe masculino, de Estado e de poder, colocando a mulher na posição de opressora, geralmente associada a interesse financeiro ou à busca de segurança no relacionamento.

No segundo capítulo, o personagem Odilon aparece em outra cena que pode ser considerada uma expressão de violência simbólica, quando ele simula uma cena de sequestro com a personagem Graciara (Natália Dal Moli). Ela, de costas, é abraçada por Odilon. A cena sugere que ele aproveita para aproximar-se do corpo de Graciara.

Figura 6 - Frames da cena de Odilon com Graciara



Fonte: As autoras, a partir de captura de tela do capítulo de Terra e Paixão. Disponível em: Globoplay.

Para além do machismo, é inevitável perceber o racismo estrutural que envolve a cena, já que a trama coloca o ator no papel do típico malandro brasileiro (ARAÚJO, 2008). Sobre isso, hooks (2019) explica que, para a pessoa negra, se ver em papéis subalternizados e opressores pode ser considerada uma expressão de violência. Ainda que se tenha conseguido, em parte, uma certa equiparação dos corpos negros aos brancos na televisão, estes corpos ainda sofrem com papéis ou espaços discriminatórios.

Outro exemplo é a cena de Irene (Glória Pires), mãe de Caio e esposa de Antônio La Selva, se encontrando em segredo com Vinícius (Paulo Rocha). No diálogo, percebemos que Vinícius interpreta equivocadamente o convite feito por Irene.

Irene: Vinícius, eu vou direto ao ponto. Eu estive conversando com o meu marido e ele confirmou que vocês encontraram diamantes nas terras da viúva. Eu to muito interessada em saber como realizar essa extração.

Vinícius: Pode ser direto também?

Irene: Claro.

Vinícius: Por que veio almoçar sozinha comigo.

Irene: Eu não entendi.

Vinícius: Aceitou me encontrar para falar de trabalho. Pensei que poderíamos ir prum lugar mais tranquilo.

Irene: Eu não gostei do seu tom. Você acabou de ultrapassar uma fronteira bem perigosa. É melhor eu ir.

Vinícius: Você mal tocou na comida. Irene, eu não vou deixar você pagar.

Irene: Querido. Está pra nascer o homem que vai dizer o que eu faço. Está pago. Com licença.

Vinícius: (sozinho) Nossa! Que mulher (sorrindo).

Ainda que a trama crie uma imagem simbólica sobre o empoderamento feminino, identificada na fala de Irene, temos, anteriormente, a personagem criada com base no arquétipo da vilã. Sabemos que o principal processo simbólico entre público e espectador é em relação ao herói, ou seja, pelo mocinho(a) da história. Associado a esse arquétipo (DURAND, 2012), têm-se sentimentos como empatia e afinidade. No caso de *Terra e Paixão*, isso acontece com os protagonistas Aline e Caio. Consequentemente, o público passa a ter antipatia e desprezo para com os personagens vilões da história e esse fator interfere no processo simbólico da imagem da mulher empoderada.

Ainda, foi identificado o sexismo na fala de Vinícius, quando diz (...) *Que mulher*, após ter sido inconveniente. O fato de a mulher ter aceitado o convite para almoçar, demonstrou, aos olhos do homem, que ela estaria interessada nele. Há aqui o exemplo, como explica Saffioti (1987), do poder do homem sobre a mulher, uma ação de discriminação e opressão socialmente construída para beneficiar o patriarcado. Portanto, os tópicos emergentes que se desvela neste percurso estão interligados aos processos de estereótipos.

A telenovela seduz por meio da história e dos seus respectivos personagens e insere na narrativa diferentes temáticas sociais, como o racismo, a homofobia e o empoderamento feminino. Contudo, o que é desvelado é que, muitas vezes, o papel social, isto é, a reflexão sob determinada pauta, é ofuscada por meio da narrativa ficcional.

A sedução publicitária

Esta etapa envolve analisar os comerciais do nosso fluxo televisivo, veiculados entre a edição do Jornal Nacional e o capítulo da telenovela *Terra e Paixão*, isto é, das 20h e 30min às 22h e 30min. Inicialmente, é importante pontuar que não consideramos a publicidade relacionada à própria emissora (Rede Globo) ou às afiliadas a ela, os comerciais de shows locais e a publicidade governamental. Portanto, temos 17 comerciais analisados.

Seguindo a premissa de Ferrés (1998), sobre os processos de sedução na televisão, a publicidade atua na esfera da emoção. Ele explica que ela "joga com estratégias de tipo associativo, conferindo personalidades aos produtos" (p. 204). Na perspectiva dos estudos do imaginário, Silva (2006, p. 69) lembra que a publicidade atua como "[...] instrumento de sedução a serviço de objetivos de unificação mental e comportamental".

Identificamos que há um número expressivo de propagandas que utilizam figuras midiáticas como endossadores da marca (Mowen; Minor, 2003), isto é, como estratégia para se aproximar do público. Pensando na sedução a partir das estrelas (Ferrés, 1998) é importante observar essas corporeidades como importantes elementos simbólicos. Outro aspecto considerável é analisar de que forma a diversidade é colocada na publicidade. Como exemplo de análise, trouxemos a propaganda do creme dental Oral-B, presente no intervalo 3, entre os blocos 3 e 4 do JN. Como protagonista, temos um homem, branco, que apresenta o produto e contracena com mais dois personagens: outro homem branco e uma mulher negra, como demonstra a Figura 7.

Figura 7 - Frames do comercial da Oral-B



Fonte: As autoras, a partir do comercial da Oral-B. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=swwugfc9tIA>>. Acesso em: 14 out. 2023.

No comercial da Oral-B, percebemos que não há uma relação expressiva entre os personagens e o foco se mantém no ator principal. A ADI nos mostra, por meio dos três fundamentos principais, estranhamento, entranhamento e desentranhamento (Silva, 2019), a importância de desvelar os imaginários encobertos. Nesse caso, a imagem do homem branco retrata não somente o protagonista, mas também que ele é a figura que explica a eficiência do produto e seus aspectos tecnológicos. Portanto, aqui, ele é o detentor do saber. Além disso, se analisado o aspecto interseccional, como aponta Achille Mbembe (2018), a mulher negra permanece como coadjuvante, isto é, um corpo à parte, ocupando aqui a posição invisível. No fim do comercial, para retratar o resultado do produto, o comercial exhibe uma imagem de uma mulher branca sorrindo

Outra propaganda que utiliza este mesmo processo é o comercial da marca Lux Botanicals, Essências do Brasil, que apresenta novas fragrâncias de sabonetes, líquidos e em barra, apresentados por mulheres, brancas e negras. Essa estética, de utilizar corpos femininos em publicidade de cosméticos e seus derivados, é bastante comum. Pelos estudos do imaginário, entendemos como uma predisposição assumida, já que associa determinados produtos ao público feminino. Além disso, percebemos que as três personagens não interagem entre si. Enquanto a imagem da mulher branca, que aparece no início do vídeo, encontra-se na floresta, os outros dois corpos, das mulheres negras, aparecem em contato com o elemento água, revelando partes do corpo, como apresenta a figura a seguir.

Figura 8 - Frame do comercial da Lux Botanicals



Fonte: As autoras, a partir do comercial da Lux Botanicals. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=QwpdT3l0Gt4>>. Acesso em: 14 out. 2023.

Das 17 propagandas que são analisadas na pesquisa, somente um comercial, o da propaganda Liquigás¹¹, conta com uma mulher com fala. As demais publicidades, quando utilizam a dissidência de raça, as utilizam como forma de recurso. Os demais comerciais que contam com atores com fala, são exclusivamente homens brancos. Portanto, percebemos que a diversidade é inserida como um pilar de recurso.

Conclusão

Neste trabalho, refletimos sobre as dissidências no fluxo televisivo, partindo do entendimento de que estes corpos são e estão excluídos da matriz cis-heteronormativa branca e patriarcal. Por meio dos estudos do imaginário, desvelamos como estes corpos são percebidos no processo sequencial na TV e, assim, pontuamos quatro tópicos emergentes, isto é, as posições de enquadramento: central, contexto, anunciada e invisível.

As unidades que compõem este fluxo - telejornal, comerciais, telenovela - foram estudados a partir da proposta metodológica da Análise Discursiva de Imaginários (SILVA, 2019), que nos mostrou como as expressões de violência simbólica são reproduzidas através dos imaginários cristalizados e dinamizados pela televisão. Identificamos, deste modo, três principais processos simbólicos que envolvem as dissidências. O primeiro deles se refere ao *deslocamento de feminino*, identificado no telejornal, uma vez que ele produz um padrão institucional de corpo, hierarquizando o corpo generificado. Além da temática de gênero, verificamos que há um branqueamento da informação, uma vez que os corpos presentes no JN são, em sua maioria, brancos.

11 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=rBWkkl293gs>>. Acesso em: 7 ago. 2023.

Outro processo identificado foi a *hegemonia patriarcal*, reforçada pela categoria cisgênera, branca e heterossexual. São exemplos deste aspecto simbólico a preferência por corpos generificados no quadro da previsão do tempo do telejornal, na aproximação e associação entre a temática e o corpo, como visto na publicidade e em algumas situações da narrativa ficcional da telenovela.

Por fim, percebemos também que há o fortalecimento do *gênero enquanto sinônimo de sexo*, isto é, a reprodução das experiências masculinas e do femininas a partir do imaginário social da binariedade. Identificamos esse processo simbólico nos três principais produtos do fluxo televisivo. No telejornal, esse processo parte do real, enquanto a telenovela e os comerciais utilizam a narrativa ficcional que reforça o sistema binário, ou seja, todos os produtos televisivos são edificadas no gênero enquanto masculino e feminino. Até mesmo quando há um corpo transgênero - como foi o caso da personagem Luana, de Terra e Paixão - ela é colocada dentro do sistema binário homem/mulher. Esse processo contribui, como nos explica Butler (2021), na consolidação da heterossexualidade compulsória. Portanto, compreendemos a necessidade da descristalização destes imaginários excludentes dinamizados diariamente pela mídia, pois entendemos que é preciso mudar o fluxo e o papel social das coisas.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2020.
- ARAÚJO, Joel Zito. O negro na dramaturgia, um caso exemplar da decadência do mito da democracia racial brasileira. *Revista Estudos Feminista*, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 979-985, 2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/9ZGKYRnVx8rmgZDYs6NBrVv/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 13 out. 2023.
- BEAUVOIR, Simone. [1949] *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica*. 18ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.
- CARRERA, Fernanda. *Roleta interseccional: proposta metodológica para análises em Comunicação*. E-Compós, [S. l.], v. 24, 2021. Disponível em: <<https://bit.ly/3Kgaak7>>. Acesso em: 18 maio. 2022.
- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. Tradução de Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2009
- DURAND, Gilbert. *As estruturas antropológicas do imaginário: introdução à arquetipologia geral*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- EDELMAN, Marian Wright. *My first mentor*. Disponível em: <<https://medium.com/@sydneythomas/https-medium-com-sydneythomas-my-first-mentor-7e82b81fa9a9>>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- FERRÉS, Joan. *Televisão Subliminar: socializando através de comunicações despercebidas*. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- FIGARI, Carlos; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Sexualidades que importam: entre a perversão e a dissidência. In: *Prácticas Dissidentes*. FIGARI, Carlos; DÍAZ-BENÍTEZ, María Elvira. Rio de Janeiro: Garamond, 2009. p. 21- 30.
- hooks, bell. O olhar opositor: mulheres negras espectadoras. In: *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019, p. 214-240.
- KANTAR IBOPE MEDIA. Inside vídeo: novos horizontes e descobertas. 2022. Disponível em: <<https://www.kantari-bopemedia.com/inside-video-2022/>>. Acesso em: 10 jul. 2022.
- LAGE, Nilson. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio

de Janeiro: Record, 2001.

LOPES, Maria Immacolata V. Telenovela brasileira: uma narrativa sobre a nação. *Comunicação & Educação*, v. 26, ano IX, jan/abr, 2003.

MISSE, Michel. Violência e teoria social. *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 45-63, abr. 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7672/6183>>. Acesso em: 15 out. 2022.

MOWEN, John C; MINOR, Michael S. *Comportamento do consumidor*. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.

PINTO, Manuel. *Fontes jornalísticas: contributos para o mapeamento do campo*. Comunicação e Sociedade, Minho, n. 2, p. 277-294, 2000.

RODRIGUES, Carla. *Escritas - filosofia e gênero*. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2020.

SCHMITZ, Aldo Antonio. *Fontes de notícias: ações e estratégicas das fontes no jornalismo*. Florianópolis: Combook, 2011.

SILVA, Juremir Machado da. *As tecnologias do imaginário*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SILVA, Juremir Machado da. *O que pesquisar quer dizer: como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da CAPES*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2019.

WILLIAMS, Raymond. *Televisão: tecnologia e forma cultural*. São Paulo: Boitempo, 2016

MONSTRUOSIDADE E COLONIALIDADE NO FILME SOB A PELE¹

MONSTROSITY AND COLONIALITY IN THE FILM UNDER THE SKIN

CAROLINE FOGAÇA²

RESUMO

O presente estudo investiga a interseção entre o feminino e a noção de monstrosidade no filme *Sob a Pele* (2013), dirigido por Jonathan Glazer, à luz da construção histórica do monstro na cultura ocidental. Esta investigação destaca a persistência dos estereótipos de subserviência e fragilidade associados ao feminino, conforme observado em diversas expressões artísticas, e ressalta o papel do pensamento logocêntrico na marginalização do desejo e da liberdade do corpo feminino. Adriano Denovac (2016) introduz o conceito de lapsos reminiscetes para descrever os resquícios do passado que continuam a influenciar a cultura contemporânea, inclusive nas produções cinematográficas. Este estudo, inspirado pelo termo de Denovac, propõe-se a explorar os elementos do filme que refletem os lapsos reminiscetes do feminino monstruoso, especialmente relacionados ao conceito de colonialidade de Maldonado-Torres (2019), que contribui para a criação de uma diferença subontológica na cultura. A análise do filme é conduzida utilizando o modelo de análise proposto por Martine Joly (1994), o qual enfoca a tradução verbal do conteúdo visual, os textos que acompanham as imagens e as associações com fatores culturais pré-codificados, apoiados pela bibliografia consultada. Desta maneira, o estudo revela elementos estéticos da linguagem audiovisual que desafiam os padrões estabelecidos pelo modelo colonial, conforme descrito por Maldonado-Torres, e que evidenciam os lapsos reminiscetes dos elementos monstruosos associados ao feminino. Essa investigação visa aprofundar a compreensão da representação do feminino no cinema contemporâneo e sua interrelação com questões de poder, gênero e colonialidade, contribuindo assim para o debate acadêmico sobre esses temas.

Palavras-chave: Colonialidade; Monstrosidade; Cinema; Feminino; Comunicação.

ABSTRACT

The present study investigates the intersection between the feminine and the notion of monstrosity in the film Under the Skin (2013), directed by Jonathan Glazer, in light of the historical construction of the monster in Western culture. This investigation highlights the persistence of stereotypes of subservience and fragility associated with the feminine, as observed in various artistic expressions, and highlights the role of logocentric thinking in the marginalization of desire and freedom of the female body. Adriano Denovac (2016) introduces the concept of reminiscent lapses to describe the remnants of the past that continue to influence contemporary culture, including cinematographic productions. This study, inspired by Denovac's term, aims to explore the elements of the film that reflect the lapses reminiscent of the monstrous feminine, especially related to Maldonado-Torres' (2019) concept of coloniality, which contributes to the creation of a subontological difference in culture. The analysis of the film is conducted using the analysis model proposed by Martine Joly (1994), which focuses on the verbal translation of the visual content, the texts that accompany the images and the associations with pre-coded cultural factors, supported by the bibliography consulted. In this way, the study reveals aesthetic elements of the audiovisual language that challenge the standards established by the colonial model, as described by Maldonado-Torres, and that highlight the lapses reminiscent of the monstrous elements associated with the feminine. This investigation

- 1 Trabalho publicado originalmente em Anais de Congresso com as devidas edições solicitadas pela revista Mediação.
- 2 Doutoranda em Comunicação e Práticas de Consumo – ESPM - SP, com bolsa integral PROSUP-CAPES; Especialista em Semiótica Psicanalítica - Clínica da Cultura - PUC-SP; Professora Colaboradora – ESPM - SP. E-mail: carol.fbarbosa@gmail.com

aims to deepen the understanding of the representation of the feminine in contemporary cinema and its interrelationship with issues of power, gender and coloniality, thus contributing to the academic debate on these themes.

Keywords: Coloniality; Monstrosity; Movies; Female; Communication.

Introdução

O feminino comumente ainda é associado a estereótipos ligados à subserviência e à fragilidade, bem como a história das mais diversas linguagens artísticas registra a produção de representações do corpo, dos afetos e do desejo feminino carregadas de “conceitos metaforizados, como o mal, marcado pela negação, impostos pelo pensamento logocêntrico [...], deixando o desejo e a liberdade do corpo feminino em marginalização”, como afirma Patricia Sánches (2019, p. 362).

Adriano Denovac (2016, p. 45) utiliza a expressão “lapsos reminiscentes” para se referir ao “eco de um passado formador” que ainda se manifesta no cotidiano, tanto nas produções culturais, como o cinema, bem como na vivência cotidiana na qual o cinema se inspira. Deste modo, tomando emprestado o termo do autor, este estudo se propõe a explorar elementos presentes no filme *Sob a pele* que carregam os lapsos reminiscentes do feminino monstruoso relacionados ao conceito de colonialidade, de Maldonado-Torres (2019), como fator de influência para a construção de uma diferença subontológica presente na cultura.

A análise do filme se dá a partir do modelo proposto por Martine Joly (1994), que se estrutura por uma tradução verbal do que é observável em cena, apontamentos dos textos que acompanham a imagem, bem como associações a fatores culturais pré-codificados reproduzidos na imagem fílmica respaldadas pela bibliografia consultada.

Monstruosidade/Alteridade

No contexto deste trabalho foi tomada a definição de monstruoso, encontrada em dicionário, como o que possui “proporções descomunais que, com os mais variados aspectos e formas, tem sua origem em mitos ou na fantasia, geralmente trazendo consigo um comportamento violento e ameaçador” (Monstro, 2019).

Os monstros estão fora dos pressupostos de ordem, do que é natural ou conhecido e que, frequentemente o conceito é entendido como uma transgressão das leis estabelecidas, inspirando temor, dúvida, punição contra infrações, mas também fascínio, encanto, curiosidade e algo da ordem do desejo, de acordo com Leite Júnior (2007, s/p). O que dialoga com Felinto e Santaella (2012, p.85), quando dizem que “monstros despertam nossa horrorizada curiosidade porque abrem brechas e desestabilizam nossas certezas axiomáticas. São monstruosas todas as criaturas instaladas nos portões da diferença, em que as linhas identidade se tornam instáveis.”

Se a monstruosidade opera nos interstícios da diferença, desestabilizando certezas e tensionando os pressupostos normativos, a identidade, por sua vez, deve ser compreendida como um campo de disputa e transformação. Stuart Hall (1996, p. 12) argumenta que “a identidade

torna-se uma 'celebração móvel': formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam". Ou seja, a identidade não se fixa em uma essência imutável, mas se constitui a partir das diferenças e deslocamentos que a estruturam. Assim, a figura do monstro pode ser vista como uma metáfora para os próprios processos identitários, pois, ao desafiar limites e desorganizar classificações estabelecidas, revela a instabilidade inerente ao que se considera normativo e pertencente ao domínio do humano.

Com a instauração da ideologia cristã, o conceito de monstro passa a ser atrelado ao mal e ao demônio e essa marca é expressa através do corpo, conforme aponta Leite Júnior (2007, s/p):

[...] a estranheza do "fantástico" vai ser substituída em grande parte pelo temor do maligno. O demônio será de agora em diante a grande fonte geradora de monstros ainda reconhecidos não por atitudes ou intenções, mas pelo físico. Quanto mais esse período chega ao fim, maior é a associação entre o mal e o monstro. Dessa forma, tanto figuras míticas quanto pessoas com corpos distintos, consideradas "deformadas" ou "aleijadas" comungam da idéia de "monstro", "maravilha" e, cada vez mais, de "periculosidade maligna".

Maldonado-Torres (2019, p. 37) atribui a 'descoberta' das Américas como um fator determinante para o "colapso do edifício da intersubjetividade e da alteridade e de uma distorção do significado da humanidade". Segundo ele, as diferenças radicais entre os indivíduos sempre existiram, porém as divisões tenderam a ser mais limitadas pela ideia monoteísta de um Deus criador de tudo, embasada em textos antigos que não falavam sobre essas novas terras descobertas. O que fez com que surgisse um "direito e dever de nomear o mundo, classificá-lo e usá-lo para o seu próprio bem-estar" (Todorov; Winter *apud* Maldonado-Torres, 2019, p. 37).

Com isso, a concepção utilitarista e a forma como se ordenam as relações de dominação são partes dessa mudança, postulando uma noção de que nem todos os seres estão conectados ao Divino. O autor coloca que:

A catástrofe metafísica inclui o colapso massivo e radical da estrutura Eu-Outro de subjetividade e sociabilidade e o começo da relação Senhor-Escravo. Isso introduz o que eu denominei em outro lugar de diferença subontológica ou diferença entre seres e aqueles abaixo dos seres (Maldonado-Torres, 2008). Isto é, a principal diferenciação entre sujeitos será menos uma questão de crença e mais de essência nessa nova ordem mundial (Maldonado-Torres, 2019, p. 37).

Com isso, é possível relacionar essa concepção de humanidade - construída durante o período moderno-colonial que escalona a humanidade entre os indivíduos - e a ideia de monstrosidade como parte do espectro onde se situam os que são considerados desviantes da norma. Nesse período que o conceito de monstro passa ser entendido como diabólico e destrutivo, perdendo qualquer outra face que não a maligna e mantendo a dimensão da corporeidade como indicador.

Tal aspecto negativo serviu de "pré-requisito para o humanismo secular, cuja marca se encontra nas ideias de virtude e progresso humanos" (Felinto; Santaella, 2012, p. 85) passando a ser atrelado à um desvio moral e passa a servir funções didáticas na cultura. Exemplos disso podem ser os contos de fadas.

Maldonado-Torres aponta que estes acontecimentos foram os que deram origem aos paradigmas da dominação colonial, tal como vigora hoje em dia. Segundo ele:

Entre os séculos XII e XV, o mundo cristão ocidental estava cada vez mais engajado em guerras para supostamente defender a terra santa e seus reinos de mulçumanos e outros cristãos. [...] Todas essas práticas tiveram de ser justificadas em termos que fossem reconciliados com o monoteísmo e a noção de Cadeia dos Seres. A catástrofe metafísica tornou possível que as mesmas e, até mesmo as piores ações fossem infligidas contra pessoas não cristãs vivendo fora dos reinos europeus, sem muita necessidade de justificativa legal. Isso fez com que as ações excepcionais e os modos de comportamento que foram exibidos durante os tempos de guerra agora se tornassem parte de uma maneira natural de se comportar em relação aos novos povos descobertos e escravizados e às outras pessoas no planeta, que seriam classificadas usando o mesmo paradigma (Maldonado-Torres, 2019, p. 38).

No século XVI, com a caça às bruxas, a Igreja identifica o ser desviante e atrelado ao mal na figura da mulher, em especial a feiticeira, numa cultura fundamentalmente organizada em torno de valores patriarcais. O corpo feminino como expressão do mal remonta ao pensamento medieval e à visão daquilo que era dissidente da Igreja Católica oficial naquela época. De acordo com os princípios católicos, tudo aquilo que não seguia os preceitos da oficialidade cristã era chamado de heresia (Silva *apud* Denovac, 2016, p. 173). Dessa maneira,

A demonização do feminino e seu corpo, bem como a natureza, empregada no processo de cristianização do ocidente (BASCHET, 2006), onde a oposição ao mundo pagão, que mantinha uma relação sagrada com a natureza e seus objetos, podem ter reforçado para além dos aspectos mentais, o sentimento de que a natureza e o feminino abrigam em sua materialidade o mal. [...] A natureza e a fêmea igualam-se desta forma a Satã, responsável por todo o mundo material (Denovac, 2016, p. 173).

Denovac (2016, p. 173) aponta também que a ordem que vinha sendo imposta no período se sentia ameaçada pelas mulheres cujo saber era relacionado ao corpo e à alma, tais como as curadoras populares e parteiras. Essas eram citadas no manual dos inquisidores, *Malleus Maleficarum*, onde era descrito os poderes das bruxas, sua ligação demoníaca e como ameaçam o cristianismo.

Por essas razões, mulheres foram perseguidas e chamadas de bruxas durante esse período e, na tentativa de normatizar o feminino, houve uma exaltação da imagem de Maria. Apesar de ser uma forma de posituação feminina dentro do contexto religioso, Denovac (2016, p. 176) aponta que o culto a Maria pode ter reforçado ainda mais a visão negativa do feminino e seu corpo, "pois somente aquelas que se enquadravam no modelo Mariano, de pureza e castidade e, portanto, da negação do seu corpo e de seus prazeres eram vistas socialmente como 'boas mulheres'".

Fernando Beluche (2007, s/p) faz referência à obra *Os Anormais*, de Michel Foucault e, segundo ele, o monstro está no domínio da anormalidade do século XIX e está envolvido nas articulações de poder e saber. O autor faz um breve panorama sobre os diferentes tipos de monstruosidade/anormalidade presentes em cada época e destaca que:

Não é possível abordar a idéia de desvio sem passar pelos seus correlatos: loucura e crime. Em última instância, se todo desvio acontece na forma de um crime (no sentido de não corresponder às normas vigentes), todo crime representará, ao menos em potencial, os indícios de um ser desviante (Beluche, 2007, s/p).

Segundo ele, até o século XVIII, o conceito de monstro fazia parte de uma noção jurídico-biológica ou jurídico-natural como uma violação das leis sociais e naturais. Como resposta da lei, suscitava a violência e ao suplício como ato público e punitivo. Já no final do século XVIII o poder de punição deixa de se exercer como um rito e passa a funcionar por meio dos mecanismos de vigilância e controle. Essa reformulação alterou a antiga concepção jurídico-natural e, com a revolução francesa, o criminoso passa a ser o que o autor define como quem “rompe com o pacto social” (Beluche, 2007, s/p) ao sobrepujar o interesse social pelo individual. O autor relaciona isso à figura do rei tirano, déspota e libertino, associando a figuras como Luiz XVI e Maria Antonieta.

Neste mesmo período surge também o monstro popular, antagônico ao rei tirano, porém também político e transgressor. Portanto, “se aquele era um monstro incestuoso, esse será o monstro antropofágico, que tem fome de carne humana, que volta a um estado de natureza selvagem. É a imagem do povo revoltado” (Beluche, 2007, s/p). O autor conclui afirmando que os discursos jurídicos e psiquiátricos são epistemologicamente fracos, pois ambos não dão conta de tratar os problemas. O que eles acabaram acarretando foi na construção de um “anormal”.

Felinto e Santaella destacam que a delimitação de fronteiras é o ponto de apoio das narrativas que são características da modernidade capitalista relativas ao progresso, ciência e à razão. Citam Latour (*apud* Felinto; Santaella, 2012, p. 83-84) ao dizer que “a estabilidade ontológica da modernidade está fundamentada em duas estratégias epistemológicas, a da purificação que cria categorias purificadas defrontam-se com a outridade, a saber, a natureza inerte e todo o território do não humano”.

Sob a pele (da alteridade)

Sob a pele é um filme estadunidense de 2013 inspirado no livro de mesmo nome do escritor Michel Faber e dirigido pelo britânico Jonathan Glazer. É sobre uma alienígena que, sob a pele de uma mulher (Scarlett Johansson) com a discreta ajuda de um motoqueiro (Jeremy McWilliams), dirige pela estrada atraindo homens para uma casa, onde estes são imersos em um líquido escuro e seus corpos são desintegrados de dentro para fora, sobrando apenas suas peles.

Esta análise se centrará no modo como o contexto social penetra a obra, mas também como esta obra especificamente explora e coloca em evidência a forma como opera este sistema social, tal como coloca Christian Metz (1972, p. 135), o que “um objeto ou um conjunto de objetos (visuais ou sonoros) ‘simbolizam’ dentro do filme o que simbolizariam fora dele, isto é, na cultura”. Assim, alguns caminhos interpretativos podem ser traçados sobre a obra se postos em relação com padrões presentes na cultura.

Um exemplo disso é a atitude repetitiva e padronizada da protagonista com relação aos homens, acompanhada de cenas em que um motoqueiro remove os vestígios das abduções, que pode ser comparada com a forma que se dá cumprimento de funções hierárquicas dentro do contexto social operante na cultura.

O personagem motoqueiro possui algum tipo de relação hierárquica sobre a protagonista e ela tem consciência disso, como pode ser observado na cena em que ela é inspecionada por ele. A coexistência de personagens que têm atitudes deliberadas e se corroboram mutuamente evoca a ideia de um contexto comum entre ambos e alheio à terra. Ou seja, de acordo com o que foi apresentado na primeira parte deste texto, estes dois personagens podem se enquadrar no conceito de alteridade e anormalidade: criaturas extraterrestres que violam as normas vigentes e possuem atitudes moralmente condenáveis, como as abduções ou a passagem em que a protagonista abandona a criança na praia após atacar com uma pedra o rapaz que tentou salvar os pais dela de um afogamento – e não conseguiu.

Figuras 1 a 4 - Impressões de telade *Sob a Pele* (2013)



Uma estranheza em relação a esses personagens é perceptível e contribui com a ideia de que ambos sejam alienígenas, a partir de elementos como: olhares vagos dos personagens; o fato de não possuírem um passado na trama; ausência de nome do motoqueiro e o nome dela ser mencionado apenas uma vez³, elementos estes que comprometem suas humanizações; a construção de uma atmosfera obscura, em paisagens melancólicas, com o uso de uma fotografia de cores frias, entre outros.

Por outro lado, o filme apresenta elementos que vão na direção de uma adaptação às leis vigentes da cultura hegemônica do Ocidente. A personagem principal é mostrada observando comportamentos humanos comuns que posteriormente ela reproduz, porém sempre em favor do cumprimento de suas abduções masculinas. Exemplos desses podem ser os sorrisos, trejeitos e uso de recursos estéticos, como maquiagem (Figuras 5 a 8) e roupas chamativas.

Na montagem, um exemplo de como essa ideia se constrói é pela sequência de cenas da vida cotidiana em plano aberto seguidos de *takes* da personagem replicando atitudes semelhantes pela perspectiva de um plano mais fechado. Os extraterrestres articulam as normas humanas de modo que isso torne possível romper outras das mesmas.

Figuras 5 a 8 - Impressões de telade Sob a Pele (2013)



Colocando este aspecto em relação à primeira aparição sonora da personagem em que a ouvimos repetindo palavras e sílabas, pode ser interpretado como algum padrão de aprendizado comum no contexto social ocidental. Isso, em conjunto com sua inexpressividade, imoralidade e insensibilidade expressas não só pela face, mas também nas atitudes, opera como um tipo de articulação estratégica em favor das abduções.

Figuras 9 e 10 - Impressões de telade Sob a Pele (2013)



A personagem configura uma ameaça feminina aos personagens masculinos da trama⁴. Neste momento, pode ser observada uma inversão de valores e papéis sociais entre a ficção e a realidade social. A trama apresenta, então, os pontos em que o modo de operação alienígena se relaciona e se contrapõe ao modo social humano, tal como se vê no cotidiano. Na trama, essa estrutura se desestabiliza quando ela se depara com o rapaz que possui uma deformidade

4 Com exceção dos motoqueiros.

facial (Figuras 9 e 10), interpretado por Adam Pearson que possui uma condição chamada neurofibromatose.

Leite Júnior (2007, s/p) destaca que a deformidade física também é tida como um tipo de monstruosidade e, mesmo a ciência que estuda essa condição, a teratologia, possui uma raiz etimológica que corrobora para essa associação. Em sua origem, o termo criado pelo zoologista francês Geoffroy Saint-Hilaire, em 1832, designado ao estudo orgânico das deformidades corporais desvinculado do campo da espiritualidade ou mágica. A raiz grega *terato*, significa monstruosidade ou anomalia. Deste modo, a medicina contribui para manter a alteridade da pessoa “anômala”, transformando antigos monstros em erros da natureza.

A aparência e o comportamento por parte do rapaz se mostram desviantes dos padrões masculinos até então apresentados no filme, como por exemplo sua resistência em relação à sedução feminina, quando fica em silêncio diante das perguntas da protagonista ou hesita em respondê-las. Comportamentos como esses aparecem como precursores da mudança no comportamento da personagem principal, pois é o primeiro momento em que algo sai do padrão estabelecido pelas suas experiências anteriores. Depois disso, ela o deixa fugir e passa a agir de forma mais sensível, não mais protocoladas e em favor das abduções que estavam sendo executadas regularmente até então.

A correlação entre a aparição da alteridade seguida da mudança de comportamento da personagem pode ser associada a um tipo de identificação empática entre a protagonista e o rapaz. Desse modo, no decorrer da narrativa, a personagem vai experimentando o mundo através das sensações do corpo e do acaso. Isso pode ser observado quando ela toma atitudes que fogem do propósito da abdução, como provar um pedaço de bolo, aceitar ajuda de um estranho, mover os dedos das mãos conforme o ritmo que dançam os pés do rapaz que a hospeda. Tais ações rompem com o protocolo seguido pelo que parecem ser imposições da ordem alienígena da qual ela faz parte e, a partir de então, passa a ser perseguida pelo grupo de motoqueiros uniformizados exatamente como o primeiro que eliminava os vestígios de suas abduções.

A partir desses acontecimentos a personagem parece criar um diferente tipo de conexão com o mundo e as outras pessoas com quem ela parece adquirir uma noção de empatia. Isso é apresentado a partir das experiências sensoriais do seu corpo, como o toque, o sabor, a música, a noção de movimentação do próprio corpo. O encontro com o rapaz que a hospeda é um importante fator de experimentação dos comportamentos humanos, pois engloba não apenas experimentações físicas como também afetivas. Ela se permite envolvimento romântico em certa medida, apesar de seu corpo inumano não permitir a consumação do ato sexual. Experiências essas que, até o momento, não possuíam nenhuma ligação ao comportamento alienígena.

Tais aspectos remontam às privações relativas ao corpo a que o pensamento medieval impôs às mulheres e hoje podemos ainda perceber traços disso na cultura hegemônica, conforme aponta Maldonado-Torres (2019, p. 40):

O modelo de feminilidade é o da esposa que cuida do seu marido e que ajuda a criar a próxima geração de homens. As mulheres que se desviam desse perdem respeitabilidade e podem ser suscetíveis à script violência tanto ou mais que as mulheres que desempenham seus papéis como esposas e reprodutoras de homens/guerreiros.

Tal como se deu na história do ocidente, as mulheres que se ligavam ao corpo e à natureza, passaram a ser perseguidas, por não cumprirem as suas funções em serviço da ordem masculina.

Ao citar Pierre Bourdieu (2012), Vieira (2019, p. 89) destaca que as atividades consideradas masculinas possuem maior valor na sociedade, o que legitima o controle dos corpos femininos em favor dos interesses masculinos, porém essa posição de vantagem mascara as vulnerabilidades de tais atividades. Zizek (*apud* VIEIRA, 2019, p. 89) aponta que quanto mais a liberdade é perceptível e consolidada, mais é propício o controle da população. O que explica a facilidade em transgredir essa condição social, pelo fato de que é tão incomum que uma mulher sozinha possa fazer algum mal a um homem desavisado, pois o que se espera (no senso comum) é o oposto. O sexo pode ser mais um ponto a se pensar o poder feminino com relação ao corpo, o que confirma a afirmação de Vieira (2016, p. 88) quando afirma que

[..] a perspectiva baseada no argumento machista e patriarcal da condição masculina tornam os homens, meliantes da violência de gênero, vítimas dos seus desejos pelas mulheres, principalmente, quando elas desafiam o território e a autoridade masculina.

Segundo Vieira (2016, p. 88), uma mulher sozinha pilotando um veículo dentro de uma área urbana não é considerada uma ameaça, pois quando a ocupação do *locus* feminino atua como estratégia de subversão criminal, a figura alienígena revela os aspectos de vulnerabilidade social ao qual se encontram os homens⁵. As inversões de papéis tanto de gênero quanto em outros tipos de dualidades presentes nas relações hierarquizadas, ou subontológicas, são postas em questão no filme. Tanto no sentido de uma trama que gira em torno de uma relação interespecies, em que uma espécie explora e viola a existência de outra, quanto outros tipos de papéis sociais que também operam de forma semelhante, como nas relações de gênero, padrão estético e outros critérios socialmente construídos.

Na relação entre alienígenas e humanos, a alienígena transgrede as normas de convívio da população humana local em benefício de sua espécie. Neste sentido, o uso estratégico de uma inversão de papéis sociais em que o ameaçador se esconde por trás de uma aparência (ou uma pele) considerada inofensiva e atraente dentro dos padrões estéticos, favorece o despreparo das vítimas tornando-as mais vulneráveis.

O autor destaca a ligação existente entre certas dinâmicas de gênero e sexo existentes na humanidade pela naturalização da guerra. Segundo ele, as relações de gênero operam de forma similar às relações de conflito, em que “a diferença subontológica localiza os colonizados abaixo das categorias de gênero [...]” (Maldonado-Torres, 2019, p. 39).

A naturalização da guerra não ajuda a explicar somente o giro maniqueísta da separação ontológica e o caráter não dialético da colonialidade, como também certas dinâmicas de gênero e sexo. Guerra e gênero estão inextricavelmente ligados, e os padrões de sexo e gênero na modernidade/colonialidade têm uma conexão profunda com o modo como gênero e sexualidade aparecem em contextos de conflito (Goldstein, 2001; Maldonado-Torres, 2007; Sharoni *et al.*, 2016). Ao mesmo tempo, a naturalização da guerra envolve uma transformação de como sexo e gênero operam, não somente em contextos pacíficos, como também em guerras tradicionais. Há uma operação complexa referente a sexo e gênero na modernidade/colonialidade.

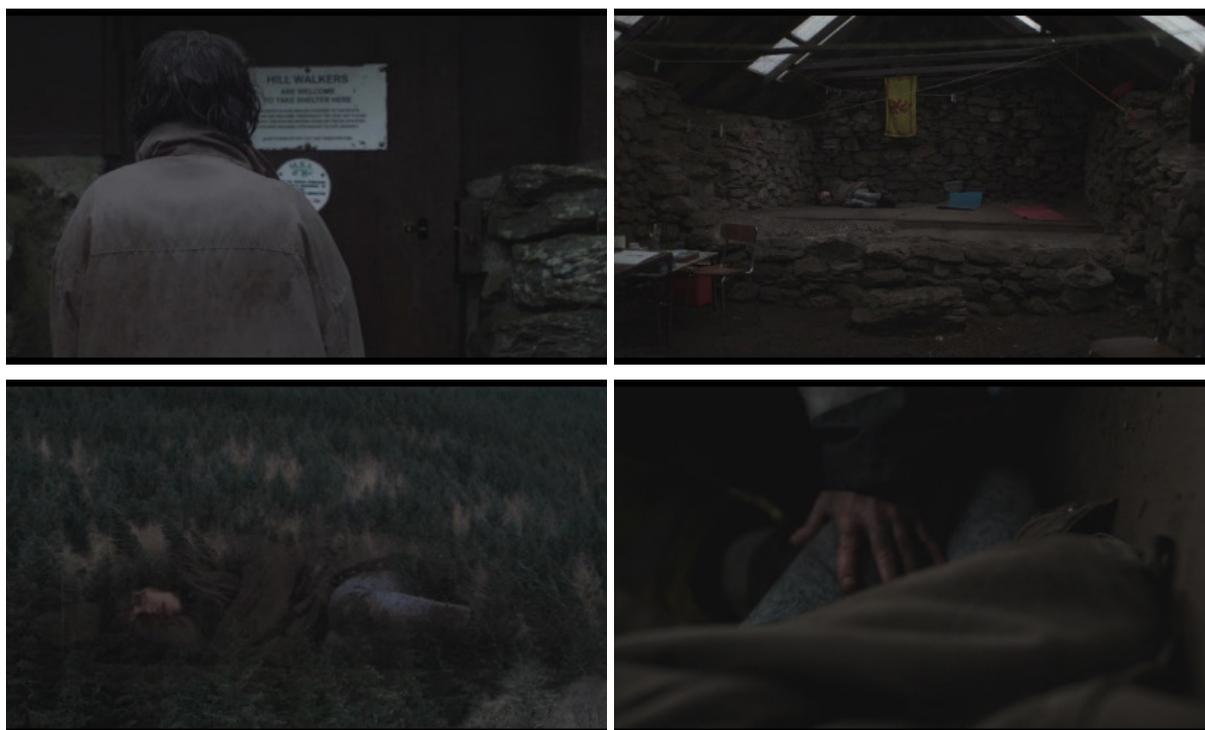
5 É possível identificar uma relação de semelhança entre personagem principal e o mito popular das sereias, ou também chamadas mães d'água. Estas são belas mulheres, cuja metade do corpo é peixe e que atraem os homens para se afogarem nas águas do mar por meio da sua sensualidade (Cascudo *apud* Messias, 2016, p. 91).

No caso do filme, a categoria de gênero é articulada de tal maneira que ela passa, então, a ser um fator de vantagem para a raça alienígena, sobrepondo-a à categoria de gênero humana, até certo ponto. Na cultura mulheres são consideradas inofensivas e vítimas masculinas e, no contexto do filme, passa a ser o contrário.

Em contrapartida, o filme também coloca em questão a ameaça constante a que a personagem principal está sujeita. Um exemplo disso é a cena em que ela é abordada no farol por um grupo de homens tentando violar o carro (entre 48min e 49min), ou a cena em que ela está dormindo numa cabana e um homem tenta molestá-la (entre 93min e 94min).

Nesse trecho em que a personagem se encontra em uma floresta de 800 hectares, afastada da civilização – conforme informa verbalmente o homem que posteriormente a molesta e incendeia – ela encontra uma pequena cabana, onde se lê na porta “*Hill Walkers are welcome to take shelter here*”⁶ e onde ela se deita para dormir (entre 87min e 93min). Em sequência temos uma imagem dela dormindo em meio às árvores da vasta floresta que se movimentam ao vento, seguida da cena em que o homem a molesta (Figuras 11 a 14).

Figuras 11 a 14 - Impressões de telade *Sob a Pele* (2013)



Os indicadores de civilização, como a cabana e a placa, trazem consigo um código normativo que anuncia a função daquele local: abrigar e proteger. Entretanto, o entorno natural e não “civilizado” oferece a oportunidade para o homem não obedecer a essa função e violar o corpo feminino em vulnerabilidade. Aqui, mais uma vez, a ameaça acontece por parte do humano.

A monstruosidade física/corporal da personagem principal só é manifesta quando sua verdadeira aparência alienígena é revelada, ou seja, em que a marca física de sua anormalidade é percebida no contexto diegético. Este é o único momento do filme que a protagonista é vista como uma ameaça pelo olhar humano.

6 Caminhantes são bem-vindos para abrigar-se aqui (tradução livre).

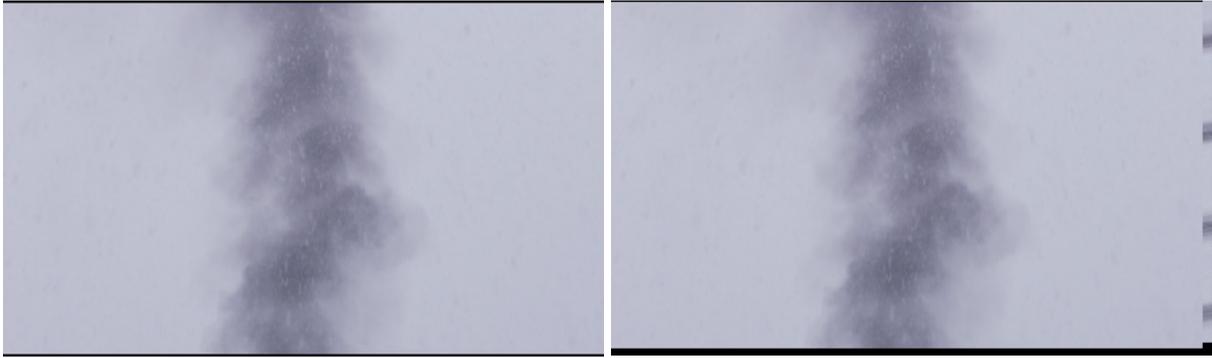
Figuras 15 a 20 - Impressões de telade Sob a Pele (2013)



Este ocorrido é expresso na sequência em que, ao tentar violar a protagonista, o agressor acaba colocando à mostra a forma inumana quando rasga a sua pele (entre 97min e 98min). Neste momento o homem para e, com uma expressão de espanto, sai correndo para longe (Figuras 15 a 20). Posteriormente, ele retorna, joga gasolina, atea fogo na protagonista e foge novamente, deixando-a queimar sozinha em meio à neve (entre 100min e 101min).

Figuras 11 a 14 - Impressões de telade Sob a Pele (2013)





Na cena final do filme (Figura 21), é apresentada uma perspectiva da carbonização da personagem de uma posição relativamente próxima, como de alguém que está parado em pé, assistindo, e lentamente ocorre um *travelling* que acompanha a fumaça em direção ao céu até vermos a neve que cai sobre a lente da câmera (entre 100min e 101min). A mesma neve que cai sobre a alienígena é a neve que cai sobre o olhar do espectador.

Considerações finais

Nesta obra, a expressão corpórea da monstruosidade não se limita à forma física inumana da alienígena, mas também é expressa na imagem socialmente construída do que é feminino e na aparência do rapaz que possui a deformidade facial como pertencentes à uma posição de alteridade, desviantes da norma convencionalizada.

Em contrapartida, a ameaça por parte do masculino é expressa pelos atos que violam os códigos sociais, mas também pelos próprios códigos sociais que sublocam determinados grupos. Conforme apresentado aqui, a forma como foi se estruturando o conceito de monstruosidade em torno de uma série de acontecimentos históricos estrutura as relações de uma forma excludente, mesmo quando visa proteção e ordem para uma coexistência de diferentes tipos de indivíduos.

Ao apresentar de que modo o conceito de monstruosidade vem se consolidando na cultura ocidental e o modo como o conceito de feminilidade vem se estruturando em torno dessas diferenças, é possível associar os elementos audiovisuais do filme *Sob a pele* aqui levantados a estes acontecimentos históricos, atuando como lapsos remissivos de um passado colonial que organiza as relações de gênero tal como se reproduzem na estrutura social contemporânea.

Referências

- BELUCHE, Renato. A gênese dos anormais. In Dossiê, *ComCiência*, Revista eletrônica de jornalismo científico. N. 9 2. 2007. Disponível em: <<<https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=29&id=337>> Acesso em: 01/05/2021
- DAMASCENO, Janaína. Corpo de quem? Espetáculo e ciência no século XIX. In Dossiê, *ComCiência*, Revista eletrônica de jornalismo científico. N. 92. 2007. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=29&id=338> > Acesso em: 01/05/2021

DENOVAC, Adriano. "A natureza é a igreja de Satã": e o feminino que nos olha por entre no filme *Anticristo* de Lars Von Trier. In: *Cinema e Corpo*. Soraia Chung Saura & Ana Cristina Zimmermann (orgs.). São Paulo: Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária – USP / Editora Laços, 2016.

FELINTO, Erick; SANTAELLA, Lucia. *O explorador de abismos: Vilem Flusser e o pos-humanismo*. 1. ed. São Paulo: Paulus, 2012.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. São Paulo: Papirus, 1994.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1996.

LEITE JÚNIOR, José. Monstruosa humanidade. in Dossiê, *ComCiência*, Revista eletrônica de jornalismo científico. N. 92. 2007. Disponível em: < <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=29&id=340> > Acesso em: 01/05/2021

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze, TORRES-MALDONADO, Nelson, GROSFUGUEL, Ramón (orgs.). *Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019, p. 27-53.

MESSIAS, Adriano. *Todos os monstros da Terra: bestiários do cinema e da literatura*. São Paulo: Educ/ Fapesp, 2016.

METZ, Christian. *A Significação no Cinema*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

MONSTRO. In: *DICIO, Dicionário Online de Português*. Porto: 7Graus, 2019. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/monstro/>>. Acesso em: 08/12/2019.

Sob a pele. Direção: Jonathan Glazer. Suíça, Reino Unido, EUA. Produção: Film4/ British Film Institute/ Silver Reel/ Creative Scotland/ Sigma Films/ FilmNation Entertainment/ Nick Wechsler Productions/ JW Films/ Scottish Screen/ UK Film Council. Distribuição: A-Film Benelux MSD/ A24/ BIM Distribuzione, 2014. (108min).

VIEIRA, Marcos S. Relativa vulnerabilidade. Gênero e natureza humana no filme "Sob a pele". In: *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo: Violência e Gênero*, n. 28, 2016, ISSN 1679-849X. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/LA/article/view/24175>. Acesso em: 16/12/2019.

ZORDAN, Paola B. M. B. G. Bruxas: figuras de poder. In: *Estudos feministas*, Florianópolis, v.13, n. 2, mai-ago. 2005. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/index>>. Acesso em: 08/12/2019.

“EU SOU MULHER E É ÓBVIO QUE”: UM ESTUDO SOBRE O DIÁLOGO ENTRE PUBLICIDADE E FEMINISMO POPULAR

“I AM A WOMAN AND IT’S OBVIOUS THAT”: A STUDY ON THE
DIALOGUE BETWEEN ADVERTISING AND POPULAR FEMINISM

EGLE MULLER SPINELLI¹

CARLA FIGUEIREDO²

Resumo

Neste artigo, refletimos sobre a dimensão dos impactos de uma campanha publicitária *femvertising* na construção dos valores simbólicos do feminismo contemporâneo percebidos pelas mulheres brasileiras. Nos utilizamos da análise de conteúdo e percorremos comentários realizados no Instagram, em resposta à convocação para o consumo em post do programa televisivo Falas Femininas, veiculado no Dia Internacional da Mulher. O deslocamento das narrativas complexas da mensagem publicitária para interações breves e superficiais apresentadas nos relatos analisados apontam indícios da mercantilização do feminismo confrontado pela misoginia popular (Banet-Weiser, 2018). A parca presença de discussões acerca da bidimensionalidade reconhecimento e redistribuição de justiça de gênero (Fraser, 2024), sugere as representações dos papéis sociais femininos tradicionais e reflete o fenômeno do feminismo popular.

Palavras-chave: Femvertising; Publicidade; Representações de gênero; Feminismo popular; Instagram.

ABSTRACT

In this article, we reflect on the impact of a femvertising campaign in the construction of the symbolic values of contemporary feminism as perceived by Brazilian women. We employed content analysis and examined comments made on Instagram in response to a call for consumption in a post from the television show Falas Femininas, broadcasted on International Women’s Day. The displacement of the complex narratives contained in the advertising message to a brief and superficial exposure presented in the analyzed comment syndicates signs of the commodification of feminism confronted by the popular misogyny (Banet-Weiser, 2018). The scarce presence of discussions about the two-dimensionality of recognition and redistribution of gender justice (Fraser, 2024) suggests the naturalization of traditional female social roles and reflects the phenomenon of popular feminism.

Keywords: Femvertising; Advertising; Gender representation; Popular feminism; Instagram.

1 Professora titular do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM ESPM), doutora em Ciências da Comunicação (ECA/USP). É coordenadora da Cátedra Maria Aparecida Baccega, líder do grupo de pesquisa Comunicação, Literacia Digital e Consumo (DIGICOM) e integrante do grupo COM+ (ECA-USP). Membro da Rede Alfamed. E-mail: egle.spinelli@espm.br

2 Mestranda do programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo da Escola Superior de Propaganda e Marketing (PPGCOM ESPM). Membro do grupo de pesquisa Comunicação, Literacia Digital e Consumo (DIGICOM) e docente da Skema Business School. E-mail: carlafigueiredo@sugarpedia.com.br

Introdução

No dia 8 de março de 2024, Dia Internacional da Mulher, Paolla Oliveira e Taís Araújo, atrizes que compõem o quadro de celebridades das telenovelas da Rede Globo, publicaram, em seus perfis no Instagram, um vídeo protagonizado por elas. A mensagem comunicacional apresentava um modo de convocação ao consumo como parte integrante de uma campanha publicitária *femvertising*, desenvolvida pela emissora para publicizar o programa televisivo Falas Femininas. No mesmo dia, outro enunciado publicitário, composto por um carrossel com três imagens estáticas e texto explicativo com a mesma finalidade promocional, foi postada no perfil oficial da emissora no Instagram. Entre os dias 08 e 09 de março, enquanto a interação com a narrativa feminista no perfil das celebridades Paolla e Taís acumulava um engajamento de mais de 20 mil comentários, a divulgação do programa em um post convencional no perfil oficial da emissora fez aproximadamente 300 interações.

Números dizem pouco sobre as pessoas, seus contextos de vida e visões de mundo, e tão pouco são capazes de dar conta das complexidades dos fenômenos comunicacionais e sociais. Números, entretanto, podem suscitar questões que afetam coletividades, localizadas em específicos momentos histórico-econômico e socioculturais.

Como ponto de partida para refletir sobre interseções entre feminismo e a publicidade no Brasil na contemporaneidade, os superiores índices de engajamento com a mensagem publicitária nos perfis das atrizes Taís e Paolla, quando comparados ao número de interações no perfil oficial da emissora, sugerem indicativos do “feminismo popular” abordado por Sarah Banet-Weiser (2018). A autora nos confronta com a mercantilização da pauta reivindicatória feminista e apresenta diversificados casos de campanhas publicitárias *femvertising* que constroem as bases de suas narrativas marcárias feministas ancoradas em celebridades. Inseridas no cenário midiático da “economia da visibilidade” (Banet-Weiser, 2018), as campanhas *femvertising* deflagram o fenômeno do feminismo popular, que encontra contraposição em movimento análogo, a “misoginia popular”.

Nos chama igualmente a atenção que a narrativa publicitária protagonizada pelas atrizes percorre a perspectiva bidimensional de justiça de gênero proposta por Nancy Fraser (2024). A autora sustenta que “a teoria feminista tende a seguir o *zeitgeist* [espírito dos tempos]” (Fraser, 2024, p. 191), e assim suscita que alcançamos o paradigmático século XXI confrontadas pela dialética relação entre duas dimensões de ordenamento social: o reconhecimento e a redistribuição. No âmbito do reconhecimento, as injustiças culturais e simbólicas sugerem a premência de identificar os diferentes e as diferenças. No cerne da dimensão redistribuição, a autora aponta para injustiças econômicas e sociais e centra como pleito a igualdade de oportunidades e recursos para os indivíduos, independentemente de suas diferenças de raça, gênero, religião, sexualidade ou outro qualquer marcador sociocultural historicamente construído (Fraser, 2006).

Para estabelecer o diálogo entre a pauta feminista contemporânea e a publicidade, percorramos a natureza dos estudos do campo comunicacional que abarca as complexidades das inter-relações indissociáveis entre comunicação, cultura e política (Lopes, 2018) e que sustenta que a publicidade na sociedade digitalizada acessa os valores e crenças de grupos sociais com mais assertividade.

É incontestável que a publicidade, como a conhecemos hoje, consiste em um fato característico da civilização moderna e, portanto, produz e reflete a nossa sociedade. Os avanços tecnológicos que experimentamos nos últimos anos possibilitaram o acesso a uma "massa" de consumidores que nunca poderíamos ter imaginado, no entanto, agora temos a possibilidade de acessá-los, considerando suas distinções, suas necessidades, seus valores, enfim, conhecendo-os (Perez, 2016, p. 113).

Segundo Perez (2016), as processualidades e materialidades provenientes da produção e circulação de mensagens publicitárias marcárias estão intrincadas na construção de subjetividades na e da sociedade. Desta forma, esta investigação tem o objetivo de identificar como campanhas publicitárias *femvertising*, aquelas que desafiam os estereótipos de gênero feminino e empoderam as mulheres (Lima; Cassais, 2021), afetam a construção simbólica acerca do feminismo contemporâneo.

Trazemos como *corpus* empírico os comentários postados, majoritariamente por usuárias da rede social Instagram, em resposta à mensagem publicitária *femvertising* nos perfis das atrizes "globais" Paolla Oliveira e Taís Araújo. Baseadas na análise de conteúdo de Laurence Bardin (1977), nos utilizamos de software de análise qualitativa para percorrer a categorização, classificação e análise das unidades de sentido e assim investigamos os simbolismos e as percepções acerca do feminismo contidos nos comentários. Concomitantemente, procuramos identificar, nas estruturas narrativas analisadas, os espectros constituintes dos fenômenos "feminismo popular" e "misoginia popular" abordados por Banet-Weiser (2018) e as indicações de presença das dimensões de reconhecimento e redistribuição, constituintes da relação dialética bidimensional da igualdade de gênero apontada por Fraser (2024).

Reconhecimento e redistribuição: *femvertising* na era da visibilidade

As disparidades entre homens e mulheres no mercado de trabalho sinalizam o âmbito das injustiças materiais de gênero no Brasil. Segundo o censo de 2022, as mulheres representam 51,5% da população brasileira e destas, aproximadamente 29% são mulheres pretas e pardas (Censo, 2022). Contraditoriamente, são estas últimas minorias a ocupar o mercado de trabalho. De acordo com o 1º Relatório Nacional de Transparência Salarial e de Critérios Remuneratórios, elaborado em conjunto pelos ministérios do Trabalho e Emprego (MTE) e das Mulheres, no ano de 2023, as mulheres receberam, em média, 19,4% menos que os homens, e essa disparidade varia conforme o grupo ocupacional. Em posições de liderança e gerência, por exemplo, a diferença salarial atinge 25,2%. Além disso, as mulheres pretas e pardas representaram 16,9% dos trabalhadores e trabalhadoras empregadas e, em média, receberam remuneração 32% abaixo da média geral da população brasileira (Ministério, 2024). Os indicativos da realidade econômica e material das mulheres brasileiras, representadas por estes números, dialogam com as reflexões e teorização acerca do feminismo contemporâneo da filósofa americana Nancy Fraser (2024). A problemática e as complexidades sobre justiça de gênero são apresentadas pela autora a partir de uma abordagem bidimensional e dialética que contrapõe as lutas sociais pela redistribuição igualitária de recursos materiais às pautas simbólico-culturais pelo reconhecimento da diversidade e das singularidades.

De um lado, as políticas feministas, que se iniciam nos anos 1960 quando da Segunda Onda do feminismo, centram-se na concepção de gênero “quase marxista” (Fraser, 2024, p.193), da dimensão da redistribuição. As lutas sociais, baseadas nas injustiças nos âmbitos do trabalho, condições de vida e violência contra as mulheres, foram marcadas pela formulação de pautas materiais e pela promoção de igualdades para os desiguais. Por outro lado, situa historicamente a autora que, na era pós-socialista, são as políticas e reivindicações feministas centradas na cultura e na identidade que eclodem em meio à “sociedade em rede” e ao exacerbado capitalismo globalizado. Fraser (2006) evidencia que, em atitude de confronto direto à dominação cultural, ao ocultamento e ao desrespeito, estão as demandas por reconhecimento da diferença e dos diferentes que ganham largos espaços como meio de mobilização política e suscitam lutas coletivas sob bandeiras como raça, gênero e sexualidade.

O feminismo contemporâneo sob a perspectiva de Fraser (2006) requer, como providência para as injustiças sociais e culturais de gênero, as lutas por reconhecimento dos diferentes, pela valorização do “senso de grupo” como grupo, reconhecendo assim sua especificidade como coletividade (Fraser, 2006).

O relatório “Todxs/10: o mapa da representatividade na publicidade brasileira”, publicado em 2022, traz indicativos que pressupõem avanços e evoluções nos últimos anos no que tange às narrativas que rompem estereótipos e diversificam as representações de gênero e raça (Todxs/10, 2022). Segundo o mapeamento, as mensagens midiáticas publicitárias propagadas nas maiores emissoras de televisão do país e no Facebook, têm deslocado mulheres e homens para novos papéis sociais. Em contraste, a presença de mulheres protagonistas em 25% das mensagens e o percentual de 40% dos papéis coadjuvantes performados por pessoas que representam a diversidade, apontam para as persistentes exclusões, ocultamentos e manifestações de racismo e igualmente sinalizam a não-naturalização e quase invisibilidade das pessoas LGBTQIAP+ e das pessoas com deficiência (Todxs/10, 2022). Esses dados e outras inferências constantes do relatório evidenciam a perpetuação das injustiças culturais simbólicas no âmbito da publicidade. Ainda constantes e abrangentes são as campanhas publicitárias que sustentam os padrões hegemônicos de constituições familiares, do papel dominante dos homens e das mulheres não-protagonistas, de desrespeito e ocultação dos diferentes e das diferenças, evidenciando a estereotipação de gênero, os racismos e invisibilizações, que dão significados, formas e cores à dimensão reconhecimento delineada por Fraser (2024).

Em perspectiva, quando se conjugam as condições de trabalho das mulheres no país e a estereotipação de gênero na publicidade brasileira, delinea-se a indissociável, interdependente e dialética relação destas duas problemáticas políticas e sociais contemporâneas por Fraser sustentada. Como as lutas pelo reconhecimento, alcançadas pelo neoliberalismo hegemônico, “ocorrem num mundo de exacerbada desigualdade material - desigualdades de renda e propriedade; de acesso a trabalho remunerado, educação, saúde e lazer” (Fraser, 2006, p. 231), o remédio para a redistribuição, avança pela igualdade dos desiguais, enquanto no âmbito do reconhecimento centra-se na diferenciação e distinção dos diferentes. Diante de tais teorias e evidências, nos parece que, para avançarmos com a pauta feminista contemporânea, torna-se fundamental a reflexão sobre as questões afeitas à injustiça simbólicas de gênero no campo da publicidade, primordialmente aquela que afeta a visibilidade da realidade cotidiana das mulheres.

Muito embora as práticas publicitárias marcárias remontem historicamente ao "período de ouro do *advertising*", que evidencia o surgimento de novas processualidades no âmbito do gerenciamento do escoamento da produção de massa (Fontenelle, 2017), o *femvertising* - campo de materialidades comunicacionais específicas a partir de seu público, construção estratégica e mensagens - se desenvolve, nos últimos dez anos, experimentando as transformações midiáticas contemporâneas. O neologismo *femvertising* - junção de *feminism* (feminismo) e *advertising* (publicidade) - alcança notoriedade nos palcos da cidade e da mídia Nova Yorkina no ano de 2014, durante o evento *Advertising Week*. Em reconhecimento às campanhas publicitárias que "se apropriam dos valores feministas e do empoderamento feminino para encorajar o consumo das marcas" (Feng, Chen, He, 2019, p. 293), foi instituída a premiação na categoria *Femvertising*. Em 2015, o conceito alcança os domínios discursivos em âmbito ainda maior quando uma categoria especial instituída para premiar ideias que desafiam a discriminação e o estereótipo de gênero na publicidade - *The Glass Lion: The Lion for Change* - é introduzida no renomado festival de publicidade de Cannes (Åkestam; Rosengren; Dahlen, 2017).

A interseção feminismo e publicidade, materializada em campanhas publicitárias compostas por mensagens feministas, é novamente alçada aos holofotes midiáticos quando, em 2017, o tema *femvertising* encontra ressonância na agenda de reforma, e por conseguinte, nas narrativas discursivas da ONU, agente que reúne recursos, mandatos e mandatários de potente impacto e alcance global. Phumzile Mlambo-Ngcuka, diretora executiva da ONU Mulheres, aponta que "estamos abordando as normas e estereótipos que impedem a igualdade das mulheres, com uma ênfase específica no empoderamento econômico das mulheres" (Speech, 2017).

Ela questiona acerca da dimensão de alcance da ONU Mulheres face aos grandes investimentos anuais de marcas em campanhas publicitárias tradicionais e *femvertising*, o que remete aos potentes e complexos fluxos de codificação de gênero e raça da ordem do *status* propostos na teoria feminista de Fraser (2024). Ademais, a dimensão redistribuição faz-se igualmente presente, corroborando com a abordagem bifocal articulada pela autora. Situadas nos âmagos da produção midiática e comunicacional mundial e brasileira, tanto as lutas que visam aplacar as injustiças econômicas enraizadas na estrutura econômico-política da sociedade quanto o âmbito da injustiça cultural ou simbólica caracterizado pelas lutas por reconhecimento dos diferentes (Fraser, 2006) tomam lugar nas reflexões e práxis do feminismo contemporâneo.

Na atualidade, são diversas as circunstâncias comunicacionais em que as narrativas publicitárias *femvertising* se espriam. As novas formas de visibilidade, argumenta Thompson (2008), desvinculam a percepção pública das limitações espaciais e temporais e ampliam a capacidade de pessoas e eventos se tornarem visíveis. Por outro lado, a visibilidade mediada pela mídia descortina novas complexidades e desafios. O advento da internet e de outras tecnologias digitais ampliam os fluxos e os conteúdos audiovisuais em circulação, ao mesmo tempo que aparelha indivíduos com a possibilidade de criação e disseminação deste mesmo tipo de conteúdo. As tecnologias de comunicação e informação facilitam condições para o surgimento do que Thompson (2008) denomina como "a sociedade de auto-promoção", aquela que permite e autoriza a exibição de aspectos particulares da vida pessoal, privada e íntima de indivíduos indistintamente das condições de espaço e tempo daqueles e daquelas que o assistem.

Segundo Banet-Weiser (2018), as novas formas de visibilidade suscitam reflexões correlacionadas ao fenômeno do feminismo popular contemporâneo devido a existência de um cenário midiático amplamente dominado pela chamada “economia da visibilidade”. A visibilidade dos ideais feministas, embora crucial para aumentar a conscientização, frequentemente se torna uma moeda manipulada pelas forças do mercado para vender produtos ou ideias. Assim, inserido nesta lógica de visibilidade mercantil, o feminismo é transformado em mercadoria vendável (Banet-Weiser, 2018).

Em sintonia com Thompson (2008), Banet-Weiser (2018) nos apresenta campanhas publicitárias *femvertising* que constroem as bases de suas narrativas marcárias ancoradas em celebridades que são convidadas a compartilhar detalhes de suas vidas pessoais com o intuito de criar um senso de proximidade e familiaridade com a audiência, e assim corrobora com as novas formas de visibilidades. Não somente os impactos se apercebem nas esferas pública e privada, mas a alta visibilidade dos ideais feministas e sua mercantilização levam ao engajamento superficial das pessoas com os princípios, o que mina o potencial transformador do feminismo, despojando-o de sua faculdade para desafiar as desigualdades sistêmicas (Banet-Weiser, 2018).

Como resposta e reação ao avanço popular dos ideais feministas, surge um fenômeno diametralmente amplo e individualista: a manifestação da misoginia popular em contraposição ao feminismo popular que, de modo igual, utiliza-se das mesmas condições de visibilidade propiciadas pelo contexto midiático contemporâneo. “A misoginia popular, similarmente, se beneficia do espetacularmente visível” (Banet-Weiser, 2018, p. 89) sintetiza a dialética da semelhança. Na perspectiva da autora, ambos os fenômenos passam a coexistir, se reforçar e se retroalimentar e, centrados em narrativas que priorizam a pessoalidade e o (des)empoderamento individual, reforçam as ideologias neoliberais, atravessando e esvaziando a luta política coletiva contra as desigualdades de gênero.

Tendo em vista o exposto, sintetizamos os três principais espectros de leitura propostos por Banet-Weiser (2018) para os fenômenos feminismo e misoginia populares: ambos se manifestam em narrativas e práticas que essencialmente circulam em mídias populares e comerciais; trazem para si estruturas discursivas que criam condições de popularidade, esta entendida como uma apreciação ou admiração por pessoa ou grupo de pessoas com ideias semelhantes; e, por fim, constituem-se em terreno de luta, espaço onde demandas concorrentes por poder se enfrentam.

Percurso metodológico: da coleta à análise de dados

Como ponto de partida, Perez argumenta que são as mensagens publicitárias marcárias, narrativas estruturantes do “estar no mundo” (Perez, 2016, p. 120). Neste sentido, as falas das protagonistas do vídeo (figura 1), ancoradas no vetor locução com a repetição da estrutura frasal “Eu sou mulher e é óbvio que...”, nos prenunciam um modo feminino de “estar no mundo”. Assim se desdobra a narrativa, em jogral, nas vozes das atrizes:

Figura 1 - Print do vídeo do Instagram de Paolla Oliveira e Taís Araújo



Fonte: <https://www.instagram.com/paollaoliveirareal/reel/C4QwoH6rnEC/>
Acesso em: 20 set. 2024

Taís: Eu sou mulher e é óbvio que tenho medo de andar sozinha à noite.

Paolla: Eu sou mulher e é claro que meu trabalho já foi descredibilizado por isso.

Taís: Eu sou mulher e é óbvio que culturalmente eu fui ensinada a cuidar, e não a liderar. Mas eu lidero.

Paolla: Eu sou mulher e não tenho problemas com meu corpo, mas é óbvio que alguém sempre vai se incomodar com isso.

Taís: Eu sou mulher e é óbvio quando eu digo quantos anos eu tenho, dizem que eu tô ótima pra minha idade, como se isso fosse um elogio.

Paolla: Eu sou mulher e escolhi não ter filhos por enquanto, mas é óbvio que eu vou sofrer as pressões da sociedade por isso.

Taís: Eu sou mulher e eu escolhi pela maternidade, e é óbvio que eu não posso reclamar nada, em hipótese alguma, porque uma mãe que reclama da maternidade, mesmo que às vezes sente cansada, "não é boa mãe".

Paolla: Eu sou mulher e se eu não usar maquiagem, é óbvio que vão dizer que eu tô desleixada.

Taís: Eu sou mulher e se eu uso muita maquiagem é óbvio que vão dizer que eu tô exagerando.

Paolla: Eu sou mulher e é claro que já fui chamada de louca!

Taís: Eu sou mulher e sempre que eu imponho limites é óbvio que dizem que eu sou metida.

Paolla: Eu sou mulher e é óbvio que eu já deixei de sair de casa por estar menstruada.

Taís: Eu sou mulher e é óbvio que eu me sinto culpada quando eu quero um tempo só pra mim, quando eu quero descansar ou quando eu quero viajar com as minhas amigas.

Paolla: Eu sou mulher e é óbvio...

Taís: Que eu apoio outras mulheres?³

3 Fonte: texto transcrito de vídeo reproduzido no Instagram @paollaoliveirareal e @taisdeverdade

Obstante a questão que o objeto do presente estudo não perpassa a análise do discurso publicitário em pauta, nos permitiremos pontuar a verossimilhança entre a abordagem sógnica sociocultural das falas e a bidimensionalidade reconhecimento-redistribuição proposta por Fraser (2024). Notória é também a construção narrativo-imagética que abarca o pensamento de Banet-Weiser (2018) acerca do feminismo popular permeado pela exposição íntima de celebridades 'empoderadas'. Se faz parecer que cada uma das celebridades está ambientada dentro de sua própria casa, relatando sua própria vida, a partir de sua própria experiência realmente vivenciada e, assim, a esfera privada ganha alta visibilidade no espaço público das redes sociais. À que se some aos vetores imagens e locução, a escolha dos temas percorridos, da maternidade ao trabalho, perpassando por liderança, relação com o corpo e etarismo, a convocação para o consumo do programa Falas Femininas assim se expressa em texto do mesmo post presente nos perfis das atrizes.

Com relação à dimensão quantitativa da visibilidade da mensagem publicitária *femvertising* "Eu sou mulher e é óbvio que...", em 06 de junho de 2024, exatos 3 meses após a publicação, o post acumulava 25.636 comentários e 858.439 curtidas. Como *corpus* de pesquisa, investigamos os conteúdos gerados por usuárias e usuários em resposta à postagem, extraídos através da plataforma *Export Comments*⁴, ferramenta empregada em etapa preliminar do percurso metodológico: a mineração de dados.

Para conduzir o tratamento e análise do material empírico, nos baseamos na análise de conteúdo (Bardin, 1977) visto que se trata de um método que propicia examinar, a partir de organização e categorização sistemática de mensagens, as significações manifestas e latentes contidas em conteúdos comunicacionais. Da mesma forma, tal procedimento se faz pertinente ao objetivo do presente estudo pois trata-se de método aplicável "à 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados" (Bardin, 1977, p. 9), o que permite analisar o *corpus* investigado, composto pelos 500 primeiros comentários gerados por usuárias e usuários, volume este o total permitido de extração pela plataforma de mineração empregada.

Para mais, nos centramos nas especificidades da análise de comunicação de massa elencada por Bardin (1977), método que aporta estrutura para o estudo de dados alicerçado na delimitação, por parte do pesquisador, de unidades de codificação previamente determinadas. Como parte integrante da etapa de codificação, "processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo" (Bardin, 1977, p. 103), as unidades são constituídas a partir de "recorte do texto em unidades comparáveis de categorização para análise temática e de modalidade de codificação para o registro dos dados" (Bardin, 1977, p. 100). Em posterior organização da codificação, Bardin (1977) aponta que tal procedimento ocorra a partir da delimitação de unidades de registro e unidades de contexto.

Ao aplicarmos a análise de conteúdo para o contexto do ambiente digital, que nos apresenta conteúdo significativamente diverso, oriundo da geração espontânea de mensagens produzidas por pessoas com a utilização dos inúmeros recursos textuais e visuais providos pelas redes sociais, realizou-se uma primeira leitura flutuante e intuitiva. Por um lado, parcialmente organizada e sistematizada (Bardin, 1997, p. 75), por outro, alinhada com o objetivo do estudo,

4 *Export Comments* é uma plataforma online e gratuita que permite que os usuários exportem até um máximo de 500 comentários de post realizado no YouTube, Instagram, Facebook, Tik Tok e Twitter, desde perfis de configuração aberta. Para aumentar o limite, três (3) versões pagas estão disponíveis e permitem a exportação de até 250.000 comentários por post. Os usuários podem exportar para saída no formato de arquivo Excel ou CSV. <https://exportcomments.com/>

a leitura inicial, igualmente aberta a ideias, reflexões e hipóteses, foi ordenada a partir de uma planificação preliminar de codificação desenvolvida com embasamento nas noções de redistribuição e reconhecimento de Fraser (2024) e na ideia de feminismo popular *vis a vis* a misoginia popular de Sarah Banet-Weiser (2018). Em que pese todos estes pressupostos, trouxemos essas temáticas basais e balizadoras da investigação das subjetividades e dos valores simbólicos do feminismo contemporâneo, como unidades de registro.

Por conseguinte, retornamos à base de dados para a condução de “leitura atenta, crítica, já «distante» em relação aos mecanismos” (Bardin, 1997, p. 77) e delimitamos as unidades de contexto. Estas se relacionam às grandes temáticas e seus desdobramentos em combinação com elementos extraídos da peça publicitária, a saber: 1. falas femininas; 2. culto às celebridades; 3. engajamento superficial; 4. representações de gênero, raça e papel social; 5. feminismo popular; 6. sororidade e 7. misoginia, machismo e sexismo.

Definidas as categorias e respectivos componentes, com o suporte do software Atlas TI⁵, os comentários (textos e emojis) foram classificados, podendo tais elementos estarem presentes em mais de uma categoria. A Figura 2 reflete a resultante destes procedimentos, e o mapa engloba as categorias e os registros nelas inseridos. Nesse momento reforçamos que, a despeito da aplicabilidade quantitativa da análise de conteúdo, optamos pela abordagem qualitativa, pertinente tanto à natureza subjetiva deste estudo, bem como à propriedade intrínseca qualitativa do software empregado.

Figura 2 -Mapa do Feminismo Popular: campanha femvertising “Eu sou mulher e é óbvio que..”



Fonte: imagem gerada pela autora no software Atlas TI

Muito embora a mensagem publicitária *femvertising* “Eu sou mulher e é óbvio que...” queira indicar uma diversidade de expressões, sentidos e valores simbólicos que prenunciam um “estar no mundo” como mulher, incorporando reflexões, discussões e pautas reivindicatórias dos movimentos feministas contemporâneos tais como estereotipação e objetificação da mulher, representações de gênero e papel social, transitando pela maternidade, etarismo e equidade de condições de trabalho, observamos a não ressonância destes temas, em similar dimensão, no cômputo do conteúdo analisado.

5 O ATLAS.ti é uma ferramenta de pesquisa qualitativa que pode ser usada para codificar e analisar transcrições e notas de campo, construir revisões de literatura, criar diagramas de rede e visualização de dados. Disponível em: <https://atlasti.com/>

De modo correlato e complementar, depreendemos mais um fenômeno que atravessa diversas das categorias analisadas; a alta incidência de textos uniléxicos ou puramente imagéticos com a utilização indistinta e abundante de emojis. Este episódio, marcado pela brevidade e superficialidade dos comentários, se demonstra substancialmente mais amplo do que a ocorrência de conteúdos mais extensos e complexos, aqueles que dialogam, de modo mais abrangente, com os campos semânticos relacionados ao feminismo e à construção identitária de “estar mulher no mundo” contemporâneo.

Para que possamos avançar em direção aos resultados do estudo, nos faz fundamental apontar mais uma conjunção de ordem geral revelada pela análise; muito embora tenhamos identificado baixa presença de interação de pessoas que assumiram identidade masculina, o espectro de comentários inscritos na categoria “misoginia, machismo e sexismo” se evidenciou demasiado significativo.

Resultados e discussões

Os conteúdos analisados sugerem um diálogo com a perspectiva de Banet-Weiser (2018) acerca do feminismo popular. Engendrados nas lógicas de um contexto midiático dominado pela economia da visibilidade, os ideais feministas, agora produtizados, direcionam cidadãos e cidadãs para as lógicas efêmeras do consumo.

Percebe-se, de modo geral, um fenômeno de deslocamento das narrativas extensas e repletas de conotações simbólicas proposta pela campanha publicitária *femvertising*, para uma compreensão reducionista e circunscrita à superficialidade denotada no contexto geral dos conteúdos. Tipificado está um espectro do feminismo popular; desencadeadas pela mercantilização do feminismo, as interações dialógicas entre marcas e pessoas, no cenário midiático contemporâneo, suscitam a presença da superficialidade (Banet-Weiser, 2018). Por sua vez, este traço do feminismo popular, o qual a autora sugere estar interligado ao apagamento de individualidades, nos leva a refletir acerca do esvaziamento narrativo das lutas feministas. Retirado o potencial transformador e desafiador das desigualdades sistêmicas dos movimentos feministas, o feminismo contemporâneo encontrado nos comentários analisados carrega nuances da dialética relação das dimensões reconhecimento-redistribuição (Fraser, 2006).

Em sintonia com os indícios antecedentes, ao adentrarmos as peculiaridades analíticas conexas à campanha publicitária *femvertising*, reconhecemos a função fundamental delineada por Perez (2016) para a publicidade; processualidade voltada para a criação e sustentação marcária situada em contexto de consumo simbólico (Perez, 2016). Na categoria “falas femininas” congregamos conteúdos elogiosos e de suporte ao protagonismo das atrizes na publicização do programa televisivo e estes ocupam significante espaço no quadro analítico. Deste modo, é notória a composição deste amplo grupamento de comentários caracterizado pela predominância de textos, monopalavras ou mensagens puramente visuais ocupadas por quantidade vasta e diversa de emojis, ocorrência que, novamente, tangibiliza a superficialidade engendrada no feminismo popular (Banet-Weiser, 2018).

Fenômeno análogo se evidencia na categoria "culto às celebridades"; povoada substancialmente por símbolos visuais e por construções textuais uniléxicas, esta categoria diferencia-se pelo uso de adjetivos qualificativos de beleza estética tais como "maravilhosas", "lindas", "perfeitas" que se combinam à substantivos como "deusas" e "musas". Nos ocorre, deste modo, que somos defrontadas com conteúdos, manifestos e latentes, que não só contribuem com a perpetuação da estereotipação e objetificação femininas, mas outrossim soam como uma ode ao indivíduo e seus méritos pessoais, robustecendo a individualidade neoliberal, constitutiva do feminismo popular na perspectiva de Banet-Weiser (2018).

A complementar esta conjuntura, em uníssono, encontra-se a categoria "feminismo popular" que congrega conteúdos ligados ao empoderamento e ao papel inspirador das atrizes, facetas também formadoras do feminismo popular. Marcamos que, raramente, esses relatos carregam em si significações que remetem ao coletivo e nos parece que tais indícios de individuação se contrapõem às lutas contra as injustiças simbólicas, permeada pelo reconhecimento dos diferentes e que se caracterizam pela valorização do "senso de grupo" como grupo (Fraser, 2006).

Como contraponto, nas categorias "sororidade" e "representação de gênero, raça e papel social" percebe-se expressivas sinalizações de engajamento e coletividade. Muito embora ainda com alta ocorrência de frases breves, por vezes organizadas em sequências curtas, as construções léxicas mais elaboradas destas categorias ecoam substancialmente as temáticas presentes na mensagem *femvertising*. Como que um reflexo da exposição da vida pessoal, privada e íntima das atrizes, a visibilidade de novos contornos de intimidade na esfera pública, postulados por Thompson (2008), se materializam em revelações de igual cunho e teor nos comentários. Considerados os relatos dos campos das construções identitárias "ser mulher", "ser mãe" e "ser feminista", fazem-se presentes posicionamentos antagônicos, o que sugere serem estes territórios de disputas acirradas nos âmbitos discursivo e político.

Nos voltemos, por fim, à categoria "misoginia, machismo e sexismo" que, em iguais condições de estruturas frasais mais complexas, apontam não somente para o espaço de disputas onde demandas concorrentes por poder se enfrentam, sugerido por Banet-Weiser (2018) como espectro de leitura para o feminismo popular, mas amplificam a aversão, o desprezo e o preconceito contra mulheres. A perspectiva que vislumbramos denota que a misoginia popular se populariza no mesmo corpo social que a confronta; as narrações recorrentes em torno de julgamentos e críticas vindas de mulheres e a confessa rivalidade feminina encerrada em si perfazem a maior incidência desta categoria. As escassas mensagens a partir daqueles que se identificaram como homens nos próprios textos analisados, nos remetem à indicativos de vitimização masculina em tom comparativo às condições femininas de uma maneira geral.

Considerações finais

Nos parece que muito temos narrado e caminhado, e pouco temos avançado. É desta observação que desponta a motivação para uma investigação acerca da interseção entre o feminismo e a publicidade. Com este estudo podemos inferir que foram reconhecidos poucos relatos em torno das condições de vida e trabalho remunerado e não remunerado das mulheres brasileiras

e poucas outras manifestações que tratam de seu protagonismo e discutem sua atuação na sociedade frente aos discursos que carregam a misoginia popular. Para mais, retomamos as nuances da naturalização dos tradicionais papéis sociais femininos na voz das próprias mulheres e a concorrência evidenciada “entre nós”, encampadas em meio à ampla superficialidade, inferindo uma confluência particular referente à uma sociedade de autopromoção engendrada pela economia da visibilidade.

A partir da análise conduzida, é possível constatar que a campanha publicitária *femvertising* “Eu sou mulher e é óbvio que...” insere-se em um contexto midiático dominado pelas lógicas de visibilidade e consumo, reforçando traços do feminismo popular conforme delineado por Bannett-Weiser (2018). Embora a campanha toque em pautas feministas como o etarismo, a maternidade e a objetificação da mulher, as interações geradas nos comentários das pessoas refletem, em sua maioria, uma recepção superficial da mensagem, caracterizada por respostas breves e imagéticas, muitas vezes restritas ao uso de emojis e palavras uniléxicas. Esse fenômeno sugere um esvaziamento das narrativas transformadoras das lutas feministas, diluindo as discussões em torno das desigualdades de gênero pela interação da própria audiência.

Além disso, categorias como “culto às celebridades” e “feminismo popular” evidenciam o deslocamento do foco para a valorização individual e estereotipação das atrizes, distanciando o debate de uma perspectiva coletiva e crítica. No entanto, categorias como “sororidade” e “representação de gênero, raça e papel social” revelam a presença de discussões mais engajadas e complexas, ecoando, ainda que parcialmente, os temas centrais da campanha. Já a categoria “misoginia, machismo e sexismo” reforça a coexistência de discursos contraditórios, onde o feminismo e a misoginia popular convivem no mesmo espaço comunicacional.

Este estudo, portanto, demonstra como as interações nas redes sociais acerca de uma mensagem publicitária podem, ao mesmo tempo, refletir e esvaziar as reivindicações feministas, sendo essencial reconhecer as limitações do feminismo popular no enfrentamento das desigualdades estruturais de gênero e classe.

Neste cenário, em contribuição com o desafio societal de desconstrução das desigualdades de gênero que nos acerca, sugerimos caminhos outros senão futuros estudos, no âmbito dos estudos da recepção, que interconectem investigações de mensagem publicitária *femvertising* frente a dimensão da significação e compreensão destas por pessoas, considerando seu lugar e visão de mundo, e, similarmente, que desvelem as particularidades coletivas, ambas perspectivas sugestionadas em reflexões acerca do feminismo e dos campos da representatividade e redistribuição, providências sugeridas por Fraser (2024) para tal enfrentamento. Sugere-se, assim, possibilidades para a ampliação do *corpus* de análise e o aprofundamento sobre como as narrativas feministas no ambiente digital poderiam ser mais eficazes na promoção de diálogos mais substantivos e transformadores.

Referências

- ÅKESTAM, Nina; ROSENGREN, Sara; DAHLEN, Micael. Advertising "like a girl": toward a better understanding of "femvertising" and its effects. *Psychology & Marketing*, v. 34, n. 8, p. 795-806, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/mar.21023> [02-08-2024]. Acesso em: 02 ago. 2024.
- BANET-WEISER, Sarah. *Empowered: Popular feminism and popular misogyny*. NC: Duke University Press, 2018
- bardin, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- CENSO Brasileiro. IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Governo Brasileiro, 2022. Disponível em: <http://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 set. 2024.
- CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas a partir do feminismo decolonial. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.): *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-138.
- FRASER, Nancy. *Destinos do Feminismo: do capitalismo administrado pelo estado à crise neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2024
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era "pós-socialista". *Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)*, v. 15, n. 14-15, p. 231-239, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v15i14-15p231-239>. Acesso em: 4 nov. 2024.
- FENG, Yang; CHEN, Huan; HE, Li. Consumer Responses to Femvertising: A Data-Mining Case of Dove's "Campaign for Real Beauty" on YouTube. *Journal of Advertising*, v. 48, n. 3, p. 292-301, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00913367.2019.1602858>. Acesso em: 18 out. 2024.
- FONTENELLE, Isleide Arruda. *Cultura do consumo: fundamentos e formas contemporâneas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2017.
- LIMA, Ana Marina; CASAIS, Beatriz. Consumer reactions towards femvertising: a netnographic study. *Corporate Communications: An International Journal*, v. 26, n. 3, p. 605-621, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/CCIJ-02-2021-0018>. Acesso em: 20 out. 2024.
- LOPES, M. I. V. de. Jesús Martín-Barbero e os mapas essenciais para compreender a comunicação. *Intexto*, v. 43, p. 14-23, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/81160>. Acesso em: 02 nov. 2024.
- MINISTÉRIO do Trabalho e Emprego. Mulheres recebem 19,4% a menos que os homens, aponta 1o Relatório de Transparência Salarial. Governo Federal, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-recebem-19-4-a-menos-que-os-homens-aponta-1o-relatorio-de-transparencia-salarial>. Acesso em: 12 out. 2024.
- Perez, Clotilde. *Signos da marca: expressividade e sensorialidade*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.
- SPEECH: Transforming the economies of the world so that they work for women. UN Women, 2017. Disponível em: <https://www.unwomen.org/en/news/stories/2017/9/speech-by-ed-phumzile-mlambo-ngcuka-at-hlp-roundtable-ga-72>. Acesso em: 17 out. 2024.
- THOMPSON, John B. A nova visibilidade. *Matrizes*, v. 1, n. 2, p. 15-38, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v1i2p15-38>. Acesso em: 15 out. 2024.
- TODXS/10: o mapa da representatividade na publicidade brasileira. ONU MULHERES, 2022. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2022/03/UA_TODXS10_Final-PORT.pdf. Acesso em: 22 out. 2024.

FEMINISMO DE MERCADO E A COMODITIZAÇÃO DO AUTOCUIDADO PELO FEMVERTISING

MARKET FEMINISM AND THE COMMODITIZATION
OF SELF-CARE THROUGH FEMVERTISING

LEONARDO MOZDZENSKI¹

RESUMO

O presente artigo examina a evolução do conceito de autocuidado, destacando seu deslocamento de uma prática de resistência política para uma estratégia de consumo individualista, promovida pelo feminismo de mercado e, particularmente, pelo *femvertising*. A partir de uma pesquisa teórica interdisciplinar, fundamentada em estudos feministas e de consumo, discute-se como o autocuidado, originalmente associado à luta antirracista e à valorização de corpos marginalizados, foi despolitizado e comoditizado pelas lógicas neoliberais, tornando-se uma atividade centrada na gestão de si e no aprimoramento pessoal. Este trabalho investiga as implicações dessa transformação, refletindo sobre o esvaziamento do potencial subversivo do autocuidado e sua conversão em mais um dispositivo do capitalismo. Ao instrumentalizar pautas feministas para fins publicitários, o *femvertising* contribui para a mercantilização de discursos de empoderamento e emancipação das mulheres, reforçando padrões de consumo e estéticas excludentes. Nesse sentido, esta análise propõe uma reflexão crítica sobre os limites dessa apropriação comercial e a necessidade de recuperar o autocuidado como uma prática coletiva e politicamente engajada.

Palavras-chave: Autocuidado; Feminismo de Mercado; *Femvertising*; Comoditização.

ABSTRACT

This article examines the evolution of the concept of self-care, highlighting its shift from a practice of political resistance to an individualistic consumption strategy, promoted by market feminism and particularly by femvertising. Drawing from interdisciplinary theoretical research, grounded in feminist and consumer studies, the discussion centers on how self-care, originally associated with anti-racist struggles and the valorization of marginalized bodies, has been depoliticized and commodified by neoliberal logics, becoming an activity focused on self-management and personal enhancement. This study investigates the implications of this transformation, reflecting on the dilution of self-care's subversive potential and its conversion into yet another tool of capitalism. By instrumentalizing feminist agendas for advertising purposes, femvertising contributes to the commodification of discourses of women's empowerment and emancipation, reinforcing consumption patterns and exclusionary aesthetics. In this regard, the analysis offers a critical reflection on the limits of this commercial appropriation and the need to reclaim self-care as a collective and politically engaged practice.

Keywords: Self-care; Market Feminism; *Femvertising*; Commoditization.

¹ Doutor em Comunicação e doutor em Letras/Linguística, com pós-doutorado em Direitos Humanos, pela Universidade Federal de Pernambuco. Professor da Pós-Graduação Lato Sensu do Instituto de Educação Continuada da PUC Minas. Pesquisador integrante do Grupo de Pesquisa PHiNC - Publicidade Híbrida e Narrativas de Consumo (PPGCOM-UFPE/CNPq). E-mail: leo_moz@yahoo.com.br

Introdução

O conceito de autocuidado, inicialmente formulado no campo médico norte-americano nas décadas de 1960 e 1970, foi concebido como uma estratégia clínica voltada a pacientes com baixa autonomia, sobretudo idosos e pessoas com doenças cognitivas. Em seguida, essa noção expandiu-se para incluir profissionais de áreas com grande desgaste emocional, como terapeutas e assistentes sociais, sob a premissa de que a capacidade de cuidar do outro pressupõe atenção à própria saúde física e mental. Posteriormente, essa compreensão sobrepujou o domínio clínico, sendo incorporada por movimentos sociais que ressignificaram o autocuidado como uma prática de resistência contra as formas institucionais de opressão, ao reivindicar a autonomia sobre o corpo e a saúde frente a um sistema médico classista, racista e sexista.

À medida que o autocuidado foi assumindo novos significados, especialmente nas décadas de 1980 e 1990, ele passou por um processo de despolitização e comoditização. Práticas antes vinculadas ao bem-estar coletivo e à emancipação passaram a ser cooptadas pelo mercado, sendo comercializadas como produtos voltados para o aperfeiçoamento pessoal, acessíveis principalmente às classes privilegiadas. Esse deslocamento conceptual, em que o autocuidado transiciona de uma ação politicamente engajada para uma expressão consumista e individualista de bem-estar, reflete uma lógica capitalista que redefine práticas sociais em termos de produtividade e gestão da vida. Assim, o que antes representava uma forma de resistência e contestação foi paulatinamente se configurando em uma retórica voltada à maximização do desempenho e à reafirmação de normas de consumo, rompendo com seu caráter insurgente em favor de um modelo que privilegia a performance particular de cada sujeito em detrimento da ação política conjunta.

Diante desse panorama, o objetivo deste artigo é examinar, a partir de uma discussão teórica abrangente, o processo de apropriação da noção de autocuidado pelo feminismo de mercado, com especial atenção ao fenômeno do *femvertising*, que instrumentaliza pautas feministas para fins publicitários, descaracterizando a essência gregária e libertadora originalmente presente no conceito. A pesquisa teórica interdisciplinar fundamenta-se em uma revisão bibliográfica sobre o autocuidado, bem como sobre os mecanismos de comoditização das pautas feministas no neoliberalismo, articulando contribuições dos estudos feministas – especialmente produzidos por autoras feministas negras – com as transformações semânticas desse fenômeno no campo do consumo². A metodologia adotada é qualitativa, envolvendo a análise crítica da literatura especializada, que permite compreender como o autocuidado foi reduzido, na contemporaneidade, a uma prática individualista alinhada às teias do capitalismo, desconectando-se da sua potência emancipatória e comunitária.

2 O feminismo constitui um campo teórico e político heterogêneo, que abarca diferentes abordagens e perspectivas, refletindo as múltiplas experiências de opressão e resistência das mulheres ao longo da história. Como argumentam Teixeira, Lopes e Gomes Júnior (2019), é mais adequado falar em *feminismos* no plural, dado que distintos contextos históricos e sociais produziram abordagens diversas, como o feminismo liberal, marxista, radical, pós-colonial, interseccional e, mais recentemente, o transfeminismo (Nascimento, 2021). Este artigo insere-se particularmente no campo do feminismo negro, que, conforme discutido por autoras como bell hooks (2021) e Patricia Hill Collins (2019), enfatiza a interseção entre raça, gênero e classe na constituição das experiências de opressão vividas por mulheres negras. A partir dessa perspectiva, o autocuidado não é compreendido apenas como um gesto individualista, mas como uma estratégia política de sobrevivência e resistência contra as estruturas do racismo e do sexismo (Lorde, 1988; Ribeiro, 2021). Para uma visão panorâmica das diferentes vertentes feministas, ver Teixeira, Lopes e Gomes Júnior (2019) e Mozdzenski (2015).

A evolução da noção de autocuidado no campo da saúde

De acordo com Godfrey *et al.* (2011), a evolução do conceito de autocuidado reflete mudanças significativas ao longo das décadas, desde as práticas de saúde até sua reconfiguração como fenômeno social e econômico. Nas décadas de 1960 e 1970, o autocuidado foi principalmente entendido como um conjunto de práticas que indivíduos enfermos e hipossuficientes podiam realizar de forma independente, focando na administração de medicamentos e na prevenção de doenças. Influenciada pelas reflexões da enfermeira e teórica norte-americana Dorothea Orem, essa visão sustentava que o autocuidado era fundamental para a saúde pública e devia ser incentivado como uma responsabilidade pessoal (Dupas *et al.*, 1994).

Nos anos 1980, o conceito começou a expandir-se para além da saúde física individual, buscando ampliar sua aplicação a diversos ambientes socioculturais e institucionais. Ademais, além da prevenção e do tratamento de doenças, o autocuidado passou a incluir a ideia de bem-estar contínuo. Esse período também marcou o surgimento de críticas ao modelo biomédico tradicional, promovendo uma visão mais holística do cuidado e abrangendo fatores contextuais e emocionais. Movimentos sociais, como o feminista e o de direitos civis, passaram a utilizar o autocuidado como tática de resistência contra sistemas de saúde discriminatórios, como discutiremos mais adiante.

Já na década de 1990, o conceito tornou-se mais complexo, incluindo a gestão de doenças crônicas e reconhecendo a influência de fatores socioeconômicos sobre a capacidade de autocuidado. O foco ampliou-se para o papel das redes de apoio, como família e comunidade, enfatizando que o autocuidado deveria complementar o cuidado profissional. A responsabilidade pessoal passou a ser vista também como uma adaptação às condições de vida, com maior ênfase na saúde mental e na autodeterminação.

Logo após, nos anos 2000, o autocuidado sofreu uma significativa transformação cultural e econômica. O conceito foi cooptado pela indústria de *wellness* e *fitness*, solidificando-se como um mercado trilionário que oferta bens e serviços voltados para a saúde e o estilo de vida. Essa mudança levou a um aumento significativo no consumo de produtos relacionados ao autocuidado, como cosméticos, suplementos alimentares, aplicativos de meditação e academias de ginástica, que passaram a ser vendidos como soluções para o estresse e a ansiedade (Johnston; Yeung; Callender, 2023).

Na atualidade, El-Osta *et al.* (2019) esclarecem que a compreensão do autocuidado no âmbito da saúde envolve quatro dimensões interligadas: (a) Atividades de autocuidado, focadas nas práticas individuais de manutenção da saúde, como alimentação saudável e exercícios; (b) Comportamentos de autocuidado, que abordam princípios e intervenções que incentivam hábitos saudáveis sustentados a longo prazo, utilizando tecnologias e técnicas de mudança de conduta; (c) Contexto de autocuidado, que examina o papel de recursos externos e dos sistemas de saúde em fornecer apoio e atenção; e (d) Ambiente de autocuidado, que considera os fatores ambientais, culturais e políticos que influenciam as práticas de autocuidado.

Por fim, é possível perceber que esse modelo tetradimensional propõe uma abordagem integrada que combina elementos individuais, sociais e estruturais, oferecendo uma base para desenvolver políticas de saúde que promovam práticas de autocuidado mais eficientes e sustentáveis, aplicando a noção de autocuidado em diferentes esferas, desde o nível pessoal até a saúde pública.

O autocuidado sob a ótica feminista

Analogamente à sua concepção na área de saúde, as práticas de autocuidado também emergem como uma atividade profundamente enraizada em dinâmicas políticas e sociais, sendo central nos movimentos de resistência que desafiam os mecanismos estruturais de opressão. Particularmente nas lutas antirracistas e feministas, o autocuidado passa a ser reconhecido como uma estratégia indispensável para garantir a sobrevivência de corpos marginalizados, frequentemente negligenciados ou violentados por sistemas institucionais. Nesse sentido, portanto, o autocuidado é concebido e exercido como um posicionamento político que visa resgatar a dignidade e a integridade de indivíduos cujas existências são constantemente ameaçadas.

Audre Lorde, uma das primeiras intelectuais a teorizar sobre o autocuidado nessa mirada, trouxe à tona a relação intrínseca entre o autocuidado e a resistência política. Para Lorde (1988), mulheres negras, que sofrem com racismo, sexismo e homofobia, precisam cuidar de si mesmas não como um gesto de autocomplacência, mas por necessidade de sobrevivência em um ambiente que as desumaniza. Em seu célebre ensaio *A burst of light*, Lorde (1988, p. 130) defende que “cuidar de si não é autoindulgência, é autopreservação, e isso é um ato de luta política”. Ao associar o autocuidado à preservação da vida em um cenário de opressão, a pensadora subverte a ideia de que práticas de cuidado pessoal estariam relacionadas ao luxo ou ao narcisismo. Em vez disso, tais práticas se tornam uma forma de contestação, uma recusa ao apagamento e à violência sistêmica que frequentemente vulnerabilizam corpos negros e femininos.

Além de Lorde, outras intelectuais feministas negras também contribuíram para a expansão dessa perspectiva política do autocuidado. Em entrevista ao canal *Afropunk* (no YouTube), Angela Davis (2018) reflete sobre a importância do “autocuidado radical” no contexto das lutas ativistas, enfatizando que historicamente os movimentos sociais, especialmente o Partido dos Panteras Negras (em inglês, *Black Panther Party* ou BPP), subestimaram o valor do cuidado com o corpo, a mente e o espírito. Davis (2018) cita a educadora Ericka Huggins – ex-integrante do BPP – como pioneira na prática de ioga e meditação, e reconhece que a adoção de uma abordagem cooperativa do autocuidado teria influenciado positivamente o movimento.

Segundo Davis (2018), o “autocuidado radical” é fundamental para que ativistas possam enfrentar traumas e incorporar uma perspectiva holística em suas lutas, o que, além de garantir a longevidade individual, cria condições para a emergência de novos ativistas, gerando um impacto intergeracional. A filósofa estadunidense destaca que, para a população negra, o autocuidado assume um caráter radical ao conectar-se com a produção de arte, beleza e imaginação, frente à violência histórica sofrida. Para Davis (2018), o partilhamento do autocuidado é essencial para ser possível vislumbrar e alcançar um futuro de libertação, onde a coletividade, as conexões e a alegria sejam centrais.

Por sua vez, bell hooks (2021), em seu trabalho sobre amor e justiça social, também explora a interseção entre autocuidado e transformação social. Para hooks (2021), o autocuidado é um exercício de autoaceitação, autoestima e amor-próprio, que desafia os estigmas raciais e de gênero que desvalorizam determinadas identidades. Ao afirmar o valor de suas próprias vidas, mulheres negras, LGBTQIA+ e outros grupos marginalizados devem adotar o autocuidado como uma estratégia de confrontar as normas de dominação e criar um espaço de autorreconhecimento e empoderamento. Essa atitude torna-se, assim, uma ação subversiva, ao converter experiências negativas de socialização em práticas positivas de amor-próprio.

Ainda no campo dos estudos feministas, o autocuidado também se conecta às teorias sobre o “trabalho emocional” e a dupla jornada de mulheres, especialmente mulheres racializadas. Pesquisadoras como Patricia Hill Collins analisam como o cuidado comunitário entre mulheres negras é uma resposta direta às pressões do racismo institucional e do patriarcado. Collins (2019) argumenta que, para muitas mulheres negras, o autocuidado não constitui uma prática pessoal, mas uma obrigação coletiva, que permite a criação de redes de apoio em que a sobrevivência e a resistência são garantidas em conjunto. Essas redes de cuidado mútuo representam uma forma de vencer a fragmentação imposta pelo capitalismo neoliberal, que atomiza as experiências individuais das mulheres negras e desvaloriza os laços comunitários.

Trazendo-se agora a discussão para o contexto brasileiro, Sueli Carneiro oferece importantes *insights* sobre como a noção de cuidado enquanto prática a ser partilhada coletivamente pode ser aplicada em uma perspectiva engajada e política. Em sua análise das lutas das mulheres negras, Carneiro (2019) destaca a importância da autopreservação em um país marcado pelo racismo e sexismo estruturais. Para a estudiosa, o racismo opera como um mecanismo que desumaniza e desgasta física e psicologicamente as mulheres negras, o que torna o autocuidado um expediente crucial para a sobrevivência e a resistência, a partir do gesto de “compartilhar”.

Por fim, Djamila Ribeiro (2021b) concebe o autocuidado como uma prática política de resistência e autopreservação diante da opressão estrutural, especialmente para mulheres negras e marginalizadas, seguindo a visão de Audre Lorde. Ribeiro (2021b) argumenta que o autocuidado não é um luxo ou ato egoísta, mas um direito fundamental e uma estratégia de sobrevivência em uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, que menospreza os corpos dessas mulheres. Além disso, a filósofa pondera que o autocuidado, em sua dimensão coletiva, confronta a visão neoliberal que o reduz a uma prática individual e consumista. Nessa toada, o autocuidado deve ser visto como um instrumento de proteção contra o racismo e o sexismo, preservando a saúde física, mental e emocional das mulheres negras, frequentemente sobrecarregadas por responsabilidades. Ribeiro (2021a) conclui que democratizar o acesso a essas práticas é, portanto, crucial para compreender o autocuidado como uma ferramenta de resistência coletiva.

A comoditização do autocuidado pelo feminismo de mercado

Na contemporaneidade, como já pontuado, o autocuidado vem sendo progressivamente reformulado pelo capitalismo neoliberal. Esse processo de comoditização transforma o autocuidado em uma mercadoria (*commodity*) voltada fundamentalmente para o consumo particularista, desvinculado de seu potencial de resistência coletiva e política. Nesse sentido, o autocuidado deixa de ser uma prática emancipatória para se converter em uma engrenagem da maquinaria capitalista, que o utiliza para impulsionar o consumo e reforçar ideais de individualismo e autoaperfeiçoamento contínuo.

Hoje somos constantemente instados a nos responsabilizar pelo nosso próprio sucesso, bem-estar e produtividade, sem que as condições basilares que afetam essas esferas da nossa vida sejam devidamente consideradas. O autocuidado é ressignificado então como um exercício de manutenção individual que visa promover a saúde, a beleza e a eficiência física e mental de cada pessoa. Como ressalta Castro (2021), essa guinada individualista do autocuidado responde

à doutrina neoliberal, que responsabiliza os sujeitos pela própria saúde e bem-estar, ignorando as desigualdades e injustiças estruturais que permeiam a sociedade. Assim, o autocuidado, anteriormente atrelado à coletividade e à luta por direitos, torna-se uma atividade privada, centrada na autossuficiência e na promoção de uma imagem pessoal de sucesso.

Em outras palavras, o capitalismo neoliberal explora o autocuidado como um arsenal de gestão do corpo e da mente voltado para a hiperprodutividade. O sujeito neoliberal é incentivado a investir continuamente em si mesmo para manter-se competitivo no mercado de trabalho e nos diversos círculos sociais. O autocuidado se torna, pois, uma prática voltada à otimização do “capital humano”, em que o corpo saudável e a mente equilibrada são publicizados pelos meios de comunicação de massa como instrumentos necessários para alcançar o êxito e a aceitação social. Nessa conjuntura, a publicidade desempenha um papel fulcral ao reconfigurar a narrativa do autocuidado para se adequar às exigências do consumo. Compete, portanto, ao discurso publicitário explorar exaustivamente essa noção produtivista do autocuidado, anunciado mercadorias que prometem transformar o corpo e a mente em componentes mais eficientes, aptos a desempenhar um papel profícuo na ordem neoliberal.

Observa-se, dessa forma, que a publicidade ocupa um lócus central na comoditização do autocuidado, agenciando-o como uma prática estética, destinada a melhorar a aparência e a performance pessoais. Através de narrativas cuidadosamente construídas, as campanhas publicitárias vinculam o autocuidado à aquisição de produtos específicos, que supostamente restauram a saúde e o bem-estar, promovendo beleza, juventude e vitalidade. Como argui Lima (2016), a publicidade estetiza o autocuidado, convertendo-o em um espetáculo visual, no qual o corpo feminino, em particular, é visto como um objeto passível de constantes intervenções estéticas.

Segundo Pereira, Doimo e Kowalski (2009), esse processo de estetização é evidente nas campanhas de cosméticos, produtos de *skincare* e terapias de bem-estar, que associam o autocuidado à necessidade de conformidade com modelos estandardizados de corporalidade. As imagens que permeiam essas peças publicitárias são geralmente de mulheres jovens, magras, brancas e cis-heteronormativas, reforçando padrões de beleza eurocêntricos que excluem qualquer compleição que não se encaixe nesses moldes, como mulheres negras, gordas, com deficiência, idosas ou trans. Através dessa coerciva narrativa visual, a publicidade sugere que o autocuidado não é apenas uma questão de saúde, mas de adequação a um ideal estético que exige manutenção permanente e o consumo regular de produtos específicos.

Essa abordagem contribui para a objetificação do corpo feminino, que é retratado como um produto a ser plasmado e aprimorado para alcançar esse ideal de beleza. Ao fabricar e difundir uma estética de perfeição e controle sobre o corpo, a publicidade transfigura o autocuidado em uma prática performática, em que a aparência e a exibição pública do corpo bem-cuidado são fundamentais. Como observam Kassem, Negm e Gharara (2024), essa performance de autocuidado é particularmente intensa nas redes sociais, onde influenciadoras digitais expõem suas rotinas diárias de autocuidado como uma prática de consumo, fortalecendo a ideia de que o bem-estar é algo que pode ser comprado e exibido.

Outro aspecto central da apropriação capitalista do autocuidado é compreendê-lo como uma prática de consumo contínuo. A publicidade explora a ideia de que o autocuidado nunca pode ser plenamente alcançado – há sempre novos produtos, novas rotinas e novas formas de melhorar o corpo e a mente. Como salienta Moraes (2014), essa retórica do aperfeiçoamento contínuo perpetua o ciclo de consumo, ao inculcar que a saúde e o bem-estar são inatingíveis

sem a mediação de produtos vendidos pelo mercado. A promessa de bem-estar oferecida pela publicidade é, assim, uma promessa sempre adiada, que exige dos consumidores um compromisso constante com a aquisição de novos bens e serviços. Ao conceber o autocuidado como uma mercadoria de consumo contínuo, o capitalismo despolitiza, por conseguinte, o conceito original dessa prática, reduzindo-o a mais um artifício da lógica produtivista neoliberal.

Nessa interseção entre autocuidado e publicidade, também é crucial a discussão sobre o fenômeno do *femvertising*, que emerge como uma forma de cooptação dos discursos feministas pelo domínio publicitário, como asseveram Hamlin e Peters (2018). O termo – uma junção de “feminino” ou “feminismo” com “*advertising*” (publicidade, em inglês) – reflete a utilização de pautas feministas para promover produtos voltados ao público feminino. Dessa maneira, verificamos um *deslizamento de sentido* (Orlandi, 2007) do conceito de autocuidado, profundamente político em suas origens na luta antirracista, mas que é assimilado e ressemantizado na contemporaneidade pelo discurso publicitário, no qual questões de gênero e empoderamento são mobilizadas como meros recursos de marketing para maximizar lucros.

Particularmente quanto ao debate sobre feminismo de mercado, Soraya Barreto Januário (2022) realiza uma extensiva análise crítica da absorção de valores feministas pelo sistema capitalista, voltando atenção em especial aos aparatos publicitários, como o *femvertising*. A pesquisadora explora como o mercado transmuta as pautas feministas em *commodities*, instrumentalizando-as para legitimar e ampliar o consumo, enquanto desarticula seu potencial revolucionário. Barreto Januário (2022) problematiza essa convergência entre discurso feminista e estratégias de marketing, sublinhando como essa articulação, ao invés de desafiar o *status quo*, o consolida ao moldar a agência feminina em torno de valores capitalistas.

O *femvertising* é então apresentado por Barreto Januário (2022) como uma manifestação paradigmática desse fenômeno, na qual campanhas publicitárias utilizam o apelo à emancipação feminina para capturar o público consumidor, sem compromissos reais com a mudança social. Esse processo, embora possa até visibilizar certas pautas, mantém intactas as dinâmicas neoliberais que perpetuam desigualdades. Assim, Barreto Januário (2022) questiona se essa visibilidade mercadológica, ao invés de empoderadora, não seria, na verdade, um astucioso método de neutralização da crítica feminista em favor da lógica de acumulação capitalista.

Mais especificamente, no caso de campanhas publicitárias de autocuidado que lançam mão da estratégia do *femvertising*, ao se apropriarem da gramática do empoderamento feminino, essas peças retratam o cuidado com o corpo e a mente como um espetáculo voltado essencialmente ao consumo narcísico. Ou seja, sob esse prisma, bens e serviços como cosméticos, artigos de higiene pessoal e massagens estéticas são publicizados como ferramentas para a autonomia feminina, mas, ao mesmo tempo, despolitizam o debate em torno do autocuidado, na medida em que constituem produtos a serem usufruídos como signos da inteireza do próprio ego das consumidoras (Freitas, 2008).

Ainda como observa Barreto Januário (2022), campanhas de marcas como Dove, Always e Pantene, por exemplo, enfatizam a ideia de que o autocuidado é um ato de afirmação pessoal, reduzindo o conceito a uma performance individualista, em vez de manter seu caráter de construção coletiva emancipatória. Nesse sentido, a retórica falaciosa do “ser o que eu quiser” ou “fazer o que eu quiser” se torna uma armadilha neoliberal ególatra ao ignorar incontornáveis questões sociais estruturais que limitam o amplo acesso de muitas mulheres ao bem-estar e ao cuidado com seus corpos.

Nesse enquadre, o poder de escolha das mulheres não se encontra mais relacionado ao direito ao aborto ou ao controle do processo reprodutivo, e sim à decisão de adquirir um perfume importado, um *smartphone* de última geração ou um vestido de grife. Imogen Tyler (2005, p. 37) denomina esse fenômeno de “narcisismo como liberação”, tendo em vista que estimula todas as mulheres “a se autocompensarem em razão da desigualdade sexual e das dificuldades vivenciadas ao procurarem harmonizar as prioridades do trabalho e da maternidade, através do consumo de velas aromáticas e sais de banho”.

Além disso, o uso das narrativas da comoditização dos feminismos (Goldman; Heath; Smith, 1991) ou do “ativismo comoditizado” (Mukherjee; Banet-Weiser, 2012), no espaço publicitário, cria uma tensão entre o reconhecimento da importância da visibilidade das pautas feministas e o esgotamento de suas premissas ao serem comoditizadas. A publicidade, ao capturar o discurso de autocuidado, molda-o de maneira a se alinhar com a aceção neoliberal de sucesso individual e produtividade. Nessa toada, as mulheres são interpeladas como consumidoras que devem comprar produtos para atingir um ideal de autocuidado voltado para a própria autossatisfação.

Cabe repisarmos a ambivalência dessa prática, questionando-nos até que ponto o uso das pautas feministas pelo mercado e pelas narrativas publicitárias pode de fato ser considerado uma vitória para o movimento. Por um lado, o incremento da divulgação de demandas da agenda feminista pode contribuir para a popularização do debate, extrapolando a bolha do núcleo duro da militância e atingindo o grande público. Por outro, essa vulgarização midiática tende a ser filtrada pelo prisma da mercantilização, que traduz discussões complexas para *slogans* de fácil consumo, já amplamente estudados – tais como “lute como uma garota”, da marca de absorventes íntimos Always (Santos, 2018), ou “pela beleza real”, da marca de higiene pessoal Dove (Brisolla, 2006) –, o que pode acabar minando a potência dessas lutas.

No caso de campanhas relacionadas ao autocuidado, essa ambivalência entre pautas feministas legítimas e a sua pasteurização pelo feminismo de mercado, particularmente nas peças de *femvertising*, é assim problematizada por Lena Zuckerwise (2024, p. 579):

O significado de autocuidado é amplo e ambíguo. Atualmente, ele abrange produtos e práticas díspares, desde velas aromáticas até dietas veganas e maratonas de televisão; inclui tanto hábitos saudáveis quanto indulgências extravagantes; é simultaneamente exaltado como um ato político e visto como uma pausa necessária da política. O autocuidado é material e adquirível, mas também é intangível e existencial. Devido às suas ligações com o consumo ostensivo, com a cultura de influenciadores e com o feminismo neoliberal, o autocuidado pode ser facilmente descartado como sendo um insignificante, apolítico e trivial egocentrismo feminino branco. Em certo sentido, essa percepção é compreensível, dado que termos como “feminismo”, “empoderamento” e “liberdade” são mobilizados para comercializar produtos de luxo para mulheres brancas e ricas. De forma correlata, o discurso branco sobre bem-estar [...] coloca a responsabilidade pela saúde diretamente nos indivíduos, em vez de no Estado. Apesar disso, defendo que as críticas feministas ao autocuidado frequentemente se baseiam em concepções que não correspondem às tradições feministas negras nem às experiências vividas por mulheres negras. De fato, [...] para as mulheres negras, o autocuidado tem sido uma forma de resistência e sobrevivência sob a dominação branca desde a escravidão. Essa prática, contudo, é frequentemente obscurecida, tanto pela comodificação do autocuidado na economia quanto pelos construtos teóricos brancos hegemônicos na esfera acadêmica.

Em conclusão, o *femvertising* e o feminismo de mercado apresentam uma visão distorcida e restrita do autocuidado. Ao apropriar-se das pautas feministas para fins mercadológicos, a publicidade reforça seu caráter individualista e neoliberal, apartando o conceito de autocuidado de seu potencial político e subversivo. No entanto, na esteira de Barreto Januário (2022), constatamos que essa dualidade semântica – emancipação x comoditização – também pode abrir espaço para discussões mais amplas sobre o papel do consumo na construção de subjetividades femininas e na transformação das práticas sociais. O desafio, portanto, reside em repensarmos o autocuidado como uma prática que, mesmo no bojo da mercantilização capitalista, pode e deve ser reapropriada como ferramenta de resistência e promoção da autonomia de todas as mulheres.

Considerações finais

As transformações do conceito de autocuidado, desde suas raízes políticas até sua cooptação pelo feminismo de mercado, revelam uma trajetória de despolitização que reflete as lógicas mais amplas do capitalismo neoliberal. Inicialmente concebido como uma prática coletiva e subversiva, vinculada à resistência de grupos marginalizados frente à opressão estrutural, o autocuidado foi gradualmente se distanciando de sua potência crítica, tornando-se uma mercadoria voltada ao aprimoramento individual e ao consumo contínuo. No contexto do *femvertising*, essa ressignificação se manifesta de forma paradigmática, com campanhas publicitárias que mobilizam pretensas narrativas de empoderamento feminino para legitimar o consumo, ao mesmo tempo em que reificam padrões de beleza, produtividade e sucesso, reforçando os mesmos ideais que o autocuidado, em sua origem, buscava contestar.

Assim, este artigo propôs expor como o autocuidado, ao ser capturado pelas teias do capitalismo contemporâneo, passa a operar não mais como uma poderosa estratégia de resistência, mas como um dispositivo que reitera o entendimento neoliberal da gestão de si. Ao mesmo tempo, essa comoditização das pautas feministas sublinha a ambiguidade do fenômeno: se, por um lado, contribui para a visibilidade de certos debates, por outro, os neutraliza ao inseri-los na narrativa individualista do *femvertising*, que reduz o feminismo à escolha de bens e serviços e ao autocontrole. Repensar o autocuidado como uma prática política implica recuperar sua dimensão coletiva e crítica, resgatando-o das dinâmicas de consumo que o reconfiguraram como mera engrenagem do mercado.

Referências

- BARRETO JANUÁRIO, Soraya. *Feminismo de mercado: quando a publicidade e o mercado "compram" as pautas feministas*. Recife: Ed. UFPE, 2022.
- BRISOLLA, Marcia Regina Santos. *Representação da mulher na campanha Pela Real Beleza Dove: um estudo dos processos de significação em mensagens publicitárias*. 2006. 100f. Dissertação (Mestrado em Cultura Visual) – Faculdade de Artes Visuais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2006.
- CARNEIRO, Sueli. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Pólen Livros, 2019.

- CASTRO, Cosette. *Cuidado e autocuidado entre mulheres ativistas no mundo online*. Aveiro: Ria, 2021.
- COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- DAVIS, Angela. Radical self-care [Entrevista ao canal Afropunk]. *YouTube*, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4dTYXdL>. Acesso em: 9 out. 2024.
- DUPAS, Giselle; PINTO, Ione; MENDES, Marlene; BENEDINI, Zaira. Reflexão e síntese acerca do modelo de autocuidado de Orem. *Acta Paulista de Enfermagem*, v. 7, n. 1, p. 19-26, jan./mar. 1994.
- EL-OSTA, Austen; WEBBER, David; GNANI, Shamini; BANARSEE, Ricky; MUMMERY, David; MAJEED, Azeem; SMITH, Peter. The self-care matrix: a unifying framework for self-care. *SelfCare*, v. 10, n.3, p. 38-56, 2019.
- FREITAS, Verlaïne. A estética narcísica da sociedade de consumo. *Educação e Filosofia*, v. 17, n. 34, p. 51-64, 2008.
- GODFREY, Chistina M.; HARRISON, Margaret B.; LYSAGHT, Rosemary; LAMB, Marianne; GRAHAM, Ian D.; OAKLEY, Patricia. Care of self - care by other - care of other: the meaning of self-care from research, practice, policy, and industry perspectives. *International Journal of Evidence-Based Healthcare*, v. 9, n. 1, p. 3-34, mar. 2011.
- GOLDMAN, Robert; HEATH, Deborah; SMITH, Sharon. Commodity feminism. *Critical Studies in Mass Communication*, v. 8, n. 3, p. 333-351, 1991.
- HAMLIN, Cynthia; PETERS, Gabriel. Consumindo como uma garota: subjetivação e empoderamento na publicidade voltada para mulheres. **Lua Nova**, n. 103, p. 167-202, 2018.
- hooks, bell. *Tudo sobre o amor: novas perspectivas*. São Paulo: Elefante, 2021.
- JOHNSTON, Katherine; YEUNG, Ophelia; CALLENDER, Tonia. *Global wellness economy monitor 2023*. Miami: Global Wellness Institute, 2023.
- KASSEM, Menatallah M.; NEGM, Eiman; GHARARA, Sahar R. Abu. Investigating gen z consumers' feministic identities and gender-stereotypical norms on their attitude formation towards femvertising campaigns, impacting purchase intention. *Open Access Library Journal*, v. 11, n. 6, p. 1-20, jun. 2024.
- LIMA, Ana Marina Abreu de. *O empowerment feminino na publicidade: um estudo exploratório sobre as percepções e atitudes dos consumidores*. 2016. 97f. Dissertação (Mestrado em Marketing e Estratégia) – Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, Braga, 2016.
- LORDE, Audre. *A burst of light: and other essays*. Mineola: Ixia Press, 1988.
- MORAES, Maria Regina Cariello. *Autocuidado e gestão de si: hábitos saudáveis na mídia impressa semanal*. 2014. 325f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MOZDZENSKI, Leonardo. Feministas X Stupid Girls: a construção midiática da identidade feminina na cultura pop. In: SÁ, Simone Pereira de; CARREIRO, Rodrigo; FERRAZ, Rogério. *Cultura pop*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2015. p. 73-92.
- MUKHERJEE, Roopoli; BANET-WEISER, Sarah. *Commodity activism: cultural resistance in neoliberal times*. New York: New York University Press, 2012.
- NASCIMENTO, Letícia. *Transfeminismo*. São Paulo: Jandaíra, 2021.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas de silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- PEREIRA, Deyliane Aparecida de Almeida; DOIMO, Leonice Aparecida; KOWALSKI, Marizabel. Discurso estético do corpo: o autocuidado de mulheres. *CSOnline*, v. 3, n. 6, p. 33-59, jan./abr. 2009.
- RIBEIRO, Djamila. Autocuidado é fundamental pra sobrevivência [Entrevista para Fernando Luna e Bob Wolfenson]. *Mina*, 29 nov. 2021a. Disponível em: <https://bit.ly/3XXVfdu>. Acesso em: 9 out. 2024.
- RIBEIRO, Djamila. Cuidar de si não é egoísmo ou algo exclusivo, mas autopreservação. *Folha de S.Paulo*, 24 jun. 2021b. Disponível em: <https://bit.ly/3BAeG4y>. Acesso em: 9 out. 2024.

SANTOS, Rochelle Cristina dos. *Lute como uma garota: os feminismos e a campanha de femvertising #LikeAGirl*. 2018. 375f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TEIXEIRA, Marcella Barbosa Miranda; LOPES, Fernanda Tarabal; GOMES JÚNIOR, Admardo Bonifácio. Gênero e feminismos: conceitos e perspectivas. *Caderno Espaço Feminino*, v. 32, n. 1, p. 405-430, jan./jun. 2019.

TYLER, Imogen. Who put the “me” in feminism?: the sexual politics of narcissism. *Feminist Theory*, v. 6, n. 1, p. 25-44, abril 2005.

ZUCKERWISE, Lena. “I am writing you in reference to myself”: white wellness, black feminism, and the politics of self-care. *Signs*, v. 49, n. 3, p. 579-607, mar. 2024.

AS EPISTEMOLOGIAS FEMINISTAS NO BRASIL

ENTREVISTA COM MARGARETH RAGO

JULIANA GOBBI BETTI¹
DEBORA CRISTINA LOPEZ²
ANA VELOSO³

Ao denunciar o viés androcêntrico da ciência, a crítica feminista questionou não apenas métodos e teorias, mas os paradigmas estruturais que levavam à exclusão de outros sujeitos tanto da prática científica quanto do conhecimento dela oriundo. No entanto, como parte de um exercício epistemológico que foi se construindo de forma interdisciplinar e coletiva, as críticas feministas à neutralidade de métodos, à universalidade de proposições teórico-conceituais e à objetividade das análises avançaram com a proposição de alternativas, não se encerrando na discordância, mas assumindo um compromisso com a transformação social a partir de saberes “de relevância para as mulheres e suas (nossas) lutas” (Sardenberg, 2007, p. 1).

Para refletirmos sobre as especificidades desse cenário na produção científica nacional, conversamos com Margareth Rago, referência nos estudos pioneiros sobre as epistemologias feministas no Brasil. Formada em História na Universidade de São Paulo - USP em 1970, Luzia Margareth Rago também cursou Filosofia entre 1976-1979 (USP) e pós-graduação em História na Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, em São Paulo. Em sua tese de doutoramento, estudou a sociedade paulistana no período de 1890 a 1930, analisando a prostituição e os códigos da sexualidade feminina. Como professora do Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP desde 1985, tornou-se livre-docente em 2000 e professora titular em 2003. Atualmente aposentada, atua como colaboradora no Departamento de História da UNICAMP. Ao longo de sua carreira docente, foi também professora-visitante na Columbia University (NY), em 2010 e no Connecticut College (EUA), em 1995 e diretora do Arquivo Edgard Leuenroth, da UNICAMP, em 2000. Ainda, coordenou a revista feminista *Labrys*, estudos feministas com Tania N. Swain até 2020 e coordena a coleção *Entregêneros* da Editora Intermeios, São Paulo.

Revista Mediação: Para começar a nossa conversa, observamos uma expansão dos estudos de gênero no Brasil em diferentes áreas do conhecimento. Na Comunicação, por exemplo, esse movimento está mais concentrado nas últimas duas décadas, embora tenhamos registros de pesquisas nessa linha desde os anos 70. Considerando então que várias áreas ainda estão construindo sua base teórico-metodológica e que temos muitas pesquisadoras iniciando sua

1 Pós-doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto, com bolsa institucional. Doutora e Mestra em Jornalismo (UFSC). Coordenadora do Grupo de Estudos em Comunicação e epistemologias feministas. E-mail: jugobbibetti@gmail.com.

2 Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas (UFBA) e docente da graduação em Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto. Bolsista Produtividade em Pesquisa Pq-2 do CNPq. Coordena o Grupo de Pesquisa Convergência e Jornalismo (ConJor) e o Grupo de Estudos Comunicação e Epistemologias Feministas (GECEF), ambos na UFOP. E-mail: debora.lopez@ufop.edu.br

3 Jornalista, Doutora em comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento de Comunicação da UFPE e Coordenadora do Observatório de Mídia. E-mail: anavelosoufpe@gmail.com

trajetória nos estudos de gênero (e começando esse percurso cada vez mais cedo, muitas vezes ainda na graduação), poderia explicar um pouco sobre como você define as “epistemologias feministas”, qual a sua especificidade?

Margareth Rago: Para construir um quadro das epistemologias feministas nós consideramos um período de mais ou menos 50 anos, com o marco do movimento feminista da década de 1970. Já nos anos 1980 aparecem as críticas, sendo que nos Estados Unidos isso já estava acontecendo há muito mais tempo. Eu, por exemplo, li a Angela Davis quando tinha 20 anos e fazia graduação em História, em 1970. Temos também a Judith Butler, a Wendy Brown, assim como na França destacamos Michelle Perrot, uma mulher muito impressionante. E agora tem as novas gerações com uma quantidade muito grande de autoras e de muita qualidade. Então, destacaria alguns pontos que acho fundamentais nessa discussão. A gente era de uma geração formada pelo marxismo, que você precisava da teoria para ir à prática. E ao longo dessas décadas me dei conta de que tivemos as práticas e as teorias vieram depois, elaborando as práticas, inclusive para dar visibilidade. Porque se você não nomeia, você não enxerga. O que você não nomeia passa despercebido. Então, você precisa de conceitos para poder dar visibilidade às práticas. E estávamos dialogando com a ciência masculina. Quando fiz o curso de História, era uma história masculina, mas ninguém falava isso. Na década seguinte, depois que já tinha me formado, que se começou a falar que aquela era uma história masculina, que era um modo de pensar masculino e sobre todas as implicações de um modo de pensar binário, machista, misógeno, mesmo à esquerda. A gente sabe que nos grupos de militância de esquerda na década de 70, as feministas reclamavam que os homens eram muito machistas, os marxistas, os da esquerda, os socialistas. Imagina à direita.

Penso que a crítica fundamental que o feminismo trouxe foi à lógica da identidade. Estou falando de um modo de pensar identitário que não tem a ver com essas discussões atuais de identidade. Falo da crítica a um modo de pensar binário, que divide o mundo entre natureza e cultura, arte e ciência, emoção e razão, privado e público. E as mulheres estão do lado da natureza, da arte, da emoção. As mulheres eram consideradas natureza, sempre associadas ao sexo. O homem ao trabalho e a mulher ao sexo. Outro binarismo muito forte dessa lógica da identidade. Tanto que o oposto do homem trabalhador é o vagabundo, o que não trabalha, e o oposto da “mulher normal” é a puta. Então a partilha não é feita pelo trabalho, é pela categoria do sexo. A mulher ainda é vista pela lente da sexualidade, do corpo, e nasceu para ser mãe. É uma lógica ancorada no século XIX, em uma racionalidade que compartilha o mundo em dois: os brancos e os negros, os homens e as mulheres, os ocidentais e os orientais. E não é apenas uma divisão, é uma hierarquização.

Os filósofos da diferença fizeram uma crítica à lógica da identidade. E por que a gente não fala do Nietzsche? Por que predominou Hegel e não Nietzsche? Temos também Foucault, uma grande referência, que tem link muito forte com a história. Foucault, Deleuze, Derrida... eles bebem em Canguilhem, Bachelard, Nietzsche. É uma tradição que foi muito silenciada e que agora tem uma grande produção. Estou falando de uma crítica que já está consolidada.

A onda feminista da década de 1970 vem nessa contracorrente da filosofia da diferença. Por isso você vai ter os feminismos da diferença se afirmando na década de 1980, dizendo: “Não podemos tirar o homem e pôr a mulher, porque nós estamos fazendo a criticado sujeito universal”. A filosofia da identidade faz uma crítica desse binarismo do sujeito universal. Então não dá para colocar a mulher no lugar do sujeito universal, porque você pensaria da mesma forma, só

trocaria os personagens. Essa crítica foi fundamental e incorporou a discussão sobre a subjetividade a partir de Foucault. Foi ele que, na década de 1970, escreveu a história da sexualidade 1, 2, 3 - e agora saiu o 4 -, que são fundamentais para mostrar de onde vem a nossa cabeça tão conservadora. Essa cabeça vem da burguesia do século XIX. A burguesia fez a crítica da nobreza, pois a nobreza não tem rainha do lar. Isso é uma coisa do século XIX, não é do século XVII e XVIII. Tanto a rainha do lar quanto o homem monocromático. Lembrem-se que o homem da corte se veste com roupas coloridas, tem cabelo comprido, se pinta, usa salto alto, e não existia a separação entre hétero e homossexual. Então, é o século XIX que faz essa ruptura e que está na cabeça da direita e da extrema-direita.

Mas como diz Foucault no volume IV da História da Sexualidade, não se trata somente do pensamento do século XIX, mas também do cristianismo. Descobri que é mais fácil fazer crítica do capitalismo do que do cristianismo. Nos textos de Santo Agostinho, por exemplo, vemos uma disputa com as mulheres, até mesmo na questão de dar à luz. Eles dizem que a mulher é a porta do diabo, que o diabo entrou pela mulher, pela maçã, a serpente, a mulher. Foi ela, não só Adão, quem levou a humanidade à queda. E ela dá à luz? Tertuliano diz que não, que quem dá à luz são os homens. O homem tem o sêmen. A mulher é um vaso, um receptáculo, como já dizia o Aristóteles. E depois, quando a maternidade é valorizada, isso acontece em detrimento do prazer, da sexualidade. Porque ela deve ser abnegada. No inglês, estamos falando em “selfless”. E selfless quer dizer sem eu. Ou seja, você esquece de si. E o feminismo falou o contrário. Falou: Olha para você. Você sabe quem você é? Você conhece seu corpo? Você sabia que você tem clítoris ou clitóris? Você sabia como que é a vagina? Mas não só os órgãos sexuais. Você sabe como você sente? O que você quer? Você quer casar? Você quer ter filho? Você gosta do que eles estão fazendo?

É a crítica de uma identidade imposta às mulheres que diziam que queriam ser mulher normal. Mas quem que dizia? Eram os homens brancos, ricos, poderosos, cristãos, depois reforçados pela ciência. Eu não me canso de falar do Cesare Lombroso, um italiano do século XIX, da criminologia e da teoria da degenerência, que tem um estudo que fala da mulher e diz que as mulheres de quadril grande são prostitutas natas. A mulher de quadril grande, testa curta, tende a ser puta. O anarquista tem orelha em asa e bandido tem nariz adunco. Há mais coisas no estudo. Se você pegar o livro, quando fala do homem delinquente, ele fala também das aranhas, dos insetos, para dizer como o homem delinquente parece com esses insetos. O argumento é de que na evolução das espécies, umas espécies seguiram e outras ficaram no caminho. Então, as prostitutas, as mulheres não chegaram no mesmo patamar que os homens. Mas as prostitutas ficaram abaixo das “mulheres normais” na evolução.

A filosofia da diferença fez a crítica disso. E com Derrida passamos a trabalhar com a palavra desconstrução. Outro dia vi uma jornalista falando em desconstrução como destruição. Não é isso. Desconstrução é perceber como algo foi construído, com que materiais, com que elementos, com que formato. Não é destruição. Há alguma relação com a destruição, mas para ver como foi composto. Por exemplo, quais as condições para emergir um pensamento tão fascista? Foucault diz que o fascismo não está lá, mas aqui. O fascismo não é um regime político. É uma forma de vida. É uma forma de vida que engendra um regime político. Por isso Trump ganha. Porque muitos fascistas acham que matar pobres e deportar quem não é americano é correto, porque americano é raça pura. São essas teorias da eugenia que orientam o pensamento do século XIX. A lógica é de que os americanos são mais inteligentes, por isso que eles são mais ricos. Nesta

lógica, a riqueza teria a ver com inteligência. Há uma tradição filosófica que fez essa crítica e que inclui o feminismo. Entre elas, pensadoras como a Judith Butler e a Wendy Brown, companheira dela, que são maravilhosas. No Brasil, destacamos a Heloísa Buarque de Holanda, mas tem muita gente. Não quero citar para não esquecer de ninguém. Então, os pontos centrais dessa análise são a crítica à lógica da identidade, a crítica ao sujeito universal, a crítica ao modo de pensar que é individualizador e hierarquizador que individualiza, hierarquiza e é evolucionista.

A história é contada como uma evolução. É uma evolução de 21 séculos, notando que são 21 séculos cristãos. Como se o mundo começasse com o cristianismo e antes não existisse nada. Nós vivemos um tempo religioso e isso é, para mim, assustador. O calendário é religioso. E o outro ponto fundamental dessa concepção é que romper com essa maneira de pensar identitária e do indivíduo, da individualização, é pensar relacionalmente. Chegamos então à importância do caráter relacional. Por exemplo, atualmente estou pesquisando a aranha. Porque a aranha enreda. E descobri que muitos autores trabalham essa dimensão da aranha. Há pensadoras e pensadores, inclusive feministas, como a Lygia Pape, aquela artista que propôs as Aranhadas, abordando o enredamento como uma forma de você articular e conectar.

Essa abordagem relacional é importante porque temos uma formação muito identitária, focada no indivíduo, no único, no exclusivo, e hierarquiza descartando o resto. Por exemplo, você conhece o Darwin, mas provavelmente não conhece um crítico do Darwin, o Kropotkin. Ele é um anarquista russo que, enquanto o Darwin escreveu *A Origem das Espécies*, falando da evolução das espécies e do Darwinismo social, o Kropotkin falou que se não houvesse ajuda mútua, as sociedades não sobreviveriam. Então, sem ajuda, sem articulação, sem comunidade, a sociedade não sobrevive. Então, agora, eu pergunto: Por que nas escolas você estuda o Darwin e não estuda o Kropotkin? Por que você estuda o Hegel e não estuda o Nietzsche? Essa lógica binária, machista, sexista, racista, fascista, é que está sendo criticada pela filosofia da diferença e pelos feminismos da diferença.

As epistemologias feministas nascem nessa crítica, com todas as suas heranças. Mas elas entram nas décadas de 1970 a 1990, explodindo e crescendo. Dessa passagem da filosofia da identidade para a filosofia da diferença nasceu a noção de gênero. Porque o gênero foi uma resposta que o feminismo trouxe para, em vez de falar da mulher ou das mulheres, do sujeito, falar das relações. Então, não dá para pensar a mulher ou as mulheres fora de um contexto relacional. Não dá para você achar que as mulheres vivem numa ilha isoladas. Se consideramos o sujeito universal, entendemos que ele não tinha história. Mas com a filosofia da diferença, o sujeito é produzido num contexto relacional, de relações de poder, saber e liberdade, como defende Michel Foucault.

Revista Mediação: Como você avalia o desenvolvimento histórico das epistemologias feministas dentro de um projeto mais amplo de ciência no Brasil, em particular nessas quase três décadas desde a publicação do seu texto clássico - "Epistemologia feminista, Gênero e História"? Em que pontos avançamos e que barreiras ainda nos desafiam?

Margareth Rago: Durante muito tempo não existiu uma história das mulheres. Hoje temos a história do quarto das mulheres, a história da cozinha, a história de muitas coisas. O crescimento é muito grande. Não é uma obra de uma mulher, mas neste contexto fico muito impressionada com o livro do Alain Corbin que aborda a história do cheiro, a sensibilidade olfativa. E ele fala, por exemplo: por que foi inventado o desodorante. Por que em uma determinada época o cheiro não incomodava? Há países, como a Bolívia, em que a questão do cheiro é endereçada de maneira

distinta. Também é impressionante a história das emoções, do corpo. Então, percebemos que o que era considerado feminino, cultura feminina, entrou para a história.

De modo geral, o crescimento é impressionante. Vejo que as novas gerações também reivindicam. Se o professor ou a professora de história vai falar sobre a Revolução Francesa e não faladas mulheres, há cobrança. Acho que isso mudou muito. São gerações que chegam com outra cabeça. E não é só um crescimento na minha área de história, mas geral. Estou falando do Brasil, mas não é só no Brasil. Tive uma experiência nos Estados Unidos que é muito impressionante. A desigualdade cultural é enorme. Porque lá não tem uma USP por estado, tem dez. E um livro custa dois dólares. É impressionante a desigualdade, não só econômica, mas cultural. Temos muitas conquistas, não apenas na produção do conhecimento científico, mas também nas práticas cotidianas. Você liga a televisão, tem uma mulher negra falando. Aí aparece uma indígena.

O tema de políticas da subjetividade entrou em cena. A gente fala quem nós queremos ser, que tipo de pessoas, o que é uma subjetividade ética. O mundo capitalista está muito forte. Apesar de o neoliberalismo estar despencando, levou as coisas aos limites do possível. Tanto que está desabando. Não só desabando climaticamente, mas as relações estão desabando. Tudo que é sólido desmancha no ar mesmo. Não fica nada. Você vai comer bolacha, a bolacha encolheu. E ela é mais fininha. Você põe na boca, já derreteu. E as relações também. Então, a palavra da moda é resiliência, que é uma coisa horrorosa, mas é a ideia de que você tem que descartar tudo e se adequar ao que vem pela frente, porque você não sabe o que vem. A crítica que o Foucault faz é não só à questão econômica do neoliberalismo, mas à questão da captura da subjetividade, das pessoas acharem que é normal você olhar só para si mesmo. É um movimento de individualização. E os feminismos correm o risco de serem capturados por essa forma neoliberal de pensar. É a ideia de que você tem que ser autônomo.

O neoliberalismo capturou a palavra liberdade. Você tem que ser livre. Mas livre para quê? Para atender ao mercado. Você tem que se sujeitar ao modelo do mercado. É isso que é o sujeito neoliberal. Só que ele é visto como livre. Não tem um chefe, não tem um patrão, sou eu que decido meus horários, sou eu que faço do jeito que eu quero. A Johanna Oksala traz o debate para a pauta feminista, discutindo o sujeito neoliberal do feminismo. E esse é o principal problema. Porque se você pensar que temos vivido um momento de muito emburrecimento, em que o livro ou estudar não são mais importantes. Para que eu vou estudar o Rousseau? Para que eu vou estudar a história? Não é isso que o mercado quer? Então não precisa ter história ou filosofia nos cursos. Isso significa você ficar com a cabeça dominada pelo capitalismo neoliberal. Isso significa você ser positivista, fazer uma história como a que criticávamos nos anos 1960 e 1970.

A sensação que temos é que as pessoas não precisam mais de conceito. Elas acham que elas enxergam a realidade. E toda essa crítica que a filosofia da diferença fez, a ideia do real, da realidade e a importância do discurso, porque é o discurso que molda a realidade, ele não reflete a realidade. Então volta aquela antiga ideia de quando eu tinha 20 anos, que o discurso é evento, não tem muita importância. Ele reflete a coisa, o importante é a coisa. Foucault vai dizer que é o discurso burguês da mãe moderna que moldou a mulher para ser como algumas figuras que você vê na política que também só parecem, mas não são.

Então acho que é isso. Esse é o pior perigo que os feminismos enfrentam, é essa ameaça de captura pelo neoliberalismo, porque a captura ficou muito sofisticada.

Revista Mediação: Como um conceito, a perspectiva da interseccionalidade é um dos grandes destaques na produção acadêmica feminista da atualidade. Mas sua aplicação, muitas vezes, ainda esbarra na questão metodológica. Como você analisa a contribuição das pesquisas que têm buscado trabalhar com metodologias que valorizam as interseccionalidades, especialmente entre gênero, classe e raça, para o aprofundamento dos estudos e debates acadêmicos, se possível destacando o diálogo interdisciplinar?

Margareth Rago: O viés interseccional é fundamental, não tenho dúvida nenhuma. Existe uma história de construção da individualização das ciências. A ideia de que história estuda o tempo, geografia estuda o espaço. Hoje não é mais assim. Hoje a gente pensa tempo-espaço. Às vezes você até fala para uma pessoa: “Não sei se eu vou ter espaço para isso”. E você está falando tempo. A interseccionalidade faz parte dessa grande construção de um pensamento relacional. Por isso que gosto da teia da aranha. Enreda o que antes parecia que deveria ficar. Quanto mais a gente conseguir articular as áreas, desfazer essa construção moderna do século não sei quanto, que não precisa ser assim...

A ideia do panóptico de Foucault, aquele edifício central que individualiza os corpos para vigiar melhor. Eu acho que essa ideia e a teia de aranha como contraponto do panóptico, são fundamentais. Também, é importante ter um pensamento comum, a ideia de comunidade, a ideia de construir formas de pensar libertárias, comunitárias, que não excluem, que não sejam hierarquizantes. Porque o pensamento hierárquico é detonante.

Essa questão é muito complicada. E não sei se temos outra saída nesse mundo. Ou vamos naufragar, ou é o fim do mundo mesmo. Daí a importância dessas conexões delicadas, difíceis, mas necessárias. E é geracional também, com gaps geracionais cada vez mais perceptíveis. As mudanças são muito rápidas e o gap é muito aprofundado.

Revista Mediação: Como você percebe o papel social das pesquisadoras feministas em meio ao recrudescimento dos conservadorismos e da extrema-direita no cenário mundial, com seus intensos ataques aos direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres, em explícita tentativa de sufocar, ou mesmo apagar conquistas históricas?

Margareth Rago: Olha o que o Trump está falando das deportações. Eu acho que a coisa é muito assustadora, sem dúvida alguma. E, por exemplo, com esse trabalho do Jonathan Justino sobre os travestis, estou tomando contato com essa realidade de pessoas em situação de rua e travestis em postos de saúde, que eu não tinha ideia. Porque a gente também está vivendo em bolhas, e a pandemia acentuou isso. E você não conhece a realidade das pessoas. Penso que as pesquisadoras feministas são fundamentais, sem dúvida alguma. Eu continuo achando que, como disse um cara que nem era feminista, o Eric Hobsbawm, a revolução do século XX foi a feminista. E não é uma mulher feminista falando, é um homem marxista comunista. E ele tem toda a razão, as mulheres fizeram a diferença. E a partir das pesquisas feministas é que se abriu espaço para pesquisas de outros grupos, inclusive das masculinidades.

A formação dessas pesquisadoras também é fundamental. Mas penso que é fundamental introduzir essas críticas tão amadurecidas que o feminismo propiciou. Acho que não é só o feminismo hoje, mas ele abriu o leque. É por conta do feminismo que a gente começou a olhar para a cultura oriental. Então descobrimos que os japoneses, por exemplo, pensam diferente. Eles não acham que o escuro é sombrio. Eles acham que é mais importante a sombra do que as luzes. Esses questionamentos transcendem a questão de gênero estritamente, mas elas vêm a

partir da discussão de gênero. Porque as mulheres interpretam o mundo de uma maneira muito diferente ainda hoje.

Porque é uma formação. Você é formado a ser mais ligado com o corpo, com a sensibilidade, com as emoções. Não é verdade que as mulheres vivem mais que os homens? Isso é porque elas se cuidam mais? Tem uma diferença de formação, mas os homens têm se feminizado nesse sentido cultural, não sexual. Também pode ser sexual, mas não é isso que é importante. A questão é a cabeça. Precisamos outro olhar que desnaturalize, desierarquize, desfascistize, como diz o Foucault. E enxergar que as relações de poder não estão lá, mas estão cá. Estão no cotidiano. E às vezes até de mulher para mulher.

Lamento muito que a querida Tânia Swain tenha encerrado a revista labrys.net.br. Foram 31 números de uma revista feminista brasileira, estrangeira. A única coisa é que ela não admitia homens. Só tinha mulheres. Porque ela falou que os homens têm muitas revistas. Então é a nossa. Ela era muito radical. E é uma pena porque realmente uma das melhores revistas de estudos de gênero que conheço é a Labrys.

Revista Mediação: E tem uma questão que que impacta também. Quando a gente não consegue construir o pensamento feminista sem acionar o viés ativista e sem ter um envolvimento tão forte e emocional que acaba sendo físico. Então como contexto a gente tem esse nesse cenário de intensificação da extrema direita. Parece que o esgotamento que a gente sente vai se potencializando ao mesmo tempo que a importância da atuação aumenta.

Margareth Rago: Estou sentindo isso também. Um cansaço. E entendo também as pessoas da minha geração que falaram que não aguentam mais. Eu entendo muito bem. É um esgotamento, um cansaço que é lucrativo para a direita. Por isso é importante renovar os quadros, ter as novas gerações chegando. Porque a luta continua. É a famosa frase: a luta continua. Isso é enredar. Para o capitalismo, interessa individualizar e isolar. Assim, um olha para o outro por uma imagem que vem da televisão. Enxerga uma realidade que não é a tua. Eu acho que essas imagens construídas e impostas são muito negativas. E a falta de convivência: não cruza com as pessoas, não conversa, não troca. É uma falta de comunicação assustadora. Eu acho que essa quebra de comunicação entre as pessoas atrapalha tudo, porque você não sabe o que a pessoa quer, o que está pensando. Como que ela está enxergando, o que que ela está desejando, o que que ela está precisando.

Revista Mediação: Considerando toda sua experiência acadêmica, gostaríamos de fazer também aquela pergunta clássica: que conselhos, o que diria para as pesquisadoras que estão chegando agora no campo dos estudos de gênero? Qual seria seu conselho? Não o que pensar, mas como lidar com isso?

Margareth Rago: Criar pontes entre as pessoas, se articular, porque isso dá energia, isso te puxa, te cria estímulos, incentivo, isso acho fundamental. Agora, sou uma pessoa muito curiosa, gosto de saber o que está rolando, quais são os novos livros, acho que estudar é fundamental. Eu nasci com livros, fui para a escola muito cedo e não saí da escola, virei professora. Estou sempre na escola e, para mim, estudar é fundamental, areja a minha cabeça. Acho que os estudos feministas trazem uma contribuição maravilhosa, então tem que ler, tem que se informar, tem que conhecer, tem que ir nas galerias de arte, tem que ver o que está rolando, isso acho fundamental.

Então daria esse conselho de abertura para o outro, e pensar um pouco na questão da amizade, porque você pode ter abertura para o outro para você mandar no outro, para você governar o outro, ser pastor. Foucault fala que o poder pastoral, a relação pastor, ovelha, rebanho. Rebanho quer dizer não sei de mim, ele que sabe, sou selfless, ele que sabe. Essa relação que nasce com o cristianismo na igreja, nasce no cristianismo, com a igreja, sai da igreja e cai no mundo. Então, pastor feminista não precisa, não estou pensando nem nos cultos evangélicos, estou pensando em nós mesmos. É igual ter gente querendo ser pastora, que nós somos. Por isso que achei a questão da subjetividade fundamental. Se abrir para o outro, mas depende de como. Eu não quero ninguém me governando, mandando em mim. Também não quero mandar em ninguém, porque não sei, não conheço.

Diria isso, que ficar ligado, ficar ligado e se articular. E acho que escolher bem com quem se articula. Para gente é importante saber o que está rolando na área feminista, quem são as pessoas, onde estão os estudos. Quanto mais você tem grupo, você agita, você se potencializa. Eu acho que existe, sim, um interesse em criar uma cidade individualizadora para as pessoas não se conhecerem, não se encontrarem e não se articularem. Precisamos de diálogo. Interseccional, comunitário, aranha. O enredamento ganha do privilégio, da individualização e hierarquização.

Referências

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, gênero e história. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). *Masculino, feminino, plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

RAGO, Margareth. Descobrir historicamente o gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p. 89–98, 2013.

RAGO, Luzia Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930)*. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, São Paulo, 1990.

SARDENBERG, Cecília. *Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?* 2007. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20Final%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf>. Acesso maio 2024.

A CONVERGÊNCIA ENTRE O DIGITAL E O ANALÓGICO NOS HOMESTUDIOS

THE CONVERGENCE OF DIGITAL AND ANALOG IN HOME STUDIOS

LUCAS CASSANO¹

RESUMO

O artigo explora as transformações na produção musical contemporânea com foco na transição do analógico para o digital e o impacto dessa mudança nos homestudios. Através da análise das DAWs (*Digital Audio Workstations*), discute-se a integração de lógicas discretas e contínuas, permitindo uma nova forma de interação com o som, tanto pela visualidade digital quanto pela escuta analógica. A hibridização entre o digital e o analógico redefine as práticas de produção, promovendo maior autonomia e acessibilidade para músicos e produtores independentes.

Palavras-chave: DAWs; Produção Musical; Digitalização; Analógico; Homestudio.

ABSTRACT

This article explores the transformations in contemporary music production, focusing on the transition from analog to digital and the impact of this change on home studios. Through the analysis of DAWs (Digital Audio Workstations), the article discusses the integration of discrete and continuous logics, allowing a new way of interacting with sound, both through digital visualization and analog listening. The hybridization between digital and analog redefines production practices, promoting greater autonomy and accessibility for independent musicians and producers.

Keywords: DAWs; Music Production; Digitalization; Analog; Home Studio.

¹ Lucas Cassano é compositor e produtor musical. Possui mestrado em Processos Criativos pela UNIRIO. Faz doutorado também em Processos Criativos na mesma instituição. Dedicou-se à composição para audiovisual, tendo assinado a trilha sonora de diversos filmes, séries e campanhas publicitárias. Sócio das produtoras de áudio Heaven Loops, e Mustard Audio, nas quais atua como compositor, mixador e masterizador.

Introdução

As transformações tecnológicas ao longo das últimas décadas têm impactado significativamente a forma como a música é produzida e percebida. Um dos aspectos centrais dessa mudança é a transição das práticas de gravação analógicas para ambientes digitais, uma transformação que alterou profundamente o papel dos estúdios e a relação dos músicos com o som gravado. Nesse contexto, os *homestudios* surgem como espaços onde a produção musical se torna mais facilitada, graças à acessibilização proporcionada pelos computadores e pelas *DAWs* (*Digital Audio Workstations*)². Essa tecnologia não apenas facilita a gravação e produção, mas também redefine a interação com o som, ao introduzir uma interface visual que contrasta com as abordagens auditivas do ambiente analógico do séc. XX.

A interface gráfica das *DAWs* inaugura uma nova visualidade do som gravado, que agora pode ser visualizado como forma de onda no computador. Isso possibilita uma manipulação que difere das formas mais táteis e auditivas de manipulação usadas nos estúdios analógicos. No entanto, essa transição não implica o abandono completo das lógicas de continuidade presentes no analógico; ao contrário, as *DAWs* incorporam tanto a visualidade discreta e segmentada quanto a continuidade perceptiva do som. Esse hibridismo entre o digital e o analógico reflete uma nova etapa na evolução das práticas de gravação, na qual o som é tratado simultaneamente como fenômeno físico e como representação gráfica.

Portanto, a passagem do analógico ao digital não se dá de forma linear, mas sim por meio de uma integração dessas duas lógicas. Nos *homestudios* contemporâneos, essa fusão permite uma flexibilização das práticas de produção musical, através da qual músicos-produtores podem combinar técnicas tradicionais com ferramentas digitais avançadas. Trata-se então de um espaço híbrido, que integra a escuta analógica com a visualidade digital.

Homestudio

A prática de gravação em ambientes domésticos remonta, no mínimo, à década de 1960, viabilizada pelo uso de gravadores de fita magnética de rolo e cassetes. Durante a década de 1970, o mercado assistiu ao lançamento de dispositivos como o gravador de rolo TEAC 3340, em 1972, voltado ao público amador e semi-profissional, que oferecia a possibilidade de operar com quatro canais, função encontrada nos estúdios profissionais com tecnologia de gravação multipista. Outro marco foi o lançamento da TASCAM Portastudio, em 1979, que introduziu a tecnologia de gravação em fita cassete, integrando quatro canais e funcionalidades básicas de uma mesa de som, como equalização, paneamento e controle de volume (Théberge, 1997, p. 220-221).

A inserção desses dispositivos no contexto doméstico e em pequenos estúdios possibilitou a transposição de algumas das funções tradicionalmente associadas ao engenheiro de som profissional dos grandes estúdios para pequenos produtores musicais. Isso resultou, já na década de 1980, na emergência do fenômeno do produtor-compositor e do artista-produtor. Isto

2 *DAWs* são estações de trabalho digital nas quais áudios podem ser gravados, editados, organizados, mixados e masterizados. Exemplos de *DAWs* importantes são: ProTools, Logic, Cubase, Ableton Live, Reaper, dentre outras.

é dizer, do músico que produz a si mesmo. A popularização da tecnologia de gravação em fita cassete, juntamente com o advento do protocolo MIDI³, fomentou o investimento pessoal de músicos em equipamentos de áudio para o uso doméstico (Théberge, 1997, p. 221). Contudo, a infraestrutura completa de um estúdio, com todos os recursos necessários para a produção de um produto fonográfico, desde a gravação até a masterização, ainda implicava custos elevados e demandava espaço significativo antes do surgimento da tecnologia digital. A progressiva portabilidade dos equipamentos de áudio foi possibilitada pelo desenvolvimento da tecnologia de microprocessadores (Théberge, 1993).

Conforme Théberge (1997, p. 216), nas etapas iniciais do desenvolvimento da tecnologia de gravação, o foco central era a captação de performances ao vivo, uma abordagem que converge com a noção de “gravação documental” proposta por Brown (2000). Entretanto, com o surgimento da gravação multipista, houve uma mudança significativa de paradigma, deslocando-se o foco para a estratificação da estrutura de gravação e a manipulação isolada de seus diversos componentes em estúdio. É por isso que Brian Eno descreve o surgimento de uma nova forma de composição, a do *layering* (Eno *apud* Théberge, 1997, p. 216), com enfoque na sobreposição de camadas, pressupondo uma visão do estúdio como um laboratório de testes e experiências sonoras. Essa abordagem laboratorial à composição pressupõe, ainda, um processo composicional aberto, no qual as decisões criativas são desenvolvidas no estúdio e finalizadas durante a produção musical. Tal concepção está em consonância com o conceito de “obras fonográficas” elaborado por Brown (2000), que descreve obras compostas com o objetivo de serem produzidas, reproduzidas e fruídas fonograficamente.

A separação por *overdubbing*⁴ e *layering* presume um isolamento que não é somente dos seus componentes sonoros:

A acústica isolada do estúdio, o isolamento dos músicos entre si no estúdio e a separação de seus sons em fita multipista devem necessariamente estar correlacionados com o insulamento/isolamento do estúdio do mundo exterior. [...] A ascensão do ‘estúdio em casa’ durante a década de 1980 deve ser vista como parte dessa tendência geral (Théberge, 1997, p. 218)⁵.

Se no laboratório de estúdio multipista, o produtor passa a ser o experimentador (Henion, 1989, p. 406), no ambiente caseiro, as funções musicais tanto se entrecruzam, como esse entrecruzamento é favorecido pelo advento das *DAWs* na década de 1990. As primeiras *DAWs* introduzidas no mercado foram: *ProTools*, pela empresa *Digidesign*, *Cubase VST*, pela empresa *Steinberg*, e *Logic Audio*, pela empresa *Emmagic* (Théberge, 2004, p. 774).

3 Protocolo de comunicação em tempo real entre instrumentos eletrônicos e o computador, permitindo a manipulação de componentes constituintes destes instrumentos, como: duração da nota, intensidade, altura, ritmo, para citar somente alguns exemplos. A esse respeito, escreve Huber (tradução própria): “Com a introdução da produção musical eletrônica e do MIDI, uma performance musical poderia ser capturada no domínio digital e depois reproduzida fielmente em um ambiente de produção (...). As faixas básicas poderiam ser gravadas uma de cada vez, permitindo que uma composição fosse construída usando vários instrumentos eletrônicos. (...) o MIDI finalmente tornou possível que uma performance fosse editada, estratificada, alterada, afinada, recortada e melhorada com relativa facilidade e sob controle computadorizado completamente automatizado” (Huber, 2007, p. 6).

4 *Overdubbing* é uma técnica de gravação em estúdio através da qual novos sons ou instrumentos são adicionados a uma gravação previamente realizada. Isso permite com que músicos e produtores incrementem a faixa original com camadas adicionais de som, aprimorando a complexidade e a textura de uma determinada música.

5 Tradução própria. No original: “*The insulated studio acoustics, the isolation of the musicians from one another in the studio, and the separation of their sounds on multitrack tape must necessarily be correlated with the insulation/isolation of the studio from the outside world. (...) The rise of the ‘home studio’ during the 1980s must be seen as part of this general trend.*”

Já na década de 1980, Théberge identificava que os estúdios domésticos fomentavam o surgimento do que ele denominou "*hyphenated musician*" (músico hifenizado) (Théberge, 1997, p. 221-222), um tipo de músico polivalente. Passa a surgir então a figura do músico-produtor-*songwriter*-mixador, e por aí vai... Com o advento das *DAWs*, esse processo de "hifenização" foi amplificado, uma vez que as funções de áudio passaram a estar integradas em uma única estação de trabalho, permitindo um controle mais eficiente, seja por um músico individual, seja por um conjunto reduzido de músicos. Essa integração representa, possivelmente, a maior forma de autonomia possibilitada pela tecnologia digital na música até a nossa presente década (na qual surge um novo tipo de autonomização com a inteligência artificial), ao viabilizar, dentro de um ambiente digital único, a execução de funções como edição de áudio, produção, mixagem e masterização. O estúdio penetra no computador, e a *DAW* se transforma em um ecossistema de áudio.

Além de facilitar essa integração técnica, as *DAWs* desempenharam um papel fundamental na disponibilização de ferramentas de produção de alta qualidade, anteriormente restritas a grandes estúdios devido ao seu alto custo e à complexidade de operação (Zagorski-Thomas, 2014). Com a digitalização e o uso de computadores pessoais, músicos e produtores adquiriram acesso a uma vasta gama de recursos que antes eram exclusivos de profissionais estabelecidos, permitindo maior diversificação estética e experimental nas práticas de gravação e produção (Théberge, 1997). Essa transformação reduziu significativamente as barreiras de entrada para a produção musical, promovendo novos paradigmas criativos e colaborativos.

Essa autonomização, contudo, seguiu uma curva de desenvolvimento diretamente relacionada à evolução da própria tecnologia digital até a contemporaneidade. No caso do *ProTools*, por exemplo, embora tenha sido lançado em 1991, apenas em 1994 tornou-se possível o processamento de 16 canais e o uso de *plug-ins*⁶ em tempo real. Somente em 1997 passou a suportar o uso de 24 bits, e foi apenas em 2002 que passou a ser possível se trabalhar com taxas de amostragem (*sample rates*) em alta resolução (até 192 kHz). Além disso, somente em 2010 o *ProTools* permitiu o uso de interfaces de áudio de outros fabricantes, além da *Digidesign*, para conexão no software (Thornton, 2018). Entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, observa-se também o surgimento de várias empresas que desenvolveram novas *DAWs*, que se tornaram altamente populares, como *FL Studio* (1998), *Reason* (2000), *Ableton Live* (2001) e *Reaper* (2006), entre outras.

Em seu estado atual, as *DAWs* são capazes de lidar com processamento de áudio em alta resolução, além de contarem com um arsenal de *plug-ins* nativos que permite com que um produtor iniciante possua ao menos algumas ferramentas essenciais para realização de um projeto fonográfico, caso não tenha adquirido outros softwares complementares. Da mesma forma, a maioria dos computadores são em geral capazes de lidar com um processamento médio de informações digitais, o que favorece os estúdios em casa como fenômeno social entre os produtores musicais. Não somente, a fabricação de *plug-ins* para funcionamento nas *DAWs* é amplamente realizada por diversas empresas. Seu preço, se comparado aos de *hardwares*, são na grande maioria das vezes muito mais baratos. Supõe-se que isso explique em parte o fenômeno entre os fabricantes de *plug-ins* de produzirem emulações de *hardwares* analógicos por um preço muito abaixo do valor do equipamento original⁷.

6 Um *plug-in*, no contexto de *DAWs*, é um software complementar que expande as funcionalidades da estação de áudio. Pode ser utilizado para adicionar processamentos sonoros como equalização, compressão, reverbs e efeitos sonoros, ou mesmo para adicionar instrumentos virtuais a uma composição.

7 Certos *hardwares* analógicos com reputação na indústria fonográfica foram emulados digitalmente por diversas empresas, e isso configura ainda hoje uma certa "moda" entre fabricantes de *plug-ins*. Por exemplo, o compressor e *limiter* analógico Teletronix LA-2A Leveling Amplifier, amplamente utilizado em produções comerciais desde 1965, e com uma reputação que o faz ser

Esses fenômenos explicam em parte a expansão dos estúdios caseiros associados ao uso do computador e das *DAWs*. A combinação da possibilidade de trabalhar com áudio digital em alta resolução, o baixo custo de aquisição de equipamentos e a maior portabilidade tecnológica contribuiu para que profissionais do áudio pudessem operar de forma econômica no mercado fonográfico. Isso permitiu - e permite - que muitos optem por uma estrutura doméstica, sem comprometer a qualidade dos resultados, muitas vezes comparável à dos estúdios analógicos que predominavam antes da década de 1990. Além do mais, à parte as inovações técnicas e a acessibilização proporcionada pelas *DAWs*, a ascensão dos estúdios caseiros também pode ser compreendida à luz das mudanças nos padrões de consumo e produção musical. O crescimento exponencial das plataformas de distribuição digital, como *SoundCloud*, *Bandcamp* e *Spotify*, transformou o mercado fonográfico ao permitir que artistas independentes alcancem audiências globais sem a necessidade imperativa de intermediários tradicionais, como gravadoras e distribuidores. Essa revolução digital não só ampliou o alcance das produções caseiras, mas também criou novas oportunidades para a experimentação musical e a autossuficiência artística. Com a disponibilidade facilitada de ferramentas de produção e distribuição, os músicos podem agora controlar mais aspectos de suas carreiras, desde a criação até a promoção e a monetização de seu trabalho, de uma forma muito mais autônoma do que nas décadas anteriores (Negus, 2013; Tschmuck, 2016).

A progressiva digitalização da produção musical abriu espaço para a inserção de novas tecnologias, incluindo a inteligência artificial (IA). Recentemente, ferramentas de IA têm sido utilizadas para simplificar processos de produção, desde a composição automatizada até a análise de áudio em tempo real. Esses avanços podem facilitar a criação de arranjos e permitir que músicos e produtores experimentem novas possibilidades criativas e soluções a partir da automatização de processos oferecida pela IA (Collins, 2008; Herremans; Chew, 2019). Entre as possibilidades oferecidas, está a criação automática de melodias, harmonias e linhas rítmicas, com a IA atuando como uma ferramenta que pode auxiliar como ponto de partida para composições originais, como suporte para tarefas que podem ser mecanicamente repetidas, ou para adicionar camadas extra em produções mais elaboradas. Além disso, algoritmos de IA podem ser usados para analisar grandes quantidades de dados musicais e oferecer possíveis *insights* sobre padrões de composição, otimização de mixagem e preferências de audiência, ajudando a orientar decisões de produção.

Ferramentas de IA, como as que empregam redes neurais e algoritmos de aprendizado profundo, têm sido aplicadas para emular técnicas de produção clássicas, criando texturas sonoras que antes exigiam horas de trabalho manual. *Softwares* como o *AIVA* (Artificial Intelligence Virtual Artist) e o *OpenAI Jukebox* exemplificam como a IA pode ser empregada na criação de músicas que imitam estilos de compositores famosos ou mesmo na geração de novas peças com características similares a obras consagradas. No entanto, a dependência crescente dessas tecnologias também levanta preocupações sobre a originalidade e a integridade do processo criativo (Théberge, 1997). A automação pode reduzir o papel da intuição humana e da espontaneidade, elementos que historicamente moldaram o desenvolvimento da música em diversas culturas. Ao mesmo tempo, o uso de IA na música suscita questões éticas sobre autoria e propriedade

comprado até hoje, obteve inúmeras remodelagens de fabricantes de plug-ins com o objetivo de emular digitalmente seu comportamento analógico. Dentre as empresas que fizeram essas emulações, estão: Native Instruments (com o Native Instruments VC 2A), Universal Audio (com o UAD Teletronix LA-2A Classic Leveler Collection), Waves (com o CLA-2A), IK Multimedia (com o White 2A Leveling Amplifier), dentre inúmeras outras. Hardwares como os compressores e equalizadores das séries 4000 E e 4000 G da Solid State Logic (SSL) e o Fairchild 660 e 670, dentre diversos outros, foram também objeto da mesma tendência.

intelectual, uma vez que peças geradas por máquinas podem ter contribuições significativas de bancos de dados musicais que contêm obras protegidas por direitos autorais. A busca pelo equilíbrio entre a inovação tecnológica e a manutenção da originalidade artística será um desafio contínuo para a indústria musical nos próximos anos e para os músicos que buscam integrar essas tecnologias em seus fluxos de trabalho.

Sampling e bibliotecas de instrumentos virtuais

A cultura do *sampling*, que tem uma trajetória consolidada desde a década de 1980 com o *hip-hop* e a prática de *DJs*, continua a evoluir na era digital. Como salientado por Iazzetta (2009, p. 146), “usadas como matéria-prima para compor outras músicas, as gravações facilmente se convertem em elementos novos, ao mesmo tempo conectados à sua origem fonográfica, mas também abertas a adquirir outros significados.” Isso é fruto da própria tecnologia composicional empregada – centrada no toca-discos dos *DJs*. Quando encontra a era digital – com o *MP3*, os computadores e o *download* de músicas pela *internet* – descentraliza-se ainda mais, e hiperconecta-se na rede digital.

Uma das consequências mais diretas dessa descentralização no contexto da cultura do séc. XXI, é o surgimento de bancos sonoros de instrumentos *sampleados* digitalmente. Nesse cenário, o foco desloca-se do recorte de trechos de gravações comerciais para a criação de bancos de sons pré-gravados e licenciáveis, destinados à produção fonográfica. Esses bancos podem incluir instrumentos programáveis, *grooves* pré-gravados e sons de notas isoladas de instrumentos musicais, frequentemente denominados “*one shots*”⁸. Esses recursos oferecem novas possibilidades para a composição e produção musical, facilitando o acesso a uma ampla gama de timbres e texturas sonoras de maneira prática e legalmente permissível. No âmbito de música com destino a filmes e publicidade, a prática de *stock music*, *library music*, ou trilhas brancas⁹ passou a ser altamente difundida digitalmente (Souza, 2022, p. 304-309).

Um dos *softwares* que exemplifica de forma emblemática a tendência contemporânea de uso de tecnologia digital em produções musicais é o *Kontakt*, desenvolvido pela empresa alemã *Native Instruments*, lançado no mercado em 2002 (Walker, 2002). Esse *software* se destaca por sua versatilidade, podendo ser utilizado tanto como um *plug-in* em uma *DAW*, quanto de forma autônoma, na versão *standalone*, para reprodução e manipulação instrumental. A interface do *Kontakt* combina funcionalidades típicas de *samplers*, ao mesmo tempo que oferece uma vasta gama de recursos relacionados à síntese sonora, modulação e aplicação de efeitos digitais, como *delay*, *reverb*, entre outros. O *software* permite ainda a utilização de bibliotecas sonoras criadas pela própria empresa fabricante, além de suportar bancos sonoros personalizados e bibliotecas desenvolvidas por outras empresas, que podem ser integradas à plataforma *Kontakt*.

8 Empresas como *Splice* oferecem acesso a um banco sonoro licenciável imenso, utilizado por produtores e compositores de diversos gêneros musicais.

9 Segundo Duana Castro Soares, “a trilha branca é uma trilha instrumental produzida em estúdio, mas sem especificidade, e comercializada em coleções, em grande escala. Vários estúdios e emissoras adquirem as mesmas coleções (...)” (Soares, 2011, p. 7).

Figura 1: Foto da interface do Kontakt



Fonte: Revista *Sound on Sound*

Observa-se que, para cada gênero musical, há um mercado especializado de fabricantes de bibliotecas de instrumentos sampleados ou programáveis, que se adapta às necessidades específicas de diferentes tipos de produção sonora e categorias de profissionais da música. Assim como há uma segmentação clara no mercado de trabalho para compositores, produtores, engenheiros de som e outros profissionais do áudio, também existe uma diversificação correspondente no mercado de bibliotecas sonoras. Por exemplo, compositores de trilhas sonoras para filmes, jogos e produções audiovisuais costumam utilizar bibliotecas orquestrais e texturais que oferecem uma ampla gama de dinâmicas e articulações, com o objetivo de reproduzir a complexidade tímbrica de uma orquestra ao vivo (Karlin & Wright, 2004). Essas bibliotecas são otimizadas para fornecer um realismo que se aproxime da performance acústica tradicional, muitas vezes incluindo variações detalhadas de articulação, dinâmica e microfonação.¹⁰ Por outro lado, *beatmakers* e produtores de música eletrônica têm à disposição bibliotecas voltadas para gêneros como *hip-hop*, *trap*, *EDM* e outros, que incluem *loops* de bateria, sintetizadores, baixos e efeitos sonoros, muitas vezes focados na criação de *grooves*, texturas sintéticas e atmosferas eletrônicas. Tais bibliotecas tendem a ser projetadas com foco na flexibilidade e na modularidade, permitindo que o produtor combine e manipule elementos sonoros para criar algo original a partir de materiais pré-gravados (Snoman, 2019). Isso reflete a natureza mais fragmentada e

10 Casos paradigmáticos são as bibliotecas produzidas pelo *Vienna Symphony Library*, e pela *Spitfire Audio*, com enfoque em instrumentos orquestrais.

orientada por *loops* da produção nesses gêneros, em contraste com a abordagem narrativa e orquestral muitas vezes exigida em trilhas sonoras.¹¹

À medida que a tecnologia evolui, a sofisticação dessas bibliotecas tem permitido que profissionais de várias áreas criem produções de alta qualidade em ambientes como *homestudios*, sem a necessidade de grandes orçamentos ou acesso a instrumentistas ao vivo (Zager, 2015). O uso de bancos de sons sampleados digitalmente, portanto, permite uma ampla variedade de recursos tímbricos que, em muitos casos, seriam inacessíveis a produtores com recursos financeiros limitados ou a projetos que não dispõem de orçamento para a contratação de músicos e intérpretes profissionais. Por integrar esse circuito hiperconectado e descentralizado na rede de *internet* dentro do computador, favorece o fenômeno do estúdio em casa, e reforça o computador enquanto um ecossistema que integra as funções do editor, produtor, mixer e masterizador, mas também de uma interpretação instrumental mediante a programação de parâmetros de controle oferecidos por bibliotecas de instrumentos sampleados digitalmente (Collins, 2010; Théberge, 1997).

Essa integração de múltiplas funções técnicas em um único *software* reflete uma mudança significativa na maneira como a música é produzida no contexto contemporâneo. O avanço de tecnologias como o *Kontakt* se insere em uma lógica mais ampla de digitalização e acessibilidade da produção musical, reforçando a tendência de descentralização do processo criativo e produtivo. De acordo com Théberge (1997), o desenvolvimento de *softwares* de produção musical transforma não apenas os meios técnicos disponíveis, mas também as relações de poder e economia dentro da indústria musical, ao tornar ferramentas sofisticadas acessíveis a uma gama mais ampla de usuários, contribuindo para uma cultura musical mais participativa e diversificada.

Visualidade, descrição e continuidade: o analógico e o digital

Até o início da década de 1990, antes do surgimento e da consolidação da tecnologia digital, a fonografia era amplamente mediada por dispositivos analógicos e interfaces predominantemente não visuais, como fitas magnéticas, mesas de som, gravadores e microfones. A relação com o material sonoro, nesse contexto, era pautada pela escuta ativa, em que a reprodução sonora se dava sem uma representação gráfica direta: o som era manipulado e interpretado unicamente pela audição, sem o apoio de uma visualização gráfica dos elementos sonoros. Entretanto, com o advento das *DAWs* nos anos 1990, essa relação transformou-se de maneira significativa, introduzindo uma interface gráfica que permitiu a visualização e manipulação do som diretamente no computador.

As *DAWs* trouxeram uma nova forma de interação com o som, representando-o visualmente através de formas de onda que são organizadas em uma grade temporal de canais de áudio (o *grid*¹²). Essa visualidade permitiu uma abordagem mais detalhada mas também mais intuitiva ao processo de edição e manipulação sonora. A partir disso, tornou-se possível realizar operações como cortar, copiar, colar, duplicar e repetir fragmentos sonoros com uma facilidade e precisão

11 *Splice* e *Big Fish Audio* são exemplos de empresas que possuem vastos catálogos voltados para o universo *hip-hop* e gêneros circunvizinhos.

12 Linhas divisivas que demarcam marcações de compasso dentro das *DAWs*. Essas linhas podem tanto representar um compasso, como subdividi-lo por dois ou por três, progressivamente, da mesma forma como no sistema de notação em partitura.

muito maiores do que era possível com as tecnologias analógicas, nas quais essas manipulações exigiam um trabalho físico e especializado, como a edição manual de fitas magnéticas (Roads, 1996). O aumento da capacidade computacional nas décadas subsequentes, com melhorias nos processadores e na memória dos computadores, expandiu ainda mais essas possibilidades, permitindo um grau de controle e complexidade inédito para compositores e produtores musicais (Brøvig-Hanssen & Danielsen, 2016).

Nesse sentido, a interface gráfica das DAWs pode ser comparada à partitura tradicional, no que diz respeito à organização e visualização do material composicional. Assim como a partitura permite ao compositor visualizar a estrutura de uma peça musical e manipulá-la de forma não linear, a DAW oferece uma visualidade segmentada em uma linha do tempo, na qual é possível reorganizar o material sonoro de maneira flexível e interativa. Entretanto, enquanto a partitura lida com símbolos musicais que codificam alturas, ritmos e dinâmicas, a DAW trabalha diretamente com o som em si, apresentado em forma de ondas. Ambos os sistemas, contudo, oferecem uma representação visual que possibilita o controle e a manipulação de elementos musicais, ainda que a forma de visualidade seja distinta.

Embora as DAWs tenham inaugurado essa nova era de visualização do som, é importante ressaltar que o controle do áudio no estúdio analógico também permitia uma modificação do material em tempo não linear. A manipulação sonora, nesse caso, era mediada por dispositivos físicos, como mesas de som e gravadores de fita, que ofereciam ao produtor a possibilidade de intervenção e transformação do som gravado. Em um contexto analógico, a operação sobre o som era menos dependente da visualidade e mais baseada na audição e na interação direta com os equipamentos. É possível, inclusive, utilizar uma DAW em modos que emulem essa interação não visual com o som, limitando-se às ferramentas de escuta e evitando a dependência excessiva da representação gráfica (Théberge, 1997).

A comparação entre o material registrado em partitura e o registrado na forma de onda dentro de uma DAW revela duas formas distintas de visualidade musical. A partitura oferece uma abstração simbólica do som, baseada em convenções musicais ocidentais, enquanto a forma de onda representa o som diretamente como um fenômeno físico, revelando suas características temporais e espectrais. Ainda que diferentes, ambas as formas de visualidade proporcionam um registro visual que facilita a manipulação criativa, cada uma à sua maneira, e refletem as transformações tecnológicas e culturais na prática musical ao longo do tempo (Puckette, 2007).

A função visual, conforme definida por Caporaletti (2018), foi elaborada para descrever a teoria musical fundamentada no suporte da partitura e baseia-se em premissas operativas de linearidade, sequencialidade e segmentação. Assim como na partitura, a função visual na DAW possui uma lógica linear, já que, o *playback* tem uma reprodução baseada na continuidade do tempo. Além disso, a DAW frequentemente opera com um sistema rítmico divisivo, calcado em uma métrica segmentada no tempo através do uso de um *grid*, que organiza os eventos sonoros em intervalos temporais precisos. Nesse contexto, pode-se afirmar que as DAWs compartilham com a partitura tradicional uma lógica discreta, que se manifesta tanto na linearidade temporal quanto na segmentação proporcionada pelo *grid* (Assis, 2020).

A comparação entre a partitura, a fita magnética (*tape*) e a DAW, como meios de registro e manipulação sonora, pode ser feita a partir de suas relações com as lógicas de representação discreta (digital) e contínua (analógica). De acordo com Fenerich (2012), a representação analógica refere-se a um comportamento contínuo que mantém uma "relação direta ou causal

com o fenômeno representado” (p. 35). Em contrapartida, a representação digital caracteriza-se por uma sequência discreta de pontos ou unidades, com “a característica da não-ambiguidade, de modo a indicarem precisamente cada unidade representada” (Fenerich, 2012, p. 35). Essas distinções entre representações analógicas e digitais são centrais para compreender as transformações na criação e manipulação musical ao longo das últimas décadas, especialmente no contexto da migração de tecnologias analógicas para digitais. Embora a *DAW* seja um sistema construído sobre uma lógica digital – em razão de sua estrutura binária de construção – sua percepção sonora mantém-se no domínio da representação analógica. Isso ocorre porque o som, ao ser reproduzido pela *DAW*, é percebido de forma contínua pelo ouvinte, sem as discretizações evidentes do processo subjacente. Em contraste, a partitura opera dentro de uma lógica de representação digital, já que se baseia em unidades discretas (as notas musicais), e sua interpretação e organização não dependem da continuidade do som, mas de uma abstração simbólica (Emmerson, 2007). A fita magnética, por sua vez, opera completamente no domínio da representação analógica, visto que a gravação e reprodução do som ocorrem de forma contínua, sem a segmentação característica das representações digitais. A *DAW*, apesar de fornecer uma perspectiva de escuta analógica, pode integrar aspectos da lógica digital, especialmente através do uso do *grid*. O *grid* atua como uma ferramenta de segmentação temporal, que impõe uma discretização do material sonoro, inserindo uma lógica digital dentro de um sistema que, de outro modo, seria escutado de forma analógica. Essa sobreposição de lógicas – digital e analógica – é uma característica fundamental da produção musical contemporânea, e reflete a flexibilidade das *DAWs* em permitir tanto a manipulação discreta quanto a contínua do som (Roads, 1996).

A integração dessas diferentes lógicas de representação nas *DAWs* ilustra a convergência das tecnologias analógicas e digitais na criação musical das últimas décadas. Portanto, a *DAW* pode ser vista como um espaço híbrido, no qual as fronteiras entre o contínuo e o discreto se tornam fluídas, oferecendo aos músicos e produtores um controle sem precedentes sobre o processo criativo.

Considerações finais

A transição do analógico para o digital na produção musical não representa apenas uma mudança tecnológica, mas uma reconfiguração profunda das práticas e relações criativas no processo de gravação. O surgimento das *DAWs* como ferramentas centrais nos *homestudios* permitiu a introdução de uma nova forma de lidar com o som, baseada na visualização gráfica e na manipulação precisa de elementos sonoros. Contudo, a visualidade digital não substituiu completamente a escuta analógica, mas amplia as possibilidades de interação entre o músico e o som, promovendo uma integração entre os modos de produção contínuos e discretos.

Essa integração de lógicas representa uma das principais características na prática musical contemporânea, ao permitir que músicos e produtores combinem elementos dos dois mundos. Além disso, a acessibilidade das *DAWs* e sua capacidade de emulação de equipamentos analógicos de estúdios profissionais permitem que músicos com diferentes níveis de experiência criem obras de alta qualidade em ambientes domésticos. A hibridização entre o analógico e o digital no contexto dos *homestudios* reflete uma nova forma de autonomia na produção musical. Ao integrar a visualidade discreta com a continuidade auditiva, as *DAWs* ampliam as possibilidades

criativas ao flexibilizar formas de interação com o som. Essa convergência tecnológica continua a moldar o futuro da música, permitindo que artistas explorem novos horizontes criativos e redefinem os limites da produção fonográfica conforme novas formas de tecnologia se desenvolvam.

Finalmente, embora as *DAWs* tenham revolucionado o campo da produção musical ao integrar o analógico e o digital, a introdução da inteligência artificial representa um novo paradigma que impacta significativamente as práticas de produção, e cujas repercussões serão melhor observadas nos próximos anos, conforme essa tecnologia se desenvolva mais. Ferramentas de IA podem otimizar tarefas técnicas, como mixagem e masterização, mas também introduzem desafios relacionados à autoria e à ética na criação musical (Collins, 2008; Herremans; Chew, 2019). A incorporação desses elementos aponta para a coexistência e interdependência entre a automação tecnológica e a criação artística no horizonte das próximas décadas musicais.

Referências

- ASSIS, P. *Logic of Experimentation: Reshaping Music Performance in and through Artistic Research*. Leuven University Press, 2020.
- BRØVIG-HANSEN, R., & DANIELSEN, A. *Digital Signatures: The Impact of Digitization on Popular Music Sound*. MIT Press, 2016.
- BROWN, Lee B. Phonography, rock record, and the ontology of recorded music. *Ohio: Journal of Aesthetics and Art Criticism*. Ohio, p. 361-372, 2000.
- CAPORALETTI, Vincenzo. *Uma musicologia audiotátil*. Trad.: Fabiano A. Costa, Patrícia de S. Araújo. RJMA: Revista de estudos do Jazz e das Músicas Audiotáteis. Paris, n. 1, Caderno em português, p. 1-17, abril 2018. Disponível em: <<http://www.nakala.fr/nakala/data/11280/08eefd43>>.
- COLLINS, K. *From Pac-Man to Pop Music: Interactive Audio in Games and New Media*. Ashgate Publishing, 2010.
- COLLINS, N. *The Analysis of Generative Music Programs*. *Organised Sound*, v. 13, n. 3, p. 237-248, 2008. Este artigo explora programas de música generativa e suas implicações na composição musical.
- EMMERSON, S. *Living Electronic Music*. Ashgate Publishing, 2007.
- FENERICH, Alexandre Sperandéo. *A inscrição da intimidade na Symphonie pour un homme seul*. 2012. Tese (Doutorado em Musicologia) - Escola de Comunicações e Artes, University of São Paulo, São Paulo, 2012.
- HERREMANS, D.; CHEW, E. *Morpheus: Generating Structured Music with Constrained Patterns and Tension*. *IEEE Transactions on Affective Computing*, v. 10, n. 4, p. 510-523, 2019. Este estudo apresenta um sistema de IA para a geração de música estruturada, abordando aspectos técnicos e criativos.
- HENNION, Antoine. An intermediary between production and consumption: the producer of popular music. *Science, Technology, & Human Values*, v. 14, n. 4, p. 400-424, autumn, 1989.
- HUBER, David M. *The MIDI manual: a practical guide to MIDI in the project studio*. 3a edição. [s.l.]: Focal Press, 2007.
- IAZETTA, Fernando. *Música e Mediação Tecnológica*. São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2009.
- KARLIN, F., & WRIGHT, R. *On the Track: A Guide to Contemporary Film Scoring*. Routledge, 2004.
- NEGUS, K. *Music Genres and Corporate Cultures*. Routledge, 2013.
- PUCKETTE, M. *The Theory and Technique of Electronic Music*. World Scientific Publishing, 2007.
- ROADS, C. *The Computer Music Tutorial*. MIT Press, 1996.
- SNOMAN, R. *The Dance Music Manual: Tools, Toys, and Techniques*. Focal Press, 2019.

SOARES, Duana C. A música na publicidade: dos pregões à indústria fonográfica. *In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE MÚSICA E MÍDIA*, 7, São Paulo. *Anais...* São Paulo, 2011.

SOUZA, Geórgia C. C. Da curadoria ao algoritmo: criação de trilhas por inteligência artificial e bibliotecas digitais. *Revista Eco-Pós*. Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 301-319, 2022. DOI: 10.29146/ecops.v25i1.27869.

THÉBERGE, Paul. *Any sound you can imagine: making music, consuming technology*. [s.l.]: Wesleyan University, 1997.

THÉBERGE, Paul. The network studio: historical and technological paths to a new ideal in music making. *Social Studies of Science*. v. 34, n. 5, Special Issue on Sound Studies: New Technologies and Music, p. 759-781, 2004.

THÉBERGE, Paul. *Consumers of technology: musical instruments innovations and the musicians' market*. 1993. Tese (Doutorado em Comunicação) – Concordia University, Montreal, 1993.

THORNTON, Mike. The History of Pro Tools. *ProTools Expert*. Disponível em: <https://www.pro-tools-expert.com/home-page?tag=History%20Of%20Pro%20Tools>. Acesso em: 5 Nov. 2022.

TSCHMUCK, P. *The Economics of Music*. Springer, 2016.

WALKER, Martin. Native Instruments Kontakt. *Sound On Sound*, 2002. Disponível em: <https://www.soundonsound.com/reviews/native-instruments-kontakt>. Acesso em: 17 Dez. 2022.

ZAGER, R. *Music Production: Recording, Mixing, and Mastering Techniques*. CRC Press, 2015.

ZAGORSKI-THOMAS, Simon. *The musicology of record production*. Cambridge: Cambridge University Press. 2014.

A FOTOGRAFIA E A ABORDAGEM TRIANGULAR: UMA RELAÇÃO POSSÍVEL PARA O APRENDIZADO DA CULTURA VISUAL

PHOTOGRAPHY AND TRIANGULAR APPROACH: A POSSIBLE RELATIONSHIP FOR LEARNING VISUAL CULTURE

HENRY SIMON SALES PINHEIRO¹

RESUMO

Esse trabalho tem como objetivo estabelecer uma relação entre a linguagem fotográfica e a abordagem triangular na perspectiva do entendimento da cultura visual. O uso de imagens no âmbito da educação pode ser considerado uma ferramenta estratégica para quem desenvolve atividades no campo da arte educação. A fotografia pode ser considerada como estimulante para o desenvolvimento dos sujeitos, auxiliando-os a perceber a realidade, de refletir com mais profundidade a respeito do cotidiano, das relações sociais, do mundo do qual se vive. O caminho metodológico a ser desenvolvido nesse trabalho parte da revisão bibliográfica da qual busca textos condizentes ao que se deseja explanar a respeito dessa relação fotografia, abordagem triangular e cultura visual, trazendo referências bibliográficas cruciais tais como, Barbosa (2012), Pimentel (2017), buscando estabelecer uma perspectiva dialética do entendimento desses conceitos e sua relação com a linguagem fotográfica. Percebe-se que a abordagem triangular seja qualquer for o seu contexto a ser aplicado na educação em/para as artes deva fugir de reducionismos generalizados capazes de engessarem sua dinâmica da qual pertencem a uma perspectiva da totalidade.

Palavras-chave: Fotografia; Educação; Abordagem Triangular; Cultura Visual.

ABSTRACT

This study aims to establish a relationship between photographic language and the triangular approach from the perspective of understanding visual culture. The use of images in the educational context can be considered a strategic tool for those engaged in activities within the field of art education. Photography may serve as a stimulus for the development of individuals, helping them perceive reality and reflect more deeply on everyday life, social relationships, and the world they inhabit. The methodological approach of this study is based on a bibliographic review, seeking texts that align with the intended exploration of the relationship between photography, the triangular approach, and visual culture. Key references such as Barbosa (2012) and Pimentel (2017) are utilized to establish a dialectical perspective on understanding these concepts and their connection to photographic language. It is understood that the triangular approach, regardless of its educational context within or for the arts, must avoid generalized reductionisms that could constrain its dynamic nature, which belongs to a perspective of totality.

Keywords: Photography; Education; Triangular Approach; Visual Culture.

¹ Graduado em Artes Visuais pelo Instituto Federal do Ceará - IFCE (2022), graduado em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) (2001), mestre em Políticas Públicas e Sociedade pela Universidade Estadual do Ceará - (UECE) -(2010), especialista em Fotografia, Arte Educação e Gestão e Tutoria em EAD Formação Complementar em Sociologia (licenciatura) Universidade Leonardo da Vinci - UNIASSELVI. pesquisador em Fotografia, formação e docência em artes, Arte Educação e Inclusão Social. Membro ANARTE - Associação Nordestina de Arte Educadores e Representante FAEB - Núcleo Recife/PE. henrysimsales@gmail.com

Introdução

Esse trabalho tem como objetivo estabelecer uma relação entre a linguagem fotográfica e a abordagem triangular na perspectiva do entendimento da cultura visual. Não é novidade quando se coloca que as imagens são parte integrante do mundo contemporâneo e a cada dia percebemos o quanto as imagens são um elemento visual que faz parte do nosso dia a dia. Somos bombardeados por imagens ao longo do dia, das quais são notórias nas mídias e da grande maioria das telas eletrônicas.

O caminho metodológico a ser desenvolvido nesse trabalho parte da revisão bibliografia da qual busca textos condizentes ao que se deseja explicar a respeito dessa relação fotografia, abordagem triangular e cultura visual, trazendo referências bibliográficas cruciais tais como, Barbosa(2012), Pimentel(2017), buscando estabelecer uma perspectiva dialética do entendimento desses conceitos e sua relação com a linguagem fotográfica.

Esse trabalho não se configura como uma determinação conceitual, mas uma possibilidade de estar entendendo elementos dos quais fazem parte do aprendizado em fotografia e desvelando potencialidades educativas direcionadas a professores e educadores em artes.

Desenvolvimento

O uso de imagens no âmbito da educação pode ser considerado uma ferramenta estratégica para quem desenvolve atividades no campo da arte educação. Comenius (2001) já afirmava na *didactica magna* que "será da maior utilidade, para o nosso objetivo, que se pinte nas paredes das aulas o resumo de todos os livros de cada classe, tanto o texto (com vigorosa brevidade), como ilustrações, retratos e relevos, pelos quais os sentidos, a memória e a inteligência dos estudantes sejam, todos os dias, estimulados". Nessa argumentação Comenius aponta a importância das ilustrações no aprendizado dos indivíduos.

Dentre os trabalhos com imagens, a linguagem fotográfica pode ser considerada como elemento que agrega as ideias de Comenius(2001) exatamente no ponto do qual se coloca a fotografia como estimulante para o desenvolvimento dos sujeitos, auxiliando-os a perceber a realidade, de refletir com mais profundidade a respeito do cotidiano, das relações sociais, do mundo do qual se vive e dessa forma pode auxiliar, por exemplo, arte educadores em suas atividades de ensino a entender a complexidade social por meio desta linguagem.

Desde as técnicas artesanais, como a câmera de lata e a *pin-hole* ("buraco do alfinete"), até a utilização de modernos dispositivos digitais, a fotografia guarda grande potencial pedagógico. Se a imagem remete a leitura, memória, crítica e expressão, a produção de imagens por meio de fotografias alia a esses benefícios um novo letramento, muito promissor ao desenvolvimento pessoal e cognitivo².

2 Ver mais em: Escolas conectadas - Fotografia na aprendizagem: novos olhares para construir o conhecimento <https://www.escolasconectadas.org.br/fotografia-na-aprendizagem>. Acesso em 30 de abril de 2022.

A fotografia nesse ponto auxilia os indivíduos na construção do perceber essa dinâmica da qual não é algo arbitrário e neutro e concordando com Penna (1973) "perceber é conhecer, através dos sentidos, objetos e situações. Nunca se poderá esquecer que a percepção deve estar a nosso serviço e não contra nós" (Penna, 1973, pp.11,12, 19). A fotografia como arte exerce seu papel.

Nesta perspectiva, também a educação artística para a compreensão exerce um papel fundamental, uma vez que uma obra de arte pode servir de tópico gerador para realizar estudos que visem a desenvolver elevados níveis de reflexão e compreensão sobre arte, história, antropologia e sobre a vida individual e social dos educandos. Partimos da crença de que o papel da escola, numa perspectiva de educar para a compreensão, deve ser também o de levar em conta as tensões que cercam o mundo dos estudantes e que acabam por impregnar também sua biografia (Franz, 2003, p. 142).

Contudo, muitas escolas públicas não possuem um material básico para o ensino da fotografia em relação ao aprendizado da arte que possibilitem um aprendizado de qualidade direcionado ao mundo das artes. Apesar de vivermos no mundo contemporâneo das "facilidades" do consumo, com tecnologias dos smartphones nas mãos de alunos de ensino médio por exemplo, ainda existem dificuldades pela falta de acesso a equipamentos básicos que propiciem o aprendizado em artes e o não conhecimento em artes significa que:

O ser humano que não conhece arte tem uma experiência de aprendizagem limitada, escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida (Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte, 1997, p. 19).

Não contendo espaços próprios tais como salas e laboratórios, as escolas públicas, por exemplo, mediados por professores e arte educadores promovem o conhecimento das artes por meio de museus públicos, isso quando se possui estrutura básica, na possibilidade de levar turmas de alunos a conhecerem esses lugares específicos buscando a temática artes e afins.

O ensino em artes não se dá de qualquer forma. O senso comum rege que arte é uma forma de passatempo, uma atividade livre e descompromissada. Longe do pensamento disseminado pelo senso comum, o ensino em arte requer compromisso e conhecimento específico, métodos e técnicas capazes de alcançarem metas e objetivos no ensino de arte nas escolas. Para Bagno (2002, p.15), Ensinar e aprender, não são apenas mostrar os caminhos, mas também orientar o aluno para que se desenvolva um olhar crítico que lhe permita desviar-se das bombas e reconhecer, em meio ao labirinto, as trilhas que conduzem as verdadeiras fontes de informação e conhecimento (Bagno, 2002, p.15).

No que tange a linguagem fotográfica, deve-se direcionar para metodologias das quais contemplem o significado da fotografia não apenas para olhar uma foto, mas conhecer-se por meio da fotografia e para que essa ideia seja possível significa que:

A metodologia pode ser considerada como o método em ação, onde os princípios do método (atitude inicial, básica de percepção da realidade e suas contradições) serão mencionados na realidade da prática educacional. (...), todavia, para que a metodologia cumpra esse objetivo de ampliação da consciência é fundamental que ela tenha uma origem nos conteúdos de ensino; considere as condições objetivas de vida e trabalho dos alunos e professores; utilize compe-

tentamente diferentes técnicas para ensinar e aprender os conteúdos (...) e os diferentes meios de comunicação (Fusari *apud* Ferraz; Fusari, 2001, p. 101).

Essa perspectiva metodológica de tratamento de ensino em artes de forma aprofundada, não reduzindo as possibilidades de aprendizagem, se dá pela abordagem triangular desenvolvida por Ana Mae Barbosa da qual traz não apenas o VER a fotografia, mas contextualizá-la e praticá-la. Por isso, a aplicabilidade e formas de se pensar a abordagem triangular direcionada para entender a linguagem fotográfica deve se levar em conta que:

Hoje a metáfora do triângulo já não corresponde mais à estrutura metodológica. Parece-nos mais adequado representá-la pela figura do ziguezague, pois os professores nos têm ensinado o valor da contextualização tanto para o fazer como para o ver. O processo pode tomar diferentes caminhos /CONTEXTO \FAZER / CONTEXTO \VER ou VER/ CONTEXTUALIZAR\ FAZER / CONTEXTUALIZAR \ ou ainda FAZER / CONTEXTUALIZAR \ VER / CONTEXTUALIZAR (Barbosa, 2012, p. 33).

Levando-se em conta as possíveis transversalidades da abordagem triangular em pensamento complementar de Pimentel (2017) afirma-se que:

A Abordagem Triangular é uma proposta pós-moderna de Arte/Educação que dá margem à ampliação de limites e fronteiras, tanto as de cunho cultural quanto as interdisciplinares para o estudo da Arte. Considera-se que as aulas de Arte devem ser momentos privilegiados para exercitar o pensamento artístico. Assim sendo, é preciso que essas aulas sejam diversificadas, tanto em relação às atividades quanto em relação aos conceitos e fundamentações teóricas e técnicas necessárias à construção de conhecimento em Arte (Pimentel, 2017, p.307).

O aprendizado da linguagem fotográfica permite trazer essas possibilidades de conhecimento, e evitando-se reducionismos e tecnicismos no que versa o pensamento de Pimentel (2006, p.180), "aprender/ensinar arte é tarefa muito mais complexa que o simples ensino de técnica ou o uso de materiais artísticos em atividades prazerosas". Entender artes visuais é entender a si mesmo, compreender a sociedade em que vive e ainda:

As Artes Visuais expressam, comunicam e atribuem sentido a sensações, sentimentos, pensamentos e realidade por meio da organização de linhas, formas, pontos, tanto bidimensional como tridimensional, além de volume, espaço, cor e luz na pintura, no desenho, na escultura, na gravura, na arquitetura, nos brinquedos, bordados, entalhes etc. O movimento, o equilíbrio, o ritmo, a harmonia, o contraste, a continuidade, a proximidade e a semelhança são atributos da criação artística. A integração entre os aspectos sensíveis, afetivos, intuitivos, estéticos e cognitivos, assim como a promoção de interação e comunicação social, conferem caráter significativo às Artes Visuais (RCNEI, 1998, p. 79).

O uso da AT direcionado à aprendizagem em artes por meio de imagens (e nesse caso específico a fotografia), se revela uma abordagem de diversos caminhos, possibilidades múltiplas e de forma interdisciplinar, que a imagem carrega em si um corpo de significantes e significados das quais as mensagens inseridas nas imagens não são neutras, pois elas de alguma forma se transformam em criticidade do mundo do qual se vive e por isso:

[...]os campos de conhecimento se desdobram entre si, por um natural diálogo interdisciplinar; ligam-se na justificativa de algo maior do que suas delimitações, ou seja, a existência humana, entre natureza, sociedade e cultura. O caráter múltiplo das Artes decorre de suas diversificadas formas de manifestação ou subáreas: Artes Visuais, Audiovisuais, Teatro, Dança, Música e Literatura, mas

cada qual possuindo conteúdos próprios, pois multiplicidade difere de polivalência (Guerson, 2010, p.11).

A fotografia inserida na AT não pode ser conceituada apenas em si, ou seja, como um conjunto composto de planejamento, estratégias de posicionamento de luz, flashes, de realizar uma composição ou de mostrar o que o olho humano propõe revelar por meio de um instrumento mecânico, mas possui uma pretensão parcial de cada autor que a cria, que no pensamento do filósofo Tcheco Vilém Flusser (2002), é ir além dessa materialidade e:

(...) quanto mais "fiéis" se tornarem as cores da fotografia, mais estas serão mentirosas, escondendo ainda melhor a complexidade teórica que lhe deu origem. (...) O que vale para as cores, vale para todos os outros elementos da imagem. São, todos eles, conceitos transcodificados que pretendem ser impressões do mundo lá fora. Tal pretensão precisa ser decifrada por quem quiser receber a verdadeira mensagem das fotografias: conceitos programados (Flusser, 2002, p. 40).

Para o ensino de artes seja o professor(a)/arte educador(a), curador(a) deve propor ir além do ato fotográfico da captura do instantâneo pois, o conceito sobre fotografia não deve ser reduzido ao seu aspecto meramente formal e físico, quando inserido em uma perspectiva da AT:

Diante dessa situação, cabe ao/a arte educador(a) instigar o aluno a perceber as diferenças entre a fotografia artística e o registro fotográfico. Para que o docente utilize a fotografia digital enquanto um recurso no processo de ensino e aprendizagem, ele deve concebê-la como expressão artística dentro de seu universo e levar em consideração o que se quer produzir em termos de imagem artística. Ou seja, utilizar técnicas e conhecimentos, buscar referências, experimentar, construir modelos imagéticos e contextualizá-los com sua vida, com seu cotidiano e com o mundo (Borges, 2014, pg.16).

Segundo Barbosa (2012) as possibilidades são inúmeras quando inseridas na Abordagem Triangular, logo que esta não possui algo engessado, mas remete a uma flexibilidade adequando-se aos interesses na relação professor/aluno. Quando se refere ao ensino das Artes Visuais, o professor/arte educador tem em mãos um leque de oportunidades a serem desenvolvidas em seus espaços educacionais tanto em uma perspectiva da escola formal assim como nos espaços não-formais. A força da Abordagem Triangular é trazer tal flexibilidade direcionada a entender a arte em sua totalidade. Por isso acredita-se que:

A leitura de imagens na escola prepararia os alunos para a compreensão da gramática visual de qualquer imagem, artística ou não, na aula de artes, ou no cotidiano, e que os tornar conscientes da produção humana de alta qualidade é uma forma de prepará-los para compreender e avaliar todo o tipo de imagem, conscientizando-os do que estão aprendendo com estas imagens (Barbosa, 1999, p.14).

Na prática significa que o uso da AT para o aprendizado em fotografia deve ser planejado, sistematizado e racional. Pode-se colocar como exemplo prático uma visita a um museu ou, em termo mais contemporâneo, uma mediação guiada a um museu de fotografia. Necessita-se de um esforço metodológico capaz de inserir a linguagem visual como elemento de aprendizagem.

Para a leitura de imagens, concordamos com Lins (2013, p.83) quando afirma que a produção e interpretação das imagens fotográficas são questões permanentes e que devem ser discutidas, pois "não houvesse essa discussão nosso horizonte visual seria mais pobre, amorfo e homogêneo - sem a energia que gera diferenças e faz com que nosso repertório se amplie, eduque e progrida". De fato, essas são demandas que devem ser consideradas nas propostas de

uma educação do/para olhar, na formação em leitura de imagens (Lins, *apud* Pedrosa: Costa, 2017, p. 88.)

Em um contexto fora da sala de aula, uma visita a um museu, por exemplo, quando se visita coleções fotográficas retoma-se a colocação anteriormente citada de Borges(2014) quando se deve dar oportunidade ao indivíduo, estabelecer a diferença entre uma foto artística e um registro fotográfico. Nesse momento então, a contextualização, conceitos que estabelecem possibilidades para estabelecer essa diferença, mas tem-se o cuidado para que a apreciação das fotografias não seja algo superficial e isso leva em conta a formação dos envolvidos voltados para uma educação estética:

Quanto ao leitor da imagem, seja ele professor, aluno, ou cidadão comum, é fundamental ter sempre em mente seu papel de enunciatário. Este conceito semiótico resgata o apreciador do texto estético da condição de mero espectador ou fruidor passivo, atribuindo-lhe importância idêntica à que é dada ao enunciatário, quer dizer, ao produtor do texto imagético, seja ele publicitário, desenhista industrial, diretor de teatro, dramaturgo ou pintor. Na condição de enunciatário, alunos e professores passarão a ser leitores criativos, pois serão, do mesmo modo que o criador da imagem, produtores de discurso, seja traduzindo o enunciado para o verbal ou mesmo recriando-o em outro [...] [sistema] – visual, musical, audiovisual. Afinal, para a semiótica, a leitura é um ato de linguagem, um ato de produzir significados, do mesmo modo que a produção do texto o é (Oliveira, 1998, p.218-9).

Tal contextualização não se dá de um dia para o outro e se configura como um processo contínuo de aprendizagem e oportunidades de acesso a esse conhecimento específico. O processo de formação estrutural, ou seja, instituição, alunos, arte educadores, sistema educacional movem essa complexidade de promoção da fotografia como elemento de conhecimento.

As experiências do ensino de arte com imagens fotográficas permitem que os alunos/as tenham possibilidade de reflexão, fruição e prática com mais espontaneidade e argumentação tratando não somente um breve olhar para as imagens, mas fazendo-se uma relação direta com sua subjetividade, trazendo uma reflexão de si e com o mundo do qual a cerca. Essas experiências são ricas pois faz com que os alunos/as desenvolvam a autonomia crítica com base na relação imagem e cotidiano.

O ensino da fotografia deve expandir as possibilidades de entendimento do mundo, mas entende-se que o ensino dessa linguagem não significa neutralidade, podendo dessa forma ser usada como estratégia de controle, mesmo sendo inserida em um ambiente escolar. A fotografia nesse ponto se faz relações com Mauad (1996) que argumenta:

A fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto do trabalho social de produção sócio-cultural. Nesse sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural. Dentro dessa perspectiva, a fotografia pode, por um lado, contribuir para a veiculação de novos comportamentos e representações de classe que possui o controle de tais meios, e por outro, atuar como eficiente meio de controle social, através da educação do olhar (Mauad, 1996, p. 11).

Explorar a capacidade dos alunos O sistema educacional como um todo deva pensar em uma educação visual, como ferramenta de aprendizagem em todos os níveis de ensino.

Assim, o professor, especialmente aquele que procura estabelecer relações entre as diversas áreas do conhecimento ao interpretar uma obra de arte ou outra imagem da cultura visual, conseqüentemente irá ensinar a problematizar um “tópico gerador”⁶, ou seja, uma imagem de forma a possibilitar muitas reflexões a seus alunos para que eles cheguem a uma efetiva compreensão da imagem.

A fotografia em nível escolar não é uma ferramenta e/ou disciplina isolada e deve fazer parte de um contexto interdisciplinar e interterritorial buscado outros caminhos e vias metodológicas para seu ensino. São intercruzamentos necessários para que se possa vislumbrar uma educação visual.

Concorda-se com Franz (2003) onde argumenta que o educador/a a partir do momento que se propõe a trabalhar arte, uma imagem, uma fotografia por exemplo em um ambiente escolar, o educador/a precisa saber que esse objeto não é isolado de contexto e deve ser enxergado de forma interdisciplinar e interterritorial, uma vez que: [...] uma obra de arte pode servir de tópico gerador para realizar estudos que visem a desenvolver elevados níveis de reflexão e compreensão sobre arte, história, antropologia e sobre a vida individual e social dos educandos (Franz, 2003, p. 142).

A fotografia inserida na chamada cultura visual se torna elemento de aprendizado de entendimento do indivíduo em sua realidade social. As fotografias não representam apenas uma técnica aplicada e que se obtém um resultado. Inserida na cultura visual, uma fotografia representa um momento, um local, um conjunto de relações, uma cultura, um conjunto de relações sociais, uma ideologia, uma forma de pensar e ver o mundo e o que for necessário para se estabelecer uma conexão do sujeito, sua subjetividade e a sociedade em que vive. Essa complexidade da relação fotografia e cultura visual concorda-se com Duncun (2006) *apud* Sardelich (2006):

O australiano Paul Duncun (2002) é outro autor que se situa nessa vertente cultural, já que para este a cultura visual vincula-se aos estudos culturais nas questões relacionadas às práticas significantes, tanto em termos das experiências vividas pelas pessoas como da dinâmica estrutural da sociedade. Para Duncun (2002), a sociedade está estruturada ao redor do domínio e as práticas significantes são sempre um meio de estabelecer e manter o poder, porém as pessoas podem resistir e negociar o significado dessas práticas por si mesmas. O autor rejeita a noção de cultura como um refinamento pessoal, ou como obras de uma sensibilidade determinada, já que esta representa, apenas, uma parte muito seletiva do que seja a cultura. Também nega a noção antropológica de cultura como prática de vida por ser muito ampla. Adota uma concepção de cultura como práticas significantes, não como objetos específicos, mas sim como as relações sociais, valores, as crenças e as práticas das quais os objetos são uma parte constitutiva (Duncun *apud* Sardelich, 2006, p.6).

Dessa forma percebe-se que a fotografia aliada a perspectiva da abordagem triangular, versa por caminhos pluriuniversais de interpretação e amplia as possibilidades de aplicabilidade e se pode afirmar que evita seu engessamento tornando-a como abordagem do possível no uni(pluri)versos da arte.

Conclusão

Estabelecer metodologias que sejam capazes de propor desenvolvimento no âmbito das artes requer sobretudo conhecimento específico capaz de abrir possibilidades direcionadas para a compreensão dos possíveis significados da arte em nosso cotidiano.

Percebe-se que a abordagem triangular seja qualquer for o seu contexto a ser aplicado na educação em/para as artes deva fugir de reducionismos generalizados capazes de engessarem sua dinâmica da qual pertencem a uma perspectiva da totalidade.

No âmbito da fotografia a abordagem triangular significa abrir caminhos para que o ensino da linguagem fotográfica, assim como a expansão do entendimento da educação visual podendo existir outros caminhos metodológicos a respeito dos significados da fotografia no dia a dia dos sujeitos, fazendo com que se distanciem o senso comum, mas requer um trabalho estrutural desde da formação do professor em artes, transpassando pelas questões objetivas das políticas de educação em oferecer estrutura básica para o aprendizado voltado a educação visual.

Em um país como o Brasil do qual as questões voltadas a educação básica ainda se encontram aquém das necessidades de tanto professores como alunos e que se estendem às questões das vulnerabilidades sociais das quais ainda não foram resolvidas em sua magnitude, a educação para as artes não pode ficar de fora, um elemento a parte da existência do ser humano e deva ser colocada no rol de prioridades da formação dos sujeitos em nossa sociedade.

Cabe aqui salientar que esse estudo não visa encurtar o entendimento a respeito da importância da relação fotografia e abordagem triangular, mas sobretudo entende-se que é fundamental estabelecer pontos iniciais de discussão para que pesquisas futuras deem conta da complexidade de se trabalhar arte em nossa sociedade.

Referências

- ALMEIDA, Amanda Pereira de. *A importância do uso de imagens na educação*. Defesa em 2013. 144 páginas. Monografia do curso de licenciatura em Pedagogia - Universidade de Brasília / Faculdade de Educação, Brasília, 2011.
- BAGNO, Marcos. *Pesquisa na escola: o que é, como se faz*. 9 ed. São Paulo: Ed. Loyola, 2002. 102 p.
- BARBOSA, Ana Mae. *A imagem no ensino de Arte*. Anos 1980 e novos tempos. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012. *Arte-educação: Leitura no subsolo*. 2 ed. São Paulo: Ed. Cortez, 1999. 199 p.
- BORGES, Maria Cândida Gouveia. *A fotografia digital como expressão artística no ensino de Artes Visuais: Especialização em Ensino de Artes Visuais* 2014. 34 f. 1962 <http://hdl.handle.net/1843/VRNS-9MXQNZ>
- BRASIL. *Secretaria de Educação Fundamental*. Parâmetros curriculares nacionais: artes - Brasília, 1997
- BRASIL. *Ministério da Educação*. RCNEI - Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF, 1998
- COMENIUS, I. J. *A Didática Magna*. Introdução, Notas e Tradução: Joaquim Ferreira Gomes. Lisboa, PT: Fundação Caloutre Gulbenkian, 2001. Disponível em: http://www2.unifap.br/edfísica/files/2014/12/A_didactica_magna_COMENIUS.pdf. Acesso em: 20 maio. 2022.
- CUNHA, Júlia. *Ensino de Artes: Dificuldades, Experiências e Desafios* http://fals.com.br/novofals/revela/REVELA%20XVII/art_exp05_14.pdf. Acesso em 30 de maio de 2022.

DUNCUN, P. Clarifying Visual Culture Art Education. *Art Education*, p. 6-11, may 2002.

Escolas conectadas Fotografia na aprendizagem: novos olhares para construir o conhecimento <https://www.escolasconectadas.org.br/fotografia-na-aprendizagem>.

FERRAZ, M. H. C.; FUSARI, M. F. R. *Metodologia do ensino da arte*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.v

FRANZ, T. S. *Educação para uma compreensão crítica da arte*. Florianópolis: Letras Contemporâneas Oficina Editorial Ltda., 2003.

FLUSSER, Vilém. *Filosofia da caixa preta: ensaios para uma futura filosofia da fotografia*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002

GUERSON, Milena; BARBOSA, Ana Mae; PAREYSON, Luigi. *Um diálogo em prol de "re-significações" sobre ensino/aprendizagem de Artes-Visuais*. Disponível em http://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/existenciaearte/Edicao/5_Edicao/ana_mae_brasosa_e_luigi_pareyson_milena_guerson_milena_guerson.pdf Acesso em Maio de 2022.

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História – Interfaces. In.: *Revista Tempo*. Rio de Janeiro, Vol. 1, nº2, 1996.

OLIVEIRA, Ana Cláudia de. As semioses pictóricas. In: OLIVEIRA, Ana Cláudia de. (Org.). *Semiótica plástica*. São Paulo: Hacker, 2004.

PEDROSA, Maria; COSTA, Ana; *Nuances: estudos sobre Educação*. Presidente Prudente-SP, v. 28, n. 1, p. 3-4, Jan./Abril, 2017. ISSN: 2236-0441 DOI:

<https://doi.org/10.14572/nuances.v28i1.5263>

PENNA, Antônio Gomes. *Percepção e Realidade*. 2ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1973.

PIMENTEL, Lucia Gouvêa. Abordagem Triangular e as narrativas de si: autobiografia e aprendizagem em Arte. 307, *Revista GEARTE*, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 307-316, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/gearte>

PIMENTEL. Lúcia Gouvêa. Formação de professores de arte: novos caminhos, muitas possibilidades, imensa responsabilidade. In: BARBOSA, José Mauro (org). *Trajetória e Política para o ensino das artes no Brasil: anais da XV CONFAEB*. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001545/154564por.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2020. p. 164-173.

SARDELICH, Maria Emilia. Leitura de imagens e cultura visual: desenredando conceitos para a prática educativa. *Educar em Revista* [online]. 2006, n. 27 [Acessado 29 Maio 2022], pp. 203-219. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100013>>. Epub 10 Jul 2007. ISSN 1984-0411. <https://doi.org/10.1590/S0104-40602006000100013>.

EPISTEMOLOGIA AFROCENTRADA NO ENSINO EM PUBLICIDADE

AFROCENTRIC EPISTEMOLOGY IN ADVERTISING EDUCATION

CARLA BEATRIZ DE DAVID ERNESTO¹

JULIANA PETERMANN²

RESUMO

O presente artigo visa refletir, a partir de uma revisão da literatura não exaustiva, a proposição do conceito de afrocentricidade (Asante, 1980) como possibilidade epistemológica no ensino em publicidade e suas possíveis contribuições para o campo. Na maioria dos planos de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES) as bibliografias adotadas se alicerçam na perspectiva de teorias eurocêntricas, em especial, de teóricos homens e brancos. Ao longo do artigo, discutiremos os desafios permanentes na prática do ensino em publicidade a partir da perspectiva de Petermann (2019), a autora apresenta os principais desafios do ensino na área, são eles: "a educação para a diversidade; a transformação do mercado como consequência do ensino; a renovação dos exemplos em aula e, por fim, uma sala de aula em constante transformação" (Petermann, 2019, p. 203-204). Partindo deste contexto, reconhecemos que em algumas práticas de ensino em publicidade, ainda permanecem constantes manifestações enraizadas que fortalecem concepções hegemônicas alocadas nas estruturas dos planos de ensino de algumas disciplinas do curso de Publicidade e Propaganda.

Palavras-chave: Afrocentricidade; Epistemologia; Ensino em publicidade.

ABSTRACT

This article aims to reflect, based on a non-exhaustive literature review, the proposition of the concept of Afrocentricity (Asante, 1980) as an epistemological possibility in advertising teaching and its possible contributions to the field. In most teaching plans at Higher Education Institutions (HEIs), the bibliographies adopted are based on the perspective of Eurocentric theories, especially those of white, male theorists. Throughout the article, we will discuss the permanent challenges in the practice of teaching in advertising from the perspective of Petermann (2019), the author presents the main challenges of teaching in the area, they are: "education for diversity; the transformation of the market as a consequence of education; the renewal of examples in class and, finally, a classroom in constant transformation" (Petermann, 2019, p. 203-204). Starting from this context, we recognize that in some teaching practices in advertising, there still remain constant deep-rooted manifestations that strengthen hegemonic conceptions allocated in the structures of the teaching plans of some subjects in the Advertising course.

Keywords: Afrocentricity; Epistemology; Teaching in advertising.

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, mestra em Comunicação pelo mesmo programa, graduada em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, email: carlabde87@gmail.com

2 Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Possui graduação em Comunicação Social - Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal de Santa Maria (2003), mestrado em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Maria (2006). Atualmente é professora associada do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria, professora e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da mesma universidade.

Introdução

A proposição de uma epistemologia afrocentrada no ensino em publicidade, parte de inquietações que nos atravessam enquanto pesquisadoras comprometidas com uma educação transgressora como nos orienta bell hooks (2013). Perspectivas eurocentradas inseridas no universo acadêmico deslocadas da realidade de muitos estudantes destoam das histórias diversas, das vivências, da ancestralidade. O acesso ao ensino superior evidencia um processo de muito engajamento e resistência dos movimentos sociais, sobretudo do Movimento Negro Unificado (MNU) a partir das ações afirmativas.

As políticas de acesso possibilitaram a muitos estudantes pertencentes a grupos minorizados escrever novos capítulos de suas próprias histórias, encontrando na educação uma possibilidade de mudança, novos desdobramentos de suas realidades. As universidades estão povoadas pelo diverso, por agentes com anseio de mudança, logo, reconhecemos este avanço e seus feitos no contexto educacional brasileiro.

No legado do Brasil a versão contada nos livros de história sobre os povos escravizados, por muito tempo, foi narrada e escrita pela perspectiva colonizadora, ou seja, sob a ótica “vencedora”, versões que, muitas vezes, distorceu e, ainda distorcem, a realidade de quem, de fato, foi submetido à lógica da dominação, quais povos foram dizimados e quais os responsáveis por tais eventos. Por este e outros motivos foi fundamental, por exemplo, a promulgação da Lei 10.639/03³ que torna obrigatório o ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena nas escolas, o que resgata e consolida as raízes culturais no campo educacional brasileiro.

Por isso, entendemos a necessidade de resgatar esta realidade que se inicia na educação básica, e que tende a ser retratada nas universidades e repercute nos demais campos da estrutura social. Isto posto, apreendemos como relevante para nossa reflexão, compreender os reflexos de narrativas construídas apenas por uma perspectiva. Partindo deste contexto, reconhecemos que em algumas práticas de ensino em publicidade, ainda permanecem constantes manifestações enraizadas que fortalecem concepções hegemônicas.

Logo, neste artigo, destacamos os desafios epistemológicos que permanecem alocados nas configurações dos planos de ensino de algumas disciplinas do curso de Publicidade e Propaganda. Pois, nas estruturas curriculares está posto o compromisso social do futuro egresso, conforme sinalizam as pesquisadoras Milena Oliveira-Cruz e Juliana Petermann (2010),

[...] discutir a formação acadêmica é **indissociável do pensamento sobre a construção identitária e sobre o lugar ocupado pelo profissional da área perante a sociedade**. É com este intuito, inclusive, que os Planos Políticos Pedagógicos dos cursos superiores direcionam suas matrizes curriculares com vistas ao perfil do egresso, do profissional que vai atuar elaborando a mensagem publicitária, efetivamente (Oliveira-Cruz; Petermann, 2010, p. 102, grifo nosso).

Assim, a partir de uma revisão de literatura não exaustiva, objetivamos propor o conceito de afrocentricidade (Asante, 1980) como possibilidade no ensino em publicidade e suas possíveis contribuições para o campo. Visto que, na maioria dos planos de ensino das Instituições de Ensino Superior (IES) as bibliografias adotadas se alicerçam na perspectiva de teorias eurocêntricas, em especial, de teóricos homens e brancos. Para Nilma Lino Gomes (2008), essa estruturação

3 Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 12 ago. 2024.

pedagógica manifesta nas salas de aula, se revela pela responsabilização do debate racial apenas aos grupos racializados, conforme a autora:

Ainda encontramos muitos(as) educadores(as) que pensam que discutir sobre relações raciais não é tarefa da educação. É um dever dos militantes políticos, dos sociólogos e antropólogos. Tal argumento demonstra uma total incompreensão sobre a formação histórica e cultural da sociedade brasileira (Gomes, 2008, p. 143).

Diante disso, o processo de estruturação curricular se configura pelo viés tradicional, mantendo seus mecanismos hegemônicos, objetivados por um projeto político conservador. Gomes (2008) se refere às escolas, à formação de professores e, conseqüentemente, seus impactos na formação estudantil desde a educação básica. Contudo, no ensino superior, essas práticas muitas vezes seguem operacionalizadas.

A polarização do debate racial e de outras dimensões da diversidade, aos poucos, está sendo abordadas em sala de aula, epistemes deslocadas do hegemônico, bibliografias dissidentes estão sendo incluídas nos planos de ensino, possibilitando ao futuro profissional de publicidade, uma atuação responsável, crítica e reflexiva.

Sendo assim, ao longo do artigo, discutiremos os desafios permanentes na prática do ensino em publicidade a partir da perspectiva de Petermann (2019), a autora apresenta os principais desafios do ensino na área, são eles: “a educação para a diversidade; a transformação do mercado como consequência do ensino; a renovação dos exemplos em aula e, por fim, uma sala de aula em constante transformação” (Petermann, 2019, p. 203-204). Por fim, faremos o relato de duas experiências no ensino, a primeira refere-se ao evento “Abrindo portas: POSCOM+50I50”⁴ e a segunda, sobre o “Seminário Internacional de Comunicação Antirracista, Feminista e Interseccional” (ISICAFI)⁵. Ambos os eventos foram realizados na Universidade Federal de Santa Maria, no ano de 2023, promovidos em parceria entre o Projeto de Ensino 50I50 que visa equidade de gênero na comunicação coordenado pela professora doutora Juliana Petermann e o Programa de Pós-Graduação em Comunicação (POSCOM), atualmente, sob sua coordenação.

Ensino em Publicidade: avanços e desafios

É comum ao longo da graduação, falas como “prefiro a parte prática”, ou “acho a parte teórica muito cansativa” dentre outras que acabam potencializando os desafios no processo de ensino-aprendizagem e seus reflexos no exercício profissional. Oliveira-Cruz e Petermann (2010, p. 102) compreendem que “[...] a reflexão sobre a formação acadêmica na construção deste publicitário enquanto sujeito, revelado a partir de seu ofício e de sua função social, assume grande relevância”. Diante disso, é com grande estima que investigamos os cenários onde tais reflexões estão no centro dos debates, no âmbito da formação de futuros agentes de mudança.

4 Abrindo portas: POSCOM+50I50. Disponível em: <https://www.ufsm.br/pro-reitorias/prpgp/jai/eventos-satelite-38a-jai#poscom>. Acesso em: 26 ago.2024.

5 Poscom promove Seminário Internacional de Comunicação Antirracista, Feminista e Interseccional. Disponível em: <https://www.ufsm.br/2023/11/29/poscom-promove-seminario-internacional-de-comunicacao-antirracista-feminista-e-interseccional>. Acesso em: 26 ago.2024.

A publicidade possui contribuições ideológicas significativas, seja para revelar e/ou denunciar estigmas (Goffman, 2008), seja para tornar legítimas as forças de opressão em suas diferentes esferas. Desconstruir o que está posto, reformular práticas pedagógicas, ainda constitui um desafio para grande parte da comunidade acadêmica, em especial, para quem propõe “uma pedagogia revolucionária de resistência, uma pedagogia profundamente anticolonial” (hooks, 2013, p. 11). No interior das salas de aula, ao longo dos anos, grupos diversos passaram a ocupar os espaços universitários, até pouco tempo ocupados por um perfil heteronormativo branco.

Contudo, ainda, o perfil do docente universitário, por exemplo, se constitui monocromático, isto é, há muito a ser feito, conforme aponta pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), divulgada pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)⁶. Os dados da pesquisa elucidam que o percentual de docentes negros ainda destoa do percentual populacional, de acordo com o levantamento,

O Brasil soma mais de 58 mil professores negros em Instituições de Ensino Superior (IES). Os dados, referentes ao ano de 2022, foram levantados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Ainda de acordo com o levantamento, **mulheres negras atuando como docentes representam 26.770 pessoas; e homens negros, 31.541 indivíduos**. Em comparação, o número de professores brancos atuando no Ensino Superior é mais que o dobro, chegando a 176.778 docentes (UFJF Notícias, 2023, grifo nosso).

Os questionamentos vindos por parte de estudantes e docentes que compõem estes grupos, na maioria das vezes, são esvaziados, o que auxilia no distanciamento desses agentes de suas vivências durante seu processo de formação e da prática docente libertadora (hooks, 2013). No histórico das disciplinas do curso de publicidade e propaganda, por muito tempo, bibliografias afrocentradas, Latino-americanas e Caribenhas, não compuseram os planos de ensino, teorias de cunho filosófico e sociológico africano “não tinham nada a ver” com o propósito do curso.

Apesar disso, há alguns anos docentes e pesquisadoras da área, movimentaram esforços rumo às novas epistemologias, reconhecendo o papel fundante da publicidade no campo das relações sociais, e, conforme Oliveira-Cruz e Petermann (2010, p. 102), “pensar a prática publicitária com acuidade implica em observar a vinculação de seu discurso às forças sociais que o condicionam e o contextualizam”. Assim, para pensar o ensino em publicidade deslocado das práticas dominantes, propõe-se a afrocentricidade enquanto epistemologia para o ensino na área, potencializando a desarticulação das práticas racistas ainda presentes no campo.

Ensino afrocentrado: outra episteme

Reconhecer o abismo racial existente pode ser o começo para compreensão e criação de estratégias de combate efetivo às mais diversas formas de opressão. Para tal, ressignificar a linguagem no ensino em publicidade, ativa novos sentidos no imaginário socioeducacional. Segundo Hall (2016, p. 36) “a linguagem se apresenta, portanto, como [...] sistema de representação envolvido no processo global de construção de sentido”. Diante disso, a força, a organização e a pressão dos movimentos estudantis e de intelectuais da área diante da inclusão de literaturas

6 Ausência de professores negros ainda é um ponto crítico em universidades. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/noticias/2023/11/29/ausencia-de-professores-negros-e-ponto-critico-em-universidades/>. Acesso em: 12 ago.2024.

afrocentradas nos planos de ensino do curso, nutri novos efeitos de sentidos no imaginário e nos ambientes universitários, mostrando-se na contramão da ideologia do branqueamento que está enraizada na sociedade (Araújo, 2006).

Alicerçada em uma perspectiva insurgente, compreendemos como a coluna vertebral desta proposição a contribuição epistemológica do conceito de afrocentricidade Molefi Asante (1980) para o ensino em publicidade. Neste primeiro movimento teórico, entendemos que a afrocentricidade contempla nossas inquietações, no sentido de resgatar a episteme de sujeitos africanos e afro-brasileiros em diáspora.

Segundo Asante (2009, p. 93) a afrocentricidade “é um tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua própria imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos”. Assim, desenvolver o conceito de afrocentricidade como epistemologia parte do resgate histórico, como define Ama Mazama (2009, p. 114): “a afrocentricidade surgiu como um novo paradigma para desafiar o eurocêntrico, responsável por desprezar os africanos, destituí-los de soberania e torná-los invisíveis – até mesmo aos próprios olhos, em muitos casos”. A busca por narrativas e disciplinas afrocentradas, pretende acionar, na memória, a historicidade de quem vivencia no cotidiano, as violências em suas diferentes formas.

Asante (2009) resgata o desprezo de intelectuais e escritores do passado quando se trata de criações africanas, segundo o filósofo “Era uma atitude inegavelmente racista, e qualquer interpretação ou análise de elementos ou contribuições culturais africanos que negue esses elementos é suspeita (Asante, 2009, p. 98). Diante disso, os efeitos da lógica colonial atravessam as práticas sociais e, conseqüentemente, o ensino em publicidade. Fernanda Carrera (2020, p. 08) enfatiza que “[...] a publicidade, como discurso circulante e formador, faz parte do conjunto das materialidades” e, assim como as dinâmicas de exclusão potencializam narrativas eurocêtricas perpetuando a óptica da branquitude (Bento, 2020), a insurgência epistemológica afrocentrada pode contribuir na edificação de um ensino em publicidade diverso e inclusivo.

Reconhecemos o papel mercadológico da publicidade e seus desdobramentos nos campos sociais, no entanto, entendemos a perspectiva crítica como a chave para a virada rumo à mudança. Há movimentos em curso tensionando as práticas publicitárias dominantes, iniciativas e ações de inclusão, as quais ampliam o debate relacionado à diversidade. Como já apresentado na introdução deste artigo, o ensino ainda enfrenta desafios e opera “em prol do capitalismo, apoiando-se constitutivamente sobre discursos anteriores e, conseqüentemente, tendendo a realçar atitudes já socializadas, em uma constante negociação entre o antigo estabelecido e o novo que se vê em questionamento e reconstrução” (Carrera, 2019, p. 09). Concordamos com Sodré (2023) quando tensiona a defini o de racismo estrutural como fundante e determinante das práticas racistas, embora não negue a existência, o autor nos alerta para compreensão das práticas racistas do Brasil escravagista às “novas” formas de racismo da pós-aboli o ainda permanentes.

Em vista disso, as incidências operacionais do racismo em suas diferentes esferas, o agenciamento da pauta da diversidade e a negligência de um sistema que mantém em suas raízes a colonialidade do saber, contribui na complexifica o das dinâmicas do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2020) e, nos permitem pensar, a afrocentricidade como epistemologia no ensino em publicidade, para que assim, possamos compreender o que está nas entrelinhas nas lógicas do ensino ao mercado.

Experiências possíveis

Na busca de uma prática publicitária libertadora, entendemos a defesa de uma formação consciente e crítica aliada à efetividade das práticas docente e discente, uma via de mão dupla, pois, para transformar a realidade do mercado é urgente que o ensino se transforme.

Reconhecemos o papel mercadológico da publicidade e seus desdobramentos no campo das relações sociais, no entanto, entendemos a perspectiva crítica como a chave para a virada rumo à mudança. Há movimentos em curso tensionando as práticas publicitárias dominantes, iniciativas antirracistas, ações de inclusão e a ampliação do debate relacionado à diversidade. Todavia, nos deparamos com a manutenção de estereótipos e imagens de controle (Bueno, 2020). Isso porque, a publicidade opera “em prol do capitalismo, apoiando-se constitutivamente sobre discursos anteriores e, conseqüentemente, tendendo a realçar atitudes já socializadas, em uma constante negociação entre o antigo estabelecido e o novo que se vê em questionamento e reconstrução” (Carrera, 2019, p. 09). Concordamos com Sodré (2023) quando tensiona a definição de racismo estrutural como fundante e determinante das práticas racistas, embora não negue a existência, o autor nos alerta para compreensão das práticas racistas do Brasil escravagista às “novas” formas de racismo do pós-abolição ainda permanentes. Por isso, diante da realidade que se apresenta, destacamos as proposições de Petermann (2019), considerando que, ainda, as práticas pedagógicas tendem a referendar epistemologias eurocêntricas e nórdicas, por isso, a articulação entre os cinco desafios para o ensino da publicidade e a defesa de epistemologias racializadas, afrocentradas nos planos de ensino do curso.

Petermann (2019) propõe cinco desafios para o ensino da publicidade: a ruptura com o paradigma da agência de propaganda; a educação para a diversidade; a transformação do mercado como consequência do ensino; a renovação dos exemplos em aula; e a transformação constante da sala de aula. Destes, destacamos aqui, quatro deles que podem ser pensados, no sentido de amenizá-los, a partir de uma perspectiva afrocentrada no ensino em publicidade. Partiremos em direção ao primeiro desafio destacado por Petermann (2019, p. 203) - a educação para a diversidade - segundo a autora “[...] boas ideias não surgem de lugares monótonos e homogêneos. É preciso investir e incentivar as diferenças, pois as inteligências estão justamente aí” (Petermann, 2019, p. 203). A diversidade e a inclusão são pilares que estruturam e reconfiguram as práticas de ensino e, conseqüentemente, podem transformar o mercado através do acolhimento, escuta e elaboração de políticas efetivas de inclusão, às mais diversas vivências, possibilitando ao estudante e ao docente o movimento da mudança.

Assim, a contribuição da perspectiva afrocentrada constitui mecanismos contra-hegemônicos que edificam a ideia de lugar. Asante (1980, p. 93) destaca que “[...] é importante que qualquer avaliação de suas condições em qualquer país seja feita com base em uma localização centrada na África e sua diáspora”. Diante disso, estudantes e docentes racializados, a partir de seus saberes afrodiaspóricos, podem contribuir na construção de um ensino em publicidade efetivamente inclusivo e diverso, fortalecendo e preparando futuros profissionais para atuarem de maneira combativa em prol da mudança coletiva. Já, partindo para o segundo desafio proposto por Petermann (2019) - A transformação do mercado como consequência do ensino - autora reflete que:

[...] nenhum processo de transformação é fácil, visto que implica na alteração de hábitos **já há muito consolidados**. Por isso, acredito que a proposição de termos uma sala de aula **mais saudável, mais igualitária, mais diversa, mais inclusiva e mais eficiente, contribuiria também e futuramente para que as práticas no mercado publicitário fossem revistas**, já que serão executadas em breve pelas pessoas que hoje estão estudando (Petermann, 2019, p. 203, grifo nosso).

Reconhecemos os desafios em mudar práticas operacionalizadas, pois na estrutura das instituições existe uma engrenagem que funciona, muitas vezes, na direção de lógicas dominantes. No entanto, é preciso rever, considerando a relatividade dos processos e os limites presentes, as práticas de ensino partindo da base, ou seja, como propõe Petermann (2019, p. 203) “[...] assim, em sala de aula, seria preciso rever também os próprios processos e desburocratizar algumas tarefas” isto é, o exercício de ensino-aprendizagem pode reconfigurar as lógicas pedagógicas. Partimos para o terceiro desafio - a renovação dos exemplos em aula - para Petermann (2019) isto é:

[...] durante muitos anos, as salas de aulas foram baseadas nos *cases* históricos da propaganda, contudo, a história não é exemplar no que diz respeito à representatividade e diversidade, sendo pouco inspiradora para as mulheres, para as pessoas negras, por exemplo, ou para estudantes da comunidade LGBTQIAPN+ (Petermann, 2019, p. 204).

Assim, a dimensão da representatividade articulada ao pensamento afrocentrado está calçada na “questão de localização precisamente porque os africanos vêm atuando na margem da experiência eurocêntrica” (Asante, 1980, p. 93). Logo, estudantes racializados, a partir de exemplos que se aproximem de suas realidades, possuem maiores probabilidades de se reconectar com suas essências em diálogo com o que é apresentado em sala de aula. E, assim, chegamos ao último desafio proposto - uma sala de aula em constante transformação - para Petermann (2019, p. 204) esse contexto de transformação se alicerça em um contexto de constantes desafios, para a autora:

[...] será preciso lidar com novos perfis e novos saberes, entre eles, *big data*, algoritmos, inteligência artificial, *deep learning*, *blockchain*. E aqui se poderia perguntar: - *por que eu teria que saber sobre isso?* E, entre as respostas possíveis, encontramos pelo menos a ideia de que essa necessidade surge porque esses saberes vão impactar não apenas o futuro da publicidade, mas o futuro do ensino (Petermann, 2019, p. 204, grifo da autora).

Portanto, além de pensar os desafios do ensino em publicidade a partir de uma epistemologia afrocentrada, como relatado na introdução deste capítulo, apresentamos duas experiências interessantes: o evento “Abrindo portas: POSCOM+50|50, figuras 1 e 2, e o Seminário Internacional Antirracista, Feminista e Interseccional (ISICAFI), figura 3, ambos realizados no âmbito da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

Em relação ao Seminário Internacional Antirracista, Feminista e Interseccional (SICAFI) tivemos a oportunidade de ouvir as intelectuais Winnie Bueno, pesquisadora na UFRGS e ativista, Fernanda Carrera docente na UFRJ, María Belén Espoz Dalmasso, da Universidade Nacional de Córdoba, e o professor Celestino Joanguete, da UFSM e da Rede Brasil – Moçambique e Angola. Também contamos com as presenças da professora Maria Laura Schaufler, da Universidade de Entre Rios, e da professora María Carolina Justo Van Lurzer, da Universidade de Buenos Aires.

Por fim, foi conduzida pelas professoras Milena Oliveira-Cruz, Juliana Petermann e Laura Wottrich a apresentação do “*Manifesta – Observatório de Gênero e Desigualdades*”. O evento contou com mesas temáticas, sendo elas: *Mesa 1 – Comunicação Antirracista*, *Mesa 2 – Comunicação, Classe e Colonialismo* e *Mesa 3 – Comunicação e Feminismos*.

Figura 3 - Apresentação do “*Manifesta – Observatório de Gênero e Desigualdades*”



Fonte: Site POSCOM

A experiência de tais eventos articula-se ao que está no cerne da lógica afrocentrada a “conscientização” Asante (2009, p. 94). Reconhecer as lacunas existentes no ensino em publicidade sob as lentes da afrocentricidade resgata no íntimo dos agentes (estudantes e docentes) a esperança de um ensino plural, diverso, combativo e que reflita no contexto do mercado publicitário brasileiro, tornando as mudanças visíveis e efetivas.

Em vista disso, as incidências operacionais do racismo em suas diferentes esferas, o agenciamento da pauta da diversidade e a negligência de um sistema que mantém em suas raízes a colonialidade do saber, contribui na perpetuação das dinâmicas do pacto narcísico da branquitude (Bento, 2020) e, por isso, nos faz recorrer e pensar, a afrocentricidade como epistemologia no ensino em publicidade, e, conseqüentemente, nas práticas mercadológicas. Pois assim, será possível construir estratégias pedagógicas libertadoras as quais podem fornecer subsídios que potencializam a formação dos agentes da mudança (discentes e docentes), o que pode refletir no cenário educacional brasileiro e na atuação dos futuros profissionais da publicidade.

Conclusão

Diante das reflexões iniciais, aqui realizadas, entendemos como indispensável que os sujeitos em posições de liderança das IES e sociedade civil, por exemplo, somassem esforços para edificar a proposição do ensino em publicidade afrocentrado, com destino a novos projetos de mundos. Uma vez que, as práticas pedagógicas que valorizem as identidades racializadas e reconheçam o funcionamento da engrenagem que sustenta os elementos estruturais do racismo é desarticulado, pois constrói novos sentidos.

Para Hall (2016, p. 42, grifo do autor) isto é, "*O sentido é construído pelo sistema de representação. Ele é construído e fixado pelo código, que estabelece a correlação entre nosso sistema conceitual e nossa linguagem [...]*". Para a desarticulação da manutenção das relações de dominação racial seria pertinente partir do reconhecimento social de que o racismo não foi superado, mas sim, opera de maneira cada vez mais sutil e perversa. Portanto, é necessário debater e articular estratégias de enfrentamento para que seja possível concretizar o combate ao racismo. Por isso, para repensar o ensino em publicidade, antes, é preciso ampliar o debate para que novos sentidos sejam produzidos e promovam "mudança na estrutura cognitiva do indivíduo que interage com tais produções [...]" (Leite, 2019, p. 53). As experiências vividas nos eventos mencionados em nosso relato promoveram novas formas de repensarmos as dinâmicas pedagógicas. A adesão dos estudantes, o engajamento nas redes sociais e os desdobramentos em sala de aula, tornam possíveis novas proposições e inquietudes que potencializam o movimento de mudança.

O futuro profissional de publicidade independente de sua área de atuação (mercado ou academia) pode colocar em prática o que Leite (2019) denominou publicidade contraintuitiva. Segundo Leite (2019, p. 52-53) nesta perspectiva "o indivíduo alvo de estereótipos e preconceito social é apresentado no patamar de protagonista e/ou destaque do enredo publicitário, em posições que antes eram restritas e possibilitadas apenas a determinados perfis, geralmente indivíduos brancos". Ao longo da formação, tais tensionamentos se fazem necessários para que o campo possa almejar uma prática publicitária que construa novas formas do "fazer profissional".

Isto posto, a proposta da afrocentricidade, rumo a uma possibilidade analítica afrocentrada para repensarmos as dinâmicas e reconfigurações das práticas do ensino em publicidade, que mantém em suas diretrizes aspectos eurocêtricos e, muitas vezes, se abstém do debate. Mesmo com as mudanças em curso, a narrativa hegemônica tende a perpetuar a exclusão operacionalizada na academia e no mercado, seja no campo da produção ou da recepção e do consumo, até as relações sociais. Ademais, compreendemos como necessária e urgente uma proposição epistemológica afrocentrada para o ensino de publicidade. Pois, segundo dados do IBGE divulgados em 2019⁷, a desigualdade social centraliza-se nos aspectos raciais, ou seja, negros, pardos e indígenas são alvos diretos da vulnerabilidade. Logo, os dados apresentados revelam a urgência na continuidade e amplitude do debate afrocentrado, pois, para que as mudanças nas relações sociais se estabeleçam, é necessário que concentremos nossos esforços na formação dos estudantes e docentes.

7 Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Disponível em: < <https://bityli.com/O36H977> > Acesso em: 18.out.22.

Referências

- ARAÚJO, J. Z. (2006). *A força de um desejo - a persistência da branquitude como padrão estético audiovisual*. Revista USP, (69), 72-79.
- ASANTE, Molefi. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- BENTO, Cida. *Pacto da Branquitude*. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARRERA, Fernanda. Raça e privilégios anunciados: ensaio sobre as sete manifestações da branquitude na publicidade brasileira. *Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura*, São Cristovão, v. 22, n. 1, p. 6-28, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/11235>. Acesso em: 12 ago. 2024.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- GOMES, N. L. Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. In: *superando o racismo na escola*. 2ª ed., Brasília: MEC/SECAD, 2008.
- HALL, Stuart. *Cultura e representação*. Rio de Janeiro: EdPuc-Rio e Apicuri, 2016.
- hooks, bell. *ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LEITE, Francisco. Para pensar uma publicidade antirracista: entre as produções e os consumos. In: LEITE, Francisco; BATISTA, Leandro Leonardo. *Publicidade Antirracista: reflexões, caminhos e desafios*. São Paulo: ECA-USP, 2019. p. 17 - 65.
- MAZAMA, Ama. A Afrocentricidade como um novo paradigma. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora*. São Paulo: Selo Negro, 2009.
- OLIVEIRA-CRUZ, M. C. B. F. de; PETERMANN, J. Entre a prática e a teoria: algumas propostas para pensar o ensino em publicidade. *Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática, [S. l.]*, v. 9, n. 17, 2010. DOI: 10.5902/217549772372. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/2372>. Acesso em: 11 ago. 2024.
- PETERMANN, Juliana. Desafios ao ensino da publicidade na contemporaneidade. In: *Encontro Nacional de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda* (10. : 2019 : São Paulo) 10 anos de ProPesq PP: consumo, existência, resistência. PEREZ, Clotilde [et al.] - São Paulo: ECA-USP, 2020. p.192-207.
- SODRÉ, Muniz. *O Fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.
- SODRÉ, Muniz. *Uma lógica perversa de lugar*. Revista Eco-Pós, 2018. Disponível em: < https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/22524/12624 > Acesso em: 22.mai.2024.